



# TRAJETÓRIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

organização  
Léa Marques



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



**TRAJETÓRIAS DA  
INFORMALIDADE  
NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO**



# **TRAJETÓRIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Organização  
Léa Marques

## **Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### *Diretoria:*

*Presidente:* Aloizio Mercadante

*Vice-presidenta:* Vívian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Alberto Cantalice

Artur Henrique

Carlos Henrique Árabe

Jorge Bittar

Márcio Jardim

Valter Pomar

### *Conselho editorial:*

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

### *Coordenador editorial*

Rogério Chaves

### *Assistente editorial*

Raquel Costa

### *Revisão*

Claudia Andreotti

Angélica Ramacciotti

### *Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica*

Antonio Kehl

O livro *Trajatórias da informalidade no Brasil contemporâneo* compõe a coleção *Reconexão Periferias*. A coleção coordenada pelo Projeto *Reconexão Periferias* da FPA, lançará novos temas brevemente, com temas relacionados ao trabalho e violência.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

T768 Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo / organizadora Léa Marques. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2021.  
223 p. : il. ; 29 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5626-021-1

1. Trabalho - Brasil. 2. Informalidade do trabalho. 3. Periferias - Brasil. 4. Desigualdade. I. Marques, Léa.

CDU 331.56(81)

---

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana  
CEP 04117-091 – São Paulo – SP  
Telefone: (11) 5571-4299  
[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

## Sumário

Apresentação .....	7
<i>Artur Henrique da Silva Santos e Paulo César Ramos</i>	
Introdução.....	9
PARTE I – A construção da pesquisa, objetivo, relatório, desenho, metodologia, hipóteses, resultados específicos e reflexões.....	11
Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo.....	13
<i>Ludmila Costhek Abílio</i>	
Manual de Pesquisa: Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo .....	41
<i>Ludmila Abílio, Matheus Toledo, Vilma Bokany, Paulo César Ramos e Léa Marques</i>	
Hipóteses da Pesquisa – Resultados específicos e comentários .....	61
Questões sobre as hipóteses da Pesquisa .....	73
<i>Léa Marques e Matheus Tancredo Toledo</i>	
PARTE II – Reflexões a partir da pesquisa .....	79
Territorialidade do trabalho informal: a centralidade periférica dos vendedores ambulantes.....	81
<i>Tatiane Marina Pinto de Godoy</i>	

O patriarcado na trajetória das trabalhadoras informais: mulheres invisibilizadas .....	95
<i>Rita Maria Pinheiro</i>	
Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade.....	107
<i>Roberto Véras de Oliveira e Bruno Mota Braga</i>	
O trabalho na construção civil no Brasil: informalidade, feminização, segmentação e consubstancialidade .....	143
<i>Cida Sanches</i>	
Uberização: Manicures, motoboys e a gestão da sobrevivência.....	173
<i>Ludmila Costhek Abílio</i>	
Percepções da informalidade: sobre representações e experiências .....	191
<i>Felipe Rangel</i>	
Racismo e trabalho informal no Brasil: quando desigualdades estruturais se reforçam .....	207
<i>Jacques Mick e João Carlos Nogueira</i>	
Expectativas e críticas sobre o trabalho formal .....	219
<i>Ana Márcia Almeida Pereira</i>	
Política, trabalho e cidade: a informalidade em perspectiva .....	223
<i>Beatriz Pereira dos Santos e Ramón Chaves</i>	



## Apresentação

*Artur Henrique da Silva Santos e  
Paulo César Ramos*

O selo reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo tem o prazer de trazer o acúmulo de conhecimentos produzidos no projeto Reconexão Periferias. São compêndios com análises, estudos, relatos, depoimentos etc. de autoras e autores que colaboraram com a construção desta empreitada com o Partido dos Trabalhadores (PT) e os movimentos sociais aos quais a Fundação se articulou para colocar na rua o debate que se impõe no contexto pós-Golpe de 2016.

O projeto nasceu de uma resolução partidária do VI Congresso do PT, em 2017, contexto no qual o partido procurava se recompor dos difíceis processos de impeachment ilegal contra a presidenta Dilma Rousseff, primando pela necessidade de restabelecer uma relação virtuosa do PT com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e as várias formas de ativismos que floresciam e florescem nas periferias do Brasil, problematizando as contradições e injustiças contemporâneas e anunciando novos horizontes de emancipação. Com a colaboração de muitas pessoas de todo o território nacional, pudemos realizar encontros, estudos e produção de conteúdo para internet. Movimentamos muitas arenas locais e nacionais, dando vazão e proeminência ao que se tem produzido de resistências Brasil afora.

Decidimos nomear de periferias, assim no plural, aquelas expressões de resistência, postas em movimentos pelos agrupamentos organizados das cama-

das subalternizadas. O que significa que *periferias* vai dar abrigo para muitas outras lutas e não apenas as que se travam nas margens das grandes cidades e regiões metropolitanas. Isso nos é facultado não apenas porque a língua portuguesa aceita. Na verdade, é o significado político que foi construído para o termo periferia que abre caminho para essas associações. A luta de negros e pobres por moradia, segurança, educação, trabalho e tantos outros direitos, além da elaboração de uma gramática comum a partir das culturas periféricas, em especial o *hip-hop* durante os anos 1990 e 2000, pavimentam um caminho que faz a associação entre problemas locais e questões estruturais, fornecendo uma carga cognitiva para que outras lutas surjam associadas entre si.

Entendida a ideia de *periferias*, podemos organizar a ampla gama de temas que este conceito suscita. Desse modo, organizamos as contribuições em três grandes temas: cultura, violência e trabalho. Sendo o primeiro, as manifestações e expressões simbólicas de resistência política; a violência entendida com as violações e agressões à integridade física e à vida, em especial aquelas perpetradas pelo Estado; e o trabalho, como as formas de acesso e produção da riqueza produzidas nas periferias. Privilegiamos algumas questões mais concretas, como o genocídio da juventude negra, o mundo do trabalho informal e o ativismo em cultura periférica. Sempre em nível nacional, temos um grande mapeamento de organizações que atuam nas periferias, com pesquisas inovadoras com trabalhadores informais e autônomos. Desse modo, temos um banco de dados de chacinas e buscamos correlacionar as informações dos homicídios com indicadores de desigualdades sociais nos municípios mais violentos do Brasil.

Os resultados destes estudos agregaram conhecimento aos debates que têm sido feitos no interior do projeto e se desdobrado nas produções da Fundação Perseu Abramo e do PT, bem como têm sido ecoados pelos meios de divulgação do projeto nas redes sociais. Mais que isso, essa produção de conhecimentos fortalece o fundamento das lutas por direitos que os coletivos que agregamos têm levado adiante. Por meio da relação entre produção do conhecimento, discussão e organização política, este livro agora chega às mãos de vocês para que nossa rede seja ampliada e nossos elos sejam fortalecidos.

## Introdução

**E**ste livro surgiu da compreensão da necessidade de registrar os resultados obtidos na Pesquisa Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2018, e de ampliar o debate e os/as debatedores/as do tema, a partir de novas questões trazidas pela pesquisa.

Tratar de informalidade em um país no qual, historicamente, essa é uma das marcas do mercado de trabalho não seria exatamente uma novidade, senão pela opção em pesquisar diferentes categorias, em nível nacional, a partir da própria fala dos trabalhadores e trabalhadoras, e só então procurar questões que pudessem ser compartilhadas por todos e todas nessa condição. A opção pela base de pesquisa qualitativa, com entrevistas de profundidade com os/as trabalhadores/as mostrou-se muito interessante e complexa na interpretação de seus resultados, como vocês poderão ler.

O livro está organizado em duas partes: a primeira faz um relato sobre a Pesquisa, trazendo suas motivações, objetivos, resultados e apontamentos; e a segunda parte apresenta artigos de autores/as parceiros/as que tratam de temas cujos resultados da pesquisa apontam como importantes para serem aprofundados.

A Parte I do livro é, portanto, composta pelo relatório da pesquisa, por seu manual, pela apresentação das hipóteses, resultados específicos e comentários, e reflexões a aprofundar.

Na Parte II, temos os artigos de Tatiane Godoy, sobre a territorialidade do trabalho informal a partir da análise aprofundada dos dados da pesquisa especificamente com ambulantes do Rio de Janeiro, São Paulo e São Carlos; Rita Maria Pinheiro, refletindo sobre o impacto do patriarcado na trajetória de vida das trabalhadoras domésticas informais; Bruno Mota Braga e Roberto Vêras de Oliveira, analisando as dinâmicas sociais da informalidade no Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco, sua persistência e suas metamorfoses; Cida Sanches, com um estudo sobre as mulheres, informalidade e o trabalho na construção civil no Brasil; Ludmila Abílio, tratando sobre a “uberização” e a gestão da sobrevivência, a partir da análise aprofundada dos dados da pesquisa com manicures e motoboys; Felipe Rangel, que reflete sobre a importância analítica de se considerar, efetivamente, a informalidade como fenômeno multiforme e constituído por experiências radicalmente distintas; e ainda, João Carlos Nogueira e Jacques Mick, sobre racismo e trabalho informal no Brasil; Beatriz Pereira dos Santos e Ramón Chaves refletem sobre as diversas dimensões da experiência social que atravessam a vida dos trabalhadores informais das periferias e impactam em suas possibilidades política-organizativas; e, ainda, Ana Márcia Almeida debate sobre os/as trabalhadores/as informais e suas expectativas e críticas sobre o trabalho formal.

Esperamos que essa obra contribua para que os debates sobre informalidade no Brasil considerem sempre o que pensam e dizem os trabalhadores/as sobre suas realidades, e, sobretudo, para que os milhões de brasileiros e brasileiras que estão nessa situação possam ter outras oportunidades de sobrevivência e geração de renda, com direitos básicos garantidos.

Boa leitura!

## PARTE I

A construção da pesquisa,  
objetivo, relatório, desenho,  
metodologia, hipóteses,  
resultados específicos e reflexões



# Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo

*Ludmila Costhek Abílio*

## Introdução

Este relatório apresenta os resultados de pesquisa coletiva sobre informalidade, realizada entre setembro e dezembro de 2018. A pesquisa Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo estruturou-se coletivamente a partir de minha inserção em uma rede nacional de pesquisadores que se formou para o monitoramento dos impactos da reforma trabalhista no Brasil – REMIR<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A Fundação Perseu Abramo estabeleceu comigo uma parceria, dentro da modalidade de auxílio à pesquisa de meu pós-doutorado em andamento, financiado pelo programa CAPES-PNPD, desenvolvido no Instituto de Economia da UNICAMP. Inicialmente, esta parceria consistia em minha coordenação do eixo de Informalidade no Projeto Reconexão Periferias, tendo como objetivo aprofundar o debate sobre os principais temas da informalidade, definir caminhos para se tratar da relação entre informalidade e periferia, fornecer subsídios teóricos e empíricos para a elaboração de um *survey* sobre trabalho informal, além de apresentação de resultados de pesquisa empírica com trabalhadores periféricos uberizados. Todos estes elementos estavam intimamente ligados ao próprio tema e desenvolvimento da minha pesquisa, de forma que o auxílio da Fundação e minha participação me possibilitaram alcançar uma visão muito mais ampla e aprofundada sobre a informalidade, além de ter subsídios complementares para o desenvolvimento das especificidades de minha pesquisa. Entretanto, este encontro acabou por resultar em produtos que superaram o escopo e densidade do inicialmente estabelecido. Dada minha inserção no coletivo de pesquisadores que vêm monitorando os impactos da reforma trabalhista, REMIR, a profundidade das questões sobre a informalidade que já estavam bem delimitadas, entre outros elementos, a parceria possibilitou o desenho e implementação de uma pesquisa sobre informalidade em nível nacional, envolvendo então

Partiu-se da ideia de congregar especialistas na área da informalidade, que tivessem familiaridade não só com a produção de conhecimento e dados sobre pesquisa qualitativa, sobre o tema da informalidade, mas também uma perspectiva bem informada sobre determinada categoria ou tema específico da economia informal. Desta forma, estabeleceu-se um conjunto de 18 pesquisadores de diferentes universidades do Brasil, delimitando-se o total de 31 entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras informais de cinco categorias profissionais: Empregadas domésticas, Trabalhadores da Construção Civil, Manicures, Ambulantes, Motoboys e Costureiras.

Para criar um chão comum da pesquisa, no âmbito da coordenação do projeto formulou-se o “Manual de pesquisa da informalidade”, o qual estabelecia de forma clara os objetivos e hipóteses gerais da pesquisa, um roteiro para entrevista, estruturado em blocos que remetiam àqueles, e um roteiro de análise. O manual será apresentado no item Desenvolvimento da pesquisa.

Os pesquisadores receberam auxílios para a realização do trabalho de campo e análise, sendo todas as entrevistas transcritas por meio da Fundação. Realizou-se uma reunião *on-line* com todos os pesquisadores, a fim de afinar os conceitos, objetivos e hipóteses da pesquisa e os procedimentos metodológicos que garantissem, ao mesmo tempo, a diversidade do olhar e experiência dos pesquisadores e um resultado coletivo que se desdobrasse em um panora-

---

outros pesquisadores acadêmicos que trabalham com o tema. Os coordenadores do Projeto já tinham em andamento formulações e questões sobre a informalidade, que se juntaram às questões que venho desenvolvendo há mais de uma década em minhas pesquisas, em especial: As definições sobre o trabalho informal e sua conexão com a acumulação capitalista (ABÍLIO, 2014, 2017); a definição de “viração” para compreensão da formação da classe trabalhadora brasileira (ABÍLIO 2014, 2016, 2017, 2018); e a uberização do trabalho (ABÍLIO 2017, 2018), além de caminhos metodológicos para o estudo da informalidade (ABÍLIO, 2005). Desta forma, a parceria de pesquisa alcançou resultados que são importantes contribuições para os debates sobre informalidade no Brasil, o primeiro deles foi o Dossiê Informalidade (MARQUES et al., 2018), organizado por Léa Marques, com a colaboração de Artur Henrique, Daniel Teixeira e Ludmila Abílio, o qual apresenta e discute os principais dilemas da definição de informalidade e seus desafios em termos políticos. O segundo foi o Manual de Pesquisa sobre Informalidade, elaborado por Ludmila Abílio, Léa Marques, Paulo César Ramos, Matheus Toledo e Vilma Bokany, o qual, além de definir com clareza objetivos e hipóteses da pesquisa, estabelece caminhos metodológicos para a análise da informalidade. O Manual funcionou de forma extremamente satisfatória, afinando uma pesquisa coletiva com 18 pesquisadores de diferentes instituições do país. E por fim, os resultados da própria pesquisa, que estão se desdobrando em formulações como este relatório, boletins, artigos, entre outros.



ma geral sobre a informalidade no Brasil, a partir do estudo de trajetória de trabalhadores e trabalhadoras informais.

A metodologia de pesquisa baseou-se no estudo de trajetórias de vida, tanto o treinamento como o manual tiveram como um de seus objetivos principais estabelecer as diretrizes e afinar coletivamente os procedimentos necessários para este tipo de pesquisa. A metodologia foi teoricamente embasada pela abordagem da microanálise (REVEL, 1998), a qual será posteriormente apresentada. O desenho da pesquisa fez-se então a partir de uma metodologia estritamente qualitativa, desvincilhada da pretensão de obter dados estatísticos ou seguir uma representatividade das categorias analisadas em relação a sua distribuição na força de trabalho brasileira. Entretanto, buscou-se um equilíbrio/proporcionalidade na distribuição das entrevistas em relação às atividades econômicas, raça, gênero e regiões do país.

Os objetivos da pesquisa foram satisfatoriamente alcançados, de forma que o trabalho em rede, orientado pelo estudo de trajetórias de vida, resultou de fato no provimento de uma análise-panorama sobre questões centrais sobre a informalidade do Brasil, ao mesmo tempo em que se alcançou uma visão mais clara sobre temas específicos que abrangem cada categoria pesquisada.

Serão, primeiramente, apresentados os pilares que na pesquisa estruturaram a definição e as questões da informalidade no Brasil, para então se chegar a análise dos resultados.

## A importância do tema da informalidade no Brasil

### *Sua predominância histórica no mercado de trabalho brasileiro*

Historicamente, a informalidade é predominante no mercado de trabalho brasileiro. Operando como um parâmetro central do mercado de trabalho, o trabalho informal é tomado como referência para a análise das condições de trabalho, sendo a informalidade comumente associada à precariedade, insegurança e ausência de proteção social, em oposição à seguridade e regulações que constituem o trabalho formal. A informalidade opera, assim, como espelho invertido do trabalho formal, sendo elemento central para a compreensão da evolução do mercado de trabalho, pautando políticas públicas, referenciando os debates e horizontes da crítica sobre a precarização e exploração do trabalho.

A trajetória da informalidade, a partir dos anos 2000, também opera como referência fundamental para as avaliações sobre a estruturação do mercado de trabalho e a importante redução do trabalho informal ocorrida durante as gestões federais do Partido dos Trabalhadores. Frente ao atual movimento regressivo do trabalho formal, a informalidade volta a apresentar-se como problemática que persiste e se aprofunda, ao mesmo tempo em que evidencia uma mudança no prumo das políticas de governo.

Desemprego, crise econômica e crescimento da informalidade têm caminhado juntos nesse período recente. Segundo dados do IBGE (PNADC), a informalidade recupera sua trajetória ascendente – em 2018, 32,9 milhões de empregados tinham carteira assinada; já 11,2 milhões eram empregados sem carteira; 23,3 milhões trabalhadores por conta própria; e 6,2 milhões eram empregados domésticos (menos de um terço com carteira assinada). A taxa de desocupação em relação a 2014 apresenta um crescimento de mais de 90%, passando de 6,8% para 12,3%. No que concerne aos novos postos de trabalho, a informalidade predomina também na geração de emprego – segundo dados do CAGED, entre 2015 e 2017 a geração de postos de trabalho formais foi negativa, apresentando uma leve recuperação em 2018, ou seja, a pequena redução na taxa de desemprego se deu pelo crescimento da informalidade.

Nos últimos anos, os elementos perversos da informalidade agravam-se no Brasil, devido a – além dos processos globais de flexibilização e precarização do trabalho – dois elementos políticos centrais: 1) Aprovação da Reforma Trabalhista e sua implementação em novembro de 2018, a qual institui elementos legais de promoção da informalidade em diversos níveis, ao mesmo tempo em que não garante qualquer tipo de extensão de direitos ou proteção a trabalhadores que já se encontram no trabalho informal; 2) Os atuais discursos e projetos de governo que passam a fazer uma defesa explícita da informalidade, tomando-a como solução para o crescimento econômico e geração de emprego. Em uma espécie de combinação perversa entre informalidade e defesa do empreendedorismo, tais discursos obscurecem as reais condições de trabalho de grande parte da população economicamente ativa no Brasil<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O atual presidente da República defende explicitamente que as leis trabalhistas têm de promover a informalidade e o empreendedorismo, tendo como horizonte um aprofundamento da Reforma Trabalhista (FSP, 2018; EL PAÍS, 2019). Uma possível formulação oposta a este

Levando a gravidade destas questões em consideração, a pesquisa teve como alguns de seus objetivos verificar os impactos da crise econômica e do desemprego nas condições de trabalho dos entrevistados, assim como os efeitos da Reforma Trabalhista.

### *A relação entre informalidade e periferia*

Em consonância com o objetivo maior do Projeto Reconexão Periferias, no âmbito do qual a pesquisa de desenvolveu, a pesquisa sobre informalidade foi guiada pela questão da própria definição do conceito de periferia. Este debate encontrava-se, ainda, um tanto incipiente quando do desenvolvimento das hipóteses e objetivos de pesquisa, teve-se como preocupação situar a informalidade no território, pensando-a como instrumento necessário para a compreensão da trajetória dos trabalhadores periféricos pelas cidades, os polos concretos e, também, os difusos do trabalho informal. De forma que, por meio da pesquisa de diferentes atividades econômicas, que têm em comum ser desempenhadas por trabalhadores e trabalhadoras periféricos, as definições de informalidade, assim como de periferia, ganharam movimento. Por meio da análise da economia informal, a definição de periferia adquire uma dimensão espacial mais difusa, ficando indicado um caminho ao final da pesquisa, de trazer para sua constituição no território as redes e circuitos que compõem a economia informal.

### *A invisibilização social em questão*

A definição de periferia já esteve associada com uma indistinção e um obscurimento, podendo ser tomada simplesmente como um sinônimo do viver na pobreza, às margens do desenvolvimento capitalista, na exclusão. Entretanto, há diversos movimentos de uma apropriação política do termo periferia, que passam a tomá-la como um campo feito de práticas e sentidos que têm de ser compreendidos enquanto resistência e formas de superação da desigualdade social, que se faz não como o vazio da exclusão social, mas de ativismos culturais, políticos e de uma resistência cotidiana que é, ao mesmo tempo, meio de sobrevivência frente à brutal e violenta desigualdade social. Desta forma,

---

discurso foi fomentada pela presente pesquisa e publicada na matéria “‘Não existe empreendedorismo, mas gestão da sobrevivência’, diz pesquisadora” (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

a noção de periferia adquire uma visibilidade que sempre foi negada, o mesmo ocorre com a informalidade. Abordagens que olham para o campo da economia informal reduzindo-a a mero espelho negativo do trabalho formal, acabam por invisibilizar as estratégias, as formas de organização política, as resistências cotidianas sobre sua própria exploração, assim como as opções e decisões dos atores sociais que se encontram na informalidade.

Desta forma, a pesquisa orientou-se por uma perspectiva que evidenciasse as trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras da informalidade, buscando compreender seu trânsito pelo mercado de trabalho, suas opções e caminhos que os levam a acessar e permanecer na informalidade. Desta mesma perspectiva, a pesquisa buscou dar visibilidade e reconhecer formas de associação política, de organizações coletivas que escapam aos modelos clássicos comumente associados às organizações sindicais. Tratou-se de identificar no cotidiano destes trabalhadores e trabalhadoras estratégias e práticas, por vezes até mesmo individuais, ou coletivas – mas circunscritas a um pequeno universo de ação –, que são formas de resistência e busca por garantias, proteções e limites à exploração de seu trabalho.

## A construção do problema

Resumindo os elementos acima apresentados, a pesquisa e a análise da informalidade envolvem desafios que estão no cerne de sua própria definição. Originariamente tratada como um sinônimo de pobreza, recorrentemente associada às margens do desenvolvimento capitalista, a informalidade tende a ser compreendida mais como um negativo do trabalho formal do que um campo de produção de saberes, práticas e organizações. Entretanto, também se destacam perspectivas que trazem a informalidade para o centro do desenvolvimento capitalista, principalmente dos países da periferia. Globalização, inovações tecnológicas, reconfigurações do Estado, fluxos migratórios conectam-se, então, à definição e ao reconhecimento da informalidade, demandando a compreensão de suas especificidades e, ao mesmo tempo, de sua constituição, não como exceção, mas como parte do desenvolvimento e da acumulação capitalista. Para complexificar ainda mais o debate, a flexibilização do trabalho constitui um processo de informalização por dentro do tra-

balho formal, possibilitada por um papel promotor da precarização, praticado pelo Estado associado às inovações tecnológicas que permitem novas formas de organização e controle do trabalho. A uberização do trabalho e as reformas em curso, em nível mundial, apontam para este processo.

A pesquisa lidou com todos estes elementos, tendo como objetivo maior a definição de parâmetros e conceitos sobre a informalidade como instrumento de análise sobre a própria periferia. Ambas se definem mutuamente e demandam um deslocamento da noção de pobreza e de marginalidade e das dualidades que as acompanham. Em conexão com os objetivos maiores do projeto Reconexão Periferias, este deslocamento teve como um de seus pilares o reconhecimento das práticas políticas e organizações coletivas que se fundam com o trabalho informal.

Atualizando o debate, a pesquisa, ao mesmo tempo em que mirou para os dilemas clássicos da informalidade, centrou-se em elementos que são contemporâneos, e se fazem mais claros nos últimos anos. Os elementos atuais referem-se à:

- **Uberização** como tendência global à informalização das relações de trabalho. Tendência que atravessa o mercado de alto a baixo, com suas especificidades para os trabalhadores de baixo rendimento e qualificação. Fruto da relação entre desenvolvimento tecnológico e (des)regulações do Estado, a uberização nomeia uma nova forma de controle, gestão e organização do trabalho, na qual os trabalhadores tornam-se nanoempreendedores de si próprios (ABÍLIO, 2017), desprovidos de direitos e garantias, ao mesmo tempo em que arcam com riscos e custos de sua atividade, se autogestionam e estão subordinados às empresas-aplicativo (ABÍLIO, 2017) em formas mais difíceis de reconhecer e mapear. A uberização é um fenômeno global, e atinge diferentes tipos de profissões, não só os trabalhadores periféricos. Trata-se, portanto, de um poderoso processo de informalização do trabalho.
- **MEIcização**: O MEI foi implementado como instrumento de formalização dos trabalhadores informais. Mas teve, também, um efeito perverso, há um movimento de informalização de trabalhadores que eram CLT e agora se tornam autônomos-MEI. A pesquisa teve como um de seus objetivos uma melhor compreensão dos efeitos da figura jurídica do MEI. Tendo em

conta que este instrumento se dirige, predominantemente, aos trabalhadores de baixa qualificação e rendimento, entre outros.

- **Reforma trabalhista e a informalização por dentro do trabalho formal:** A reforma trabalhista promove uma informalização do trabalho informal. Instituiu a figura do trabalhador intermitente e do autônomo exclusivo, antes inexistentes. A pesquisa teve como um de seus objetivos investigar os possíveis impactos da reforma na vida de trabalhadores informais.
- **Precarização do trabalho, flexibilização e informalidade:** Os processos de flexibilização são comumente tratados em relação ao trabalho formal, mirando-se na pejetização de trabalhadores formais, na eliminação de mediações que regulam o trabalho e asseguram direitos ao trabalhador. Já os processos de precarização do trabalho informal, são pouco conhecidos, na medida em que comumente associa-se informalidade com precariedade, entretanto, a pesquisa teve como hipótese que as condições de trabalho na informalidade também se precarizam, sendo o trabalho informal constitutivo das cadeias produtivas, assim como é impactado pelas formas de intensificação e extensão do trabalho que vêm tecendo o trabalho formal.
- **Informalidade, “viração” e classe trabalhadora brasileira:** Há um grande desconhecimento sobre um elemento estruturante da vida da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, aqui definido como “viração”. Tal termo, originalmente utilizado por Telles (2006) para referir-se ao trânsito entre formalidade, informalidade e ilegalidade nas trajetórias de trabalhadores periféricos, assim como por Gregori (2000) ao fazer etnografia da vida de meninos e meninas em situação de rua, foi atualizado frente às transformações do trabalho (ABÍLIO, 2014, 2017, 2018), designando as estratégias de sobrevivência que se traduzem num permanente movimento entre trabalho formal e informal, empreendimentos familiares, atividades mal reconhecidas como trabalho. O uso do termo também provê caminhos para evidenciar o desconhecimento dos estudos do trabalho sobre este modo de vida que, em realidade, coloca em xeque as categorias de formalidade e informalidade enquanto categorias estanques para a compreensão da classe trabalhadora brasileira. Ainda, esta atualização vê na “viração”

elementos chave que hoje estão no cerne da flexibilização e da uberização do trabalho em nível global (ABÍLIO, 2014, 2018).

## A construção da pesquisa

A pesquisa teve como questão central: Quem são, como vivem e o que pensam os trabalhadores e trabalhadoras informais das periferias do Brasil?

Esta questão fundamentou as hipóteses, objetivos e metodologia de pesquisa. A partir da experiência dos pesquisadores com as questões da informalidade, seus contatos com trabalhadores e trabalhadoras informais, com entrevista e análise baseada no estudo de trajetórias de vida, buscou-se ver de perto a trajetória ocupacional de diferentes trabalhadores informais, suas condições de vida, suas formas de resistência cotidiana, seus horizontes e desejos em relação ao mundo do trabalho, suas estratégias de vida e de sobrevivência, entre outros elementos que são esmiuçados a seguir.

### *Definição dos objetivos e hipóteses de pesquisa*

#### OBJETIVOS

- Ter uma perspectiva ampla sobre o perfil socioeconômico atual do trabalhador informal da periferia e sua evolução nos últimos 16 anos.
- Ter uma perspectiva ampla sobre a evolução das condições de trabalho nos últimos 16 anos (extensão, intensidade, custos, riscos, saúde do trabalhador, segurança, remuneração).
- Situar a informalidade na constituição do território e da própria definição de periferias.
- Ter uma perspectiva sobre a concentração racial e territorial do trabalho informal.
- Ter maior conhecimento sobre as percepções políticas de trabalhadores informais.
- Conhecer formas de organização política “tradicionais” e as que escapam aos modelos clássicos de sindicatos e associações, assim como formas de resistência à exploração do trabalho.

- Compreender como os trabalhadores informais se posicionam sobre a atual e passada conjuntura política e econômica nacional.
- Mapear as conexões do trabalho informal com cadeias produtivas em diferentes setores econômicos.
- Compreender as caracterizações tipicamente femininas e masculinas associadas ao trabalho informal.
- Mapear impactos do desenvolvimento tecnológico no trabalho informal.
- Ter maior conhecimento sobre a trajetória ocupacional de trabalhadores informais pela informalidade, formalidade, empreendimentos familiares.
- Ter maior conhecimento sobre os intermediários e promotores do trabalho informal.
- Mapear impactos da reforma trabalhista no trabalho informal.
- Compreender as relações que o trabalhador faz entre suas realizações pessoais ou não realizações e o contexto social, como relaciona a perspectiva sobre sua trajetória pessoal com uma perspectiva macrossocial.

## HIPÓTESES

- Os trabalhadores informais têm formas de organização e resistência coletiva que são pouco reconhecidas.
- A trajetória de vida do trabalhador informal é pouco conhecida, e se dá pelo trânsito entre formalidade, informalidade, empreendimentos familiares.
- Há a combinação, simultânea, pelo mesmo trabalhador entre trabalho formal, informal e outras atividades remuneradas.
- O desenvolvimento tecnológico vem impactando e modificando a organização e as relações de trabalho destes trabalhadores.
- O trabalhador informal gostaria de se formalizar.
- O MEI funciona mais como veículo de informalização do que de formalização do trabalho.
- A reforma trabalhista tem impactos sobre o trabalho informal.
- O trabalho informal está conectado a alguma cadeia produtiva.



- Estes trabalhadores tiveram um incremento em seus rendimentos na última década, agora enfrentam um movimento regressivo.
- As suas condições de trabalho não melhoraram significativamente na última década.

Os objetivos e hipóteses foram, então, elencados no manual de pesquisa e orientaram toda sua estruturação. Foram definidos seis eixos para entrevista e análise, com objetivos e questões especificados por cada eixo, de forma que o Manual consolidou um instrumento bastante satisfatório para deixar claro, de forma sintética, quais eram os objetivos e hipóteses da pesquisa, ao mesmo tempo em que estabeleceu para os pesquisadores um caminho comum para traduzir cada objetivo/hipótese em questões a serem feitas ao longo das entrevistas e, posteriormente, analisadas nas pré-análises. De fato, o treinamento aliado ao manual resultou em entrevistas/análises que nos possibilitaram responder de forma, ao mesmo tempo, específica e ampliada aos objetivos e hipóteses gerais da pesquisa.

Os seis eixos de entrevista/análise estruturaram-se da seguinte forma:

1. Uma definição do perfil socioeconômico do trabalhador e sua família, não só no presente, mas ao longo do tempo. Buscou-se, assim, de forma semiestruturada, demarcar elementos que contribuíam para compreensão da situação atual e para os caminhos que levaram o trabalhador e a trabalhadora a sua atual condição. Para tanto, seguindo pilares do estudo de trajetórias de vida, os pesquisadores estavam cientes da necessidade de ter a maior compreensão possível sobre a trajetória familiar do trabalhador.
2. Um mapeamento e recomposição no tempo e no espaço da trajetória dos trabalhadores. Tal mapeamento tinha como objetivos centrais: investigar o trânsito entre trabalho formal, informal e empreendimentos familiares; compreender as estratégias que os levaram a acessar e se manter nas atividades atuais; compreender as percepções e decisões do trabalhador sobre suas condições e oportunidades de trabalho ao longo do tempo.
3. Uma análise, a partir da experiência do trabalho, sobre as atuais condições de trabalho, o que envolveu olhar para remuneração, intensidade

do trabalho, tempo de trabalho, custos, riscos da atividade. Mapear atividades econômicas concomitantes ao trabalho principal e suas condições de trabalho, suas estratégias de manutenção e reprodução social por meio dessas atividades, assim como suas próprias percepções sobre as condições de trabalho.

4. Investigação sobre os agentes promotores da informalidade, ou seja, intermediários, recrutadores, papel do Estado no cotidiano do trabalho, conexão do trabalho com cadeias produtivas, redes de subcontratação, terceirizações, ONGs etc.
5. Uma perscrutação sobre percepções, perspectivas e posicionamentos políticos. Investigação sobre as perspectivas em relação ao próprio trabalho, relações entre a trajetória do trabalhador e seus posicionamentos políticos, suas percepções políticas sobre a última década.
6. Investigação sobre as formas de organização e resistência do trabalhador ao longo do tempo e do espaço, suas experiências políticas, conquistas e derrotas relacionados a garantias e proteções no trabalho, seu engajamento político com organizações coletivas, formas de resistência coletivas ou individuais em sua vida cotidiana.

### *A opção metodológica: O estudo de trajetórias de vida*

O Manual estabeleceu diretrizes práticas e embasamento teórico para o estudo de trajetória de vida. A opção por este método se deu pelo objetivo maior de se estabelecer uma pesquisa da informalidade que evidenciasse suas diferentes matizes e, a partir da especificidade da trajetória de cada trabalhador, as diferentes estratégias, percepções, produção de sentidos e significados que compõem o campo da informalidade. Buscou-se, assim, no desenho de cada trajetória, visualizar nos percursos de cada indivíduo os grandes dilemas que movem o mundo do trabalho, tais como os processos de precarização, a ausência de uma rede de proteção ao trabalhador, as (im)possibilidades de organização, a fragmentação dos trabalhadores, as melhoras e piores nas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras de baixo rendimento e qualificação. Por meio deste método, visou-se, também, esmiuçar as percepções dos trabalhadores sobre sua própria condição, sobre suas possibilidades

de mudança ou permanência, sobre os sentidos que atribuem à informalidade. Recuperando fundamentação teórica exposta no manual, é preciso destacar que<sup>3</sup>:

O estudo das trajetórias fundamenta-se em uma abordagem microanalítica. A microanálise estabelece-se assim como o meio para, partindo de uma perspectiva em menor escala, ampliar os níveis de análise até que se possa alcançar a “cartografia do social” (Revel, 1998). Assim, a análise biográfica estabelece uma microescala analítica que delinea o desenho de uma vida individual – as escolhas do indivíduo, seus caminhos – e que, entretanto, pode ser ampliada, levando aquela imagem a tornar-se o traçado de um desenho maior. Como afirma Revel, a escolha individual possibilita ‘acompanhar o fio de um destino particular [...] e com ele a meada das relações nas quais ele se inscreve’ (Revel, 1998, p. 21) (ABÍLIO 2005)

Dessa forma, “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global” (*ibidem*, p. 28). A microanálise, na perspectiva aqui adotada, não busca relações de determinação entre a micro e a macro-história. Não há um contexto mais amplo, homogêneo e fechado que paire sobre a vida dos indivíduos. É como se todos os contextos, do nível mais pessoal até o mais amplo, compusessem um mesmo cenário, o qual, de acordo com a distância, será visto de forma diferente. Bernard Lepetit recorre a uma figuração de Pascal: “Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome de campo” (LEPETIT, 2001, p. 102). A trajetória de um entrevistado pode ser vista como um percurso individual – vinda para São Paulo, casamento, primeiro emprego registrado, desemprego etc. –, acontecimentos que, no entanto, também são fios de uma trama maior: o movimento migratório que alimentou e configu-

---

<sup>3</sup> Os próximos três parágrafos foram extraídos de Abílio (2005) e também utilizados no Manual de pesquisa.

rou a cidade de São Paulo em determinado período, a ampliação de postos de trabalho na indústria, transformações do trabalho que se instauram na década de 1990, e assim por diante.

Porém, ao invés da determinação de um sobre o outro, propõe-se aqui – seguindo a perspectiva de uma microanálise – que se compreenda como o encontro de diferentes contextos delimitam o

‘espaço dos possíveis – em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada.’ (Revel, 1998, p. 26). Ao longo da reflexão evidencia-se a negação da passividade dos indivíduos assim como se afirma a perspectiva de que seus caminhos configuram escolhas dentro de um campo de possibilidades (ABÍLIO, 2005).

### *Distribuição e desenho da pesquisa*

Pensando nas questões de raça, gênero e também da distribuição territorial, o desenho da pesquisa foi feito a partir de três diretrizes: 1) Manter uma equivalência entre o total de homens e mulheres entrevistadas; 2) Garantir que todos os pesquisadores entrevistassem ao menos um trabalhador ou trabalhadora negro(a); 3) Garantir uma relação entre densidade populacional e a distribuição das entrevistas por região. Dentro da perspectiva de gênero, foram escolhidas atividades ocupacionais tipicamente femininas, tais como costura, emprego doméstico, manicura; e atividades ocupacionais tipicamente masculinas: construção civil (que, entretanto, também teve mulheres entrevistadas) e motoboys. Além da categoria dos vendedores ambulantes, que teve tanto homens como mulheres entrevistados. As três diretrizes foram satisfatoriamente cumpridas, entretanto, em item posterior são analisadas as deficiências em relação à análise de gênero e principalmente raça.

Compôs-se um coletivo de 18 pesquisadores e pesquisadoras, todos provenientes de Universidades e com pesquisas no campo da informalidade. Os pesquisadores tinham diversas formações – economistas, administradores, advogados, sociólogos, antropólogos –, assim como diferentes níveis de formação – mestrandos, mestres, doutorandos, doutores, pós-doutores e professores universitários. Seguindo as diretrizes da pesquisa, seu desenho final ficou da seguinte maneira:

Tabela 1: distribuição e desenho da pesquisa

Pesquisador/a	Instituição	Atividade Econômica	Quantidade	Sexo (M) (F)
José Trindade	Prof. UFPA	Construção	03	3M
Jordão Nunes	Prof. UFG	Construção	02	2F
Lígia Silos	Mestranda UFG	Manicure	02	2F
Maria A. Sanches	Doutoranda UFG			
Maurício Rombaldi	Prof. UFPB	Construção	02	2M
Ana Márcia Almeida	Prof. UFPE	Confecção	02	1M 1F
Bruno Mota	Doutorando UFPB	Confecção	02	1M 1F
Lucia Scalco	Pos doc UFRGS	Confecção	03	3F
Beatriz Santos	Mestranda UERJ	Ambulante	02	1M 1F
Ramon Chaves	Mestrando UFRJ			
Felipe Rangel	Doutorando UFSCAR	Ambulante	02	1M 1F
Juliane Acquaro	Mestre UFSCAR	Ambulante	01	1F
Bruno Mota	Doutorando UFPB	Motoboy	01	1M
Ludmila Abílio	Pos Doc CESIT	Motoboy	02	2M
Marcelo Carneiro	Prof. UFMA	Motoboy	02	2M
Mariana Moreira Serra	Mestranda UFMA			
Juliana Oliveira	Doutora USP/Fundacentro	Manicure	02	2F
Thiago Peres	Doutorando IESP/UERJ	Trabalhadoras Doméstica	03	3F
<b>Total:</b> 18 pesquisadores/as	<b>Regiões representadas:</b> · Sul: 03 · Sudeste: 09 · Centro Oeste: 04 · Nordeste: 07 · Norte: 03	<b>Categorias:</b> · Construção · Confecção · Motoboy · Manicure · Trabalhadoras Domésticas · Ambulantes	<b>Total: 31</b> · Construção: 07 · Confecção: 07 · Motoboy: 05 · Manicure: 04 · Trabalhadoras Domésticas: 03 · Ambulantes: 05	<b>Total por sexo:</b> · 14 M · 17 F

## Resultados da pesquisa

A pesquisa alcançou uma ampla gama de resultados, fornecendo dados para se analisar a informalidade como um todo e a especificidade de cada categoria. Aqui serão abordados os resultados que possibilitam um panorama da informalidade, e, mais do que isto, que trazem novos elementos para o debate. Também serão tratados alguns aspectos de relevo relacionados à categoria ou à tendência específica. Elementos gerais que se destacam na análise e que podem contribuir com novas perspectivas:

1. Primeiro, que está presente em todas as categorias: a crise econômica tem impactos de forma muito significativa na trajetória de todos os trabalhadores e trabalhadoras; nota-se um aumento da instabilidade, redução dos ganhos econômicos, redução de oportunidades de trabalho – que se dá diferentes formas, de acordo com a categoria em questão. É preciso destacar que olhar para a degradação proveniente da crise também é olhar para o período anterior, quando se apresentam melhoras significativas nas condições de vida – e não necessariamente nas condições de trabalho – dos entrevistados;
2. Um segundo elemento que permeia a maioria das trajetórias é a “viração” (ABÍLIO, 2014, 2017, 2018; TELLES, 2006), os entrevistados têm um trânsito recorrente pela formalidade-informalidade, transitam por diferentes atividades ocupacionais, e até mesmo dentro da informalidade têm diferentes condições;
3. Tal questão nos leva a uma terceira consideração, sobre os diferentes tipos de informalidade que compõem esta própria definição;
4. Um quarto elemento que desafia uma perspectiva crítica sobre a informalidade e que demanda uma análise cuidadosa sobre o discurso e perspectivas dos trabalhadores informais é que, para grande parte dos entrevistados, o trabalho formal não se coloca claramente como um horizonte a ser alcançado;
5. Por fim, os trabalhadores e trabalhadoras apresentam formas de resistência, que se dão, na maioria das vezes, distantes dos sindicatos. Há novas formas de associativismo em curso, assim como resistências que se dão ao nível individual.

Estes elementos são analisados a seguir.

### *A inflexão na trajetória e a crise econômica*

Não confio em ninguém. Estou dizendo isso, eu tenho Lula por quê? Lula roubou, não roubou? Então, pronto. Mas, ele ajudou muita gente pobre. Ele roubou, mas não roubou só. Ajudou os pobres em algumas coisas, Bolsa Família. Eu, nós podíamos comprar uma televisão, podíamos fazer um empréstimo, podia comprar uma casa, um carro. Nós não podia. E hoje, você tendo nome limpo, você vai lá e faz um crediário lá, parcela lá 200 vezes lá. (Pedreiro, João Pessoa/PB)

A gente vê família, as pessoas bem pobrezinhas, que depois do governo Lula teve muita mudança, teve muitas oportunidades; da minha família receber. Eu fui uma das pessoas que não tive oportunidade de fazer faculdade porque eu tive que começar a trabalhar muito cedo, mas hoje eu vou lá no Maranhão e se você vê meus primos, todos estão fazendo faculdade; todos terminando a faculdade, está entendendo? Faculdade pública, que para você entrar, chegar lá, você rala para caramba. Quem da minha família antes de ter o Lula, quem teve uma faculdade? Ninguém, nenhum. (Manicure, São Paulo/SP)

A gravidade da crise econômica pode ser vista na trajetória de cada um dos entrevistados. Vem se traduzindo em ausência de oferta de trabalho, como no caso de trabalhadores e trabalhadoras da construção civil; na queda de rendimento, como no caso dos vendedores ambulantes; no medo do desemprego e perda das condições de negociação, como no caso das empregadas domésticas; na queda de rendimentos, aumento da concorrência e rebaixamento do valor da força de trabalho, como no caso dos motoboys.

Em relação ao período das gestões federais do Partido dos Trabalhadores, é bastante claro o incremento de rendimentos – seja por maior oferta de trabalho, seja por aumento na remuneração, seja pela ampliação de benefícios sociais –, assim como melhorias nas condições de vida e acesso a bens de consumo, como reformas no domicílio, aquisição de imóvel, de carro/moto. Além disso, também aparecem nas entrevistas o acesso ao ensino superior neste período, seja do próprio entrevistado ou de alguém de seu núcleo familiar. Já as condições de trabalho, não necessariamente acompanham as mudanças nos rendimentos dos entrevistados no sentido de melhora.

### *A “viração” como modo de vida*

Além de costurar, tenho um brechó e um pequeno salão de beleza para complementar a renda. (Costureira, Porto Alegre/RS)

A pesquisa confirmou a hipótese da “viração”, ou seja, a trajetória de vida dos trabalhadores informais se dá pelo trânsito entre formalidade, informalidade, empreendimentos familiares. É comum, na vida desses trabalhadores, a combinação entre trabalho formal e informal ou, ainda, entre diferentes atividades remuneradas no campo da economia informal. Este trânsito pode se dar de diferentes maneiras:

1. Pode haver a combinação simultânea de diferentes tipos de vínculo trabalhista na mesma ocupação, é o caso das empregadas domésticas, das manicures, dos motoboys, que, ao acumularem diferentes empregos e prestação de serviços, são, ao mesmo tempo, registrados, informais, uberizados, MEI. Há uma ampla gama de combinações possíveis dentro da dedicação a uma mesma atividade econômica. Por exemplo, ser motoboy MEI por aplicativo e entregador informal de pizza, ser CLTista numa terceirizada e MEI por aplicativo.
2. Ter, ao longo do tempo, o trânsito por diferentes tipos de vínculo numa mesma ocupação. O caso das costureiras deixa este trânsito evidente, ser trabalhadora informal para uma loja, trabalhar em cooperativa, ser costureira em domicílio. Estes diferentes tipos de vínculo serão mais bem trabalhados na análise dos diferentes tipos de informalidade.
3. É comum, ao longo da vida dos entrevistados, a combinação entre diferentes atividades na informalidade. É caso, por exemplo, do motoboy que durante suas entregas aproveita para comprar e vender mercadorias como sacoleiro. Da costureira que tem um brechó e um pequeno salão de beleza.
4. Grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras exerceu diferentes tipos de atividade, sendo minoria os que apresentam uma permanência em um só tipo de profissão/ocupação. Esta variedade evidencia que a trajetória de trabalhadores formais e informais não é retilínea, é feita de uma constante gestão sobre suas oportunidades de vida, as quais se fazem por meio de redes de sociabilidade, como a da vizinhança, da trajetória familiar, da igreja, de conhecidos, sindicato, ex-colegas de trabalho, que vão trazendo e indicando



oportunidades de trabalho. As estratégias e oportunidades se formam distantes de um plano de carreira ou de uma identidade profissional bem definida, o que não quer dizer que o trabalhador não constitua uma identidade específica relacionada ao seu atual trabalho. Apresenta-se a trajetória dos cinco motoboys/mototaxistas entrevistados (2 de São Paulo, 1 da Paraíba, 2 do Maranhão), as quais deixam este trânsito muito evidente:

Tabela 2: trajetórias motoboys

	Trajетória ocupacional anterior	Trajетória como motoboy
<b>Motoboy 1 (SP)</b>	Roça quando criança Padaria Empresa de caminhão (10 anos clt)	Motoboy empresa terceirizada Contrato informal motoboy Aplicativo MEI
<b>Motoboy 2 (SP)</b>	Supermercado Metalurgia Promotor de vendas em supermercado Reparação em casas Atendente da Claro Repositor em mercado Soldador	Motoboy em empresa terceirizada MEI por conta própria + Sacoleiro
<b>Motoboy 3 (PB)</b>	Roça Algodão doce Picolezeiro Carroceiro de feira Engraxate Fábrica de confecções em SP (CLT) Servente de pedreiro Vendedor ambulante Auxiliar de serviços gerais Porteiro Professor concursado escola municipal geografia	Mototaxista/motoboy
<b>Motoboy 4 (MA)</b>	Limpeza em caixa eletrônico Frentista + motoboy (clt+bicos, 12hs no posto+ 6hs pizza) Repositor de mercado	Pizzaria + frentista Motoboy cooperativa para pizzaria Motoboy Pizzaria
<b>Motoboy 5 (MA)</b>	Fotógrafo Assentador de paralelepípedos Serviços gerais de cozinha Repositor de mercado Ajudante de pedreiro Pintor Ajudante de bombeiro Pedreiro Comércio próprio Auxiliar de cozinha, escola e hotel	Mototaxi/motoboy + diarista esporádico

### *Os diferentes tipos de informalidade*

Olhando de perto as condições de trabalho destes 31 trabalhadores, fica evidente que a informalidade é composta por diferentes estatutos, os quais as categorias clássicas nem sempre dão conta de descrever. Em um mundo do trabalho em transformação – na atual combinação entre (des)regulação do trabalho e inovações tecnológicas – estas categorias têm movimento, atualizam-se – geralmente em sentido de novas formas de precarização e desproteção do trabalho. Ser informal pode significar muitas coisas. Há diferentes tipos de informalidade dentro de uma mesma atividade econômica, assim como o trabalhador pode combinar diferentes estatutos enquanto trabalhador informal.

A pesquisa verificou que o motoboy na CLTista, por exemplo, pode ser autônomo, PJ ou MEI, com clientela própria; MEI subordinado aos aplicativos, informal com remuneração fixa, informal com remuneração fixa e entregas. A empregada doméstica pode ser diarista, não registrada, com vários empregadores; mensalista não registrada, mas em condição legal de trabalho, mensalista não registrada em condição ilegal. As costureiras podem trabalhar por conta própria, para clientes eventuais ou fixos que não as registram mas as subordinam, estarem em um empreendimento familiar informal que está subordinado a algum outro empreendimento, entre outras condições.

Estas diferentes condições irão definir diferentes condições de trabalho, maior ou menor segurança do trabalhador, diferentes remunerações, diferentes estabilidades do trabalho, assim como diferentes jornadas de trabalho e até mesmo intensidade do trabalho.

### *Os horizontes dos trabalhadores informais*

É, porque, a gente, a gente trabalha no clandestino, a gente por conta própria não é, a gente ganha mais do que um salário, um pouco. O salário, está o que, do pedreiro hoje, está 1.400 reais. E nós clandestinos, nós vamos ganhar o que?! Hoje no barato, está 100 contos a diária. Vai sair 2.000. Você vê como é que é? [...] É. No mês, 2.000. Por que o seguinte, a gente prefere o biscate por que, sempre tendo nós ganhamos mais. (Pedreiro, PB)

Eu preferia estar de carteira assinada, porque o dia que não desse mais certo aqui eu ia sair de lá recebia os meus direitos e ia conseguir me manter por uns tempos,

e agora se eu sair de lá eu saio com uma mão na frente e outra atrás, eu não vou ter nada guardado, e tipo eu saio de lá hoje e no outro dia eu já tenho engajar em outro, se eu ficar parado só Deus sabe o que vai acontecer. (Motoboy, MA)

A pesquisa teve como hipótese que o trabalhador informal gostaria de se formalizar, entretanto os resultados apontam para uma formulação mais complexa. O trabalho formal não opera como um horizonte imediato para os trabalhadores, entretanto isso não quer dizer um apego ou opção pelo empreendedorismo, como os defensores da precarização e eliminação de direitos do trabalho podem interpretar. Não se trata de não querer segurança, estabilidade, acesso a direitos e proteção social, mas sim de uma visão realista sobre as possibilidades precárias que se desenham para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Para muitos dos entrevistados, o emprego formal significaria queda em seus rendimentos, seu julgamento baseia-se na qualificação que têm e nos empregos disponíveis na economia formal. Também não se pode ignorar que, muitas vezes, a informalização é, ao menos inicialmente, uma forma de se desvencilhar da exploração de empresas terceirizadas, por exemplo. A informalidade também pode significar, em algumas situações, maior flexibilidade quanto à jornada, o que na prática se traduz na possibilidade de acumular diferentes atividades remuneradas ao mesmo tempo.

Entretanto, os horizontes também variam de acordo com o tipo de atividade profissional. Há uma percepção de que o emprego formal além de estabilidade também pode garantir melhores condições de trabalho e meios formais de organização e resistência. Como afirma um motoboy do Maranhão: “Com certeza carteira assinada que, como eu estou falando, ele te dá poder de negociação, querendo ou não te estabiliza”.

### *Negociações, limites e formas de organização e resistência*

Porque funciona assim, tem mil na Loggi, no protesto vai 50, quando os outros 950 está estourando por aí fazendo entrega, eu já fiz isso, eu já fui em manifestação e não ganhei nada, e os caras ganhando rio de dinheiro. O dia que eu não fui na manifestação eu fiz 600 reais por dia.” (Motoboy, SP)

Por algumas vezes, a entrada na informalidade pode ocorrer como meio de romper com relações de exploração que se dão no trabalho formal. É preciso

sublinhar que trabalho formal não é sinônimo de trabalho não degradado. Por vezes, a opção de se tornar trabalhador autônomo pode significar não só melhores remunerações (sabendo-se que com elas vêm a perda de direitos e garantias), mas também o rompimento com relações de subordinação que podem passar por humilhações, assédios e más condições de trabalho. O que não significa que na informalidade o trabalhador também deixe de estar exposto a elas.

As entrevistas evidenciam a consciência sobre a própria exploração e a busca por alternativas, que, na informalidade, podem contraditoriamente significar livrar-se deste tipo de opressão e, ao mesmo tempo, adentrar o campo da instabilidade e total ausência de garantias, além de novas formas de subordinação.

Nas entrevistas, fica bastante evidente como um instrumento de resistência individualizado dos trabalhadores e trabalhadoras é romper com aquela determinada relação de trabalho – seja ela formal ou informal – e buscar uma alternativa. Este rompimento se dá por um julgamento sobre o excesso de trabalho a que se está submetido ou sobre injustiças as quais não se quer mais submeter. Obviamente que esta decisão de rompimento envolve estratégias, possibilidades de sobrevivência, avaliações e oportunidades em vista.

Algumas categorias, como a dos ambulantes e motoboys, apontam para novas formas de organização, que se utilizam das redes sociais, e se distanciam dos sindicatos. As práticas destas organizações podem se aproximar do que Vêras (2011) diagnosticou como sindicalismo cidadão, no sentido de estarem voltadas menos para melhorias de condições no trabalho que se refeririam a duração da jornada, remuneração, garantias e mais para benefícios que contribuem com o trabalho ou com o bem-estar do trabalhador. No caso dos motoboys, o associativismo tem tido como foco linhas de financiamento para motos, redução do valor do seguro obrigatório, entre outros. Na fala dos trabalhadores, há uma rejeição à atuação dos sindicatos e um apoio às novas formas de organização.

Destacam-se, também, as dificuldades de mobilização e engajamento quando se é um trabalhador informal. A mobilização pode significar enfrentamento violento com o Estado, perda de ganhos e clientes. Uma das narrativas mais exemplares é a do motoboy uberizado, que numa primeira manifestação participa ativamente, o que significou deixar de ter remuneração por aquele dia de trabalho, e na outra opta por trabalhar, o que significou ter maiores ganhos, dada a queda na concorrência.

## Outros resultados da pesquisa

### *O MEI e a Informalidade*

Apesar de ter sido criado como um instrumento de formalização de trabalhadores informais, que se tornam Microempreendedores Individuais, tendo acesso à seguridade social e alguns direitos associados ao trabalho, atualmente podemos nos referir a um processo de MEIcização, bastante semelhante ao da Pejotização, que atinge, entretanto, trabalhadores de baixo rendimento e qualificação. Ao mesmo tempo em que trabalhadores informais se formalizam como microempreendedores, também há um forte movimento de eliminação de postos de trabalho formais que são substituídos por trabalhadores MEI. Esta contradição esteve manifesta na pesquisa, na medida em que alguns trabalhadores informais hoje se tornaram MEI, acessando em alguma medida direitos associados ao trabalho formal. A figura do MEI neste sentido coloca o trabalhador também na economia formal, podendo este trabalhar legalmente como prestador de serviços, emitindo notas fiscais, por exemplo. Entretanto, também há o movimento de migrar da CLT para o MEI, caso dos motoboys que passam a trabalhar para os aplicativos e, por vezes, deixam de trabalhar para as terceirizadas. De forma que ao mesmo tempo em que garantiu um processo de formalização, o MEI também opera como veículo de informalização do trabalho. Este processo precisa ser mais pesquisado e conhecido, levando-se em conta a sua complexidade, na medida em que garante direitos, proteções e legalidade, mas também pode servir como instrumento para o empreendedorismo forçado.

### *As especificidades do emprego doméstico e os desdobramentos da PEC das domésticas*

As condições de trabalho das empregadas domésticas entrevistadas evidenciaram uma contradição não prevista, inicialmente, na pesquisa. A promulgação da emenda constitucional 72, em 2013, e a aprovação da PEC 66/2012 – que teve como foco limitar a jornada, garantir pagamento de horas extras e, também, formalizar o trabalho de empregadas domésticas – acabou se desdobrando em um efeito perverso de informalização e novas formas de contratação destas trabalhadoras. De mensalistas – registradas ou não – trabalhadoras se

tornam diaristas, sofrendo redução de sua jornada e, em alguns casos, também redução de sua remuneração. Dado que a lei muda, mas isso não garante a mudança na racionalidade ou práticas de exploração e opressão, a duração da jornada da trabalhadora pode seguir em disputa de forma informal, dentro do espaço privado da casa, o mesmo parece acontecer com sua remuneração, cuja determinação varia no tempo, de acordo com demandas e negociações dos patrões. A pesquisa verificou, portanto, que a PEC acabou por resultar na informalização de trabalhadoras que antes eram registradas e na sua migração de mensalistas para diaristas.

### *Os impactos da uberização no trabalho informal*

Ah, eu não quero de saber de salário nunca mais. Sério. Você sabe por quê? Porque nessa empresa por aplicativo eu mesma sou a minha chefe, eu mesmo preencho a minha agenda, eu faço meus horários, atendo quantas clientes que eu quero, e pelo aplicativo eu sei que se sair de manhã, não vou chegar [em casa] dez da noite, como já aconteceu. (Manicure, São Paulo/SP)

Verificou-se que a informalização do trabalho por aplicativos está presente na ocupação dos motoboys e das manicures. É preciso ressaltar que, apesar de ausente nas outras categorias pesquisadas, ela também se faz presente no emprego doméstico e na construção civil. Para as manicures, o trabalho por aplicativo é incipiente, para os motoboys, encontra-se já operando há mais de cinco anos.

A manicure entrevistada encontra-se em situação melhor do que anteriormente, dada a baixa concorrência no trabalho por aplicativo, tem boa remuneração e vê sua situação como uberizada melhor do que a de manicure no salário. A liberdade de fazer seu próprio horário, de não ter de estar subordinada às definições e imposições do salário são pontos positivos. Já os motoboys encontram-se em situação diversa. São vários aplicativos atuando no mercado, a adesão dos motoboys vem crescendo significativamente, o que aumenta a oferta de trabalhadores e torna as condições de trabalho mais difíceis, além de uma queda significativa na remuneração. Soma-se a estes elementos a crise econômica, que tem alto impacto na oferta de trabalho para os motoboys.

O que também se faz evidente com os motoboys é que a concorrência entre os aplicativos se traduz em rebaixamento do valor da força de trabalho.

Os motoboys chegam a se referir a alguns aplicativos como “trabalho escravo”. Para os entrevistados, a fragmentação dos trabalhadores vem dificultando resistências coletivas contra este processo de rebaixamento.

## Recomendações para futuras pesquisas

### *A questão da interseccionalidade entre classe, raça e gênero*

Analisando retrospectivamente a pesquisa e também levando em consideração críticas que foram feitas pelos participantes dos seminários de apresentação da pesquisa no âmbito do Projeto Reconexão Periferias, recomenda-se uma atenção maior à questão da raça e do gênero em pesquisas futuras sobre a informalidade. Ainda que esta pesquisa tenha tido forte preocupação com a representatividade – mantendo a proporcionalidade entre sexo feminino e masculino e, também, garantindo a presença de entrevistados negros –, as questões, hipótese e objetivos de pesquisa não se voltaram significativamente para uma investigação que traçasse relações entre os percursos, possibilidades, estratégias dos entrevistados e raça, tampouco o gênero. No caso do gênero, a pesquisa enfrentou menores dificuldades, à medida que foram selecionadas ocupações tipicamente femininas e masculinas, as quais possibilitam enxergar e problematizar diversos elementos que compõem a relação entre informalidade e gênero. Já em relação à desigualdade racial e seus elos com diferentes condições de trabalho, não houve contribuições significativas. A interseccionalidade é questão complexa que, apesar de estar bem fundamentada e debatida teoricamente, ainda demanda o estabelecimento de caminhos da pesquisa empírica mais sólidos para sua problematização. Considerando-se que o tema da pesquisa não é só informalidade, mas informalidade e periferia, é preciso desenvolver novas perspectivas mais interseccionais para tratar da informalidade de trabalhadores e trabalhadoras periféricos.

### *O estudo da trajetória de vida e a participação dos trabalhadores*

Ficou comprovado pela excelência da pesquisa que o estudo de trajetórias de vida é um método poderoso para uma análise qualitativa sobre o trabalho informal, podendo dar subsídios para o enfrentamento dos principais dilemas sobre a informalidade. Futuras pesquisas poderiam trazer à experiência a atu-

ação dos próprios trabalhadores para a formulação dos objetivos, hipóteses e roteiro de pesquisa, assim como para o próprio desenvolvimento da pesquisa empírica, o que certamente traria novas perspectivas sobre a informalidade.

### *As organizações políticas na informalidade*

Um desdobramento importante da pesquisa seria investigar a relação entre organizações políticas dos trabalhadores com o território e o tipo de atividade desenvolvida. Ainda, é preciso incorporar na análise e horizontes de organização os diferentes tipos de informalidade presentes em uma mesma ocupação. Motoboys, por exemplo, têm alta visibilidade, pontos de encontro na cidade, além de sindicatos atuantes (com diferentes proposições). Há anos organizam diferentes tipos de manifestação e são mundialmente vanguarda na organização de trabalhadores uberizados. Já empregadas domésticas, por exemplo, têm seu trabalho individualizado e situado no espaço privado da casa, ou seja, suas possibilidades de organização têm de se dar por outros caminhos, que não o ambiente de trabalho. Costureiras têm condições e estatutos muito diversos dentro da própria informalidade, os quais envolvem a forte presença de empreendimentos familiares – e com eles o trabalho não remunerado na própria família –, quais são as possibilidades de organização e reconhecimento de sua categoria? Estas são questões que envolvem um aprofundamento na especificidade de cada categoria, e mais do que isso, uma maior relação entre a atividade econômica e sua espacialização.

## Referências

- ABÍLIO, L.C. *Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo*. Dissertação de mestrado. FFLCH – USP, 2005.
- \_\_\_\_\_. C. *Sem maquiagem: O trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo Editorial, v.01. p.240, 2014.
- \_\_\_\_\_. A uberização do trabalho: A subsunção real da viração, Blog da Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Revista Margem esquerda*. São Paulo: Boitempo, n.31, p. 54-61, 2018.
- \_\_\_\_\_; PAULANI, L. M. Segurando com as dez: O proletário tupiniquim e o desenvolvimento brasileiro, Relatório de Pesquisa, FAPESP – FEA/USP, 2016.



- EL PAIS. Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso, a ideia é aprofundar a reforma trabalhista, 04 de janeiro de 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714\\_377475.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html)>. Acesso em: 08 abr. 2019.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Leis trabalhistas tem que se aproximar da informalidade, diz Bolsonaro. São Paulo, dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/lei-trabalhista-tem-que-se-aproximar-da-informalidade-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 08 abr. 2019.
- GREGORI, M.F. *Viração: Experiências de meninos de rua*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001
- MARQUES, L.; HENRIQUE, A.; TEIXEIRA, D.; ABÍLIO, L.C. Dossiê Informalidade: Realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. Fundação Perseu Abramo. Agosto de 2018. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/Informalidade-final.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- REDE BRASIL ATUAL. “Não existe empreendedorismo, mas gestão da sobrevivência”, diz pesquisadora. 26 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/02/nao-existe-empendedorismo-mas-gestao-da-sobrevivencia-diz-pesquisadora/>>. Acesso em: 08 abr. 2019.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- TELLES, V. S. (org). Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo social* 18(1): p.173-195, 2006.
- VÉRAS, R. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume, 2011.



# Manual de Pesquisa: Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo

*Ludmila Abílio, Matheus Toledo, Vilma Bokany<sup>1</sup>, Paulo César Ramos<sup>2</sup> e Léa Marques*

Questão central:

Quem são, como vivem e o que pensam os trabalhadores informais das periferias do Brasil?

HIPÓTESES:

- Os trabalhadores informais têm formas de organização e resistência coletiva que são pouco reconhecidas.
- A trajetória de vida do trabalhador informal é pouco conhecida, e se dá pelo trânsito entre formalidade, informalidade, empreendimentos familiares.

---

<sup>1</sup> Vilma Bokany, é bacharel e possui mestrado em Ciências Sociais e doutoranda em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no PPGCS, onde desenvolve pesquisa sobre o tema preconceito, discriminação e intolerância em São Paulo. Compõe o Núcleo de Opinião Pública Pesquisa e Estudos da Fundação Perseu Abramo, onde atua desde março de 2001 e o Projeto Reconexão Periferias desde sua implantação, em 2017.

<sup>2</sup> Paulo César Ramos é cientista social, mestre e doutor em sociologia, é atualmente é coordenador do Projeto Reconexão Periferias. Seus principais temas de pesquisa são relações raciais, movimentos sociais, violência e juventude. É o pesquisador responsável pelo projeto Memória e Identidade Afro-Brasileira, parceria entre Afro - Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e o Center for African Studies da Universidade da Pensilvânia, pesquisado líder do Projeto Violência Racial no Núcleo de Justiça Racial da FGV - parceria com Afro-Cebrap.

- Há a combinação simultânea pelo mesmo trabalhador entre trabalho formal e informal e outras atividades remuneradas.
- O desenvolvimento tecnológico vem impactando e modificando a organização e as relações de trabalho destes trabalhadores.
- O trabalhador informal gostaria de se formalizar.
- O MEI funciona mais como veículo de informalização do que de formalização do trabalho.
- A reforma trabalhista tem impactos sobre o trabalho informal.
- O trabalho informal está conectado a alguma cadeia produtiva.
- Estes trabalhadores tiveram um incremento em seus rendimentos na última década, agora enfrentam um movimento regressivo.
- As suas condições de trabalho não melhoraram significativamente na última década.

#### OBJETIVOS:

- Ter uma perspectiva ampla sobre o perfil socioeconômico atual do trabalhador informal da periferia e sua evolução nos últimos 16 anos.
- Ter uma perspectiva ampla sobre a evolução das condições de trabalho nos últimos 16 anos (extensão, intensidade, custos, riscos, saúde do trabalhador, segurança, remuneração).
- Situar a informalidade na constituição do território e da própria definição de periferias.
- Ter uma perspectiva sobre a concentração racial e territorial do trabalho informal.
- Ter maior conhecimento sobre as percepções políticas de trabalhadores informais.
- Conhecer formas de organização política “tradicional” e as que escapam aos modelos clássicos de sindicatos e associações, assim como formas de resistência à exploração do trabalho.
- Compreender como os trabalhadores informais se posicionam sobre a atual e passada conjuntura política e econômica nacional.
- Mapear as conexões do trabalho informal com cadeias produtivas em diferentes setores econômicos.

- Compreender as caracterizações tipicamente femininas e masculinas associadas ao trabalho informal.
- Mapear impactos do desenvolvimento tecnológico no trabalho informal.
- Ter maior conhecimento sobre a trajetória ocupacional de trabalhadores informais pela informalidade, formalidade, empreendimentos familiares.
- Ter maior conhecimento sobre os intermediários e promotores do trabalho informal.
- Mapear impactos da reforma trabalhista no trabalho informal.
- Compreender as relações que o trabalhador faz entre suas realizações pessoais ou não realizações e o contexto social, como relaciona a perspectiva sobre sua trajetória pessoal com uma perspectiva macrossocial.
- Observar as formas de desrespeito e discriminação sofridas e meios pelos quais os indivíduos lidam com elas.
- Compreender as percepções e o envolvimento subjetivo do trabalhador com a sua condição de informalidade, em termos de reconhecimento, realização, constituição de sua identidade.
- Detectar tendências ao engajamento sobre determinadas pautas. Investigar os gatilhos para engajamento e formas de organização coletiva.
- Traçar relações entre a condição de informalidade e as perspectivas do trabalhador sobre seu futuro.

## Roteiro para a entrevista

O(a) pesquisador(a) deverá realizar a entrevista tendo em mente os objetivos gerais e hipóteses da pesquisa. O roteiro serve como guia para a entrevista. A entrevista poderá ter encadeamentos que não seguem à risca o roteiro, de acordo com as estratégias do(a) próprio(a) pesquisador(a). Entretanto, a entrevista deverá contemplar todos objetivos e itens aqui elencados.

### *Entrevista*

#### PARTE I

1. Qual o perfil socioeconômico do trabalhador e de sua família?

Objetivo:

- Mapear o perfil socioeconômico do trabalhador e de sua família.

- Descrição sobre rendimentos, condições de moradia, escolaridade e trajetória escolar dos moradores do domicílio.
- Mapeamento das relações familiares do domicílio e participação dos moradores no rendimento mensal.
- Situar o trabalhador no território.
- Rendimento mensal da ocupação principal.
- Rendimento mensal de outros trabalhos.
- Rendimento familiar – descrever as ocupações e rendimentos dos moradores do domicílio.
- Escolaridade/ Razão da interrupção dos estudos.
- Idade.
- Descrição familiar: Moradores no domicílio, relações familiares, ocupações dos moradores, rendimentos.
- Local de nascimento.
- Local de moradia. Condições de moradia. Há quanto tempo vive na cidade atual. Como chegou a atual cidade de moradia.

## PARTE II

2. Qual a trajetória ocupacional do trabalhador no tempo e no espaço até chegar nos dias de hoje?

Objetivo:

- Recompilar a trajetória de longa duração do trabalhador (no tempo e no espaço).
- Investigar o trânsito entre trabalho formal, informal, empreendimentos familiares.
- Compreender como o trabalhador acessou suas atividades econômicas anteriores, como utiliza seu conhecimento, estratégias pessoais para chegar à atividade e se manter no trabalho.
- Compreender a sua percepção sobre suas próprias condições de trabalho e de vida e suas mudanças ao longo do tempo.

Explorar (estar sempre atento(a) à cronologia e à relação com o território):

- O ingresso no mundo do trabalho.
- Outras ocupações e atividades remuneradas antes deste trabalho.
- Em relação a todas as atividades citadas: O que fez? Como? Por quê? Por quanto tempo? Como era o trabalho? As condições de trabalho?

Situações de discriminação? Experiências de assédio? Estratégias para sua manutenção na atividade? Conhecimento/qualificações para sua manutenção na atividade?

- Por que mudou de cada trabalho? Como chegou à outra ocupação?
- Por que se dedicou a determinadas atividades?
- Como se deu sua formação profissional?
- Correspondência entre a formação/qualificação profissional e o trabalho atual
- Houve mudanças na sua condição socioeconômica na última década? Quais?
- Houve mudanças nas suas condições de trabalho na última década? Quais?
- Percepções em relação à família de origem (pais, avós), condições melhoraram? Pioraram? Por que? O que mudou? (retoma na parte V)

### PARTE III

#### 3. Como são as suas condições de trabalho atualmente?

Objetivos centrais:

- Investigar as condições de trabalho em termos de duração, intensidade, riscos, custos e remuneração.
- Mapear ocupações e atividades concomitantes ao trabalho principal.
- Conhecer as condições de trabalho de todas as suas atividades econômicas.
- Investigar as estratégias e meios de manutenção na(s) atual(is) atividades.
- Conhecer as percepções sobre sua própria trajetória.

Explorar:

**SOBRE TRABALHO PRINCIPAL E OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS:**

- Tempo de trabalho diário/semanal.
- Custos do trabalho.
- Riscos do trabalho.
- Intensidade do trabalho.
- Como se dá a remuneração.
- As relações de subordinação (e a percepção do trabalhador sobre elas).

- A conexão de seu trabalho com outras atividades econômicas (mapeamento da cadeia produtiva).
- Conhecimento necessário para o trabalho (*know-how*, saber fazer da ocupação).
- Combinação com outras atividades remuneradas. Quais? Descrever minuciosamente.
- Ganhos: Tem renda estável? Com qual frequência é pago? Quem determina seus ganhos: assalariado? Seu próprio desempenho? Mapear meios para obtenção de rendimento.
- Investigar a percepção sobre mudanças recentes nas suas condições de trabalho.
- Buscar uma comparação entre as condições de trabalho do presente e do passado.

#### PARTE IV

#### 4. Quais são os atores promotores da informalidade?

##### Objetivos centrais:

- Identificar intermediários para a entrada e permanência no trabalho informal.
- Verificar agentes e mecanismos da reprodução e manutenção do trabalho informal.

##### Explorar:

- Como se tornou informal? – mapear redes de acesso, intermediadores, formação para o trabalho.
- Como permanece informal? – mapear fornecedores, intermediadores, relações com Estado (polícia, fiscais do trabalho), contratantes (como se estabelecem as suas relações de trabalho, contrato, acordos, arranjos).

#### PARTE V

#### 5. Percepções, perspectivas e posicionamentos políticos

##### Objetivos:

- Compreender as suas percepções sobre sua trajetória, suas perspectivas sobre o futuro, sua relação com a informalidade.
- Traçar relações entre condição e trajetória do trabalhador com seus posicionamentos políticos.



- Mapear as percepções sobre a política na última década.

Explorar:

- Percepções sobre o presente: economia, política, eleições;
- Percepções sobre o governo Lula;
- Percepções sobre o governo Dilma;
- Percepções sobre o governo Temer;
- Condições no presente e perspectivas para o futuro: fez dívidas para se estabelecer como autônomo/informal? Perspectivas de investimentos econômicos futuros; Se pudesse escolher entre a carteira assinada e o negócio próprio?
- O dinheiro que o trabalhador e a família ganham hoje, seu poder de compra, aumentou, diminuiu ou está igual a antes do governo Temer?
- Tipos de endividamento.
- Percepções em relação à família de origem (pais, avós), condições melhoraram? Pioraram? Por quê? O que mudou? (retoma na parte V)
- Faria isso pelo resto da vida? Por quê?
- Qual seria o trabalho dos sonhos?
- Considera-se uma pessoa bem-sucedida? Por quê?
- Como vai se manter quando ficar mais velho e não puder trabalhar?
- Tem investido em meios que garantam seu envelhecimento?
- O que melhorou e o que piorou no país durante o governo Lula? E o governo Dilma?
- Como as políticas do governo contribuem com a sua vida?
- Na sua opinião, a situação econômica do Brasil vai melhorar, piorar ou ficar como está? Por quê?

PARTE VI

6. Como é a participação política do trabalhador informal via mundo do trabalho?

Objetivos:

- Conhecer formas de organização e resistência de trabalhadores informais ao longo do tempo e no espaço.

Investigar e mapear:

- Formas de organização/associação políticas (estar atento às formas não tradicionais, que podem nem ser classificadas como organização política).

- Experiências políticas relacionadas ao trabalho.
- Conquistas relacionadas a direitos, proteções, garantias no trabalho na informalidade.
- Relação entre a trajetória ocupacional e o engajamento político.

## Roteiro para análise

### Objetivo central

- A partir da análise de trajetória de vida e dos dados obtidos na entrevista, prover subsídios consistentes que respondam às hipóteses e aos objetivos gerais da pesquisa, assim como aos objetivos e itens de cada bloco do roteiro de análise.

### Formato da análise

- Cabeçalho: Nome do entrevistador, nome do entrevistado, categoria profissional do entrevistado, idade, raça/cor, cidade e estado.
- Introdução: 1 página inicial, traçando o perfil socioeconômico do entrevistado ou entrevistada e de sua família, respondendo aos itens apresentados na Parte I do roteiro.
  - Complementar esta síntese com mais uma página, indicando um resumo da trajetória de vida, baseando-se na parte II e nas condições atuais abordadas na parte III, também de forma resumida.
  - Apresentar um quadro com as atividades profissionais desempenhadas pelo entrevistado ao longo do tempo e no espaço, dentro e fora da informalidade.
- Estruturar a análise, seguindo a ordem dos blocos temáticos.
  - Considerar os objetivos centrais de cada bloco, apresentar uma análise descritiva que responda e contemple todos os itens de cada parte.
  - Transcrever trechos da entrevista que sejam importantes em relação ao tema em questão,
  - Utilizar a transcrição também para embasar a descrição e a análise, tendo sempre em mente os objetivos gerais e específicos da pesquisa e do roteiro.

- Elaborar uma análise que contemple uma escala de análise reduzida, que capture as minúcias e a especificidade de cada trajetória e, ao mesmo tempo, apresente uma perspectiva ampliada, que permita, a partir desta trajetória específica, formular sobre os objetivos e hipóteses colocados nesta pesquisa.

## *Análise*

### PARTE I

#### 1. Qual o perfil socioeconômico do trabalhador e de sua família?

Objetivos: Mapear o perfil socioeconômico do trabalhador e de sua família.

Descrição sobre rendimentos, condições de moradia, escolaridade e trajetória escolar dos moradores do domicílio. Mapeamento das relações familiares do domicílio e participação dos moradores no rendimento mensal. Situar o trabalhador no território.

Análise: Apresentar os elementos da entrevista que respondam a esse objetivo.

Descrever analiticamente e embasar com trechos transcritos. O conteúdo da análise deve contemplar todos os itens do bloco. Selecionar trechos mais importantes e transcrever ao longo da análise.

Itens requeridos:

- Rendimento mensal da ocupação principal;
- Rendimento mensal de outros trabalhos;
- Rendimento familiar – descrever as ocupações e rendimentos dos moradores do domicílio;
- Escolaridade/ Razão da interrupção dos estudos;
- Idade;
- Descrição familiar: Moradores no domicílio, relações familiares, ocupações dos moradores, rendimentos;
- Local de nascimento;
- Local de moradia. Condições de moradia. Há quanto tempo vive na cidade atual. Como chegou à atual cidade de moradia.

### PARTE II

2) Qual a trajetória ocupacional do trabalhador no tempo e no espaço até chegar nos dias de hoje?

### Objetivos:

- Recompôr a trajetória de longa duração do trabalhador (no tempo e no espaço).
- Investigar o trânsito entre trabalho formal, informal, empreendimentos familiares.
- Compreender como o trabalhador acessou suas atividades econômicas anteriores, como utiliza seu conhecimento, estratégias pessoais para chegar à atividade e se manter no trabalho.
- Compreender a sua percepção sobre suas próprias condições de trabalho e de vida e suas mudanças ao longo do tempo.

Análise: Apresentar os elementos da entrevista que respondam a esse objetivo.

Descrever analiticamente e embasar com trechos transcritos. O conteúdo da análise deve contemplar todos os itens do bloco. Selecionar trechos mais importantes e transcrever ao longo da análise.

### Itens requeridos:

- O ingresso no mundo do trabalho.
- Outras ocupações e atividades remuneradas antes deste trabalho.
- Em relação a todas as atividades citadas: O que fez, como, por que, por quanto tempo, como era o trabalho, as condições de trabalho, situações de discriminação; experiências de assédio; estratégias para sua manutenção na atividade conhecimento/qualificações para sua manutenção na atividade.
- Por que mudou de cada trabalho? Como chegou à outra ocupação?
- Por que se dedicou a determinadas atividades?
- Como se deu sua formação profissional?
- Correspondência entre a formação/qualificação profissional e o trabalho atual.
- Houve mudanças na sua condição socioeconômica na última década? Quais?
- Houve mudanças nas suas condições de trabalho na última década? Quais?
- Percepções em relação à família de origem (pais, avós) – as condições melhoraram? Pioraram? Por quê? O que mudou? (retoma na parte V)

## PARTE III

## 3. Como são as suas condições de trabalho atualmente?

## Objetivos centrais:

- Investigar as condições de trabalho em termos de duração, intensidade, riscos, custos e remuneração.
- Mapear ocupações e atividades concomitantes ao trabalho principal.
- Conhecer as condições de trabalho de todas as suas atividades econômicas.
- Investigar as estratégias e meios de manutenção na(s) atual(is) atividades.
- Conhecer as percepções sobre sua própria trajetória.

Análise: Apresentar os elementos da entrevista que respondam a esse objetivo.

Descrever analiticamente e embasar com trechos transcritos. O conteúdo da análise deve contemplar todos os itens do bloco. Selecionar trechos mais importantes e transcrever ao longo da análise.

## Sobre trabalho principal e outros trabalhos:

- Tempo de trabalho diário/semanal;
- Custos do trabalho;
- Riscos do trabalho;
- Intensidade do trabalho;
- Como se dá a remuneração;
- As relações de subordinação (e a percepção do trabalhador sobre elas);
- A conexão de seu trabalho com outras atividades econômicas (mapeamento da cadeia produtiva);
- Conhecimento necessário para o trabalho (*know-how*, saber fazer da ocupação);
- Combinação com outras atividades remuneradas. Quais? Descrever minuciosamente.
- Ganhos: Tem renda estável? Com qual frequência é pago?
- Quem determina seus ganhos: assalariado? Seu próprio desempenho? Mapear meios para obtenção de rendimento.
- Descrição minuciosa sobre a percepção de mudanças recentes nas suas condições de trabalho.

- Explorar questões da PARTE II e PARTE III para uma comparação entre presente e passado.

#### PARTE IV

##### 4. Quais são os atores promotores da informalidade?

Objetivos centrais:

- Identificar intermediários para a entrada e permanência no trabalho informal.
- Verificar agentes e mecanismos da reprodução e manutenção do trabalho informal.

Análise: Apresentar os elementos da entrevista que respondam a esse objetivo.

Descrever analiticamente e embasar com trechos transcritos. O conteúdo da análise deve contemplar todos os itens do bloco. Selecionar trechos mais importantes e transcrever ao longo da análise.

Itens requeridos:

- Como se tornou informal? – mapear redes de acesso, intermediadores, formação para o trabalho.
- Como permanece informal? – mapear fornecedores, intermediadores, relações com Estado (polícia, fiscais do trabalho), contratantes (como se estabelecem as suas relações de trabalho, contrato, acordos, arranjos).

#### PARTE V

##### 5. Percepções, perspectivas e posicionamentos políticos

Objetivos:

- Compreender as suas percepções sobre sua trajetória, suas perspectivas, sua relação com a informalidade.
- Traçar relações entre condição e trajetória do trabalhador com seus posicionamentos políticos.

Análise: Apresentar os elementos da entrevista que respondam a esse objetivo.

Descrever analiticamente e embasar com trechos transcritos. O conteúdo da análise deve contemplar todos os itens do bloco. Selecionar trechos mais importantes e transcrever ao longo da análise.

## Itens requeridos:

- Percepções sobre o presente: economia, política, eleições;
- Percepções sobre o governo Lula;
- Percepções sobre o governo Dilma;
- Percepções sobre o governo Temer;
- Posicionamentos políticos sobre a eleição (se houver);
- Condições no presente e perspectivas:
- Fez dívidas para se estabelecer como autônomo/informal?
- Perspectivas de investimentos econômicos futuros
- Se pudesse escolher entre a carteira assinada e o negócio próprio?
- O dinheiro que o trabalhador e a família ganham hoje, seu poder de compra, aumentou, diminuiu ou está igual a antes do governo Temer?
- Nos últimos dois anos, alguma vez o(a) trabalhador(a): (se houver)
  - a. Deixou de pagar o aluguel ou prestação de imóvel?
  - b. Deixou de pagar alguma prestação que contraiu?
  - c. Deixou de pagar contas de água, luz/eletricidade, gás ou telefone?
  - d. Pagou apenas o mínimo do cartão de crédito?
  - e. Utilizou o limite de cheque especial?
  - e. Pegou empréstimo bancário?
  - f. Pegou empréstimo com amigos/parentes?
  - g. Pegou empréstimo com agiotas?
- Percepções em relação à família de origem (pais, avós) – condições melhoraram? Pioraram? Por quê? O que mudou? (retoma na parte V)
- Faria isso pelo resto da vida? Por quê?
- Qual seria o trabalho dos sonhos?
- Considera-se uma pessoa bem-sucedida? Por quê?
- Como vai se manter quando ficar mais velho e não puder trabalhar?
- Tem investido em meios que garantam seu envelhecimento?
- O que melhorou e o que piorou no país durante o governo Lula? E o governo Dilma?
- Como as políticas do governo contribuem com a sua vida?
- Já definiu em quem vai votar para presidente? Por quê? (se houver)
- Na opinião dele(a), a situação econômica do Brasil vai melhorar, piorar ou ficar como está? Por quê?

## PARTE VI

### 6. Como é a participação política do trabalhador informal via mundo do trabalho?

Objetivos: Conhecer formas de organização e resistência de trabalhadores informais ao longo do tempo e no espaço.

Análise: Apresentar os elementos da entrevista que respondam a esse objetivo. Descrever analiticamente e embasar com trechos transcritos. O conteúdo da análise deve contemplar todos os itens do bloco. Selecionar trechos mais importantes e transcrever ao longo da análise.

Mapear, descrever e analisar:

- Formas de organização/associação políticas (estar atento às formas não tradicionais, que podem nem ser classificadas como organização política).
- Experiências políticas relacionadas ao trabalho.
- Conquistas relacionadas a direitos, proteções, garantias no trabalho na informalidade.
- Relação entre a trajetória ocupacional e o engajamento político.

## História de vida e estudos de trajetória – Embasamento teórico-metodológico

História de vida é uma técnica de pesquisa social que tem por objetivo colher relatos de experiências de pessoas com perfil adequado para o objeto de estudo. Por meio dessa técnica, procura-se captar as reações espontâneas, as percepções dos entrevistados sobre acontecimentos e a composição de uma narrativa sobre suas vidas, em entrevistas nas quais o entrevistado relata sua própria história. A história de vida constitui importante fonte de dados para se perceber a concepção que o indivíduo tem de seu papel nos grupos sociais aos quais pertence (NOGUEIRA, 1968, p. 139).

O estudo das trajetórias fundamenta-se em uma abordagem microanalítica. A microanálise estabelece-se assim como o meio para, partindo de uma perspectiva em menor escala, ampliar os níveis de análise até que se possa alcançar a “cartografia do social” (REVEL, 1998). Assim, a análise biográfica estabelece



uma microescala analítica que delinea o desenho de uma vida individual – as escolhas do indivíduo, seus caminhos – e que, entretanto, pode ser ampliada, levando aquela imagem a tornar-se o traçado de um desenho maior. Como afirma Revel, a escolha individual possibilita “acompanhar o fio de um destino particular (...) e com ele a meada das relações nas quais ele se inscreve” (1998, p. 21).

Dessa forma, “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global” (*ibidem*, p. 28).

A microanálise, na perspectiva aqui adotada, não busca relações de determinação entre a micro e a macro-história. Não há um contexto mais amplo, homogêneo e fechado que paire sobre a vida dos indivíduos. É como se todos os contextos, do nível mais pessoal até o mais amplo, compusessem um mesmo cenário, o qual, de acordo com a distância, será visto de forma diferente. Bernard Lepetit recorre a uma figuração de Pascal: “Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome de campo” (LEPETIT, 1998, p. 102). A trajetória de um entrevistado pode ser vista como um percurso individual – vinda para São Paulo, casamento, primeiro emprego registrado, desemprego etc. –, acontecimentos que, no entanto, também são fios de uma trama maior: o movimento migratório que alimentou e configurou a cidade de São Paulo em determinado período, a ampliação de postos de trabalho na indústria, transformações do trabalho que se instauram na década de 1990, e assim por diante.

Porém, ao invés da determinação de um sobre o outro, propõe-se aqui – seguindo a perspectiva de uma microanálise – que se compreenda como o encontro de diferentes contextos delimitam o “espaço dos possíveis – em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada.” (REVEL, 1998, p. 26). Ao longo da reflexão, evidencia-se a negação da passividade dos indivíduos, assim como se afirma a perspectiva de que seus caminhos configuram escolhas dentro de um campo de possibilidades<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Os últimos três parágrafos foram extraídos de ABÍLIO, L.C. Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: Trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2005.

Para Eisman (1997, p. 208), a história de vida é “uma história em torno de determinados eventos nos quais se projetam valores humanos e padrões significativos de uma cultura particular”. Segundo Herbert Blumen (in: NOGUEIRA, 1968, p. 137), “ela é um relato de experiência individual que revele as ações do indivíduo como um agente humano e como participante na vida social”. Haguette (2001, p. 79) destaca dois pontos de vista: a trajetória de vida “como documento e como captação de dados”. Segundo o autor (2001, p. 81-82), a história de vida:

- Serve como ponto de referência para avaliar teorias que tratam do problema para cujo propósito as informações foram tomadas;
- Fornece *insights* sobre o lado subjetivo de muitos estudos;
- Sugere novas variáveis, novas questões;
- Dá sentido à noção de “processo”, fornecendo riqueza de detalhes sobre o mesmo.

Essa técnica permite um controle maior do analista sobre a situação ou as motivações dos entrevistados; consegue ampliar o nível de detalhes sobre a questão; favorece o surgimento de novas questões e traz elementos relativos não só à estrutura, dinâmica e vida mental dos entrevistados, como também seus usos e costumes, valores, conceitos e determinantes de ações.

O(a) pesquisador(a) deve estar atento(a) com os limites entre o subjetivo e o objetivo (MILANEZ, 2016), tomando o cuidado de não “negligenciar totalmente a visão dos entrevistados sobre si próprios, mas, ao mesmo tempo, não pode restringir sua interpretação apenas a elas” (LAHIRE, 2004 *apud* MILANEZ, 2016). Ainda, “O sociólogo deve considerar que as experiências relatadas já passaram por um filtro do entrevistado [...] é sempre importante estar atento às articulações entre diferentes domínios de existência em sua narrativa, sobretudo no âmbito familiar”. Como afirma Bourdieu, “é necessário um esforço analítico do sociólogo para reconstruir os princípios que dão origem a seus comportamentos e que não são verbalizados explicitamente pelos entrevistados” (BOURDIEU, 1986, *apud* Milanez, 2016). Uma solução e o horizonte da análise: “é possível captar o social dentro dos entrevistados e fazer sociologia também a partir da escala de observação em nível individual” (LAHIRE, 2004).

### *Aplicação prática: Como aplicar o roteiro para realizar um estudo de trajetória*

Para se realizar as entrevistas por meio do estudo de trajetória de vida, de acordo com Pujadas (1992, p. 59-84), deve-se observar as seguintes fases:

A técnica utilizada para investigação de trajetória de vida é a entrevista em profundidade, semiestruturada, que deve ser gravada em sua totalidade e os trechos que justificam as respostas aos objetivos do roteiro devem ser transcritos literalmente na análise. A análise deve garantir ao leitor um conhecimento sobre os detalhes e, ao mesmo tempo, uma perspectiva mais ampla sobre a trajetória do entrevistado.

Elementos centrais:

- Escolha de bons informantes;
- Seleção de indivíduos que representem bem o universo sociocultural;
- Disponibilidade e predisposição dos informantes;
- Informação sobre a gravação da entrevista e autorização para gravá-la;
- Esclarecimento sobre o sigilo e confidencialidade das informações, bem como da substituição do nome do entrevistado no caso de citações para não comprometer o entrevistado;
- Solicitação de assinatura de termo de adesão à pesquisa, autorizando a reprodução de suas falas (garantido o anonimato) em eventual publicação;

Explicação básica sobre os objetivos do trabalho:

- Para realizar essas entrevistas e conseguir o objetivo esperado, o entrevistador deve “criar uma atmosfera” na qual o entrevistado se sinta livre para expressar, sem receios, suas opiniões, sem desaprovação, correção, disputas ou advertência ou mesmo manifestação da opinião do entrevistador (SELTZ et al., 1965, p. 312).
- Criar condições para realizar a entrevista de forma cômoda – o roteiro deve conduzir um esboço geral da biografia do informante, incluindo etapas de vida e o maior número possível de dados cronológicos do indivíduo para situar historicamente os fatos.
- Estimular o informante a falar, sem interferência de terceiros e evitando a monopolização da palavra, não dirigir excessivamente, evitar

interrupções do raciocínio lógico do entrevistado e mesmo de suas divagações, aguardar as pausas e silêncios do entrevistado. Lembre-se que se trata da reconstituição de uma fase da vida do entrevistado que pode não estar muito presente à memória.

- Deixar o entrevistado falar livremente sobre o tema induzido, observando e estimulando as questões que constam do roteiro. Ao perceber que o entrevistado esgotou o assunto proposto, verificar se nenhuma questão do roteiro deixou de ser abordada.

- Certificar-se se o tratamento dado ao tema na entrevista satisfaz ao objetivo do roteiro para a sessão.

É na realização das entrevistas que se situa efetivamente o elemento fundamental da pesquisa, portanto esta etapa deve ser objeto de todo cuidado, dedicação e trabalho dos pesquisadores no compromisso da coleta das informações e esclarecimento dos pontos que respondam aos objetivos do roteiro e, acima de tudo, da relação de respeito e fidelidade que se estabelece com o entrevistado.

Por fim, segundo a definição metodológica de Milanez (2016, p. 116), para facilitar sua análise:

A partir da análise desses diferentes autores, seguiremos neste estudo com os seguintes aprendizados: i) consideramos o termo “narrativa de vida” o mais adequado para caracterizar a metodologia utilizada porque acreditamos ser importante refletir sobre os limites entre a narrativa subjetivamente construída pelos indivíduos e os fatos objetivos que possam ser depreendidos de seus relatos; ii) aos marcadores objetivos em diferentes momentos das trajetórias dos entrevistados (como condição socioeconômica familiar, títulos escolares e posições no mercado de trabalho), articularemos uma leitura qualitativa concomitante sobre os sentidos subjetivos por eles atribuídos; iii) não partiremos da premissa que existe um princípio único organizador da conduta de cada entrevistado, mas estaremos abertos à possibilidade de detectar que disposições provenientes de múltiplos campos da vida social possam atuar sobre as trajetórias estudadas; iv) buscaremos tirar as categorias explicativas das trajetórias a partir dos relatos dos próprios entrevistados, evitando categorizações institucionais já formuladas a priori e que possam reduzir as trajetórias a momentos específicos dos percursos de cada indivíduo.

## Referências

- ABÍLIO, L.C. *Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Art-med, 2004
- LEPETIT, Bernard. *Por uma história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- MILANEZ, Gabriel Gustavo Tosoni. *Trajetórias pós-ProUni: um estudo sobre egressos do Programa Universidade Para Todos na cidade de São Paulo*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.



## Hipóteses da Pesquisa – Resultados específicos e comentários

HIPÓTESE 1 – Trabalhadores/as informais têm formas de organização e resistência coletiva que são pouco reconhecidas.

- Há diferenças significativas quanto à organização e resistência coletiva no conjunto de trabalhadores/as pesquisados/as.

**AMBULANTES:** Nos ambulantes das duas capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, percebe-se um grau elevado de organização, que se dá pelos seguintes fatores: necessidade de proteção devido aos abusos cometidos por autoridades; pertencimento ao local, no caso de pontos em ruas, boxes em galerias e feiras (no segundo e terceiro casos predominam as associações ligadas ao local, que garantem segurança e solução para questões estruturais).

**CONSTRUÇÃO CIVIL:** não há qualquer menção à organização política, nem mesmo ao associativismo.

**EMPREGADAS DOMÉSTICAS:** entre as entrevistadas, verifica-se uma ausência de organização, principalmente por conta da dinâmica de trabalho individualizada e em bairros nobres, que provocam dificuldades para encontro com demais empregadas durante sua jornada, para uma tentativa de organização.

**CONFECÇÃO:** há diferentes tipos de experiências de coletivos de trabalhadoras de confecções, associativismos e ONGs, as experiências apresentam pontos positivos e negativos.

**MANICURES:** não relatam nenhum tipo de organização coletiva, mas isso não significa aceitação das condições de trabalho acriticamente. Quando não estão satisfeitas com as condições de trabalho, abandonam e seguem para outro salão, ou para iniciativa própria.

**MOTOBOYS:** Estão acontecendo formas de associação que correm em paralelo aos sindicatos e são promovidas via redes sociais. São formas de organização distantes e até opostas aos sindicatos. Na informalidade também operam as referências que balizam a percepção sobre justiça, dignidade, limites do trabalho. Vemos nas entrevistas que são trabalhadores que lutam de forma fragmentada e individualizada, permanentemente, para colocar limites aos riscos de seu trabalho, às instabilidades e, centralmente, ao rebaixamento do valor de sua força de trabalho. Em determinados momentos – seja na formalidade ou informalidade – o trabalhador rompe com as relações de trabalho por não aguentar a carga de trabalho, por viver situações que considera injustas. Registra-se também relato de maior dificuldade de se organizar e manifestar quando se é autônomo.

**HIPÓTESE 2 –** A trajetória de vida do/a trabalhador/a informal é pouco conhecida, e se dá pelo trânsito entre formalidade, informalidade, empreendimentos familiares.

**AMBULANTES:** A hipótese se comprova, exceto pelo fato de que a passagem pela formalidade, quando existe, não representa parcela significativa da trajetória do entrevistado ou da entrevistada. A questão de gênero salta aos olhos: todas as entrevistadas têm parte significativa de suas trajetórias no mundo do trabalho vinculada à condição de trabalhadora doméstica, e duas dessas iniciaram assim suas trajetórias. Uma das entrevistadas foi trabalhadora doméstica por treze anos, outra foi diarista por nove anos antes de ser manicure e camelô, e voltou a ser diarista após o fechamento da Feirinha da Madrugada, e os quatro primeiros anos de uma entrevistada no mundo do trabalho foram como trabalhadora doméstica.



**CONFECÇÃO:** Muitas vezes o trabalho exige a combinação da produção e a comercialização. Experimentam várias formas de informalidade, desde o trabalho individual autônomo, pegando serviços direto de confecções, as facções ou fabricos, até as proprietárias de pequenas oficinas de costura que fornecem para confecções maiores.

Como a gente é uma confecção familiar, a gente mesmo se molda pela necessidade, a gente se divide, a gente tudinho faz uma coisa e ao mesmo tempo se você não for fazer esse trabalho, o outro já pega o seu lugar, tem uma divisão assim por prioridades, você é melhor nisso vai fazendo isso, mas não tem aquela, você só faz isso porque é moldado a fazer isso, a gente se molda à necessidade. (Costureira de confecção, Porto Alegre/RS)

**CONSTRUÇÃO CIVIL:** A hipótese se confirma, revelando uma trajetória de idas e vindas entre o trabalho formal e o trabalho informal, além de outras formas de geração de renda.

**DOMÉSTICAS:** A totalidade das entrevistadas teve ingresso no mercado de trabalho em condições de ilegalidade (abaixo da idade mínima de 18 anos que a ocupação requer, por ser considerada perigosa e ter horários noturnos) e sem receber pagamento em dinheiro, o que configura-se em trabalho infantil em condições análogas à escravidão. Entre elas, há um trânsito frequente entre informalidade e formalidade, muitas vezes coexistindo as modalidades de formal, informal, autônoma registrada e autônoma sem registro. Ter namorado/marido é determinante, assim como ter filhos, na “opção” pelo acesso ao mercado informal, por este permitir menores jornadas diárias e não exigir o pernoite na casa patronal. A relação com patroas/patrões e seus filhos também conta bastante para a permanência ou não no emprego, mas, para além disso, é decisiva para aceitar as condições de salário, jornada e tarefas.

**MANICURES:** As trajetórias variam muito, mas sempre em fluxo intenso entre formalidade e informalidade. Na formalidade exerceram ocupações de baixo nível formativo, consideradas precárias e desgastantes.

**MOTOBOYS:** Todos apresentam um trânsito muito significativo entre trabalho formal e informal. Destacam-se as estratégias e oportunidades que

se formam muito distantes de um plano de carreira ou de uma identidade profissional bem definida. Passam por diversos setores, as oportunidades surgem com indicações de familiares, amigos, sindicato, entre outros.

**HIPÓTESE 3** – Há a combinação simultânea pelo/a mesmo/a trabalhador/a entre trabalho formal e informal e outras atividades remuneradas.

**AMBULANTES:** Não se verifica a hipótese (I., mulher, nunca teve vínculo formal de trabalho; S., mulher, teve apenas por um mês e há cerca de vinte anos; G., homem, teve por apenas cinco meses; A., homem, teve somente um emprego formal por quatro anos entre 1986 e 1990; M., mulher, foi trabalhadora registrada no setor industrial por doze anos, de 1980 a 1992). Todos atualmente exercem apenas uma atividade remunerada.

**CONFECÇÃO:** A hipótese se confirma especialmente no caso da combinação do trabalho de confecção com o trabalho de comercialização da produção. Há também o caso de uma trabalhadora que além de costurar, tem um brechó e um pequeno salão de beleza para complementar a renda.

**CONSTRUÇÃO CIVIL:** A hipótese se confirma, os entrevistados trabalham simultaneamente na construção civil na informalidade, como ocupação principal, e em outras atividades remuneradas eventuais, como “bicos”.

**DOMÉSTICAS:** A hipótese se confirma. M., mulher, trabalha como doméstica com carteira assinada há cerca de vinte anos, combina com isso um trabalho autônomo contínuo de venda de alimentos, e o trabalho eventual como diarista e/ou trabalho de cuidadora, ambos na informalidade, quando a oportunidade aparece.

**MANICURES:** Na trajetória laboral destas trabalhadoras há um trânsito entre formalidade e informalidade, contudo, devido à longa jornada, cerca de dez horas diárias, todas elas estão exercendo apenas o trabalho informal de manicure, atualmente. Sobre as jornadas de trabalho extensas, são vistas contraditoriamente pelas manicures como positivas, a partir de uma ótica de uma suposta maleabilidade, de controle próprio das mesmas e de possibilidades de maiores rendimentos.

**MOTOBOYS:** Por vezes há uma simultaneidade entre diferentes ocupações, na busca por maiores rendimentos. Ex.: M., homem, é motoboy e sacoleiro, com uma atividade se alimentando da outra.

HIPÓTESE 4 – O desenvolvimento tecnológico vem impactando e modificando a organização e as relações de trabalho destes/as trabalhadores/as.

**AMBULANTES:** Os entrevistados não mencionam o impacto direto da tecnologia em seu trabalho, e no universo pesquisado não parece haver significativas modificações causadas pelo desenvolvimento tecnológico. Contudo, no caso de I., mulher, RJ, essa hipótese se verifica de forma latente. Vendedora de bebidas e caldos (no inverno), utiliza o Facebook para localizar eventos (festas, blocos de carnaval, manifestações etc.) e vender seus produtos. No caso de A., homem, o declínio do CD fez com que ele optasse pelo foco nas camisetas de bandas de rock, e o entrevistado tem como plano estampar suas próprias camisetas em casa para reduzir custos.

**CONFECÇÃO:** Não há relatos sobre esse impacto direto na atividade ocupacional das entrevistadas. Apenas uma delas, de forma indireta, avalia que a facilidade e o aumento das importações de confecções da China, que seriam produzidas com maior tecnologia e maiores facilidades de importação, o que resulta em mercadorias importadas mais baratas, prejudicando a venda da entrevistada.

**CONSTRUÇÃO CIVIL:** Equipamentos mais tecnológicos pouco afetaram a realidade destes trabalhadores. Um dos entrevistados relata que as redes sociais têm servido para aumentar o contato e visibilidade para conseguir novas oportunidades e vagas de emprego.

**DOMÉSTICAS:** Não relatam sentir o impacto do desenvolvimento tecnológico nas suas relações e condições de trabalho, destacando apenas menção ao fato de que hoje o trabalho requer menos força e é feito mais rapidamente (diversos novos utensílios domésticos que colaboram para a realização do trabalho mais pesado), mas esse fato não diminuiu o trabalho total das empregadas domésticas, que foram deslocadas para outras tarefas na rotina das casas, especialmente no cuidado de animais domésticos, crianças e idosos.

**MANICURES:** Há uma grande novidade na categoria que é a modalidade de atendimento via aplicativo/plataforma. Inicialmente, tem sido avaliado como positivo pela trabalhadora que o utiliza, liberando-a de ter um ponto fixo e uma relação com donas de salão de cabeleireiros. Contudo, já se aponta para a preocupação de que esta modalidade pode configurar ainda mais isolamento da categoria.

**MOTOBOYS:** Há fortes e significativas mudanças advindas com os aplicativos, que operam como vetores da informalidade nessa categoria. O caso de M., homem, é interessante, pois segue competindo – e tende a perder – com os principais agentes de promoção da informalidade, ou seja, ser um autônomo num universo em que tudo empurra o motoboy para trabalhar para aplicativos é muito difícil. De saída, no auge de sua carreira como motoboy, M. parecia mais distante da condição de um trabalhador informal, e mais próximo da categoria de um microempreendedor.

HIPÓTESE 5 – O/a trabalhador/a informal gostaria de se formalizar.

**AMBULANTES:** Nenhum/a dos entrevistados/as manifesta esse desejo. Afirmam categoricamente que não há benefícios na formalização. Todos mencionam de alguma forma a baixa qualificação e a pouca ou nenhuma experiência formal como entraves para obter remunerações semelhantes às que conseguem na informalidade.

Até com relação a carteiras assinadas, só numa situação assim: eu vou te pagar 5.000 reais, você vai ter esses benefícios, algumas coisas assim. Aí até que eu poderia. Mas na situação atual de venda, de comércio, de tudo assim, do jeito que tá hoje, infelizmente, ninguém está conseguindo pagar salário alto assim, salário assim, ideal. Tem um órgão, eu acho que um órgão intersindical chamado DIEESE, que eles fazem esse tipo de estudo. Quando monta uma família com um filho ou dois filhos, assim, de cesta básica, aluguel, de tudo, o salário mínimo era para estar, sei lá, 3.000, 4.000 reais, para poder até sustentar, agora o salário mínimo que está 1.000 reais e pouco....

**CONFECÇÃO:** Em um primeiro momento há a defesa do trabalho autônomo, ainda que informal, ancorada na inexistência de hierarquias, de necessi-

dade de prestação de contas e de uma disciplina rígida, além da possibilidade de um horário mais flexível. Contudo, conforme falam sobre o trabalho formal/informal, revelam apreço pelos direitos trabalhistas que a formalidade poderia lhes conferir, especialmente FGTS e seguro desemprego.

É mais confortável trabalhar em casa [...] Porque eu acho que dentro do fabrico, primeiro você não pode conversar, você tem que estar ali calada, você tem que prestar o seu serviço, você tem hora de pegar, você tem hora de largar, e em casa não, em casa você trabalha a hora que você quer, pega a hora que quer, vai até a hora que quer, se você quiser sair você sai. Você tem que dar satisfação [no fabrico] ‘eu vou ali’ sendo que eu já trago atestado. Não, em casa é mais agradável, é mais vantagem de você trabalhar em casa [...] Mais puxado é você trabalhar em casa, até tem hora que você ganha até mais do que você estar dentro de um fabrico, a única vantagem no fabrico é porque você tem INSS pago, você tem seguro desemprego, você tem FGTS quando você sair, e se você trabalha para você, você não tem isso. (Confecção, Caruaru/PE)

**CONSTRUÇÃO CIVIL:** Essa vontade só é confessada após muita conversa e, ainda assim, paira uma certa resistência em assumir a preferência pela CLT, e a ideia de empreendedorismo e autonomia que a informalidade poderia conferir.

**DOMÉSTICAS:** Não afirmam vontade de formalização, apesar de reconhecerem a importância de direitos que a CLT poderia garantir. Relatam que após a PEC das Domésticas (utilizada por suas patroas como ameaça nas condições de trabalho) há uma dificuldade grande em manter o emprego e/ou o nível salarial, o que aparece como justificativa para uma certa conformidade delas em serem trabalhadoras informais.

**MANICURES:** Aparecem, de maneira muito característica, as tensões sobre uma garantia de renda fixa e leis trabalhistas, tais como 13º e férias colidindo com o desejo de autonomia sobre os horários e com a possibilidade de maiores ganhos financeiros. Relatam, por esse motivo, não quererem se formalizar. Apenas uma delas afirma querer um trabalho formal, como etapa para depois ter seu próprio negócio. Preferem as possibilidades de maiores rendimentos financeiros, maior liberdade de jornada e horários, e

a forma de exercer o próprio trabalho. Revelam incerteza e angústia sobre a variação mensal da remuneração, em contraposição ao argumento positivo da remuneração pelo serviço ser feita diretamente para elas, em dinheiro, assim que ele é realizado. Falam com orgulho sobre serem suas próprias chefas e não serem subordinadas a ninguém.

**MOTOBOYS:** Há uma busca constante em fugir das hierarquias e opressões identificadas com o trabalho formal, relacionada a uma ideia de que ser trabalhador por conta própria significaria eliminar o mediador que explora e subordina. Por outro lado, também é expressa a vontade de se formalizar:

Eu preferia estar de carteira assinada, porque o dia que não desse mais certo aqui eu ia sair de lá, recebia os meus direitos e ia conseguir me manter por uns tempos, e agora se eu sair de lá eu saio com uma mão na frente e outra atrás, eu não vou ter nada guardado, e tipo eu saio de lá hoje e no outro dia eu já tenho que me engajar em outro, se eu ficar parado só Deus sabe o que vai acontecer. (Motoboy, São Paulo/SP)

Com certeza carteira assinada que, como eu estou falando, ele te dá poder de negociação, querendo ou não te estabiliza. (Motoboy, São Paulo/SP)

**HIPÓTESE 6 – O MEI funciona mais como veículo de informalização do que de formalização do trabalho.**

**AMBULANTES:** A vontade de registro ao MEI é mencionada por um dos entrevistados como uma possibilidade para contratar um funcionário ou poder ter acesso às máquinas de cartão de crédito. Outros dois são registrados, mas regularizam o CNPJ de forma bastante esporádica.

Eu não pago nada, eu trabalho de camelô. Eu penso em pagar, mas e aí? Esse negócio de todo mês, assim, a gente acaba esquecendo, é compromisso, [...] eu cheguei a fazer MEI, eu cheguei a fazer, mas, pagar que é bom não paguei. (Trabalhadora doméstica, Rio de Janeiro/RJ)

**CONFECÇÃO:** Há uma certa formalização da situação dessas trabalhadoras, mas não necessariamente via MEI. Há empresas com sócias e com funcionários.

**CONSTRUÇÃO:** Para essa categoria o MEI é visto como um instrumento redutor das vulnerabilidades da informalidade, mas a maioria dos trabalhadores não são registrados.

**DOMÉSTICAS:** Nas domésticas, contraditoriamente, a PEC das Domésticas foi utilizada pelos empregadores/as como desculpa para a informalização. Uma delas possui MEI como comerciante, mas não está ativa nessa categoria.

**MANICURES:** No caso das manicures, apenas uma delas possui MEI, aberto quando na atividade de feirante, tendo mudado o ramo quando abriu o salão, e já estava há anos na informalidade, sem utilizar o MEI. Então o MEI serve, para ela, no momento, como formalização.

**MOTOBOYS:** Aparecem as contradições do MEI e da informalidade. Nos relatos de busca da fuga das hierarquias e opressões, ser trabalhador por conta própria muitas vezes significa eliminar o mediador que explora e subordina. Neste sentido o MEI funciona como veículo importante. Por outro lado, é uma condição, especialmente no caso do motoboy, que lhe deixa totalmente desprotegido em um trabalho extremamente arriscado.

#### HIPÓTESE 7 – A Reforma Trabalhista tem impactos sobre o trabalho informal.

**AMBULANTES:** As poucas menções à Reforma Trabalhista se dão no plano do discurso de oposição ao governo Temer e ao então candidato Bolsonaro, feito por dois dos entrevistados. Nenhum mencionou ter sentido impacto após o vigor da nova legislação.

**CONFECÇÃO:** Nas entrevistas realizadas não aparece de forma nítida nenhum comentário sobre os impactos da reforma.

**CONSTRUÇÃO:** Nas entrevistas realizadas não aparece de forma nítida nenhum comentário sobre os impactos da reforma.

**DOMÉSTICAS:** O maior impacto relatado foi a PEC das Domésticas e a Reforma da Previdência, mesmo que ainda não aprovada, já gerando fortes desconfiças sobre o futuro da aposentadoria pública.

**MANICURES:** As notícias veiculadas no período sobre a proposta de Reforma da Previdência fizeram com que uma trabalhadora desistisse de pagar a Previdência, por avaliar que jamais iria conseguir se aposentar.

**MOTOBOYS:** Nas entrevistas realizadas não aparece de forma nítida nenhum comentário sobre os impactos da reforma.

HIPÓTESE 8 – O trabalho informal está conectado a alguma cadeia produtiva.

**AMBULANTES:** Desde o trabalho mais artesanal de uma das entrevistadas até um comerciante informal de uma grande feira de São Paulo, todos se relacionam com cadeias produtivas, a maioria repleta de informalidade.

**CONFECÇÃO:** As trabalhadoras entrevistadas da região Sul do país trabalham mais por conta própria, inserindo-se na cadeia produtiva do vestuário, ao passo que as do Nordeste têm maior vínculo de prestação de serviços com grandes cadeias produtivas de vestuário.

**CONSTRUÇÃO:** Há relação direta com toda cadeia produtiva da construção civil.

**DOMÉSTICAS:** O emprego doméstico, nesse caso, parece relacionar-se muito mais a uma necessidade de manutenção da divisão sexual do trabalho, associada com a entrada das mulheres no mercado de trabalho produtivo e não entrada dos homens no trabalho reprodutivo.

**MANICURES:** Há uma relação das manicures a cadeias produtivas, mas o desenvolvimento das entrevistas não favoreceu aprofundar essa questão.

**MOTOBOYS:** Quanto à cadeia produtiva há relação direta entre os entrevistados com a da alimentação, de remédios, do mercado financeiro e imobiliário. Além do transporte de pessoas.

HIPÓTESE 9 – Estes/as trabalhadores/as tiveram um incremento em seus rendimentos na última década, e agora enfrentam um movimento regressivo.

**AMBULANTES:** A hipótese se comprova, sendo que apenas um dos entrevistados viu melhora nos negócios apesar da crise: segundo ele, o desemprego e a piora na renda fizeram com que aumentasse o número de “sacoleiros”, seus principais clientes na madrugada. Os outros todos estão com grandes dificuldades financeiras.

50 anos atrás você tinha que optar, ou você estudava ou você comia. Hoje não.  
(Ambulante, São Carlos/SP)



**CONFECÇÃO:** Não foi possível verificar a hipótese, o dado não consta nas entrevistas.

**CONSTRUÇÃO:** Não foi possível verificar a hipótese, o dado não consta nas entrevistas.

**DOMÉSTICAS:** Em forma de relatos objetivos ou sem reconhecerem diretamente, a trajetória de vida delas mostra que suas vidas mudaram durante os governos Lula e Dilma. Fatos marcantes dessa mudança são: a entrada dos filhos em universidades públicas federais via cotas raciais e a conquista da casa própria via Minha Casa Minha Vida. Registra-se também a percepção do aumento do poder de compra.

**MANICURES:** Algumas conquistas são registradas e reconhecidas, como a entrada de uma delas no ensino superior, ainda que na modalidade à distância, pelo PROUNI, a conquista da casa própria via Minha Casa Minha Vida. Relatam também a ausência do medo do desemprego nesses anos atrás. Situação que começa a ter uma percepção de estagnação ou de piora após o impedimento de Dilma.

**MOTOBOYS:** Tal situação está evidente em todas as entrevistas e dá-se tanto pela crise quanto pela atuação mais agressiva dos aplicativos.

No Norte eu falo, eu estou falando isso porque os meus tios moram lá, morava, e tinha muito serviço, depois que o PT saiu acabou. O meu primo era motorista de caminhão de água para levar para o pessoal nos lugares que não tinha, acabou, teve que vim embora para o interior. (Motoboy, São Paulo/SP)

**HIPÓTESE 10 –** As suas condições de trabalho não melhoraram significativamente na última década.

**AMBULANTES:** O trabalho segue exaustivo e, por muitas vezes, degradante. Houve momentos de aumento de faturamento e consequentemente da renda, mas sempre com jornadas de mais de dez horas por dia e nenhum grau de seguridade social.

**CONFECÇÃO:** Há menção aos governos do PT como positivos e com favorecimento aos trabalhadores. Mas não há menção específica à hipótese nas entrevistas.

**CONSTRUÇÃO:** Não há menção específica à hipótese nas entrevistas.

**DOMÉSTICAS:** Relatam ter melhorado suas condições de trabalho no que diz respeito à diminuição, quase que involuntariamente, da jornada nos dias de semana, no caso das domésticas que passaram a ser diaristas, ainda que às custas da formalidade.

**MANICURES:** Ressalta-se como aspecto positivo a possibilidade de maiores acessos a clientes, e até a conquista do negócio próprio (salão), mas as condições de saúde (fortes dores nas costas e braços) seguem sem mudanças ao longo do período.

**MOTOBOYS:** De acordo com os entrevistados, as condições de trabalho não melhoraram, inclusive, com a chegada dos aplicativos, pioraram no que diz respeito ao incentivo às disputas por corridas entre os trabalhadores e a piora nas condições de segurança no trânsito das cidades.

# Questões sobre as hipóteses da Pesquisa

*Léa Marques<sup>1</sup> e*

*Matheus Tancredo Toledo<sup>2</sup>*

## Trabalho informal e as periferias

A hipótese analisada neste artigo é a de que trabalhadores/as informais têm formas de organização e resistência coletiva que são pouco reconhecidas. Uma primeira observação atesta que há diferenças significativas sobre as formas de organização e resistência coletiva no conjunto de trabalhadores/as pesquisados/as.

Entre os ambulantes, por exemplo, percebe-se um grau elevado de organização, que se dá principalmente pelos seguintes fatores: necessidade de proteção devido aos abusos cometidos por autoridades; pertencimento ao local, no caso de pontos em ruas, boxes em galerias e feiras (no segundo e terceiro caso predominam as associações ligadas ao local, que garantem segurança e solução para questões estruturais). A fala de uma ambulante ilustra bem como ela começou a se organizar, e em torno de quais pautas:

O Muca (Movimento Unido do Camelôs), o Muca foi, eu conheci o Muca foi como? Foi assim, também trabalhando e a guarda perturbando, enchendo o saco,

---

<sup>1</sup> Socióloga pela Universidade de São Paulo, e coordena o eixo sobre trabalho e informalidade do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

<sup>2</sup> Cientista Político, Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE) da Fundação Perseu Abramo. Colaborador do projeto Reconexão Periferias, desde sua instituição, em 2018.

áí um dia eu peguei e falei, meu Deus do céu, será que não tem ninguém que mexe na causa dos camelô? Será que não existe? [...] Áí um dia eu estou, lá na Praça 15, áí vieram, me entregaram um panfleto, áí eu, falei, gente, tem alguém para camelô sim. Áí foi quando eu peguei e fui, áí estava escrito a reunião que ia ter, áí eu fui para a reunião, áí depois dessa reunião já marcaram outra, áí eu fui participando, participando, áí hoje faço parte do movimento (I., ambulante, mulher, 51 anos, negra, RJ).

Situação oposta é a de trabalhadores/as da Construção Civil, que não fazem menção a qualquer organização política, nem mesmo algum nível de associativismo. As trabalhadoras domésticas apresentam quadro semelhante de ausência de organização, principalmente por conta da dinâmica de trabalho individualizada e em bairros nobres, que provocam dificuldades para encontro com demais empregadas durante sua jornada, para uma tentativa de organização. As trabalhadoras da Confecção contam que há a experiência de coletivos de trabalhadoras de confecções, associativismos e ONGs, e apresentam pontos positivos e negativos destas vivências. As manicures entrevistadas não se organizam coletivamente, mas isso não significa aceitação das condições de trabalho acriticamente. Quando não estão satisfeitas com as condições de trabalho, abandonam e seguem para outro salão, ou para iniciativa própria. Já os motoboys e mototaxistas relatam que estão acontecendo formas de associação que correm em paralelo aos sindicatos e são promovidas via redes sociais. São formas de organização distantes e até opostas aos sindicatos.

Nota-se que para os trabalhadores e trabalhadoras informais entrevistados há grande dificuldade de se organizar e manifestar quando se é autônomo. O próprio local de trabalho e a dinâmica de circulação entre diferentes locais, empresas e ambientes também dificulta a formação de vínculos de solidariedade entre os trabalhadores ou trabalhadoras. Há relatos de que ou o entrevistado trabalha e tem renda ou participa das atividades e volta sem renda ao final do dia. Em síntese, podemos afirmar que na informalidade também operam as referências que balizam a percepção sobre justiça, dignidade, limites do trabalho. Vemos nas entrevistas que são trabalhadores e trabalhadoras que lutam, tanto de forma fragmentada quanto individualizada, permanentemente, para colocar limites aos riscos de seu trabalho, às

instabilidades e, centralmente, ao rebaixamento do valor de sua força de trabalho. Em determinados momentos – seja na formalidade ou informalidade – o/a trabalhador/a rompe com as relações de trabalho por não aguentar a carga de trabalho ou por viver situações que considera injustas.

## Trabalhadoras domésticas e informalidade

Neste artigo, optamos por analisar a categoria profissional que mais emprega mulheres negras no Brasil: o emprego doméstico. Assim, a partir de nossa pesquisa, analisaremos aqui a trajetória das trabalhadoras domésticas e sua condição de informalidade. Como síntese geral, podemos dizer que a pesquisa evidencia que o ingresso dessas trabalhadoras no mercado de trabalho é condicionado por situações de extrema pobreza e marcado por condições de ilegalidade, por ser feito antes da idade mínima de 16 anos e sem recebimento de pagamento em dinheiro, o que caracteriza uma inserção via trabalho infantil em condições análogas à escravidão.

A trajetória de M., negra, 48 anos, natural de Teófilo Antônio (MG), morando e trabalhando atualmente no Rio de Janeiro, é exemplo dessa situação. M. ingressou no mercado de trabalho aos 10 anos de idade, quando seu pai abandonou a família. Quando criança, trabalhou em casa de família em troca de moradia e alimentação, e de algum dinheiro eventualmente pago para sua mãe. A primeira vez que recebeu diretamente dinheiro como renda por seu trabalho foi quatro anos depois, aos 15 anos, já no Rio de Janeiro, também como doméstica. Ao completar 18 anos teve sua primeira oportunidade de acesso ao emprego formal. O emprego também era de doméstica, mas o rendimento era mais baixo do que o emprego anterior na informalidade. Somando ao baixo rendimento, M. se casa e, por implicações do marido com a necessidade de realizar pernoites no emprego, pede demissão e retorna para informalidade. Assim, além das condições precárias de primeira inserção, observamos um trânsito frequente entre informalidade e formalidade no conjunto das trabalhadoras dessa categoria, incluindo tentativa de ter emprego por conta própria (pequeno comércio local) e a forte presença de questões patriarcais marcando suas trajetórias.

Em todas as entrevistas fica evidente que ter namorado ou marido e filhos é determinante na “opção” delas pela permanência ao mercado informal. Essa

situação se dá tanto por imposições dos maridos quanto aos horários em que elas devem estar em casa quanto por decisão delas próprias para conseguirem conciliar suas jornadas de trabalho fora de casa com a jornada dentro de casa e de cuidados com os maridos e filhos.

Com relação ao potencial organizativo dessas trabalhadoras, há que se considerar que as domésticas possuem uma particularidade de estarem muito dispersas no espaço com seu local de trabalho sendo o âmbito privado das residências de seus patrões e patroas. Tal particularidade inibe não só formas de associação em torno do trabalho, mas também momentos em que elas compartilham questões de suas realidades profissionais. O transporte coletivo é o local em que muitas se encontram, mas não aproveitam o momento para compartilhar tais questões, como exemplifica D.: “tenho colegas, amigas, mas assim não para ficar muito tempo junto, ficar perguntando essas coisas. [...] conhecidas, assim de ônibus, não do tipo ah levar para minha casa” (D., mulher, negra, 43 anos, natural do interior da Bahia, mora e trabalha no Rio de Janeiro).

A pesquisa permite enxergar, ainda, na trajetória da vida dessas trabalhadoras, as melhorias impulsionadas pela situação econômica do país e o impacto causado pela tentativa de formalização dessa mão de obra, como via PEC das Domésticas. O ciclo positivo econômico e social dos anos de governos petistas resultou em uma diminuição do contingente de trabalhadoras domésticas, visto que muitas se inseriram no mercado de trabalho em outras ocupações, especialmente as mais jovens. A PEC resultou, por um lado, na formalização para algumas trabalhadoras, mas encontrou resistências por parte dos empregadores e empregadoras, o que resultou, por outro lado, no aumento do número de diaristas informais. Na atual conjuntura, de acordo com a PNAD-C do IBGE, o número de trabalhadoras domésticas bateu recorde no Brasil em 2018. Dessa forma, nota-se a reversão do que vinha sendo conquistado, tanto na formalização quanto nas possibilidades de acesso e inserção das mulheres negras periféricas em demais categorias profissionais.

## Informalidade e periferias

Neste artigo, trabalharemos os resultados referentes à nona hipótese da pesquisa: “Estes/as trabalhadores/as tiveram um incremento em seus rendimentos

na última década, agora enfrentam um movimento regressivo”. É praticamente consenso entre a maior parte dos entrevistados e entrevistadas, que nos últimos 15 anos houve um aumento significativo de renda e das condições materiais dos trabalhadores.

Notam-se, nos relatos, os impactos positivos de programas sociais e do crescimento econômico vivido nos governos Lula e Dilma para a melhora da vida dessas pessoas. No caso das trabalhadoras domésticas e das manicures, houve relatos sobre elas mesmas ou os filhos terem adentrado universidades públicas federais, por meio das cotas, ou em universidades privadas, pelo programa PROUNI. O Minha Casa Minha Vida também é mencionado como um programa importante e que garantiu a casa própria para uma delas. A boa situação econômica aumentou o poder de compra e fez diminuir o medo do desemprego. Depois do impedimento de Dilma, segundo as entrevistadas, a situação piorou bastante. Para os ambulantes, nos governos anteriores houve melhora significativa pelo aquecimento da economia e do mercado interno. Já com a crise, para os que trabalham com venda de roupas em grandes feiras, como as do bairro do Brás, em São Paulo, houve um aumento dos chamados “sacoleiros”, o que impacta significativamente nas vendas por conta da concorrência; para os demais, o relato é de endividamento, queda no faturamento e aumento no preço de mercadorias. Com os mototaxistas e motoboys, as entrevistas deixam evidente que a situação econômica teve melhorias durante os governos Lula e Dilma, e que de cerca de dois ou três anos para o momento atual isso foi revertido. De acordo com os motoboys, esse fato seria decorrente, tanto pela crise econômica pela qual todo país se encontra quanto pela atuação mais agressiva dos aplicativos, que rebaixou o valor da mão de obra desses trabalhadores e ampliou a concorrência interna entre eles.

Para além de suas condições individuais, há o reconhecimento de que o país como um todo passou por melhorias nos governos anteriores. Sobre Lula, uma das trabalhadoras doméstica relata que “muita gente fala [mal], eu acho que na época dele foi um pouco melhor. As pessoas tavam tendo mais, entendeu, tava tendo uma vida melhor, na época dele [...] Eu acho que as pessoas conseguiam comprar mais alguma coisa. Eu acho que agora é que tá mais difícil. [...] Porque parece que o dinheiro entra e mal dá pra pagar as contas”. Essa mesma trabalhadora relata que considera que o país piorou após os governos

Lula e Dilma, principalmente porque “muitas coisas foram se desfazendo”, particularmente em sua visão, piorou o acesso à saúde, reduziu-se o poder de compra, diminuiu a oferta de empregos e de acesso aos diferentes programas sociais. [M., 48 anos, negra, doméstica, natural de Teófilo Antônio (MG), mora e trabalha no RJ]. Um motoboy relata ainda que “No Norte [...], eu estou falando isso porque os meus tios moram lá, morava, e tinha muito serviço, depois que o PT saiu acabou. O meu primo era motorista de caminhão de água para levar para o pessoal nos lugares que não tinha, acabou, teve que vim embora para o interior.” [M., 39 anos, branco, motoboy, São Paulo-SP]

Tais relatos comprovam a hipótese inicial da pesquisa, corroborando para uma leitura crítica da situação em geral do mundo do trabalho após os governos Lula e Dilma. Se para as pessoas que se encontram na informalidade as condições de sobrevivência sempre foram difíceis, ainda que seu vínculo e suas condições de trabalho não tenham se alterado durante os diferentes momentos políticos pelos quais o Brasil passou recentemente, as condições materiais de grande parte da classe trabalhadora melhoraram significativamente quando o Estado cumpriu um papel determinante em induzir um crescimento econômico inclusivo e de garantir uma série de políticas públicas.



## PARTE II

### Reflexões a partir da pesquisa



# Territorialidade do trabalho informal: a centralidade periférica dos vendedores ambulantes

*Tatiane Marina Pinto de Godoy<sup>1</sup>*

**D**uas questões são importantes para o que será exposto neste capítulo a partir do estudo das entrevistas realizadas pelo Projeto Reconexão Periferias: a centralidade do trabalho e a condição espacial para a reprodução social. Essas mesmas esferas são descredibilizadas pela retórica neoliberal. Para os adeptos dessa doutrina, o trabalho perdeu, na sociedade contemporânea, significado na constituição da identidade e da potencialidade política dos indivíduos e das classes. Para Cattani (2003, p. 12), no discurso desses formadores de opinião, qualquer outra dimensão cultural ou política parece mais importante que o exercício profissional vinculado à esfera da produção e dos serviços. Assim, a categoria trabalho não seria mais relevante para compreender o capitalismo suplantado pela “sociedade da informação” ou “do conhecimento”.

Tal qual o trabalho, o território, uma das categorias espaciais de análise, também já teve sua validade questionada pelas premissas do neoliberalismo

---

<sup>1</sup> Tatiane Marina Pinto de Godoy é Geógrafa, com mestrado e doutorado pela Universidade Estadual Paulista. Fez pós-doutorado junto ao Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (2011-2013) e junto ao InstitutdesHautesÉtudes de L'Amérique Latine/ Université Sorbonne Nouvelle – Paris III (2016). É professora adjunta na Universidade Federal de São João del-Rei.

apoiadas no pós-modernismo, que ainda decretaram o fim do Estado e da história. Haesbaert (2009, p. 20), ao “desmistificar o discurso do fim dos territórios”, argumenta que a territorialidade é um componente indissociável da condição humana e que decretar a desterritorialização absoluta é algo paradoxal, já que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização. Não há, segundo esse autor, como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem, ao mesmo tempo, inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial.

Dessas duas categorias, território e trabalho, consideradas centrais na reprodução social, parte-se para a análise que a pesquisa em campo realizada com ambulantes em duas capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, e uma cidade do interior, São Carlos/SP, pode oferecer como contribuição para compreender os laços existentes entre o espaço, o trabalho e a vida social, buscando ainda inferir as possibilidades que a realidade analisada apresenta como potenciais insurgências.

## Território: uma categoria para pensar a divisão socioespacial do trabalho

O significado e a forma do trabalho se transformaram ao longo tempo, mas enquanto atividade humana, essencialmente social, ele é imanente à reprodução da vida. Produtor de bens materiais e imateriais, o trabalho se realiza aos moldes de cada tempo e espaço, bem como produz relações espaciais próprias de cada período histórico.

A divisão socioespacial do trabalho revela as posições diferenciais que cada território ocupa no arranjo produtivo. Em escala mundial, regional ou local, uma trama de relações se estabelece a partir de hierarquizações que elencam aquilo que Santos (2008) sistematizou como circuitos superior e inferior da economia. A posição que cada sujeito-trabalhador ocupa nessas hierarquizações condicionam suas formas de sobrevivência e a manutenção do sistema de exploração em diferentes níveis próprios de cada momento.

Para efeito da pesquisa Reconexão Periferias, ressalta-se que na cidade a divisão social é mais visível, já que no mesmo espaço urbano estão presentes todas as classes sociais num campo de forças conflitantes quase imperceptí-

veis ao primeiro olhar, mas que, ao olhar informado se manifesta na divisão centro/periferia.

Com a urbanização, manifestada concretamente na dimensão das cidades e na extensão do tecido urbano, nota-se a estratificação social que há nos centros urbanos, visto que há uma diferenciação dos espaços, que são, por sua vez, produzidos/reproduzidos de acordo com interesses econômicos, políticos, sociais e culturais. Ou seja, os espaços são produtos das relações sociais já existentes, assim como tais relações são condicionadas pelas dinâmicas espaciais. A realidade urbana está sempre se transformando, o que outrora levaria décadas para ser construído ou transformado, hoje se faz em um espaço de tempo cada vez menor. Carlos (2011, p. 93) explica: “Isso ocorre porque as condições do capitalismo não são estáticas, ele se desenvolve realizando virtualidade: o espaço mundial e a sociedade urbana”. Assim sendo, compreender o espaço como resultado das relações sociais aponta para a compreensão do mundo.

A dinâmica da organização econômica se dá de forma desigual, o que possibilita a criação de novas formas de ocupação informal, parcial, intermitente e em condições precarizadas para os trabalhadores desenvolverem suas atividades, visto que o processo de acumulação se dá, simultaneamente, ao urbano e à urbanização tornando as cidades um espaço do crescimento do capitalismo, como esclarece Oliveira (1982). O trabalho sem vínculo registrado inibe benefícios como salários fixos e férias remuneradas. Em contrapartida, é uma forma daqueles que não possuem vínculo empregatício se inserirem no mercado, se submetendo a nova forma de produção capitalista, a acumulação flexível, que acirra as desigualdades propiciadas pela globalização, uma vez que, na sociedade, os espaços passam a ser uma extensão do capitalismo, tornando-se mercadorias, modificando as relações tempo-espaço na vida social.

Os vendedores ambulantes são, nesse contexto, parte dos trabalhadores que, de alguma forma, procuram meios de obter rendimentos na tentativa de reproduzir suas vidas. Com a forma flexível de reprodução do capital, o número de trabalhadores autônomos se amplia bem como o número de especialidades técnicas. Mas isso não garante o acesso ao trabalho formal com seguridade social.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 30 de agosto

de 2019, revelam que o país conta com 38,6 milhões de trabalhadores atuando na informalidade, o que corresponde a 41% da totalidade dos brasileiros inseridos no mercado de trabalho<sup>2</sup>. Essa informalidade se expressa com evidência para quem circula pelos espaços de comércio popular das cidades, pelas vias de trânsito congestionadas, pelos acessos a eventos esportivos, culturais e políticos que potencialmente atraem consumidores de artigos diversos que podem ser adquiridos da mão de um vendedor ambulante.

Esses trabalhadores relegados à periferia do mercado e da cidade, exercem sua territorialidade nas áreas centrais. A presença dos vendedores ambulantes no centro da cidade, muitas vezes, não é bem vista por parte da população. Preconceitos e estereótipos a partir da aparência desses trabalhadores são uma das razões. Como o espaço é político, a análise urbana nos revela a reprodução da vida em todos os sentidos e, concomitantemente, a disputa de classes que surge dentro desses espaços, uma vez que existem interesses conflitantes em sua produção. Assim sendo, é preciso pensar as relações sociais na dimensão concreta, na tentativa de analisar a espacialidade imanente à construção da sociedade.

A partir da compreensão da produção social do espaço historicamente determinado que, para Brandão (2007, p. 31), é resultado de conflitos e consensos que se estruturam em torno do ambiente construído, destacaremos alguns elementos das entrevistas realizadas com trabalhadoras e trabalhadores ambulantes.

O que as entrevistas revelam?

As entrevistas permitem aproximar as estatísticas da realidade cotidiana dos trabalhadores. Quem são os sujeitos que dão vida às taxas de desemprego, desocupação, subocupação, informalidade e de desalentados publicadas pelos institutos de pesquisa?

Lançaremos alguns enfoques na espacialidade exercida pelas entrevistadas e entrevistados, a começar pela centralidade espacial das atividades desempenhadas. Ainda que relegada a uma periferia mental, considerada uma atividade destituída de reconhecimento no âmbito geral do funcionamento das forças produtivas, o comércio ambulante tem seu papel histórico nos processos de urbanização.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/09/ibge-sem-carteira-assinada-informalidade/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

Quadro 1: Perfil das trabalhadoras e dos trabalhadores ambulantes entrevistados

Identificação	Sexo	Idade	Cor	Cidade	Atividade	Rendimento	Escolaridade	Experiência emprego formal
1	F	51	Negra	Rio de Janeiro	Vendedora de bebidas e caldos no centro sem ponto fixo	3 S.M.	Fundamental incompleto	Nunca teve carteira assinada
2	F	53	Negra	São Carlos/ SP	Vendedora de café da manhã na porta de unidade de saúde	S.M	Médio completo e cursos técnicos	12 anos
3	M	25	Não declarada	São Paulo	Comerciante em boxede galeria no Brás	Entre 2 e 4 S.M.	Fundamental completo e curso técnico agrícola	5 meses
4	F	39	Não declarada	São Paulo	Comerciante na feira da madrugada e empregada doméstica	Entre 2 e 3 S.M.	Ensino superior incompleto	1 mês
5	M	51	Branco	Rio de Janeiro	Comerciante do camelódromo da Uruguaiana	Entre 1 e 2 S.M.	Ensino médio incompleto	4 anos

Fonte: Entrevistas realizadas pelo projeto Reconexão Periferias, 2018.

As entrevistadas e entrevistados das capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, trabalham e moram na região central. Para o comércio popular é estratégica a localização no centro. Com fácil acesso por transporte público, equipado com infraestrutura e serviços que criam centralidade, ou seja, que polarizam os fluxos de pessoas, ocupar estes espaços é estratégico para o comércio ambulante. É na interrupção do passo do transeunte que o ambulante vende a sua mercadoria.

É importante destacar que os centros das capitais passaram por um processo de degradação entre as décadas de 1980 e 1990. O capital imobiliário concentrou seus investimentos em novas áreas, expandindo os eixos de valorização imobiliária. Os centros se desvalorizaram, os moradores de classe média e alta se transferiram para bairros dotados dos novos atributos urbanísticos e o estabelecimento de novas formas comerciais como *shopping centers* relegaram ao comércio popular as áreas menos privilegiadas.

Um movimento de retorno aos centros, notado também nas capitais e grandes centros urbanos, com revalorização de áreas antes identificadas como

degradadas, acompanhou o interesse do capital imobiliário na apropriação do comércio popular. Esse movimento se faz notar com maior incidência a partir dos anos 2000 e ficou conhecido como revitalização. Projetos de parceria público-privada estabeleceram mecanismos de regularização do comércio popular e informal. Um exemplo é a Feirinha da Madrugada, local onde dois dos entrevistados iniciaram suas trajetórias como ambulantes em São Paulo. Localizada no Brás, um dos bairros centrais da capital paulista, a feira foi administrada pela prefeitura municipal até 2016, ano em que o Consórcio Circuito das Compras obteve a concessão para explorar o local onde se situa o maior centro popular de compras da América Latina. Em abril de 2018, após uma ordem de reintegração de posse conferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, foi demolido o espaço da feira para dar lugar a um *shopping center*. Um dos entrevistados precisou encontrar outro lugar para trabalhar, mas não distante do seu ponto original. Alugou um boxe em uma galeria próxima e precisou de um empenho adicional para manter clientes.

O conflito pelo uso do espaço aparece também em outras entrevistas. E esse é um grande risco que os ambulantes enfrentam. Eles precisam trabalhar nas áreas centrais e nos espaços públicos. A repressão dos agentes do Estado é recorrente no desempenho de suas atividades. Para um dos entrevistados, que trabalha como vendedor ambulante desde a década de 1990, a realização de megaeventos implica nos processos de “limpeza” dos centros das cidades. A realização da Conferência Mundial de Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92) foi acompanhada de repressão a esses trabalhadores. Recentemente, a realização da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) impuseram a reestruturação do centro do Rio de Janeiro.

“Na época do Paes tinha muita repressão na rua, até de briga assim, tá de paraquedas, tem que sair, tinha certos horários que o guarda ficava lá, tinha que trabalhar em certos tipos de horários, então algumas ruas mais afastadas assim” (ENTREVISTADO 5, 2018)

Paraquedas é um tecido que os ambulantes usam para expor suas mercadorias no chão e poder recolhe-las rapidamente quando a fiscalização, conhecida como “rapa”, se aproxima para confiscar. Cena muito comum nas áreas onde os ambulantes são indesejados pelo Estado e pelo mercado formal é a correria



desses trabalhadores com sacos nas costas carregando suas mercadorias, e que já foi retratada na ficção com o filme *Biutiful*<sup>3</sup>, de Alejandro González Iñárritu, ambientando em Barcelona/Espanha onde imigrantes africanos fogem da fiscalização correndo atordoados de uma área valorizada da cidade após a reestruturação para os Jogos Olímpicos de 1992.

Outra entrevistada, também do Rio de Janeiro, vendedora de bebidas e caldos, ressalta a repressão durante a gestão municipal de Eduardo Paes, período em que foi comum as “ordens de choque”.

“Tá aqui parado. Tá usando a calçada, a calçada é pública, não pode usar. Isso que ele falou, a desculpa dele. E não adianta, botou, veio aquele montão de homem, veio a polícia, veio a guarda, veio os caras da SEOP<sup>4</sup>, veio tudo e leva”. (ENTREVISTADA 1, 2018)

A dialética entre centro e periferia na atividade dos ambulantes permite um exercício de jogo de contradições tão próprio do sistema capitalista de produção e exploração. A cidade, o capital e o Estado precisam do trabalho desses sujeitos. Eles abastecem pontos da cidade onde não existe outra oferta das mercadorias que eles têm a vender. Afinal, quem vende água no congestionamento? Eles fazem circular produtos da economia formal, industrializados por grandes corporações. E eles sobrevivem sem custo para o Estado. São sujeitos marginalizados que se integram à sociabilidade nos espaços centrais das cidades.

### *A construção da sociabilidade na rua*

A ocupação do espaço público tem também a construção de sociabilidades cotidianas. Na rua, no encontro com as pessoas, entrevistadas e entrevistados revelam a urbanidade que o projeto capitalista de produção e exploração da cidade nem sempre consegue cooptar.

“Tem mãe que leva a criança, fala: olha aqui, esse bolinho aqui que você comia na barriga da mamãe. É gostoso fazer amizade, você nunca fica lá o tempo todo entediada, tem sempre alguém conversando com você.” (ENTREVISTADA 2, 2018).

<sup>3</sup> *Biutiful*. Direção: Alejandro González Iñárritu. Espanha/México. 2010. 147 min.

<sup>4</sup> Secretaria de Ordem Pública da Prefeitura do Rio de Janeiro.

“Tem algumas coisas assim que é gratificante, que vale a pena. Tem um camarada nosso, Carlos, ele falou para mim que ele foi num show do, mesmo tipo de situação, tirando foto, cumprimentando assim. Então são coisas assim, maneira assim. Coisa que você gosta, que você curte, as pessoas que chega lá conversa contigo, fiz muita amizade, conheci gente, algumas pessoas vão lá até hoje”. (ENTREVISTADO 5, 2018).

Solidariedade também se constrói no trabalho na rua. Ainda que sejam autônomos, são necessárias relações de confiança e cooperação entre essas trabalhadoras e trabalhadores. O que permite compreender que os vínculos de ajuda mútua se sobrepõem a uma suposta competição. A entrevistada 1 é um exemplo desse tipo de solidariedade incomum no sistema de concorrência. A garagem que ela aluga para guardar seus equipamentos de trabalho também oferece abrigo para outros ambulantes que nem sempre dividem o preço do aluguel. Reconhecendo a dificuldade que alguns deles têm em “ganhar algum dinheiro” ela não cobra nada.

### *Tempo, rendimentos e “autonomia”*

A precarização do trabalho se manifesta com uma força evidente no terciário. Fruto de um novo padrão de acumulação capitalista, o setor de serviços ascendeu a partir da década de 1980 no Brasil e ampliou a heterogeneidade e a fragmentação da força de trabalho (PRIEB, 2005). Essa precarização repercutiu no rebaixamento dos salários que, como evidenciam os dados publicados pela Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), praticamente todas as novas vagas com carteira de trabalho assinada geradas no país em 2019 possuem uma remuneração máxima de até dois salários mínimos.

As entrevistas recorrentemente expressam que os salários pagos pelos empregos formais aos quais as entrevistadas e os entrevistados têm acesso apresentam rendimentos inferiores àqueles obtidos por meio da atividade informal que exercem.

“Quando a feira fechou, acabou a fonte, e eu precisava ganhar dinheiro, aluguel para pagar, as contas para pagar. Fui humildemente atrás de emprego, registrada, bonitinha, mas eu não tenho registro em carteira, apesar de ter sido recepcionista, garçonete e tudo, mas não tenho registro em carteira, e eu fui atrás. [...] Inclusive

meu currículo foi selecionado, foi até uma honra porque para quem não tem nada, não tem experiência nem nada. Aí falei que precisava pagar as minhas contas e perguntei quanto era o salário, eles falaram “você trabalha de segunda a segunda, uma folga rotativa e o salário é X”. Eu falei: “mas, minha senhora, não dá, não posso ficar”. Aí eu comecei a fazer as contas, quanto a hora vale de trabalho e quanto vale lá, eu pensei “vou voltar a ser diarista, eu entro às dez e saio às duas e ganho mais, sábado e domingo eu estou livre”. (ENTREVISTADA 4, 2018)

“Eu queria trabalhar para mim e ganhar dinheiro, porque lá no açougue eu ganhava salário. [...] O salário estava oitocentos e noventa, novecentos. [...] No açougue você ganhava um salário, e tem a possibilidade de ter um comércio, trabalhar para você e não depender de ninguém. Melhor trabalhar para a gente, que é individual [...] Eu gosto. Até mesmo porque se você for trabalhar em uma empresa, para outra pessoa, você não vai ter o mesmo ganho”. (ENTREVISTADO 3, 2018)

“Então tem essa questão da remuneração. Por exemplo, o cara tá trabalhando lá na barraca lá, o cara, vamos dizer, ganha, uma média assim por mês tira 2 mil reais de lucro. Agora, ele vai sair daqui para ganhar até um salário mínimo. Uma situação, ele trabalhou dia, até primeiro, vai ter que esperar trinta dias, esperar o quinto dia útil para poder receber o que trabalhou. De camelô tá com o dinheiro na mão. Tem essa questão”. (ENTREVISTADO 5, 2018)

Mas o que se pode notar a partir das informações sobre rendimentos obtidos é que, descontados todos os custos e obrigações que as atividades demandam, o que sobra como ganho não excede em grande proporção os salários pagos pelos empregos formais. Mais do que um rendimento maior, o que fica evidente nas falas é a possibilidade de ter algum controle sobre o tempo. Ainda que muitos trabalhem intensamente, por até 10 ou 12 horas, ou de forma intermitente, como é caso da entrevistada 1, que tem jornadas concentradas porque trabalha enquanto há eventos.

Para a entrevistada 2, que passou muitos anos trabalhando longe de casa e do convívio familiar, a ideia de autonomia e de realizar um trabalho no qual vê sentido é uma razão de satisfação.

“Eu acho que é bom, porque eu gosto daquilo que eu faço, eu chego às 7h15 da manhã, fico até às 10h30, 11h da manhã e volto para casa. O resto do dia eu tenho

meu e agora como não tenho hora de sair eu tenho um tempo para mim, eu cuido da casa, faço as minhas coisas, o meu bolo eu já vou preparar, então não é muito trabalho, não é muito cansativo”. (ENTREVISTADA 2, 2018)

Para o entrevistado 3, ainda que tenha o desgaste pelo trabalho noturno, ter uma parte do dia “livre” permite alguma disponibilidade de tempo que o emprego formal não garante.

“Além de tudo, se você for trabalhar para outra pessoa, pode ser que você arrume um serviço no mesmo horário que a gente trabalha. Mas, geralmente, você vai ter que trabalhar o dia todo. Você só vai chegar na sua casa à noite. Você não vai ter tempo de fazer nada. E aqui, por mais que é cansativo trabalhar à noite, eu tenho [a partir de] de uma e meia, duas horas, todo o dia livre para poder fazer alguma coisa, né”. (ENTREVISTADO 3, 2018)

Para Kon (1992), há uma relação entre o predomínio do setor de serviços e o aumento da precarização do trabalho. A desindustrialização, processo pelo qual o Brasil atravessa nas décadas mais recentes, implicou na terciarização do mercado de trabalho. Esse movimento não é só brasileiro, mas é mundial. Ele se afirma como aquilo que Antunes (2018) define como a explosão de um novo proletariado de serviços. Para os formalmente empregados há as incidências das novas legislações trabalhistas que flexibilizam e tornam mais próximas dos trabalhadores informais as condições de trabalho. Essa precarização ganha contornos mais evidentes na nossa condição de periferia do capitalismo. A exploração do trabalho é tão intensa nessa periferia que, no setor que mais se expande, a corrosão dos direitos sociais aproxima trabalhadores formais e informais. A lei 13.467 de 2017, denominada Reforma Trabalhista, que alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) juntamente com a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, Lei 13.874 de 2019, legalizam muitos aspectos que dão insegurança ao trabalho informal. Um desses aspectos diz respeito ao descanso porque as empresas passaram a ter o direito de funcionar em todos os dias e horários e a conduzir as escalas de trabalho de seus empregados a partir da liberalização geral do trabalho aos domingos e feriados, excluindo a necessidade de negociação sindical e remuneração adicional.

Antunes (2014) afirma que a flexibilização produtiva, as desregulações, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil.

A articulação complexa existente entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva e as mudanças no espaço microcômico do trabalho e da empresa não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora. (ANTUNES, 2014, p. 41)

Essa nova fase do capitalismo concerne a um novo tempo, mas também diz respeito à nossa condição estrutural de integração ao capitalismo global. Outros países centrais, inclusive a França, passaram recentemente por reformas dos seus “códigos do trabalho”, contudo, a condição de trabalho no Brasil sempre foi de superexploração.

Dessa forma, o trabalho formal, com carteira de trabalho assinada, sai do horizonte de muitas trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e as entrevistas realizadas pelo Reconexão Periferias demonstram o distanciamento que os ambulantes encontram da possibilidade de se empregarem.

## As resistências socioespaciais

Se esse precariado urbano, compreendido nos termos de Braga (2012) como o proletariado precarizado integrante da classe trabalhadora, redimensiona a precariedade para o patamar de uma superexploração que extrapola as condições anteriores de reprodução social, ele também oferece a condição necessária para a mudança política que antes depositava na classe operária as suas esperanças. Para Harvey (2014), há de se voltar a atenção para a classe trabalhadora que está criando e sustentando a vida urbana

A cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória (HARVEY, 2014, p. 134).

A cidade é uma importante esfera de luta política, social e de classe. Há dimensões temporais e espaciais na compreensão das lutas políticas. A presença dos ambulantes no espaço público, resistindo à repressão do Estado quando

este atua em favor dos interesses da valorização imobiliária do centro das cidades é uma resistência socioespacial.

Ainda que a realização do trabalho seja extenuante, as narrativas das entrevistadas e entrevistados revelam um sentido por eles percebido na atividade laboral. Há algum sentido de satisfação que expressam a processualidade contraditória do ato de trabalhar que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza (ANTUNES, 2018, p. 26).

A organização de movimentos, como o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), fundando em 2003 para a defesa dos comerciantes ambulantes<sup>5</sup>, que unifica as demandas dos camelôs como a luta contra o armamento da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, não pauta apenas a luta em favor da presença dos ambulantes no espaço do centro da cidade. O movimento também se engajou contra o despejo de moradores da Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro onde comporta, atualmente, parte das instalações que foram construídas para o Parque Olímpico. Reivindicou, ainda, a implementação do Plano Popular da Vila Autódromo, elaborado por moradores, professores e técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF) como contraproposta ao projeto da prefeitura do Rio de Janeiro. Do MUCA, atuam os entrevistados 1 e 5, que trabalham no centro do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, a remodelação da Feira da Madrugada em uma nova área ao estilo de *shopping center* não se fez sem resistência. Ambulantes se organizaram em manifestações e passeatas, fecharam a Avenida do Estado e conseguiram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o processo de licitação da área. Ainda que tenha se encerrado sem reverter a concessão e, conseqüentemente, a retirada dos comerciantes informais, tais formas de organização expressam as lutas que se travam no espaço das cidades e pelo espaço das cidades. A dimensão do território como resistência e insurgência revela a potência que esses trabalhadores urbanos têm para mobilização e expressão de pautas de resistência socioespacial.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

## Considerações finais

As entrevistas realizadas pelo projeto Reconexão Periferias revelam que, pelo menos entre as mulheres e homens que trabalham no comércio ambulante, a informalidade parece oferecer maior autonomia e melhor remuneração do que os empregos disponíveis com carteira assinada. As condições de exploração do trabalho no Brasil, comparativamente aos países centrais do capitalismo, sempre foram muito mais desgastantes para o trabalhador. Kowarick (2009, p. 22) toma como espoliação urbana uma somatória de extorsões que tornam ainda mais agudas as condições de exploração do trabalho no Brasil. Além dos baixos salários, das longas jornadas no período de expansão econômica e o desemprego e subemprego nas crises, os trabalhadores são subnutridos, moram em habitações precárias e desprovidas de infraestrutura, não têm acesso aos direitos sociais que garantem a reprodução da força de trabalho. Essas são as condições de vida na periferia do capitalismo.

A territorialidade dos ambulantes acontece no centro das metrópoles analisadas, essencialmente. Trabalham e moram nas áreas centrais, ainda que não sejam aquelas dotadas dos atributos mais valorizados por parte do mercado imobiliário. Mas precisam resistir para permanecer no centro e no espaço público. A disputa pelo território se torna mais árdua à medida que avançam as parcerias público-privadas para a renovação/revalorização das áreas centrais.

Na atualidade, o espaço urbano se coloca como condição fundamental para a produção e reprodução do capital como nunca antes. As cidades se tornaram grandes empreendimentos no bojo do neoliberalismo que a tudo ressignifica com o valor do empreendedorismo. E a base desse negócio é solo urbano, tornado mercadoria, mas que também é condição para reprodução social. O conflito entre o valor de troca, para o mercado e suas alianças com o Estado, e o valor de uso para seus habitantes emerge nos conflitos. Para os vendedores ambulantes, o espaço urbano, o espaço público, a calçada, o passeio público são seus territórios de sobrevivência. Eles se integram marginalmente a essa lógica neoliberal empreendedora, não no sentido do empreendedor de si, mas, como bem coloca uma das análises das entrevistas, no sentido da “viração”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Conforme os entrevistadores da pesquisa, “viração” é entendida como um “certo espírito desbravador”, um esforço de ganhar a vida que cria condições para o desempenho do pró-

Eles precisam se virar para garantir condições mínimas de reprodução social. A resistência no espaço público por essas trabalhadoras e trabalhadores também é uma luta pelo direito à cidade.

## Referências

- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho. *Estudos Avançados* 28 (81), 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRAGA, R. *A política do precariado*. Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRANDÃO, C. *Território & Desenvolvimento*. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.
- CARLOS, A. F. A. et al. (Org). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CATTANI, A. D. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HARVEY, D. *Cidades Rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IPEA. Carta de Conjuntura. 44, 3º semestre de 2019.
- KON, A. *A produção terciária: o caso paulista*. São Paulo: Nobel, 1992.
- KOWRICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo n. 6, p. 36-54. Jun/Set 1982.
- PRIEB, S. *O trabalho à beira do abismo*. Uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005.
- SANTOS, M. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2008.

---

prio trabalho e que constituiriam uma experiência continuada que não propriamente se engajasse na adesão dos valores da inovação e do empreendedorismo, próprios da cultura do trabalho nos tempos de flexibilização.



# O patriarcado na trajetória das trabalhadoras informais: mulheres invisibilizadas

*Rita Maria Pinheiro<sup>1</sup>*

**P**ara entendermos a relação entre o patriarcado e a trajetória das trabalhadoras informais, é necessário compreender a relação entre gênero, raça, geracional e classe social, a partir do conceito de patriarcado e a noção sobre informalidade na trajetória de vida das mulheres.

Para isso, é necessário esclarecer qual a noção de informalidade que apresentamos aqui, para assim apontar algumas reflexões sobre a sua relação com a trajetória das mulheres trabalhadoras. Por ser um conceito amplo, nos referimos à informalidade das mulheres, como trabalho autônomo, sem CNPJ, realizado em pequenos empreendimentos sem “carteira assinada” e de trabalhadoras domésticas. É marcado pela instabilidade, baixos rendimentos e ausência de proteção e de direitos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a informalidade é marcada por jovens e mulheres em dificuldades para encontrar o primeiro emprego ou reingressar no mercado de trabalho, independente da escolaridade. No caso brasileiro, acrescenta-se o fator raça/cor, uma das condicionantes da população que se encontra na informalidade.

---

<sup>1</sup> Socióloga e assessora sindical.

## O Patriarcado e suas consequências

O patriarcado é um dos mais antigos sistemas de dominação conhecido e opera nas várias dimensões da vida. Estruturou-se ao longo do tempo pela dominação dos homens sobre as mulheres nos grupos domésticos e nas comunidades, se espalha na sociedade e é definidor das relações de poder e de dominação social. Mantém-se na organização e na dinâmica das relações de gênero, definindo os instrumentos de dominação que atuam na sociedade, através das leis e costumes – cultura. É um sistema estruturante do poder político, econômico e social, que sustenta a opressão sobre as mulheres, o que explicaria o sentimento que nos faz sentir menor que os outros, impotentes diante da vida.

Saffioti, ao discutir o conceito de gênero, em seu artigo: *Gênero e Patriarcado* (2009), afirma ser preciso entender a teoria para que se possam operar transformações na sociedade. Para ela, a indagação que devemos fazer é: “a quem serve a teoria de gênero utilizada em substituição à do patriarcado?”. Chama a atenção das feministas para liderar um processo de mudança. Segundo a autora “a urgência desta resposta pode ser aquilatada pela premência de situar as mulheres em igualdade de condições com os homens”.

A autora aponta, ainda, a necessidade de interação de todos os agentes sociais, negros e pobres, não restringindo apenas ao gênero, evitando assim que “a resultante da ação coletiva fique aquém, ou muito aquém, do fim posto”. Para isso, conclui que a teoria desempenha papel fundamental neste processo. Ou seja, “não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva”, e reforça, “Gênero é por demais palatável”, na sua avaliação, quando usado excessivamente apresenta alto grau de extensão, mas baixo nível de compreensão, isso por ser, “a-histórico, apolítico e pretensamente neutro”.

Afirma que, justo por essa ‘generalidade excessiva’ no seu uso, “o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão de generalidade nem de neutralidade, e deixa propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História de primazia masculina”, ou seja, um conceito de “ordem política.” A pergunta que se deve fazer, segundo a autora,

é se poderia ser de outra ordem “se o objetivo das feministas, consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade?” (SAFFIOTI, 1997a).

## Informalidade do trabalho, relações de gênero e a divisão sexual do trabalho

Bruschini<sup>2</sup> (2007), em estudos sobre trabalho e gênero no Brasil, traz um panorama que aponta como fatores culturais contribuem para o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1970, porém não garante a qualidade do trabalho feminino, que é mais vulnerável à precariedade e à informalidade. Marcando que o estudo do trabalho feminino está sempre ligado aos estudos de famílias e espaços reprodutivos, e que até mesmo o aumento de mulheres escolarizadas e em cargos de chefias aconteceu dentro dos guetos profissionais ou na informalidade.

O trabalho feminino, em especial aqueles que são vistos como extensão dos afazeres domésticos – costurar, limpar, cozinhar, cuidar–, “guetos profissionais”<sup>3</sup> (HIRATA, 2007), sempre estiveram abaixo, hierarquicamente de outras atividades sendo desprovido de prestígio social e mantidos na invisibilidade.

Para Bruschini (2006), o tempo econômico masculino é sempre maior do que o feminino e, por sua vez, o tempo feminino na reprodução social é maior do que o masculino. Segundo a autora, não há uma contrapartida de redução do tempo dedicado por elas à reprodução social, acontece apenas uma adição do tempo econômico ao da reprodução social.

A divisão sexual do trabalho é o que elucida o estreito vínculo entre trabalho remunerado e não remunerado. Articulando a esfera da produção econômica e da reprodução social, foi possível observar que as obrigações domésticas

---

<sup>2</sup> A autora traz um amplo estudo que entrecruza estatísticas do IBGE sobre trabalho, ocupação não remunerada e informalidade de homens e mulheres no período de 1995 a 2005, quando analisa as mudanças ocorridas no que diz respeito ao trabalho da mulher, escolaridade e ocupações formais e informais.

<sup>3</sup> Conceito trabalhado por Helena Hirata (2009) ao demarcar que os trabalhos tipicamente femininos são aqueles que reproduzem, no mundo laboral, as tarefas domésticas culturalmente compreendidas como das mulheres.

limitavam o desenvolvimento profissional das mulheres, implicando carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade.

As lacunas dos serviços públicos e das políticas de cuidados é elemento central nos arranjos familiares e implica na inserção da mulher de forma mais precária, os trabalhos mais informais, os tempos parciais e as remunerações, menores.

## A pesquisa

A Fundação Perseu Abramo (FPA), realizou, durante o segundo semestre de 2018, pesquisa no âmbito do Projeto Conexão Periferias – Trajetórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo. Trabalhou com o universo de 31 entrevistas em profundidade com trabalhadoras e trabalhadores informais nas cinco regiões do país, considerando gênero e raça.

As trabalhadoras entrevistadas, objeto deste artigo, desenvolvem seu trabalho nos setores de confecção, vendedora ambulante, manicure, construção civil e trabalho doméstico; ao todo 17 mulheres responderam a entrevista.

A informalidade desses segmentos tem no trabalho das mulheres a expropriação de direitos e de proteção social, potencializando a sua exclusão e o empobrecimento.

O trabalho doméstico tem como característica a informalidade. Em 2016, o trabalho doméstico com carteira assinada chegou a 34,6%, enquanto em 2019, até julho, caiu para 27,9%, ao mesmo tempo em que cresce o trabalho de diarista sem carteira. Tem também na sua essência a exploração do trabalho feminino, em especial das mulheres negras, com baixa escolaridade. Traz em si a invisibilidade, tendo suas raízes na escravidão. A maioria das trabalhadoras domésticas inicia nas casas como ajudantes, ainda crianças, muitas vezes em troca de um prato de comida, vindas do campo ou das periferias, e têm no serviço de doméstica a única saída possível para a sobrevivência. Essa ‘saída’ traz consigo o fardo de um trabalho caracterizado pelo isolamento, a exploração e a alienação sobre os direitos. Sem vivência coletiva de organização, são vítimas de violência moral e sexual durante sua trajetória de vida.

O setor de costura e confecção é outro em que a informalidade faz parte de sua dinâmica de produção. Pequenos empreendimentos informais, subcontratados por empresas do setor, muitas delas formais, subcontratam o trabalho de

mulheres que o realizam em domicílio. Esse trabalho tem como característica a informalidade, precariedade, sem condições adequadas, baixa remuneração e sem proteção. Sua execução se dá por membros de uma mesma família, o que implica, muitas vezes, no uso do trabalho infantil. Por vezes tem sido a origem do trabalho escravo. Neste setor, formal e informal se articulam entre si nas relações de trabalho.

As vendedoras ambulantes trazem como característica o trabalho exercido no espaço público—nas ruas—, sem condições adequadas, expostas às intempé-ries, às crises e à violência do Estado. Este é um trabalho que pode ser realizado por toda a vida ou em momentos de crise, como forma de sobrevivência. Por depender em maior escala do Estado, seja para garantir seu funcionamento, seja para não sofrer violações, é um trabalho atípico, mas que constrói, a partir das vivências, formas de se sobressair e construir laços sociais.

O trabalho de manicure, exercido por mulheres, em sua maioria na informalidade, em salões de beleza, no atendimento em domicílio ou em pequenos empreendimentos na própria residência, traz algumas características diferentes, dentre as quais está a ausência de organização coletiva. Mesmo que não exercido sob hierarquia, exige dessas trabalhadoras jornadas extensas, pois seus ganhos dependem da sua capacidade de atendimentos, num trabalho repetitivo que leva muitas ao adoecimento.

As trabalhadoras pesquisadas apresentam **trajetória de vida profissional** em que informal e formal é uma constante e se dá de formas diferentes.

Dentre as entrevistadas, as trabalhadoras domésticas têm sua trajetória, ora na informalidade, ora na ilegalidade, ou seja, trabalho abaixo da idade mínima permitida e sem receber pagamento pelo seu exercício do trabalho (análogo ao escravo). Coexistem, por muitas vezes, trabalho formal e informal, autônoma registrada e sem registro, diarista e cuidados, serviço doméstico e venda de alimentos. Várias são as formas encontradas por estas trabalhadoras para complementar a renda.

No caso das ambulantes, parte significativa de sua trajetória no mundo do trabalho foi vinculada ao trabalho doméstico. Duas das três entrevistadas iniciaram no emprego doméstico— uma começou com 13 anos de idade, a outra foi diarista por 9 anos antes de ser manicure e camelô, voltando depois a ser diarista após o fechamento do seu espaço de trabalho— e uma terceira acessou

o mundo do trabalho via trabalho doméstico, onde permaneceu por 4 anos. A informalidade predomina nas suas trajetórias de vida profissional.

As trabalhadoras em confecção têm por característica do trabalho o seu exercício no âmbito familiar, dividindo o trabalho conforme as prioridades e afinidades, *a gente se molda à necessidade*. Já as manicures variam de trajetória, mas sempre em fluxo intenso entre formalidade e informalidade. Na formalidade, ocupações de baixo nível formativo, precárias e desgastantes com longas jornadas.

No setor da construção civil, a trajetória de idas e vindas entre trabalho formal e informal se confundem, à medida que a terceirização e a subcontratação constituem as relações contratuais e de trabalho. Muitos articulam o trabalho formal com o informal como forma de complemento de renda. As mulheres que se encontram neste setor, em sua maioria exercem funções em áreas especializadas. O setor descobriu que as mulheres eram ótimas azulejistas, realizando acabamentos precisos, como aplicação de azulejos ou ladrilhos, por serem mais detalhistas e trabalhando com asseio. Porém, não foram contratadas ganhando mais do que seus colegas homens por fazerem melhor serviço. Foram contratadas ganhando menos e a feminilização da profissão concorre para a diminuição de sua remuneração. O capital desqualifica esta aprendizagem, naturalizando-a no “jeitinho” feminino.

Um aspecto que vale salientar na pesquisa é a falta de ‘desejo’ de ter um trabalho formal. Dentre as questões apontadas neste sentido foi a “hierarquia, subordinação, prestação de contas, disciplina rígida e de horário menos flexível”. No entanto, também resgatam alguns aspectos importantes do trabalho formal, na perspectiva dos direitos e da proteção. No caso específico das domésticas, há certa rejeição à “PEC” que estendeu os direitos dos demais trabalhadores as trabalhadoras domésticas. Esta rejeição tem por base o desconhecimento dos direitos— na verdade, se dá pelo discurso por parte dos empregadores, ao afirmar “que não podem mais mantê-las como mensalistas porque teriam que pagar os direitos estabelecidos na PEC”, o que fez com que muitas voltassem à informalidade como diaristas, trabalhando nas mesmas residências. Mais uma vez o trabalho doméstico volta a ser exercido em sua imensa maioria na informalidade, sem direitos e sem proteção. É importante ressaltar que 60% das trabalhadoras domésticas são negras, o que nos remete às raízes de exploração que estruturam este trabalho.

## É possível a igualdade sem reparação?

Ao discutir sobre o trabalho assalariado e maternidade como questões distintas, Daubié afirma que a pobreza das mulheres provinha de duas causas conectadas entre si. De uma parte, o monopólio sobre as profissões – algumas antigamente femininas – que eram já especializações bem adaptadas às mulheres<sup>4</sup>. De outro lado, havia também o egoísmo dos homens, todos preocupados em satisfazer seus direitos individuais. Daubié inclui nesta segunda causa da pobreza atitudes e comportamentos tipicamente masculinos: seduzir e abandonar as jovens mulheres, o costume de gastar dinheiro da família em bebida, recusar-se em contribuir nas despesas do lar. Práticas estas que afastavam os homens de seus “deveres sociais”. Em 1866, a autora chega a formular uma reclamação: enquanto a pobreza das mulheres fosse obra dos homens, seria necessário que elas recebessem o poder de exigir reparação como “melhor remédio a longo termo é a moralização dos homens e dos empregadores” (SCOTT, 1990).

Scott evidencia as argumentações que dão suporte a esta reclamação. A *reparação* seria possível só se a posição das mulheres fosse reforçada, não para voltar ao passado, menos ainda para proporcionar uma visão idealizada, mas para exaltar a igualdade: frente à lei; na construção da lei; no acesso à formação; na aprendizagem para todas as profissões e para o mesmo salário/horário para homens e mulheres.

Para a historiadora Scott, a igualdade sugerida por Daubié não cancela as diferenças sexuais. A proposta é oferecer às mulheres meios para proteger-se. Isto é, pensar a igualdade no acesso aos empregos – que ofereceria às mulheres a oportunidade de quebrar o monopólio injustificado exercido pelos homens sobre as profissões perfeitamente adaptadas às mulheres; a igualdade de salário – que permitiria às mulheres deixarem de ser obrigadas a trabalhar além do necessário e que ofereceria às jovens não casadas a possibilidade de ser independentes dos homens (e conseqüentemente de estarem livres da vulnerabilidade no plano sexual); a igualdade perante a lei – que daria às mulheres o poder necessário para impor princípios de organização social.

Para Saffioti, espera-se que, paulatinamente, as pessoas compreendam que a sociedade brasileira repousa sobre um tripé contraditório, que inclui rela-

---

<sup>4</sup> A autora faz referência às profissões de fiandeira, de bordadeira de rendeira.

ções de gênero com primazia masculina, racismo contra o negro e relações de exploração-dominância de uma classe social sobre outra, em detrimento dos menos privilegiados, e que estes fatos são antidemocráticos. Para a autora, somente a igualdade social entre todos merece o título de democracia.

Três hastes do tripé - gênero, raça/etnia e classe social

Saffioti (2009) aponta três hastes do tripé em que cada uma teria a sua própria ideologia: de gênero, de raça/etnia, de classe social. A burguesia branca e masculina necessita de suas ideologias e de uma mais global, do tripé como um todo, para convencer seus explorados-dominados da legitimidade implantada. A autora tem razão ao afirmar que a ideologia constitui um mecanismo de mistificação e, por conseguinte, de alienação. Não resta dúvida de que o imaginário faz parte do real. Entretanto, apresenta distorções que favorecem os poderosos em detrimento dos subjugados. Para estes últimos, o real é aquele apresentado por seus quase proprietários. Assim, creem naquilo que não lhes convém. Mas, segundo sua análise, a realidade palpável e o real imaginário não são apartados de forma estanque, o que termina por confundir aqueles nos quais se incute a ideologia. Tanto que a ideologia contém conhecimentos verdadeiros, assim como falsos. A autora simplifica sua análise com o exemplo sobre mulheres que sofrem violência, ora se veem como incapazes, culpadas (que será que eu fiz para ele me bater?), ora como vítimas capazes de escapar ao jugo de seus opressores, de criticar o regime sob o qual vivem, de ir à luta sozinhas e alcançar a vitória. “Não há vítima passiva.”

Essa imagem distorcida da realidade, afeta grande parte da classe trabalhadora e da população pobre, o que tem possibilitado a manutenção dos nossos algozes nos processos de exploração, os mesmos que pioram condições de vida, de trabalho, eliminam direitos e o acesso a políticas públicas. Os mesmos que potencializam as discriminações de gênero, raça e classe social e jogam milhões na pobreza. O caso de trabalhadoras domésticas que foram convencidas por seus patrões de que a PEC que lhes garantiu direitos lhes devolveu a informalidade é a imagem distorcida da realidade, que é a imposição dos seus empregadores para que não tenham acesso aos direitos.

Outra dimensão deve agregar-se ao tripé proposto por Saffioti: a geracional, que considera os diversos tempos da vida – juventude e maturidade ou velhice. Entender essas dimensões é entender as discriminações de raça e



geracional na vida das mulheres que enfrentam em cada momento de suas vidas, formas de discriminação que se complementam. Entendê-las é pressuposto para pensarmos políticas de enfrentamento e de combate às discriminações de gênero, raça/cor e geracional. As mulheres negras se encontram na base da pirâmide ocupacional e social. O racismo presente na sociedade e nas instituições leva milhões de mulheres à exclusão, extrema pobreza e à violência. A maioria dessas mulheres vive nas periferias das grandes cidades, são chefes de família e fazem parte das mães “solo”. Segundo estudos, as mulheres hoje representam em torno de 40% dos chefes de família e mais de 35% são “mães solo”, ou seja, são as únicas responsáveis pelos filhos e filhas. Como diz Saffioti, “na ordem social das bicadas, a última posição é sempre ocupada por uma mulher negra e pobre. Em primeiro lugar, situa-se o macho branco e rico”.

## Considerações finais

Na fala das entrevistadas sobre o retorno ao trabalho formal, muitas o “rejeitam”. A justificativa se dá na forma como enxergam o espaço do trabalho “formal” – um espaço de repressão e coação–, o que demonstra a permanência de um local antidemocrático, não coexistindo espaço para a controvérsia e a criatividade, o que coloca em cheque a forma como o trabalho tradicionalmente se organiza, espaço de alienação e sem pertencimento.

O trabalho informal convive cada vez mais com a subordinação. A maioria dos que estão na situação de informalidade trabalha para um só patrão, ou seja, são submetidas a longas jornadas, metas a cumprir e, em contrapartida, recebem baixa remuneração, têm péssimas condições de trabalho e não terão acesso a nenhum direito ou proteção em caso de adoecimento ou no envelhecimento. Se não trabalhar, não recebe. O processo de precarização das relações de trabalho, potencializada a partir da reforma trabalhista, tem consequências muito graves a médio e longo prazo para a sociedade. Exemplo disso são as mulheres que, historicamente, estão nos trabalhos mais precários e informais, especialmente as negras. Essa realidade histórica soma-se à ausência de políticas públicas de saúde, educação e de cuidados, o que implica maior vulnerabilidade dessas mulheres.

Fator importante apontado pelas pesquisadas é a falta de política pública de cuidados, em especial nos territórios em que vivem. A falta de creches as afasta do trabalho remunerado para os cuidados de filhos pequenos, e quando retornam, precisam aceitar trabalho em tempo parcial, como forma de conciliar o trabalho com os cuidados.

No Brasil, não existem instituições públicas para atender todas as crianças desde a tenra idade, nem educação em tempo integral para todas as faixas etárias. Há ainda menos serviços públicos que atendam a demanda de cuidados e atenção exigida pela população idosa e pessoas com deficiência, o que penaliza as mulheres que decidem pela inserção no mercado de trabalho com jornadas remuneradas menores, empregos mal remunerados, e com excessiva carga de trabalho, quando somado o trabalho reprodutivo ao trabalho produtivo.

A falta de mecanismos de conciliação afeta sobremaneira as mulheres pobres, que não dispõem de provisão suficiente, que não podem se valer do modelo de delegação e não têm acesso às instituições privadas de provisão de cuidados. No que se refere ao cuidado de crianças pequenas, a situação mais delicada das mulheres pobres é perceptível pelo fato de apenas 14% das crianças de 0 a 3 anos, de famílias do primeiro decil de renda, terem recebido cuidados formais por meio de creches, em 2014. Essa situação leva as mulheres a construir uma rede de solidariedade entre suas relações.

Por que as mulheres, mesmo com alguns avanços, após grandes lutas, permanecem executando trabalhos mal remunerados, sem igualdade e em sua maioria na informalidade? Qual o papel do patriarcado neste processo de feminilização da pobreza? Sabe-se que a autonomia econômica da mulher é fundamental para a saída da pobreza, bem como para sair do ciclo da violência doméstica.

Como seres livres, são capazes e têm direito de construir seus projetos de vida – *não existem para outros, mas existem para si mesmas*. Como lembra Chauí, na cultura patriarcal as mulheres são vistas e socializadas como seres para os outros, numa relação marcada pela heteronomia. Falar de liberdade, nesse sentido, significa recusar o projeto de outrem como nosso. Liberdade é autonomia num mundo que insiste em nos confinar na heteronomia.

## Referências Bibliográficas

- BRUSCHINI, C. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- CAPPELLIN, Paola. “A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade”. IN: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci; LIMA, Maria Ednalva Bezerra e Soares. In: *Reconfiguração das relações de gênero e trabalho*. São Paulo: CUT, 2004.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. SAFFIOTI, H. I. B. “Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres”. In: VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli de (org.). *Mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Pulo, setembro, 2009. Ed, Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. “Equidade e paridade para obter a igualdade”. *O Social em Questão*. n. 1, Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio, jan./jun., p. 63-70, 1997a.
- SCOTT Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, 1990.



# Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade

*Roberto Vêras de Oliveira*<sup>1</sup>

*Bruno Mota Braga*<sup>2</sup>

## Introdução

Este artigo analisa as dinâmicas sociais da *informalidade* no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, sua persistência e suas metamorfoses. O campo de investigação apresentado por essa pesquisa revela o lugar onde foi desenvolvido um amplo diagnóstico sobre o setor de confeções através do projeto “Reconexões Periferia”, coordenado pela Fundação Perseu Abramo, no ano de 2018. A ampla pesquisa buscou compreender como vivem os trabalhadores e trabalhadoras informais nas periferias do Brasil e, mais particularmente, no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Assim, com objetivo de revelar a paisagem laboral que compõe esse cenário, apresentaremos os arranjos comerciais assumidos nesse território laboral. O foco da pesquisa recaí sobre as novas configurações comerciais, trazidas especialmente com a inauguração do Centro Comercial Parque das Feiras, localizado no município de Toritama, sendo este uma das mais importantes bases de produção e comercialização de *jeans* do país (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2013).

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba.

O referido polo se constituiu historicamente como um aglomerado de atividades produtivas, comerciais e de serviços, especializado em confecções e situado no Agreste de Pernambuco, envolvendo principalmente os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama. Atualmente, vem passando por transformações importantes:

O crescimento nos volumes de produção e comercialização, sua projeção regional e nacional, a entrada em cena de grandes atacadistas, uma cada vez maior exposição à concorrência frente a outras regiões produtoras (inclusive de base internacional, como a China), uma maior presença do Estado (com ações de fiscalização, de orientação, de institucionalização, de investimento em infraestrutura e serviços), entre outros fatores, vêm concorrendo para alterar sua configuração, inclusive no que se refere à dinâmica *formal-informal*. Isso, não necessariamente no sentido do simples avanço de um termo em detrimento do outro, mas, sobretudo no de estabelecer novos processos envolvendo essa dualidade de situações, algo que podemos tratar como novas formas e dinâmicas de informalização-formalização (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 233).

O Parque das Feiras foi construído em 2001 por iniciativa de empresários da região, com o apoio do poder público municipal e de instituições tais como o Sindicato das Indústrias de Confecções de Pernambuco (SINDIVEST-PE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Sua construção visou aproveitar o potencial das “Feiras da Sulanca”<sup>3</sup>, mas buscando estabelecer um outro padrão de organização das atividades comerciais. Esse modelo de centro comercial se espalhou para Caruaru, com o Polo Comercial, e Santa Cruz do Capibaribe, com o Moda Center. Resultou daí uma reconfiguração na base física e no padrão do comércio dos produtos do aglomerado produtivo. Em paralelo, por ação do SINDIVEST-PE e com o apoio do SEBRAE, desencadeou-se uma campanha com o propósito de reelaborar a imagem das

---

<sup>3</sup> “As feiras locais, por meio da constituição de sua variante feira da sulanca, se firmaram como pontos de articulação por excelência (quanto à origem e desenvolvimento) do que veio a se constituir como um aglomerado produtivo-comercial de confecções” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 241). Conforme Lira (2006, p. 102), “A *sulanca* ficou conhecida, então, como feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis a camadas da população de baixa renda”.

atividades, dos produtos e dos agentes produtivos da região, envolvendo sobretudo a mídia local e as associações empresariais (LIMA, 2011).

A inauguração do Parque das Feiras evidenciou e aprofundou os processos de diferenciação que já vinham se estabelecendo nas atividades e *empreendimentos*<sup>4</sup> comerciais (e produtivos). Atualmente, são os seguintes os principais espaços de comercialização de confecções em Toritama (dotados de infraestrutura e padrões de funcionamento diferenciados): o Parque das Feiras (incluindo áreas distintas para boxes e lojas); as *grandes lojas*, situadas no entorno do Parque; a Feira da Sulanca, estabelecida na área externa do perímetro do Parque, com funcionamento aos domingos e às segundas e terças-feiras, sendo submetida à regulação do poder público local; e a Feira da Invasão, constituída recentemente como desdobramento da Feira da Sulanca, situada fora do perímetro do Parque e funcionando nos mesmos dias daquela, mas sem qualquer reconhecimento e regulamentação públicos. As reflexões aqui propostas têm como foco as transformações pelas quais vêm passando a dinâmica comercial em Toritama, mais especificamente quanto às novas relações entre seus aspectos *formais* e *informais*, tendo como marco a instalação do Parque das Feiras. Pautam-se pelas seguintes interrogações principais: que implicações a instalação do Parque das Feiras vem trazendo para as relações entre o *formal* e o *informal* nas atividades comerciais ali desenvolvidas? Em que medida a *informalidade* se mantém como uma característica marcante nessa nova situação? Como os diversos atores sociais referidos ao território comercial em questão percebem e se posicionam em relação às mudanças que ali vêm ocorrendo e sobre suas implicações para si próprios? Conforme já destacado, o uso de termos como “mercado informal” (SILVA, 1971), “setor informal” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1972; TOKMAN, 1977; SOUZA, 1982), “informalidade” (HART, 1973) na pesquisa social, tornaram-se correntes a partir dos anos 1970, sendo dotados de grande polissemia e controvérsia (DEDECCA; BALTAR, 1997; SOUZA, 2000a e 2000b; NORONHA, 2003; SILVA, 2003, FILGUEIRAS et al., 2004, entre outros). Sobretudo mais recentemente, e em vários casos já acompanhando as novas tendências globais das relações de

<sup>4</sup> Usamos o termo em sentido amplo, como organizações econômicas voltadas à produção, ao comércio e aos serviços, incluindo desde as formas mais familiares e informais até as de tipo mais empresariais (no sentido weberiano da expressão) e formais.

trabalho e suas repercussões no Brasil, vêm proliferando estudos sobre “economia informal”, “informalidade”, “trabalho informal”, “informalização”, “nova informalidade”<sup>5</sup>.

Historicamente, no Brasil e na América Latina, firmaram-se três posicionamentos principais nos estudos sobre informalidade. Aqueles que se colocaram nos marcos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relacionam-no às vias de industrialização tardia na região. Os processos de reorientação econômica teriam implicado, com mais ou menos intensidade em cada país, na expulsão de força de trabalho das atividades agropecuárias em direção às zonas urbanas, sob a atração exercida pela indústria. Do fato desta não ter tido a capacidade de absorver tais contingentes suficientemente, gerou-se um excedente de força de trabalho, que foi levado a prover, por conta própria e sob uma lógica própria, sua sobrevivência em atividades improvisadas e instáveis, principalmente no comércio e no setor de serviços. Em uma perspectiva liberal, diferentemente, a *informalidade* seria, acima de tudo, resultado do excesso de regulamentação estatal sobre o mercado. Ao invés de ser tomado como um “setor” com nível de produtividade inferior, o “empreendedor informal” deve ser visto como um “herói” econômico, capaz de sobreviver, apesar da perseguição estatal. Para as perspectivas referenciadas no marxismo, a existência do trabalho informal não pode ser dissociada das estratégias de acumulação de capital, estabelecidas a partir do grande capital, no sentido deste se beneficiar do uso de formas de trabalho “não típicas” para o padrão capitalista (JAKOBSEN et al., 2000).

Neste artigo, pretendemos ensaiar uma perspectiva de abordagem sobre o problema da *informalidade* – a partir do estudo do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco e, mais especificamente, do arranjo comercial articulado em torno do Parque das Feiras, em Toritama – com foco nos atores (estratégicos) e seus diálogos tensos com as estruturas que se lhes apresentam. Tal ótica não se reconhece em abordagens dualistas (que pressupõem marcada segmentação entre o *formal* e o *informal*), nem naquelas de referência liberal (que veem no fenômeno um “caminho rumo aos mercados”, como saga dos indi-

---

<sup>5</sup> Alguns destaques: DEDECCA E BALTAR (1997); SOUZA (2000A; 2000B); MALAGUTI (2000); LIMA E SOARES (2002); MACHADO DA SILVA (2003); NORONHA (2003); TIRIBA (2003); FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL (2004); KON (2004); TAVARES (2004); LIMA (2006); VÉRAS DE OLIVEIRA et al. (2011).



víduos em defesa da liberdade de mercado<sup>6</sup>), tampouco pelas que se ajustam a uma perspectiva marxista de base funcionalista (que toma toda manifestação de informalidade como resultado da lógica e das estratégias do capital)<sup>7</sup>. Ao contrário, buscaremos abordar a informalidade como uma dinâmica social em construção, perpassada pela ação de indivíduos, grupos e instituições, expressa sob formas e sentidos diversos, e composta sob um arranjo de combinações (convergências) e tensões (disputas e conflitos). A pesquisa que deu base a este texto envolveu uma gama diversa de situações e procedimentos metodológicos. Associado a um ambiente coletivo de resgate bibliográfico, de discussões sobre os diversos estágios das pesquisas em curso, de trocas sobre impressões de campo<sup>8</sup>, foram empreendidas consultas de fontes documentais<sup>9</sup>, observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas. O período de inserção em campo se deu principalmente de junho a agosto de 2013, com intervalos maiores e menores de permanência em Toritama. Os principais atores abor-

<sup>6</sup> Conforme proposição de Soto (1987), o que contraria o argumento das diversas vertentes da Sociologia Econômica, que pressupõe uma necessária “imersão social dos processos econômicos”, de modo que estes são concebidos como “construções sociais” (MONTEIRO E CARNEIRO, 2012).

<sup>7</sup> Convém aqui uma referência à noção de “grupos estratégicos”, concebidos em relação a “conflitos” e “arenas”, de Sardan (2005, p. 200): “the ‘virtual’ strategic group is a working hypothesis which help us to reflect on the convergence of certain individual strategies, from which we might deduce that the individuals in question have an identical position in face a given ‘problem’ [...] As opposed of classic sociological definitions of social groups, strategic groups (whether virtual or real) are not constructed once and for all and are not relevant to all types of problems: they vary according to the problem at hand, that is, according to local issues”. Chamar a atenção para os processos de constituição de atores, suas estratégias de ação, os conflitos que protagonizam e os espaços onde tais conflitos ocorrem, tendo tudo isso como composições dinâmicas, visa posicionar a abordagem para além de perspectivas dualistas e estrutural funcionalistas de qualquer tipo.

<sup>8</sup> Realizados no âmbito do projeto guarda-chuva para discutir os termos da nova informalidade: o caso do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano (CNPq), desenvolvido no Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG). Estudos de iniciação científica, dissertações, teses e publicações diversas têm resultado desse processo: SILVA (2009); VÉRAS DE OLIVEIRA (2011; 2013); LIMA (2011); MELO (2011); PEREIRA NETO (2011; 2014); SOBREIRA (2011, 2014); PEREIRA (2011); BEZERRA (2011); BRAGA (2011; 2014; 2019); EUFRÁSIO (2013); HELENO (2013); VÉRAS DE OLIVEIRA E PEREIRA NETO (2013); BURNETT (2013; 2014).

<sup>9</sup> Além de documentos oficiais, foram consultadas outras fontes de informações históricas, com especial destaque para registros de moradores da região na forma de livros e vídeos.

dados (em entrevistas e conversas informais) foram: gestores do Parque das Feiras, lideranças das associações dos empreendedores<sup>10</sup>, feirantes da Feira da Sulanca e da Feira da Invasão, trabalhadores do Parque das Feiras e das grandes lojas situadas no seu entorno, gestores públicos locais<sup>11</sup>.

## Toritama: da Feira da Sulanca ao Parque das Feiras

Muito da história da *sulanca* é contada pelos escritores locais, cordelistas e, oralmente, por todos aqueles que participaram da constituição histórica do que hoje se denomina Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. A partir do resgate de uma já vasta bibliografia sobre a história da *sulanca*, foi possível chegar a alguns pontos de referência. O primeiro deles se refere às suas origens, situando-se “entre os anos 1940 e 1950, a partir do município de Santa Cruz do Capibaribe, como resultado de obstinada luta dos moradores da região pela garantia de sua subsistência” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 238). Tudo teria começado com a movimentação de comerciantes que se deslocavam para Recife, levando produtos locais (galinhas, queijo, carvão vegetal), e retornavam trazendo retalhos de tecido<sup>12</sup>. Estes, por sua vez, passaram a ser utilizados por costureiras locais, que, no início, produziam colchas e tapetes e, depois, roupas (principalmente infantis<sup>13</sup>), com a venda desses produtos sendo feita principalmente nas feiras locais. As peças produzidas eram destinadas às populações mais pobres e tinham como principal atrativo os preços baixos. Mas a atividade se desenvolveu, constituiu uma clientela, incorporou crescentemente novos produtores e vendedores, e a demanda pelos retalhos ampliou-se, pressionando-a. Algumas fábricas da capital começaram a “cobrar o que antes

---

<sup>10</sup> Realçando-se a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT), a Associação Logística Parque das Feiras (ALPF) e a Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama (AFEST). Foram entrevistados os presidentes dessas três associações, assim como feirantes e trabalhadores do Parque das Feiras, das grandes lojas, da Feira da Sulanca e da Feira da Invasão, totalizando 15 entrevistas semiestruturadas e dezenas de conversas informais em cada um desses espaços.

<sup>11</sup> Os nomes dos entrevistados foram omitidos visando preservar suas identidades.

<sup>12</sup> Araújo (2003) conta que os primeiros comerciantes a trazerem os retalhos de tecido para Santa Cruz do Capibaribe foram Pedro Diniz, Manoel Caboclo e Dedé Moraes.

<sup>13</sup> Depoimentos informaram que shorts infantis eram conhecidos, nos primeiros momentos, como “milongas”.

era disponibilizado gratuitamente” (LIRA, 2006, p. 102). Os retalhos passaram a ser comprados em São Paulo, com a atividade ganhando um novo impulso:

o comércio de retalhos, criado pelo grupo de migrantes nordestinos, consiste em adquirir, das indústrias de confecções do Brás e têxtil, o seu rejeito e comercializá-lo [...] O comércio de retalhos, que acontece há, aproximadamente, 40 anos, vai nascer nos interstícios das antigas indústrias têxteis e, posteriormente, se alimentar do rejeito das confecções, que fornecem diariamente toneladas de resíduos e retalhos para serem comercializadas pelos ‘retalheiros’ [...] Uma parte desses retalhos e rejeitos é comprada por costureiras da Grande São Paulo e até mesmo por “sacoleiras”, sendo que a maior parte dessa mercadoria é enviada para Santa Cruz do Capibaribe (GOMES, 2002, p. 96-97).

Foi nesse cenário de produção familiar e doméstica, baseada em técnicas de domínio popular e condições precárias de trabalho, que se constituiu o território da *sulanca*<sup>14</sup>. Segundo Lira (2006, p. 98), tal iniciativa se constituiu “como alternativa de sobrevivência da população agrestina, por causa, principalmente, da crise agrícola da cotonicultura e das dificuldades de produzir outros produtos, já que a região possui faixas muito secas, sendo inapropriadas para o plantio, pois fazem parte do semiárido nordestino”. Uma agricultura instável, marcada por baixa produtividade e insegurança climática, em um contexto de crise da cultura do algodão, por ser esta por muito tempo a principal atividade produtiva<sup>15</sup>, foi um fator de migração rural-urbana e de inserção da população local nas atividades relacionadas à produção e comercialização da *sulanca*:

<sup>14</sup> A denominação de “sulanca”, segundo consta na maior parte da bibliografia sobre o assunto, deriva de uma corruptela das palavras “sul” e “helanca”, se referindo às confecções produzidas com malhas vindas de São Paulo – do “Sul”. O fato incontornável, no entanto, está no que o termo passa a conotar, e não sobre o que originalmente denota: “sulanca” passa a designar aqueles produtos de baixa qualidade, de baixo preço, destinados a populações de baixa renda da região e entorno (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

<sup>15</sup> Conforme Andrade (1963), a população agrestina, constituída majoritariamente por foreiros, agricultores e rendeiros, esteve historicamente marcada por uma condição de pobreza, dedicando-se a culturas de subsistência (milho, feijão, roça e cana-de-açúcar para a produção de mel e rapadura), associada ao cultivo do algodão. Uma menor concentração fundiária associada a uma característica histórica de região de transição, entre a Mata e o Sertão, fez do Agreste um lugar propício ao desenvolvimento do comércio, particularmente com o estabelecimento de grandes feiras em cidades como Caruaru e Campina Grande. Essas passaram a exercer um papel central na conformação socioeconômica da região. A crescente densidade

Eu casei, meu esposo era vaqueiro, trabalhava em fazenda e eu tive que acompanhar ele. Fui tendo meus filhos e achando aquela vida cansativa e já estava perdendo tudo o que plantei com a seca. Eu vi que tinha que ir embora para o que era meu. Meu esposo disse que não ia, o dono da fazenda não acreditava que eu fosse, porque a gente na fazenda tem algumas regalias: não paga aluguel, não paga energia, não paga leite, queijo [...] Aí eu fui pra cidade e comecei a trabalhar em cozinha de hotel e ajudando num fabrico. Uma vez eu fui olhar uma mulher costurando e cismeiquei que tinha que comprar uma máquina pra mim, dessas de pé, que hoje não tem mais. Aquela máquina que você coloca uma correia e pedala. Eu aprendi a costurar numa máquina daquelas. E foi assim que eu apreendi! Comecei a costurar coberta, emendar pano em casa, esses restos de retalho (informação verbal).

Em um esforço de síntese, Vêras de Oliveira (2013, p. 268) propõe:

Ao surgir da iniciativa de homens e mulheres pobres, a partir de uma atividade originalmente incorporada ao fazer doméstico (a costura de peças do vestuário e de cama e mesa), utilizando-se de materiais muito simples e, inicialmente, sem valor comercial (retalhos), articulando-se por meio de relações de tipo familiares, de vizinhança e de amizade, destinando seus produtos para mercados estritamente populares (as feiras da sulanca), tendo se inserido em um segmento industrial, o de confecções, com histórico de associação (no mundo e no Brasil) ao trabalho a domicílio, faccionado e precário, o Polo, e a dinâmica que veio a constituir ao longo de sua trajetória, incorporou essas como suas marcas distintivas, constituindo-se de atividades (trabalho e gestão) caracteristicamente de tipo familiar, domiciliar e informal, com as condições de trabalho, sob tais circunstâncias, se mantendo em bases predominantemente precárias.

Com o desenvolvimento das atividades, surgiram os primeiros espaços destinados especialmente à comercialização, inicialmente na forma das Feiras da Sulanca. As primeiras foram as de Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru e,

---

populacional da região e a predominância de condições precárias de vida, agravadas pela crise da cultura do algodão, fez do Agreste, principalmente a partir de meados do século XX, uma base de emigração, seja com destino às grandes cidades próximas (sobretudo Recife), seja para São Paulo, Rio de Janeiro, Norte do Paraná e Brasília (ANDRADE, 1963). Mas, para além da saída pela emigração, alternativas foram sendo constituídas no próprio território agrestino. Foi o caso da sulanca.

depois, de Toritama. Pessoas que haviam migrado para o Sudeste, no fluxo que acompanha a industrialização, começaram a retornar à região para trabalhar na produção e comércio da sulanca<sup>16</sup>. Um testemunho:

Eu morei em São Paulo 8 anos, mas eu sou daqui. Me diziam que aqui tá começando a vender roupa, mas era muita roupa, diziam que chegavam com os fardos e vendiam tudo, vendia na mão, nas lonas e nos bancos. O povo estava se organizando numa feira. Eu recebia cartas da minha família, dizendo que o povo estava conseguindo emprego aqui e melhorando de situação. Foi aí que voltei e vim morar com minha família novamente (informação verbal).

Em meados dos anos 1960, as Feiras da Sulanca de Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru ocupavam as ruas de ambas as cidades, com as mercadorias sendo vendidas inicialmente nas calçadas e, posteriormente, em barracas de madeira. Começaram ali as primeiras investidas dos poderes públicos locais visando regulamentar a organização e o funcionamento das feiras (delimitação das áreas e dos dias de funcionamento e adoção de taxas).

Um primeiro movimento de modernização técnica ocorreu no início dos anos 1980, com a incorporação de máquinas industriais no processo produtivo, em substituição às máquinas não industriais, base de uma produção de tipo mais artesanal. Conforme Cabral (2007): “coube à agência do Banco do Brasil de Santa Cruz a iniciativa de financiar 2.500 máquinas industriais”. A busca por novos mercados teria sido uma exigência desse processo. Instalaram-se na região os primeiros atacadistas, fornecedores de tecidos, aviamentos, máquinas e equipamentos para as atividades em expansão. Os produtos melhoraram de qualidade, e os consumidores de faixas de renda mais elevadas passaram a ser mirados. De outra parte, amplia-se a contratação de trabalhadores, seja diretamente, na forma de assalariamento, seja indiretamente, sob diversas formas de subcontratação.

Cada vez mais consolidadas, nos anos 1990, produção e comércio passam a se associar crescentemente a atividades de serviços diversos: *design* de moda; consultorias, gestão e *marketing*; eventos do segmento da moda em âmbito re-

<sup>16</sup> Cf. estudo de Lyra (2003) realçando a importância das atividades de confecções no Agreste de Pernambuco como fator de inversão do fluxo migratório histórico entre Pernambuco e São Paulo.

gional, nacional e até internacional; qualificação profissional; financiamento; gestão pública dos territórios envolvidos (municipais e estaduais). Surgem as primeiras marcas próprias (Andrade, 2008).

Tendo se estabelecido inicialmente nos *interstícios* não ocupados pela dinâmica propriamente capitalista (nos termos de Souza, 1982), na sua trajetória, a produção e comércio da *sulanca* se imbrica crescentemente com aquela, sob processos sucessivos de diferenciação de seus espaços e agentes, resultando em hibridizações (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, 2013).

Em Toritama, por influência de Caruaru, havia se desenvolvido a produção de calçados, desde os anos 1930, tendo essa se mantido como “uma produção bastante artesanal e destinada também a populações de baixa renda” (LIRA, 2006, p. 102). Na década de 1940, predominava na cidade a produção de calçados de couro e de borracha, de chinelos e de *pichilingas* (calçados infantis), baseada em tecnologia de domínio popular, trabalho precário e por unidades produtivas familiares e informais. A feira popular era o lugar por excelência da venda desses produtos. Nos anos 1970, os calçados de couro, destinados às populações mais pobres, passaram a ser substituídos por produtos sintéticos (ARAÚJO, 2007). Com a emergência da produção de confecções na região, em Toritama as máquinas e equipamentos da produção calçadista foram readaptados para a produção de *jeans* (ANDRADE, 2008).

No início, em Toritama, não se estabeleceu uma Feira da Sulanca. Segundo relatos coletados, a primeira tentativa surgiu na Rua da Igreja, onde as mercadorias eram vendidas em lonas, carroças, no chão ou circulando. Entretanto, não vingou: “No início da feira não aparecia ninguém pra comprar nada, era só a gente esperando, aí não deu certo. Começamos a produzir as peças aqui e ir vender em Santa Cruz e Caruaru” (informação verbal).

Nos anos 1980, com a crescente regulação pública das Feiras de Santa Cruz e Caruaru, os *sulanqueiros* toritamenses fizeram novas tentativas de constituir uma Feira própria, mas esta só se estabeleceu no início dos anos 1990, com os bancos passando a ocupar a região central da cidade. Foi então que a prefeitura a deslocou para a Rua Antônio Soares, situada às margens da BR 104, no trânsito entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Em Toritama se reproduziram as mesmas características das demais Feiras da Sulanca: disposições caóticas e condições precárias, mas com dinamismo crescente. Muitos toritamenses,

entretanto, preferiam comercializar seus produtos em Caruaru e Santa Cruz. Com o crescente caos e os frequentes acidentes, o Departamento de Estradas e Rodagens e a prefeitura determinaram a realocação da Feira para as ruas próximas, afastando-a da BR. Na ocasião, toda a área foi demarcada e os bancos, cadastrados, sendo estabelecida uma taxa para recolhimento semanal pelos fiscais da prefeitura, conforme relato abaixo:

Ele (o prefeito) pôs os bancos lá, e o povo foi obrigado a ir. O povo foi porque era melhor. Quem é que não queria um banco? Aqui (Rua Antônio Soares) era muito apertado, quem chegava era quem arrumava seu espaço, não tinha nenhuma organização. Quem chegasse primeiro, colocava! Aqui era como camelô, que vendia na rua ou no chão. Lá (Rua do Campo do Ipiranga) foram fazer cadastro e pagar o alvará para a prefeitura (informação verbal).

Nesse momento, a Feira da Sulanca de Toritama passa a ter um dia de comercialização diferente dos de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, o que se estabeleceu por meio de um pacto comercial intermunicipal envolvendo as três cidades. No começo dos anos 2000, estimava-se que o município produzia algo como 15% da produção do jeans nacional, tendo se tornado o “maior polo de produção desse tipo de roupas do Norte e do Nordeste” (RAPOSO; GOMES, 2003, p. 11). Por ação de um conjunto de instituições e a liderança do SINDIVEST e do SEBRAE, o que até então era conhecido por Feira da Sulanca passou a ser denominado de Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Para isso, desencadeou-se uma operação de desconstrução da marca *sulanca* e de reelaboração discursiva, visando pôr no lugar da Feira da Sulanca o Polo de Confecções e, em substituição a “sulanqueiro”, a denominação “empresário” ou “empreendedor” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

Em 2001, foi construído em Toritama, por iniciativa de um grupo de investidores privados, contando com o apoio do poder público municipal, o primeiro centro comercial dedicado aos produtos de confecção da região, denominado Parque das Feiras. Anos mais tarde, foi inaugurado o Polo Comercial, em Caruaru, e o Moda Center, em Santa Cruz do Capibaribe. Muitos *sulanqueiros* compraram boxes, mas a maioria temia que o Parque das Feiras não vingasse ou que, uma vez lá estabelecidos, tivessem que pagar altas taxas. Assim, a Feira da Sulanca continuou funcionando no mesmo local. Com o

objetivo de centralizar a atividade comercial (e favorecer a viabilização econômica do Parque das Feiras), a prefeitura determinou a sua transferência para uma área ao lado do novo centro comercial:

Como o Parque não tinha dado certo de primeira, a intenção era levar a feira lá próximo, para dar uma levantada no Parque, só que antes de se fazer essa transferência o Ministério Público entrevistou, porque ninguém ia fazer uma transferência de boca para depois que o Parque das Feiras crescesse, expandisse, fosse retirada a feira de lá. Inicialmente os feirantes não queriam, mas o Ministério Público entrevistou e foi formada uma comissão e feita uma audiência, onde foi convocada uma comissão de *sulanqueiros*. Foi pego aleatoriamente cinco feirantes com o Ministério Público, a Enpal, que é a empresa proprietária do Parque das Feiras, e a Prefeitura Municipal. Foram essas pessoas que estavam envolvidas. Mas na verdade os *sulanqueiros* apenas estavam como fiscalizadores (informação verbal).

Foi realizada uma audiência pública entre a Enpal, a prefeitura de Toritama e uma comissão de feirantes (primeira organização própria de *sulanqueiros* na região), com o objetivo de estabelecer um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), de modo a propiciar garantias aos feirantes na sua alocação na área do Parque. A estes couberam a obrigação de pagar uma taxa semanal à Prefeitura, em troca de serviços de iluminação, limpeza e segurança, assim como acesso à infraestrutura do Parque das Feiras (banheiro, água etc.). O TAC foi firmado, com a mediação do Ministério Público de Pernambuco, entre a Associação dos Feirantes e *Sulanqueiros* de Toritama (AFEST) e a prefeitura de Toritama, determinando a alocação da Feira na área do Parque por um período de 50 anos. Nesse processo de conflitos e negociações foram constituídas e ou ativadas várias associações, salientando-se a Associação dos Feirantes e *Sulanqueiros* de Toritama (AFEST), a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT), a Associação Logística do Parque das Feiras (ALPF) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

Logo, novos espaços de comercialização, em meio a uma intensa especulação imobiliária, começaram a se constituir no entorno: lojas, restaurantes, hotéis e lanchonetes. Um destaque cabe às lojas de grande porte (de produtos de grife), instaladas em mais de uma dezena<sup>17</sup>. Mais recentemente, não sendo o

---

<sup>17</sup> Aqui denominadas de *grandes lojas*.



Parque das Feiras, as grandes lojas e a Feira da Sulanca suficientes para abrigar todo o potencial comercial da região, constituiu-se a Feira da Invasão. Esta, com características próximas da Feira da Sulanca, dela difere principalmente por não ser beneficiária de qualquer reconhecimento e não estar submetida a nenhuma regulação públicos. Conforme descreveu um dos entrevistados:

A maioria das feiras livres daqui é tudo invasão, começa por invasão. Essa aqui mesmo começou por invasão. O pessoal foi ficando. Fomos colocando nossos bancos de madeira nesse lugar cheio de pedras e mato. A prefeitura dizia “não pode” e acaba um dia legalizando. A feira da invasão está começando a pegar agora, começamos desde setembro do ano passado, mas não vamos sair daqui até garantir o espaço da gente (informação verbal).

A demarcação dos espaços para os feirantes, com seus respectivos bancos, se deu com a ocupação da área no momento da invasão. A expansão, que ora ocorre, segue o mesmo critério. A prefeitura não recolhe taxas, mas também não se responsabiliza pela limpeza e segurança do local. A Feira da Invasão, com seus bancos e carroças, se apresenta como uma possibilidade de trabalho para aqueles que não conseguiram espaço na Feira da Sulanca e, menos ainda, no Parque das Feiras, assim como para os feirantes que querem aumentar seus meios de comercialização, muitas vezes deslocando para lá membros da família.

As atividades da Feira da Sulanca e da Feira da Invasão têm início na madrugada e, geralmente, se estendem até às 15 horas, quando os feirantes fazem a contagem e o recolhimento das mercadorias que não foram vendidas, enquanto os veículos aguardam para fazer o transporte<sup>18</sup>. Já o Parque das Feiras encerra seu funcionamento às 17 horas, juntamente com as grandes lojas, quando um grupo de garis, contratados pela ALPE, faz a limpeza dos seus espaços internos e externos. Uma turma de garis contratados pela prefeitura, ao mesmo tempo, faz a limpeza de toda a área da Feira da Sulanca.

A trajetória de constituição do Polo e do território comercial de Toritama evidencia intensos processos de diferenciação em seus espaços e padrões de comercialização, com repercussões diretas sobre as relações de trabalho.

---

<sup>18</sup> Quase sempre, utilitários da marca *Toyota*, adaptados artesanalmente em oficinas da região.



Figura 1: Vista panorâmica do Parque das Feiras, da Feira da Sulanca (ao lado) e das grandes lojas (em frente, do outro lado da BR).

Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe

Mantém-se, assim, ao mesmo tempo, próximo e distante do perfil original de suas atividades comerciais e produtivas.

O processo de modernização e institucionalização das atividades do Polo e em Toritama tem motivações diversas, tais como: necessidade do poder público municipal buscar ordená-las no espaço da cidade, ao mesmo tempo impondo aos seus agentes obrigações tributárias; oportunidade para grupos políticos se apresentarem como patrocinadores das mudanças recebidas como positivas; interesse despertado em vários empreendedores do segmento de confecções, no sentido de incorporar padrões diferenciados (na infraestrutura, organização da atividade, mercadorias, atendimento); oportunidade de novos investimentos para empresários em geral (construção civil, rede hoteleira, restaurantes, transportes etc.); desafio para agências como o SEBRAE buscarem aplicar seu projeto *empreendedorista*<sup>19</sup>; segmentos de assalariados (sobretudo quando diferenciados de relações familiares) começam a pressionar pela formalização do emprego. Das combinações e tensões entre esses diversos atores e motivações, no processo

<sup>19</sup> Quanto a isso, conferir Lima (2011).

de constituição do Polo, produz-se uma relação imbricada entre o formal e o informal, sob uma dinâmica que, resultando de sentidos diversos em disputa, traz, simultaneamente, um elemento de permanência e de mudanças.

## Processos de diferenciação e dinâmicas de formalização

O Parque das Feiras foi construído, em 2001, fora da região central da cidade, em uma área de 9 hectares, situada às margens da BR 104, abrigando 955 boxes de 3 metros quadrados (m<sup>2</sup>) cada um (primeira fase), distribuídos em 10 fileiras, com corredores de 3 metros quadrados (m<sup>2</sup>). Posteriormente, em 2004, foram construídas 125 lojas de 25 metros quadrados (m<sup>2</sup>) (segunda fase). A área coberta do Parque (5 mil m<sup>2</sup>) inclui ainda uma praça de alimentação, banheiros, caixas eletrônicos, agência bancária, uma rádio comunitária, rede *wi-fi* grátis, segurança 24 horas, serviço de limpeza e, na área externa, um estacionamento com capacidade para 2.000 veículos. Abriga várias lanchonetes e restaurantes no seu entorno. Ultimamente implantou um sistema de monitoramento eletrônico através de câmeras de segurança nas partes interna e externa. Um novo padrão de organização da atividade comercial e dos empreendimentos foi sendo gestado. Vários empreendimentos ganharam dimensões muito além daquelas dos primeiros boxes e, principalmente, dos bancos das Feiras. Os meios de pagamento (com a adoção do cartão de crédito) e as estratégias de *marketing* se modernizaram. Trabalhadores passaram a ser contratados em bases mais profissionais e formais (em contraste com a figura tradicional do ajudante<sup>20</sup>). Diversas

<sup>20</sup> Denominação dada para os filhos e outros parentes que trabalham com os confeccionistas da região. As crianças são iniciadas na atividade produtiva e ou comercial na forma da “ajuda”. Para Silva (2008), a inserção dos jovens no trabalho se inicia como parte do processo de socialização dentro das unidades produtivas ou comerciais familiares, uma vez que nesses ambientes (de moradia e trabalho) os conhecimentos necessários ao trabalho são transmitidos entre familiares e vizinhos. O depoimento que segue ilustra bem isso: “Meu sobrinho vem sempre me ajudar aqui na feira, eu comecei assim ajudando e fui aprendendo aos poucos como negociar. Acho importante que ele venha conhecer a feira, só assim não ficam só trabalhando no fabrico e aprendem como negociar e conquistar o cliente. Para trabalhar na feira, tem que ser esperto, se não soubermos fazer contas ou não prestarmos a atenção no cliente, perdemos de vender, sem falar que quando tem muita gente querendo comprar, existe alguns roubos, em um vacilo roubam uma ou duas peças... Nos períodos de festa, ele me ajuda, senão, não damos conta de abastecer o banco, vender, trocar dinheiro e prestar a atenção em tudo” (entrevista realizada com *sulanqueira* em agosto de 2013, informação verbal).

agências do Estado se fazem cada vez mais presentes. Os empreendimentos comerciais, para funcionarem regularmente, necessitam prover-se de: alvará emitido pela Prefeitura; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); documento emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) (neste caso, com a exigência de que os confeccionistas coloquem etiquetas nas suas mercadorias indicando o tipo de tecido usado na sua fabricação e seu número do Cadastro de Pessoa Física – CPF); além de estarem em consonância com a legislação trabalhista. Muitos entrevistados, entretanto, reclamaram das ações de fiscalizações desses órgãos, em uma atitude de resistência aos processos de formalização. Esta não se faz, portanto, sem conflitos. O mais comum tem sido um maior avanço na formalização do empreendimento, seguida, em menor grau, da formalização das relações de trabalho.

### *Boxes do Parque das Feiras*

Os boxes, dispostos em fileiras e designados por combinações de letras e números, são os primeiros tipos de empreendimento comercial do Parque das Feiras. Com o passar do tempo, vários deles foram ampliados, com fusões por compra entre dois ou mais. Sobre esses, logo se estabeleceu forte especulação imobiliária:

Quando eu cheguei aqui no Parque das Feiras um boxe custava 2 mil reais, agora aqui tem boxe de 8 mil até de 20 mil reais, dependendo do tamanho. Tem pessoas que alugam os boxes no preço de 400 ou 500 reais por mês. Em menos de 10 anos os preços subiram muito (informação verbal).

Novas contratações (formais ou informais) foram necessárias, em alguns casos fortalecendo a rede familiar com novos membros participando da atividade comercial, em outros, sendo necessária a contratação de não familiares. Segundo pudemos observar e confirmar a partir dos depoimentos, no total, o número de trabalhadores contratados por boxe gira em torno de um a três<sup>21</sup>.

É notória a predominância de mulheres na atividade de comercialização, que, em geral, acumulam ainda responsabilidades domésticas. As trabalhado-

---

<sup>21</sup> Por limitações da pesquisa, não foi possível realizar um levantamento quantitativo rigoroso. Tal estimativa se baseia na observação direta.

ras dos boxes, entrevistadas, indicaram que transitaram da produção ao comércio, por considerar essa uma atividade “menos puxada” e, assim, podendo conciliar trabalho com vida doméstica.

Conforme pudemos observar, a maior parte dos atuais donos de boxes é oriunda da Feira da Sulanca e, mesmo agora em que atuam no Parque das Feiras, vários deles mantêm bancos na feira. Em geral, donos de boxes, ajudantes e outros contratados têm baixo nível de escolaridade, quando muito chegando ao Ensino Médio. Em seus vários relatos, indicam que a entrada no mercado de trabalho é muito prematura, o que leva as pessoas a abandonarem os estudos nos primeiros anos escolares.

Quanto aos trabalhadores dos boxes, em geral oriundos da cidade de Toritama e das cidades circunvizinhas, ficou evidente, nos vários relatos, que muitos deixaram a agricultura e a criação de animais para se dedicarem à produção e à comercialização de confecções.

O salário dos trabalhadores dos boxes é definido como proporção das vendas semanais, assumindo a forma de comissão, resultando em um rendimento semanal de 200 a 600 reais, sendo maiores nos períodos festivos, como São João, Carnaval e os festejos de final de ano.

Nós tiramos o salário por comissão. No período de festas, tiramos 500 a 600 reais, mas quando está em baixa se tirarmos 200 reais é muito. Aí temos que trabalhar nos fabricos, pra complementar nossa renda, fica muito “puxado”, pois não tem nenhum dia de folga. É, trabalho a semana toda! Quando chega o dia da feira, já estou muito cansado. Quando a feira está em alta, e precisa de gente para trabalhar na produção, temos que dar conta da produção e vir trabalhar aqui, o que compensa é o apurado que é maior nesses períodos. Quando chega o feriado, temos que sair de casa (informação verbal).

### *Lojas do Parque das Feiras*

A instalação das *lojas* constituiu a segunda etapa na construção do Parque das Feiras. Inicialmente, eram 125 lojas de 25 m<sup>2</sup>, sendo distribuídas em 8 fileiras. Mas esse número tem diminuído com as fusões entre duas ou mais. Contam, conforme apuramos, com 2 a 5 trabalhadores. São basicamente formalizados, possuindo alvará de funcionamento, registro no CNPJ, regis-

tro de etiqueta e controle de qualidade das mercadorias no INMETRO. Observa-se, no entanto, menor grau de formalização dos trabalhadores. Estes, em geral, são jovens. A maioria das *lojas* estabelece como critério de contratação o Ensino Médio completo, curso técnico em informática ou experiência anterior. Alguns relataram que é comum a inserção dos trabalhadores se iniciar na forma de estágios, com alguns posteriormente sendo efetivados, em geral formalmente. O salário mensal dos contratados gira em torno de 800 a 1.500 reais, incluindo os adicionais de horas-extras (comuns principalmente nos períodos festivos). Os trabalhadores não se concentram apenas na venda, sendo responsáveis também pela limpeza do estabelecimento e organização das mercadorias.

As *lojas* expressam um primeiro movimento de formalização dos empreendimentos comerciais de confecções em Toritama, conservando, entretanto, certo grau de informalidade em suas atividades.

### *Grandes lojas*

A centralização do comércio de confecções em Toritama, por meio da construção do Parque das Feiras, estimulou a instalação, no seu entorno, de uma dúzia de lojas de grifes de grande porte. Nesses espaços, busca-se a distinção pela qualidade e aparência.

Nesses empreendimentos, atuam de 15 a 30 trabalhadores, em atividades de venda e administração (gerência, coordenação de vendas, programação de estoque, *design* de moda, contabilidade, *marketing* etc.).

Conforme apurado, os empregadores têm como requisitos principais para a contratação: *boa aparência*, idade acima de 18 anos, Ensino Médio completo ou curso técnico em vendas. Em momentos de intensa atividade comercial, são contratados trabalhadores temporários, quando os requisitos se tornam menos exigentes.

Segundo os relatos, os trabalhadores permanentes são formalizados, tendo sua renda estabelecida sob a forma de pagamento quinzenal ou mensal (variando de 800 a 1.000 reais por mês). Quanto aos temporários, são informais e recebem o salário quinzenalmente.

A jornada de trabalho é de 8 horas diárias, com folga nos dias em que a Feira da Sulanca não ocorre. Nesses estabelecimentos, nota-se a existência

de controle de entrada e saída de trabalhadores, pela via de cartão eletrônico e câmeras.

A adoção de métodos mais racionalizados de gestão e organização da atividade nas *grandes lojas* (com uso da informática, contabilidade organizada, *marketing*, vínculos com as organizações empresariais locais e estaduais, participação crescente em mercados mais exigentes etc.), comparativamente com os padrões predominantes na região, trouxe implicações para as relações de trabalho (maiores exigências de qualificação e escolarização, formalização do vínculo, algum plano de carreira, mais especializações e funções melhor delimitadas etc.). No período de baixa nas vendas, podem lançar mão de estratégias mais ousadas, como a venda para mercados de outras regiões do país e até do exterior (Angola, Guiné-Bissau, Paraguai, Chile, entre outros). Uma das principais formas de ampliação dos mercados das grandes lojas tem ocorrido com sua participação nas Rodadas de Negócios<sup>22</sup>, promovidas todos os anos pela Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT)<sup>23</sup>. Atualmente, outros meios de comercialização têm sido introduzidos, a exemplo da venda e propaganda por *sites*. Propaganda em emissoras de TV e patrocínio de eventos esportivos nacionais vêm sendo cada vez mais utilizados.

### *Feira da Sulanca*

A Feira da Sulanca de Toritama faz parte de uma prática histórica de feiras populares de confecções presentes em Pernambuco e no Nordeste, sendo um espaço destinado à comercialização de confecções e organizado por dias da semana<sup>24</sup>. Mas, principalmente a partir da instalação do Parque das Feiras, passou a ser submetida a uma maior regulação pública, por meio do TAC que garantiu sua transferência para as imediações do Parque das Feiras e as condições bási-

<sup>22</sup> “A rodada de negócios tem nos ajudado a comercializar nossa mercadoria para todo o Brasil e também no exterior. A vantagem é que nos períodos de baixa nas vendas, continuamos a vender e a produzir, a parceria com a associação mantém o mesmo ritmo das vendas, agora com outros clientes, que são chineses, paraguaios, cubanos... Para comercializar para fora, tem que ter uma mercadoria padronizada e ser formalizado” (Entrevista concedida por um lojista de Toritama, em Julho de 2013, informação verbal).

<sup>23</sup> Cf. Lima, 2011.

<sup>24</sup> Os dias de feira são estabelecidos alternadamente em Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Cada cidade tem um dia na semana diferente para a realização da feira.

cas de seu funcionamento. O movimento de formalização que tais iniciativas ensejaram, embora tenha configurado um novo ambiente institucional, não resultou em alterações significativas no caráter informal e familiar da organização das atividades, nem nas condições precárias de sua infraestrutura.

A Feira da Sulanca, conforme apuramos, envolve três perfis de *sulanqueiros*: os que atuam nos bancos; os que vendem sua mercadoria em lonas (no chão); e os vendedores ambulantes. Contabilizando apenas os *bancos*, a prefeitura, por meio do TAC, estabeleceu a alocação de 500 unidades. Cada um deles envolve contratações de *ajudantes* ou, principalmente no primeiro caso, algumas contratações de não familiares. O TAC se refere exclusivamente aos feirantes dos *bancos*. Por isso, vendedores de lonas e ambulantes são alvo de frequentes perseguições dos fiscais da prefeitura, assim como são tidos por donos de *bancos* como concorrentes desleais.

A prefeitura, em contrapartida ao reconhecimento da legitimidade da Feira da Sulanca, fiscaliza as atividades comerciais ali realizadas e cobra uma taxa (10 reais por semana por *banco*), que, supostamente, se destinaria à manutenção do espaço. Atua, também, no sentido de impedir a comercialização em lonas e por ambulantes.

A maioria dos *sulanqueiros* é do sexo feminino, conforme se evidenciou à nossa observação, com a confirmação dos depoimentos. No início da feira e nos momentos de maior atividade comercial, nota-se uma nítida divisão social do trabalho, em que às mulheres são destinadas as atividades de comercialização e aos homens, as atividades de transporte e reposição da mercadoria nos bancos. Estes são de propriedade familiar, sendo usados, em muitos casos, por diversos membros da família para a venda de seus respectivos produtos.

A origem dos *sulanqueiros* é diversa: são oriundos de Toritama, das demais cidades do Polo e de outros municípios pernambucanos. Quanto à escolaridade, predomina um nível de escolaridade que tem como teto o Ensino Fundamental completo. Muitos deles ressaltam que “nasceram em meio ao trabalho e não puderam terminar os estudos”.

Os vínculos de trabalho nos bancos se baseiam em relações informais e estão fortemente ligados a redes de parentesco e amizade. A jornada de trabalho *nos dias de feira* chega a 15 horas diárias (começando por volta das 2 ou 3 horas, até as 17 horas). Dentre os contratados (formais e informais), predomina



o salário por comissão, sendo que a renda semanal dos trabalhadores gira em torno de 200 a 500 reais. Os entrevistados relataram que, em períodos de alta nas vendas, a renda semanal dos *sulanqueiros* alcança de 800 a 1.000 reais, com as mercadorias sendo vendidas antes mesmo da feira se encerrar.

A Feira da Sulanca continua tendo como principal atrativo, segundo compradores e feirantes, os preços baixos, fator esse que faz com que mantenha certa competitividade com os espaços comerciais do entorno, inclusive com os boxes e lojas do Parque das Feiras. A informalidade, neste espaço, continua prevalecendo amplamente, na gestão e no trabalho.

### *Feira da Invasão*

A Feira da Invasão é o espaço comercial do ramo de confecções mais recente de Toritama, tendo se constituído em setembro de 2012, a partir de uma atitude emblemática de um grupo de *sulanqueiros* em luta por um espaço reconhecido nesse território (ao não conseguir acesso à Feira da Sulanca ou ao Parque das Feiras). Resultou da ocupação, com *bancos* e lonas, da segunda rua à direita do Parque das Feiras, uma área não reservada para tal fim:

Nós começamos a ocupar esse lugar em setembro do ano passado (2012). Todo mundo precisa vender suas confecções e não temos como comprar um boxe no Parque das Feiras, nem conseguir um banco na feira. A Feira da Invasão está começando a “pegar” agora, os compradores estão chegando e nós não vamos sair daqui. A prefeitura precisa reconhecer a gente como parte da feira, organizar o lugar, mandar fazer a limpeza, colocar luz... (informação verbal).

O reconhecimento buscado se refere à delimitação da área a ser destinada à nova feira e à garantia de condições mínimas de instalação (iluminação, banheiros, vias, segurança etc.), conforme evidencia outro entrevistado:

A prefeitura vem demarcando onde deve ser a feira, mas a feira vem crescendo a cada ano, e nós precisamos de um espaço para vender as mercadorias... A prefeitura deve dar condição para trabalharmos aqui, está muito difícil trabalhar sem iluminação, sem banheiros, sem segurança... mas não vamos sair daqui, até eles nos reconhecerem como feira. Precisamos trabalhar! Todos aqui são pai e mãe de família e é uma injustiça ficarem tentando tirar a gente daqui (informação verbal).

Os feirantes indicam, assim, que reconhecem a institucionalização alcançada pela Feira da Sulanca como requisito para um melhor funcionamento da atividade comercial (o que implica aceitar como necessário o papel regulador, pelo menos em alguma medida, do poder público).

Um dos fatores que têm feito com que a Feira da Invasão esteja “começando a pegar”, conforme expressão local, é o atrativo dos preços baixos. Na aparência, confunde-se com a Feira da Sulanca, seja quanto à infraestrutura, à qualidade das mercadorias ou ao funcionamento informal e precário. Entretanto, apresenta uma situação geral ainda mais vulnerável.

Estimamos em mais 500 *sulanqueiros*, entre os fixados em bancos e em lonas, além dos vendedores ambulantes. São em sua maioria do sexo feminino. Alguns dos homens e mulheres que lá atuam são oriundos da Feira da Sulanca, tendo nesta uma oportunidade de expansão das atividades econômicas familiares. A predominância de jovens é perceptível. Estes em geral deixam cedo a escola em favor do trabalho.

Para os que atuam como trabalhadores contratados (informais), a renda semanal gira em torno de 200 reais. A duração da jornada de trabalho, nos dias de feira, é a mesma da Feira da Sulanca.

Completo-se, assim, um quadro no qual os empreendimentos comerciais para a venda do *jeans* e demais produtos de confecção de Toritama mantiveram entre si uma discrepante diferenciação, quanto ao tamanho, às condições de funcionamento e dimensões quantitativa e qualitativa dos contratos de trabalho.

## Constituição e redefinição de atores estratégicos

As transformações na infraestrutura e nas formas e padrões de organização da atividade comercial de confecções em Toritama e no Polo têm sido acompanhadas por uma reconfiguração dos atores estratégicos e por uma nova institucionalidade.

A instalação do Parque das Feiras, a centralização dos espaços comerciais no seu entorno, a introdução de novos padrões de gestão das atividades, uma maior presença dos poderes públicos na regulação dessas, tudo isso suscitou a constituição de associações de confeccionistas, comerciantes, feirantes, lojistas e empresários, para melhor posicionarem-se no território em disputa.

Ao mesmo tempo, isso tem pavimentado a gradual inserção de instituições e órgãos exógenos à dinâmica produtivo-comercial local, realçando-se os que atuam como agentes (públicos e privados) de regulação econômica e social, de formação para o empreendedorismo, de qualificação profissional, de ensino, de financiamento, de mediação frente a outros mercados, entre outras áreas. No seu conjunto (a partir de suas composições e tensões), a presença e atuação desses atores contribuem para reconfigurar a relação entre o *formal* e o *informal* na dinâmica do Polo, *modernizando*, racionalizando, regulamentando, diferenciando, recompondo, introduzindo novos padrões.

O poder público municipal passou a ter uma atuação marcante no território comercial de Toritama, principalmente na Feira da Sulanca. Seu objetivo é o de regular a inserção do comércio de confecções no espaço público urbano (redefinido) e normatizar (dentro de suas prerrogativas) a própria atividade comercial e os serviços a ela associados (delimitando as áreas destinadas às atividades, instituindo taxas, fornecendo infraestrutura e serviços, fornecendo alvarás etc.). O TAC, quanto a isso, foi um marco. Nesse momento em particular, o Ministério Público de Pernambuco desempenhou um papel central como elemento articulador e promotor do referido TAC. No âmbito estadual, ainda, fiscais da Receita passaram a fazer visitas regulares aos espaços comerciais locais, advertindo os empreendedores sobre sua regularização nessa esfera. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, por sua vez, tem desenvolvido uma ação concentrada nas empresas maiores, a partir de seu escritório de Caruaru. As atuações dos poderes públicos municipal, estadual e federal vêm se estabelecendo de modo desarticulado entre si. Entretanto, é possível notar alguma complementariedade entre eles. Indicam uma presença crescente, embora mantenham certa distância e alguma tolerância diante dos elevados graus de informalidade que ainda vigem naquela região.

Entre os condôminos do Parque das Feiras (donos de boxes e lojas) formou-se a Associação Logística Parque das Feiras (ALPF), que tem o objetivo de gerir administrativamente o centro comercial. Foi no contexto das negociações para a instalação da Feira da Sulanca na área do entorno do Parque das Feiras, de modo a que aquela pudesse se utilizar de parte da infraestrutura e dos serviços deste e, ao mesmo tempo, viesse a ser reconhecida e aceita pelo

poder público municipal, que se constituiu a Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama (AFEST). Registra-se, ainda, a existência da Associação Comercial de Toritama (ACIT), que tem sido também acionada no rearranjo econômico e institucional em curso em Toritama e na região. Por meio dessas associações, os *sulanqueiros*, lojistas e comerciantes locais vêm estabelecendo interlocuções com agências públicas e privadas diversas.

O Parque das Feiras é um espaço comercial privado, constituído na forma de condomínio, sendo mantido por uma arrecadação semanal e gerido pela ALPF, criada em 2003, a qual conta atualmente com mais de 600 associados. Segundo relato de diretores da Associação, incide sobre cada condômino uma taxa semanal de 26 reais, que é destinada à limpeza, segurança, gastos de energia, serviços administrativos, entre outros. Segundo ressalta seu presidente, desde a sua inauguração, a Associação tem buscado, por meio de cursos, palestras e mensagens nas mídias, introduzir novas referências comportamentais e profissionais para seus associados:

Quando os empreendedores chegaram aqui, começaram a comercializar da mesma maneira que faziam na Feira da Sulanca: chamavam os clientes aos gritos, se alimentavam e dormiam dentro dos bancos. Foi necessário criar parcerias com o SEBRAE para promover cursos de qualificação profissional dentro do Parque das Feiras, ao mesmo tempo em que, de vez em quando, se fazia a circular<sup>25</sup>. Muitos deles não sabiam nem escrever o nome, para assinar os cheques, daí montamos turmas de alfabetização do EJA (informação verbal).

A instituição mais procurada para auxiliar na introdução de novos padrões de atuação (gestão e atendimento) tem sido o SEBRAE. Por outro lado, uma ação da Associação na prefeitura acertou o processo de regulamentação dos empreendimentos comerciais por meio de emissões de Alvará de Funcionamento (sendo que, como observado antes, parte dos boxes ainda se mantém em condição de informalidade).

A ALPF promove anualmente o Festival do *jeans*, atraindo compradores de vários estados do país, com desfiles das coleções dos lojistas e fabricantes

---

<sup>25</sup> A circular é uma nota divulgada pelo presidente da ALPF, no intuito de chamar a atenção sobre as práticas que não condizem com as normas do centro comercial.

locais, dentro de um conceito de *moda pernambucana*. Trata-se de um momento para a efetivação de negócios e, simultaneamente, uma estratégia para a consolidação de uma imagem *moderna* e dissociada dos produtos da *sulanca* (em mais um esforço de diferenciação de lojistas e *sulanqueiros*).

Por meio da ALPF e sua intermediação em algumas agências públicas e privadas (de regulação, de assessoria, de formação etc.), normatizações e padrões de organização, de gestão e comportamentais começaram a ser introduzidos no território comercial de Toritama. A atuação da Associação potencializa a ação de agências públicas e privadas que concorrem para certo grau e tipo de formalização das práticas comerciais em Toritama.

A AFEST, por sua vez, foi criada em 2002, visando propiciar visibilidade e voz aos *sulanqueiros* nas negociações do TAC. Firmou-se como o principal ator coletivo de mediação e negociação de conflitos entre os *sulanqueiros* e o poder público municipal em Toritama. Conforme relato de um dos seus diretores:

Com a mudança da Feira da Sulanca para se alocar ao lado do Parque das Feiras, o Ministério Público, em nome do promotor de justiça José Sergio Gadelha, previu que nós iríamos ter problemas. Depois que o Parque das Feiras se estabelecesse, não iria aceitar a feira ao lado. Então o que ele orientou, aconselhou, foi que nós criássemos uma associação para que coletivamente pudéssemos lutar pelos nossos direitos, isso foi feito em 2002. A associação surgiu um ano após a inauguração do Parque das Feiras, tinha uns 30 associados, hoje tem 566 associados (informação verbal).

Anualmente, realiza uma reunião com os sócios e, sempre que necessário, reuniões extraordinárias. De acordo com o seu presidente, o interesse dos associados em participarem das reuniões e dos cursos promovidos pela Associação é muito baixo. *Sulanqueiros* entrevistados relatam que costumam participar das reuniões quando a Feira da Sulanca sofre alguma ameaça ou corre algum risco. A Associação é requisitada também em casos de conflitos entre os próprios *sulanqueiros*, por exemplo, nos casos em que alguém pratica preços abaixo do combinado, atitude considerada desleal.

A AFEST cobra uma taxa semanal aos seus sócios, para ser destinada à melhoria da infraestrutura da feira, a exemplo do calçamento, da iluminação etc. A limpeza pública é realizada por um grupo de garis terceirizados pela

prefeitura municipal. Este é o principal interlocutor da Associação. Não foi registrada a presença de agências como o SEBRAE, SENAI e outras junto a esse segmento. Nesse ambiente, o tema da formalização não se encontra presente, conforme se apurou entre diretores da Associação e *sulanqueiros* entrevistados. A Associação, como representação de *sulanqueiros*, expressa uma tensão com os patrocinadores do discurso do Polo, que busca se diferenciar da marca *sulanca*, visto que aquela (a AFEST) se insere em uma disputa por reconhecimento e aceitação nesse novo arranjo.

Quanto à ACIT, conforme constatou Andrade (2008), foi criada no final de 2004 e início de 2005, atuando preferencialmente junto aos empreendedores formalizados.

A ACIT tem como ações prioritárias o apoio à participação dos agentes em missões empresariais, nas visitas às indústrias de confecções em São Paulo e em outras regiões, envolvendo as rodas de negócios da moda pernambucana, nas feiras e eventos do ramo de confecções que ocorrem no país, a busca pelo desenvolvimento da visão empresarial através da promoção de cursos de capacitação, de treinamento de curta duração e consultorias (ANDRADE, 2008, p. 125).

Andrade (2008) cita como parceiros da ACIT outras associações de empreendedores da região, SEBRAE, SENAI, SENAC, SINDIVEST-PE, entre outros. Referindo-se ao SEBRAE, considera este “o principal parceiro na execução de cursos, palestras e execução de projetos” (ANDRADE, 2008, p. 125). Destaca, ainda, que é frágil a relação da Associação com o poder público municipal e tênue as conexões com o sistema financeiro.

O estudo de Andrade (2008) se detém, adicionalmente, em considerar o papel de outros agentes na articulação desse espaço, entendido como um “arranjo produtivo local”. Citou, na área bancária, a Caixa Econômica Federal (presente em Toritama desde 1990) e o Banco do Brasil (cuja agência no município foi instalada em 2005). Entretanto, ressalta que o acesso dos empreendedores locais ao financiamento bancário é, ainda, muito limitado, sobretudo em vista do grau de informalidade das atividades da região. Uma de nossas entrevistadas corrobora o argumento: “o que impede de termos uma melhor condição de trabalho é a dificuldade de conseguir um empréstimo junto ao banco. Como somos informais e não podemos comprovar renda, às vezes a feira dá muito dinheiro e às vezes não” (informação verbal).

Quanto às agências com atuação na área de capacitação de pessoal, como SEBRAE, SENAC, SENAI, apesar de uma maior penetração na região por meio da mediação do SINDIVEST-PE e das associações de empreendedores locais, como ACIT e ALPE, observam-se resistências dos *empreendedores* em participar dos cursos e palestras promovidos:

Esses cursos que o Parque das Feiras vem oferecendo é tudo o que apreendemos em casa e na lida com o povo na feira... Eu não tenho interesse em participar, acho que não precisa estudar para trabalhar no comércio... Meu pai me levava pra feira desde criança e fui apreendendo desde cedo a trabalhar no comércio (informação verbal).

Os empreendimentos de maior porte, como as *grandes lojas*, também vêm se utilizando dessas parcerias (SEBRAE, SENAC, SENAI) e promovendo minicursos e treinamentos, como forma de qualificar os trabalhadores dentro das empresas.

O SEBRAE-PE atua na região do Polo a partir de sua sede em Caruaru, instalada em 1992. Entre suas principais ações, destacam-se:

criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos pequenos negócios; reduzir a informalidade e mortalidade das micro e pequenas empresas; incrementar a participação das micro e pequenas empresas – MPE nos mercados interno e externo; promover o acesso às tecnologias necessárias ao desenvolvimento desses empreendimentos; incentivar o empreendedorismo; viabilizar o acesso às linhas de crédito; implantar o sistema de gestão do conhecimento (consultoria na elaboração, gestão e acompanhamento de projetos); criar e aprimorar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos (LIMA, 2011, p. 13).

As várias inserções das instituições do Sistema S na região do Polo e, em particular, em Toritama, têm produzido uma elaboração discursiva que visa dissociar a sua imagem da marca *sulanca*. Apesar das limitações e resistências, essa ação (articulada principalmente entre SEBRAE e SENAI) avança no tecido do arranjo de atividades produtivo-comerciais locais, contando para isso com importante atividade mediadora das associações locais de empreendedores do segmento confeccionista.

## Impulsos de formalização e resistências: o informal persiste metamorfoseando-se

Segundo dados do Censo de 2000 e 2010, o *grau de informalidade*<sup>26</sup> entre a População Economicamente Ativa de Toritama passou de 91,88% para 86,40%. Ou seja, apesar da queda, acompanhando uma tendência nacional nesse período, o patamar é ainda muito elevado. Estudo realizado pelo SEBRAE (2013) nos municípios que compõem a malha produtiva do Polo, considerando como *formais* as unidades produtivas que declararam possuir CNPJ, apurou que 80% dessas eram *informais*. Entretanto, alerta que, quanto aos 20% restantes, deve-se considerar que há “inúmeras possibilidades de as unidades produtivas obterem uma fachada de formalização, ao tempo em que continuam com o grosso de suas operações no que poderia ser chamado de formalidade informal” (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2013, p. 52), sendo um dos principais recursos nesse sentido o uso da subcontratação de *façções*.

Ao que tudo indica, as ações estratégicas de regulação e formalização das atividades do Polo, considerado seu caráter historicamente familiar e informal, vêm se estabelecendo com mais efetividade nas atividades comerciais. Com a entrada em cena dos centros comerciais, vieram os primeiros impulsos de formalização, expressos em situações como: uma maior presença e atuação dos órgãos de fiscalização e de mediação (Receita, Ministério do Trabalho, INMETRO, Prefeitura, Ministério Público de Pernambuco etc.); maiores esforços de capacitação em gestão de negócios e em qualificação profissional; uma crescente inserção comercial nacional (à jusante e à montante da cadeia produtiva), seguida dos primeiros passos para uma inserção internacional; novas formas de organização e gestão do trabalho.

Por intermédio de atores exógenos e locais – neste caso, com destaque para a ALPF –, empreende-se um esforço de formalização de empreendimentos e, em menor proporção, das relações de trabalho: regulamenta-se o funcionamento das atividades comerciais, em conformidade com o calendário geral do Polo; implantam-se cursos de qualificação comercial para empreendedores

---

<sup>26</sup> Cálculo referido, nos termos do IBGE, à seguinte fórmula: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).



e trabalhadores; tomam-se medidas no sentido de formalizar o empreendimento comercial através do CNPJ e de um conjunto de normas de conduta e comportamento interno. É o que ilustra o depoimento abaixo:

Acho importante que o Parque das Feiras venha promovendo cursos, tenha uma administração, organize tudo isso e nos ajude a comercializar de uma forma melhor. O que víamos aqui é muita gente vendendo como se vendia na feira, aos gritos, dormindo e se alimentando nos bancos. Os cursos que são oferecidos têm ajudado muito a atender melhor o cliente, nossa mercadoria é melhor, o espaço está mais organizado, a resposta é o cliente só comprando a nós. Muitos compram no cartão de crédito, outros compram muita mercadoria, temos que ter um controle sobre isso, senão perdemos de vender... Aqui a gente é formalizado, todo mundo tem carteira assinada e folga, isso é bom, garante nossa aposentadoria, férias, décimo terceiro. Eu sei, se eu tivesse trabalhando na informalidade eu ia ganhar muito mais, mas eu ia estar me “matando” de trabalhar, sem folga, sem garantia nenhuma. E quando a feira entra em baixa, que garantia se tem? (informação verbal).

Entretanto, a adoção de um padrão de atuação de tipo mais *empresarial* (no que se refere aos donos e gestores dos empreendimentos) e *profissional* (da parte daqueles que se convertem em assalariados) tem se mostrado limitado. Uma das consequências e evidências disso tem sido a persistência da *informalidade*, seja na gestão dos negócios, seja principalmente nas relações de trabalho. Um esforço de reconfiguração baseou-se na produção de um discurso fortemente voltado para o *empreendedorismo*<sup>27</sup>, com o SEBRAE se destacando como o principal veiculador desse discurso no Polo (LIMA, 2011). Sua atuação tem cumprido, ao mesmo tempo, um papel prático, no sentido de introduzir novos métodos de organização e gestão, e ideológico, no sentido de produzir uma aderência social às práticas capitalistas.

No que se refere às *grandes lojas*, são empreendimentos formais e com vínculos de trabalho formais (carteira assinada, férias, décimo terceiro salário,

<sup>27</sup> “O discurso do empreendedorismo acompanhou as reformas de Estado em países latino-americanos, com a privatização de empresas estatais, os programas de demissão voluntária e os programas de crédito para pequenos negócios. Além dos investimentos em tecnologia e inovação, programas de empreendedorismo foram implementados, a partir dos anos 1990 no Brasil, para pequenos negócios de baixo valor, com apoio estatal e paraestatal” (LIMA, 2010, p. 174).

contribuição previdenciária), conforme já discutido, mas que se utilizam das contratações informais (especialmente na forma de trabalho temporário, nos picos da demanda), fazendo com que a informalidade se reproduza sob um novo modelo de gestão e organização do trabalho.

Quanto aos boxes, embora apresentem condições bem diferenciadas daquelas da Feira da Sulanca, o processo de formalização não tem conseguido alcançar as mesmas condições das *grandes lojas* e das *lojas*. Dentro do Parque das Feiras, enquanto na maioria dos boxes ainda prevalece o caráter familiar do empreendimento, nos quais a *informalidade* se confunde com relações personalizadas, de parentesco e vizinhança – suscitando resistência, em virtude dessa condição, à incorporação de novas normatividades, institucionalidades e modos de agir – tal não ocorre com os mesmos sentidos, na mesma proporção e intensidade no caso das *lojas* e, principalmente, das *grandes lojas*.

Um tal processo de reestruturação da dinâmica comercial pode, em uma de suas variantes, ser associado ao conceito de *nova informalidade* – consubstanciada “na ocorrência de relações informais no interior do núcleo formal”, que, ao mesmo tempo, “se diferencia do que conhecemos como ‘setor informal’” (TAVARES, 2004, p. 29). A *informalidade*, agora permeada por processos parciais de formalização, persiste mesmo sob um novo quadro institucional de gestão e organização comercial, implicando novas práticas e sentidos para os diversos atores ali presentes: gestores públicos, lideranças empresariais, confeccionistas formalizados e não formalizados, *sulanqueiros*, trabalhadores assalariados ou semiassalariados.

No que se refere à Feira da Sulanca e à Feira da Invasão, diferentemente, são expressões mais contundentes da persistência da condição informal e familiar das atividades comercial-produtivas em Toritama, e nos seus sentidos e modalidades mais próximos dos padrões históricos do Polo. Produção e comércio constituem um ciclo de atividades que têm como base a rede de relações familiares, conforme ilustra o depoimento abaixo:

Toda a minha família trabalha na confecção. Antes eu trabalhava na agricultura, mas aqui é uma região muito seca, então não teve saída, tive que vir com minha família para a confecção. Geralmente é nós três que trabalhamos, quando tem muito serviço no período que a feira está em alta, passa pra quatro trabalhadores,

trago a minha neta. São todos da família. Eu não contrato gente de fora, exige você “fichar” e temos que ter um capital pra isso... Quando termina a feira, eu pego o apurado e vou pra Santa Cruz, comprar tecido para produzir mais roupa. A vida é corrida, sou dona de casa, comerciante e fabricante, tenho que me dividir nessas três áreas e tirar um tempo pra deus (informação verbal).

No interior da Feira da Sulanca produziram-se diferenciações entre donos de *bancos*, vendedores em lonas e ambulantes, com esses dois últimos vivendo sob condições ainda mais precárias, visto que não conseguiram ser contemplados no acerto proposto no TAC. Paradoxalmente, este instrumento foi o fator dessa diferenciação:

A prefeitura só reconhece os feirantes que têm banco, a gente que trabalha como ambulante vivemos nos escondendo para não levarem nossa mercadoria. Não se tinha isso aqui, a feira era um espaço onde todo mundo tinha lugar, agora que colocaram a feira para próximo a Br, ficou desse jeito. Pra conseguir um banco aqui é muito difícil! (informação verbal).

A Feira da Invasão, em particular, evidencia uma dinâmica social que reúne elementos diversos. Supomos existir um aspecto de resistência social ao avanço da regulamentação pública sobre a atuação dos *sulanqueiros*, mas o discurso do reconhecimento público e da conquista de garantias para as atividades ali estabelecidas indica, em algum grau/sentido, a incorporação da necessidade da intervenção e regulação públicas.

Estamos aqui lutando por um espaço para vender nossas confecções, não queremos roubar o espaço de ninguém, estamos aqui sem iluminação, sem limpeza e em condições muito ruins para trabalhar. Não vamos sair daqui, enquanto a prefeitura não nos reconhecer. A rua é pública e não temos condições de comprar um banco na feira. A prefeitura tem que reconhecer que fazemos parte da feira e não ficar nos impedindo de vender aqui. A feira não pode ser uma propriedade de alguns e outros não. A feira é do pobre, precisamos vender nossa mercadoria para ganhar nosso sustento. A feira, com o tempo, cresce ou diminui, e não se pode dizer onde ela pode ficar. Precisamos que a prefeitura nos reconheça e nos dê condições de trabalhar aqui (informação verbal).

Se os impulsos de formalização da gestão e, principalmente, do trabalho serão capazes de produzir outra dinâmica na relação entre o formal e o informal, de modo a apontar para a superação da marca histórica da informalidade em Toritama e no Polo, isso é algo em aberto. Assim como também se encontra em aberto o jogo dos atores em disputa, os sentidos que prevalecerão, seja nos impulsos de formalização ou nas resistências a eles, seja, ainda, nas ressignificações do formal e do informal que resultarão daí. As abordagens disponíveis sobre o tema da informalidade não têm sido capazes de dar conta de situações como essas, sendo esse um forte motivo para darmos continuidade às pesquisas e reflexões sobre a temática e o objeto aqui tratados.

## Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Tabira. *A estrutura institucional do APL de Confeções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama*. 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de João Pessoa, João Pessoa, 2008. Disponível em: <[http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=575](http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=575)>. Acesso em: 17 set. 2019.
- ARAÚJO, Mário José. *Memórias de Minha Terra Toritama*. Recife: CEPE, 2007.
- BEZERRA, Elaine. O Trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- BRAGA, Bruno Mota. A informalidade no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano: processos de diferenciação dos empreendimentos comerciais e suas implicações para as relações de trabalho. *Revista de Iniciação Científica* – PIVIC/UFCG, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A dinâmica formal-informal do trabalho no parque das feiras e entorno: constituição histórica e mudanças recentes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
- BURNETT, Annahid. A saga dos retalheiros: um estudo sobre a institucionalização da feira da sulanca no Agreste Pernambucano. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 3, n. 2, jul./dez. 2013, p. 09-40. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/seculoxxi/article/view/12791>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. *“Era o tempo do pano na porta”*: instituição e desenvolvimento da feira da sulanca dos anos 1950 aos anos 1980. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
- CABRAL, Romilson Marques. *Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudos de casos no Polo de confeções do agreste pernambucano*. 2007. 311p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador,

2007. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/relacoes-possiveis-entre-empresendedorismo-arranjosorganizacionais-institucionais-estudo>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. Velhos e novos desafios para a Sociologia Econômica no Século XXI. [introdução]. *Caderno CRH*, Bahia, v. 25, n. 66, 2012, p. 385-390. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=96>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 1990. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 27 (especial), 1997, p. 65-84.
- EUFRÁSIO, Marcelo. *O Projovem no território da "sulanca": a informalidade no Agreste Pernambucano como desafio de política pública*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.
- FILGUEIRAS, Luis; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela do. O Conceito de Informalidade. *Cadernos do CRH*, Bahia, v. 17, n. 41, 2004, p. 221-229. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – FADE/UFPE. *Estudo de Caracterização econômica do Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco*. Relatório Final de pesquisa apresentado ao Sebrae-PE. Recife: FADE-UFPE, 2003. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/SebraePortal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- GOMES, Suely de Castro. *Do comércio de retalhos à feira da sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo*. 2002. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- HART, Keith. Informal income: opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, march 1973, p. 61-89. HELENO, Edilane do Amaral. Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupa de jeans no município de Toritama. 2013. 312f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <[http://btd.d.biblioteca.ufpb.br/tde\\_arquivos/22/TDE-2014-0714T090929Z-2756/Publico/arquivototal.pdf](http://btd.d.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/22/TDE-2014-0714T090929Z-2756/Publico/arquivototal.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2019.
- JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org.). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / CUT Nacional, 2000.
- KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 32., Natal. *Anais...*, Natal: 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, Alexandre Santos. *"Empreendendo" a Sulanca: O SEBRAE e o Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- LIMA, Hilário Siqueira. *As lavanderias de jeans de Toritama: uma contribuição para gestão das águas*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

- LIMA, Jacob. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 158-198. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v12n25/07.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. *Cadernos CRH*, Bahia, Dossiê: Trabalho, flexibilidade e precarização, v. 15, n. 37, 2000, p. 163-181, 2002. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=134>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- LIRA, Sonia. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. *Revista de Geografia*, Recife, v. 23, n. 1, 2006, p. 98-114. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografi a/index.php/revista/article/viewArticle/65>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- LYRA, Maria Rejane Souza de Brito. *O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco – São Paulo – Pernambuco*. 2003. 313f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000340330>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- MACHADO DA SILVA, Luis. *Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade*. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971. \_\_\_\_\_. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 140-178.
- MALAGUTI, Manuel Luiz. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário*. São Paulo: Boitempo, 2000. MELO, Patrícia. As Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: suas incidências em alguns grupos de mulheres. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003, p. 111-178. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya*. Geneve: OIT, 1972.
- PEREIRA, Juliana Nunes. *O Programa empreendedor individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- PEREIRA NETO, Eugênio Vital. *Qualificação Profissional e Relações de Trabalho: Trajetória e Perspectiva de Atuação do SENAI*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Qualificação e informalidade: os modos de atuação do Senai no Polo de Confecções de Pernambuco*. Recife: Massangana, 2014.
- PEREIRA NETO, Eugênio; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Modos de atuação do SENAI no Polo de Confecções de Pernambuco: mudanças recentes e implicações recíprocas. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. Vol. I. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013. p. 363-394.

- PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. <[www.santacruzcapibaribe.pe.gov.br](http://www.santacruzcapibaribe.pe.gov.br)>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- RAPOSO, Maria Cristina; GOMES, Gustavo Maia. *Estudo de caracterização Econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano*. Recife: Fade/UFPE/Sebrae, 2003. Disponível em: <<http://200.249.132.89:8030/downloads/poloconfec.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. *Anthropologyanddevelopment: understandcontemporary social change*. London & New York: Zed Books, 2005.
- SILVA, Sandra Roberta. *A juventude na "Sulanca": os desafios da inserção do mundo em Taquaritinga do Norte/PE*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.
- SOBREIRA, Jéssica Lôbo. A informalidade no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano: tipos de manifestações do trabalho infantil em Toritama. *Revista de Iniciação Científica, Pibic/UFCEG*, 2011.
- \_\_\_\_\_. *"A invisibilidade do trabalho infantil": um estudo dos múltiplos discursos sobre o trabalho informal das crianças na confecção de jeans do Agreste Pernambucano*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SOTO, Hermando de. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Trad. Gilson Schwartz. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- SOUZA, Alana Moraes de. *"A gente trabalha onde a gente vive" – A vida social das relações econômicas: parentesco, "conhecimento" e as estratégias econômicas no Agreste das confeções*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SOUZA, Maria Cristina Cacciamali. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1982. 163f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-06102006-120930/pt-br.php>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de una discusión. *Revista Venezuelana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas*, v. 6, n. 3, sept./dic. 2000a, p. 95-110. Disponível em: <[http://www.ucv.ve/fi/leadmin/user\\_upload/faces/problemas\\_sociales\\_contemporaneos/CESOC/SEPTIEMBRE\\_DICIEMBRE\\_3\\_2000\\_AJUSTE\\_ESTRUCTURAL\\_Y\\_DESAJUSTES\\_SOCIALES.pdf](http://www.ucv.ve/fi/leadmin/user_upload/faces/problemas_sociales_contemporaneos/CESOC/SEPTIEMBRE_DICIEMBRE_3_2000_AJUSTE_ESTRUCTURAL_Y_DESAJUSTES_SOCIALES.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, jun. 2000b, p. 153-174.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 97, jun./ago. 2003, p. 38-49. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/liatiriba97.pdf>>. Acesso em: 17 set jan. 2014.
- TOKMAN, Victor. *Dinamicadel mercado de trabajo urbano: el sector informal urbano em America latina*. Programa Regional del Empleo para America Latina y El Caribe. OIT, 1977.

- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confeções do Agreste Pernambucano: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Ângela; OLIVEIRA, Roberto (org.). *Formas de trabalho no capitalismo atual*. São Paulo: Annablume, 2011. p. 17-65.
- \_\_\_\_\_. O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. Vol. I. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013. p. 233-278.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2011.



# O trabalho na construção civil no Brasil: informalidade, feminização, segmentação e consubstancialidade

*Cida Sanches<sup>1</sup>*

## A organização do trabalho no setor da construção civil e os avanços tecnológicos

Costuma-se dizer que a construção no Brasil começou com a chegada em 1549 de Tomé de Souza, na Baía de Todos dos Santos, para a construção da cidade de Salvador, acompanhado de mestres e aprendizes como pedreiros e carpinteiros. Contudo, há quem destaque que mesmo antes da chegada dos portugueses em nosso território, os índios brasileiros já possuíam técnicas próprias de construção para as suas tabas e ocas. Assim, seria mais apropriado dizer que a história da Engenharia e Arquitetura brasileira começa bem antes da chegada dos portugueses. De qualquer forma, o que importa mesmo é destacar os processos pelos quais a construção civil passou no país.

Construção Civil é o nome que se dá ao tipo de construção que possui interação com a comunidade, cidade ou população. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divide o setor da construção em três grupos:

---

<sup>1</sup> Maria Ap<sup>a</sup> Sanches S. Jorge – Cida Sanches é Mestra e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, pesquisadora do trabalho feminino na construção civil no Brasil e docente da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Graduada em Ciências Sociais – Uni-Evangélica. Participou do Projeto Reconexão Periferias, “Trajetórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo”.

o primeiro com as construções de edifícios, incluindo prédios residenciais, comerciais e industriais; o segundo, com as obras de infraestrutura, voltadas para a estrutura urbana, como estradas e obras ligadas a usinas hidrelétricas, portos, aeroportos e o terceiro, com os serviços especializados, que envolvem obras de acabamento, fundações, terraplanagens.

De acordo com Telles (1994), a denominação “Construção”, no período colonial, era dividida em duas grandes áreas: Civil e Militar. Em 1699, no Brasil, o conhecimento sobre construções era destinado aos militares. O estudo da engenharia teve origem no ensino militar com conhecimentos pertinentes à formação militar e aprendizado de técnicas próprias à construção com finalidades militares, como pontes, fortificações, calçamento, entre outros. Mas, com o tempo, tal divisão foi perdendo seu efeito e este conhecimento passou a fazer parte, também, do ensino de civis, e hoje compreendemos por Construção Civil tudo o que engloba a participação de engenheiros e arquitetos, pedreiros, pintores e profissionais de outras áreas do conhecimento. Foi a partir de 1874, que a denominação engenharia civil com a desvinculação do ensino de engenharia militar começou a ser empregada no Brasil.

A modernidade contribuiu para o desenvolvimento do setor da construção, principalmente devido ao grande processo de urbanização que ocorreu durante o século XX. Para abrigar todo esse contingente foi necessário construir novas moradias e, ao mesmo tempo, possibilitar a geração de empregos para uma mão de obra recentemente saída na zona rural e desqualificada que chegava nas cidades em busca de emprego, como também a uma massa de imigrantes que chegavam à procura de trabalho e de uma vida melhor.

Por isso, destaca-se que as transformações na construção civil ganharam grande impulso do século XX, tanto no mundo como no Brasil, e decorreram principalmente da influência dos progressos técnicos, tanto na utilização de novos materiais de construção como no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de organização do trabalho. Os avanços tecnológicos do século XX permitiram que os fatores climáticos e seus efeitos fossem atenuados no interior dos edifícios, quer seja pelos equipamentos ou pelos novos materiais utilizados. Desta forma, o processo de urbanização das cidades impôs novos desafios à construção civil e o movimento moderno, que se afirmou após a Segunda Guerra Mundial, serviu-se desses materiais e incorporou novos pro-

cessos produtivos e técnicos. A eletrificação, a iluminação, o aquecimento, as lâmpadas, as tomadas, a canalização de água e gás tornaram-se não apenas objetos visíveis, mas sobretudo assumidos como elementos essenciais de uma estética de modernização. A utilização do elevador, para se ter uma ideia, contribuiu de maneira vital, não apenas para os processos de produção na construção civil, mas também para as mudanças econômicas e sociais que acompanharam o surto de urbanização das cidades (TOSTÕES, 2002).

A utilização de novos materiais no processo de industrialização fez seguir alguns padrões, como a potencialização da utilização e eficácia de materiais como o vidro, a madeira, o tijolo, o cimento e, finalmente, a mais importante configuração de modernidade foi protagonizada pelos materiais estruturais: o ferro, o aço e o concreto armado. Foram eles que permitiram o desenvolvimento de novas formas de edificação que, por sua vez, atendiam às novas necessidades de um mundo em modernização.

Esses materiais artificiais e as várias máquinas desenvolvidas para os canteiros de obras transformaram radicalmente as técnicas de construção depois da invenção de um cimento de grande resistência (cimento Portland<sup>2</sup>), que trouxe grandes progressos e solidez às construções, potencializadas pela utilização de armaduras metálicas com o ferro e depois com o aço: o concreto armado. Esses materiais permitiram a construção de grandes obras como pontes, estádios, hidrelétricas e altos edifícios residenciais e comerciais que passaram a possuir lajes armadas capazes de suportar grandes sobrecargas. Essas inovações que aliavam a funcionalidade à técnica construtiva só foram possíveis graças a uma indústria que atuava como um laboratório para a fabricação de materiais de grande resistência e acompanhou os impulsos da modernidade.

A crescente industrialização do setor da construção civil desenvolveu novos procedimentos de segurança e conforto como para-raios, instalações sanitárias, ar-condicionado, elevadores e escadas rolantes, proteção contra incêndio,

---

<sup>2</sup> O cimento ou o concreto armado é uma mistura que começa por apresentar um estado líquido ou pastoso e rapidamente se torna num sólido, já que as suas propriedades se alteraram no decurso do tempo. Os inertes têm de obedecer a uma resistência à compressão elevada, granulometria conveniente, boa ligação química ao cimento. O cimento resulta da moagem do clínquer e misturado com água forma uma pasta que faz presa e endurece. Funciona como ligante e designa-se tipo Portland porque é semelhante em cor, solidez e durabilidade ao calcário da ilha de Portland. O betão solidificado é altamente resistente à compressão.

estrutura acústica, de tal modo que a partir de meados do século XX todos esses procedimentos para o bem-estar dos habitantes passaram a representar quase a metade dos custos total da construção (TOSTÕES, 2002).

Todo esse desenvolvimento da indústria de materiais e das técnicas de construção surgiram primeiramente nos países pioneiros da revolução industrial. Essas inovações foram, aos poucos, influenciando o setor da construção civil; países de todo o mundo começaram a mudar as suas formas de construir, alguns mais rapidamente, outros mais lentamente, favorecendo o surgimento de muitas indústrias de materiais de construção para atender às novas demandas do mercado. Mas é certamente na imagem de uma cidade moderna e urbanizada, com grandes edifícios, com novas avenidas, com novas formas de consumo e muitas indústrias investindo em novas tecnologias, nova organização do trabalho e uma nova mentalidade, que se define a marcação do século XX.

Contudo, não se pode deixar de destacar que apesar das inovações tecnológicas a construção no Brasil não deixou de utilizar o sistema de construção que apresentava a utilização de mão de obra barata e desqualificada, renunciando a qualquer perspectiva industrializante de qualificação dessa mão de obra.

Apesar disso, passaram a encarar a industrialização da construção como uma filosofia e método, independentemente da efetiva possibilidade da reprodutibilidade mecânica aplicada à edificação. Os avanços não foram voltados para as invenções de máquinas e robôs, como no modelo toyotista de produção, mas para métodos construtivos e de materiais, nas empresas fora dos canteiros de obras.

No Brasil, a influência dos avanços tecnológicos e da moderna arquitetura e engenharia será determinante para a adoção de um processo de industrialização que vai proporcionar uma profissionalização crescente de engenheiros e arquitetos. As universidades passaram a ser laboratórios de engenharia civil. Esses laboratórios constituem o sinal evidente das tentativas de desenvolvimento de setores básicos como de infraestrutura produtiva. Os estudos experimentais nas universidades brasileiras sobre os novos materiais, principalmente do concreto armado, proporcionaram variadas formas em sua utilização e novos conhecimentos relevantes foram adquiridos. O processo de modernização do setor da construção civil favoreceu o crescimento dos cursos de engenharia e arquitetura em todo o país. Os grandes empreendimentos públicos e priva-

dos necessitavam de mão de obra especializada e voltada para as novas tendências modernas de construção.

A construção civil, durante muito tempo, apresentou-se pouco atrativa para os estudiosos do mundo do trabalho, pelo fato de não se enquadrar nem no modelo de produção taylorista e tampouco no toyotismo e é considerada por muitos como um setor atrasado. Evidentemente atrasado em relação aos demais setores produtivos, entre os quais a indústria automobilística, que é considerada como a mais importante referência.

A construção civil sempre se mostrou um setor muito fechado, autossuficiente ou envolvido por muitas especificidades. Empresários, engenheiros, arquitetos, mestres de obras e operários têm sido, anos após anos, vítimas da concretude e do pragmatismo dos trabalhos dos canteiros de obras que, por vezes, contribuem para a construção de seus comportamentos e mentalidades.

Predomina, no setor, a crença segundo a qual a ausência de interesse em modernização está voltada para as dificuldades em incorporar inovações tecnológicas e organizacionais devido à sua forma genuína de ser. Mas as inovações das últimas décadas têm produzido, de maneira contínua e acelerada, profundas mudanças no mundo do trabalho no referido setor, mas essas mudanças estão acontecendo principalmente fora dos canteiros de obras, por meio das empresas que produzem os produtos e materiais e também na organização do trabalho.

Desta forma, a construção civil, pode ser pensada não a partir de referências construídas em outros setores produtivos, seja taylorista ou toyotista, mas a partir de uma nova forma de olhar o setor e reconhecer que ele possui um hibridismo, um modo próprio de industrialização. Esse reconhecimento coloca o setor da construção civil e seus canteiros de obras como um rico laboratório onde lógicas artesanais e industriais de construção, novos produtos e materiais, novas formas de organização do trabalho e de formação da mão de obra, convivem lado a lado se intercalando aos modelos clássicos de sistemas de trabalho. Assim, a construção civil no Brasil passa a contribuir com o desenvolvimento de novos sistemas de produção, o que torna sem sentido entender a construção civil como um setor atrasado.

Em 2009, o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), torna-se a principal política frente à crise econômica internacional, passando

a cumprir um papel importante de ativação da economia nacional centrando sua atuação no financiamento de novas unidades e restringindo sua atuação através do abandono de outros modelos de aquisição habitacional, como o de imóveis usados e de aluguéis, reforçando, dessa forma, a ideologia da casa própria. O lançamento do PMCMV permite a continuidade do crescimento do subsetor de construção de edifícios. Estas medidas promoveram a retomada do dinamismo da construção residencial, que teve impacto direto na elevação do número de empregados do setor. Os salários da construção entram em uma trajetória de aumento real, os reajustes da construção ultrapassam os reajustes do mínimo nacional, contudo, sua remuneração média permanece abaixo do conjunto do emprego formal.

A construção de edifícios ainda concentra grande parcela de ajudantes e pedreiros. Esses profissionais, típicos da produção manual, são abundantes nos canteiros das edificações, mas com uma frágil inserção, grande rotatividade, além dos baixos salários. Os rendimentos profissionais especializados, escassos durante o *boom* da construção, passaram a ter variações reais acima do mínimo. A explicação para o crescimento salarial médio da construção vem não só da política de valorização do mínimo nacional, mas também do intenso crescimento da construção civil nos anos 2000. Esse crescimento foi uma combinação de diferentes subsetores, como a retomada pelo financiamento habitacional e o lançamento do Plano de Aceleração do crescimento (PAC). Os dois subsetores passaram por um período de busca de profissionais especializados comuns – como engenheiros, marceneiros etc.–, que experimentaram reajustes salariais elevados.

A crise econômica em 2011 reflete diretamente sobre o crescimento da construção civil, mesmo com uma queda significativa na geração de empregos apresentam uma taxa de crescimento ainda elevada. Mas a situação muda a partir de 2014 e 2015, quando ocorre a desaceleração da geração de empregos e investimentos no subsetor de edificações e infraestrutura, com decréscimo no estoque de trabalhadores de maneira mais intensa apenas em 2015. Nos anos de 2016 e 2017, o emprego formal diminuiu e aumentou a informalidade.

## Na informalidade feminina, persistem as desigualdades de gênero

O processo de feminização no setor de edificação no Brasil foi analisado através do aumento progressivo das mulheres em ocupações diferenciadas, sob o ponto de vista quantitativo, entre os anos de 2007 e 2017.

Para verificar esse processo, tornou-se fundamental averiguar as duas pontas de trabalho, isto é, os dois lados da inserção das mulheres em ocupações que assumem cargos de chefia, que exigem nível superior e que estão diretamente ligados aos canteiros de obras; e no setor de acabamento, onde o trabalho é manual, repetitivo, intensivo, em condições de precariedade e requerendo baixa escolaridade.

Desta maneira, foi possível apurar o crescimento das mulheres no setor e a forma da inserção feminina ao longo de uma década, ou seja, para as análises do processo de feminização foram empregadas duas categorias: percentuais de crescimento e forma de contratação.

O crescimento feminino no setor se manifestou de maneira contínua e crescente, capaz de provocar mudanças no modo de conceber os canteiros de obras não mais como um reduto exclusivo do sexo masculino, mas também como um lugar de trabalho para as mulheres. Embora a construção civil seja, ainda, um reduto majoritariamente masculino e as mulheres representarem apenas uma pequena porcentagem de trabalhadoras, o processo de feminização se manteve contínuo e crescente.

E a forma de contratação voltava-se para o interesse em verificar como a contratação das trabalhadoras são realizadas, se eram formais ou informais. Constatou-se que a forma de inserção das mulheres se dá tanto através do trabalho formal como também do informal, contudo, existem algumas especificidades que devem ser observadas.

Para que o processo de feminização pudesse ser verificado, analisado e compreendido na sua amplitude, é fundamental buscar todas as informações que colaborem para tal finalidade. A pesquisa voltou-se, principalmente, para a situação encontrada nos canteiros de obras que é a contratação formal, mas ao mesmo tempo não se pode fechar os olhos para a informalidade do setor, por isso, torna-se necessário, primeiramente, fazer alguns destaques sobre a informalidade.

A informalidade pode incidir diretamente na composição da força de trabalho feminina, sendo um fator importante para conhecer o processo de entrada das trabalhadoras. A intenção é fazer uma análise mais direcionada para buscar números, médias e porcentagens que ajudem na compreensão do processo de feminização.

As entrevistas nos canteiros de obras do setor de edificações indicaram que nem todas as mulheres estavam trabalhando com carteira assinada. Muitas delas eram trabalhadoras por conta própria, como prestadora de serviços e também em reformas de casas como pedreira, ceramista e pintora. Os canteiros de obras também revelaram a presença do trabalho informal nas ocupações escolarizadas como de arquitetas e engenheiras.

As trabalhadoras informais não são registradas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), assim, é possível afirmar que o número de mulheres na informalidade eleva de modo significativo a porcentagem de trabalhadoras no setor da construção civil no Brasil, nas ocupações de baixa e alta escolaridade, o que representaria que o processo de feminização e seu crescimento é maior do que confirmam os dados da RAIS.

As análises realizadas tiveram como base as informações da RAIS. Dessa forma, recorreu-se aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC<sup>3</sup>) para buscar informações sobre a informalidade no setor da construção civil através dos microdados e cruzamento de variáveis para a apreensão da realidade do trabalho feminino no setor e o seu processo de feminização.

---

<sup>3</sup> Os dados coletados na PNADC foram realizados através do cruzamento de variáveis de sexo, raça e ocupação, utilizando os microdados, com o recurso do programa STATA, que realiza o cruzamento dos microdados da PNADC para a elaboração de tabelas e informações para as análises do processo de feminização no setor e sua informalidade. Foram analisados os dados de 2012 (primeiro trimestre) quando ocorreu a sua primeira divulgação e 2017 (primeira e quinta visita) para as comparações e cruzamentos. Contudo, a PNADC registra os dados gerais sobre os trabalhadores/as do setor, não havendo a separação dos dados apenas para o setor de edificações. Algumas ocupações tiveram que ser agregadas e com referência equivalente por não constar na PNADC que são estabelecidas pela CBO. Assim, aplicadores de revestimento cerâmico, ajudante de obra, pintor e rejuntador foram agrupadas como “Outros trabalhadores” e técnico em segurança no trabalho também foi por referência equivalente, como técnico em engenharia.



Analisando esses dados, percebe-se que no setor da construção civil, que inclui todos os seus segmentos, houve uma progressiva informalização do setor com 71% de trabalhadores com carteira assinada em 2012 para 59% com carteira assinada em 2017.

Esses dados evidenciam, também, que muitas mulheres trabalhadoras do setor estão presentes nos canteiros de obras, mas não são consideradas pelas informações da RAIS. Destaca-se que no primeiro trimestre de 2012 havia 18.565 mulheres sem carteira assinada, o que representava 32,34% delas; no primeiro trimestre de 2017 verificou-se um crescimento das trabalhadoras sem carteira para 39.638, que passou a representar 60,67% de mulheres sem carteira assinada de um total de 65.338 mulheres.

No segundo trimestre de 2017, houve uma redução significativa no número de mulheres sem carteira assinada, 18.497 representando 27,92%. Essa redução não está relacionada à contratação formal, mas ao desemprego, pois houve uma diminuição dos trabalhadores formais.

A média de trabalhadores sem carteira assinada, nas ocupações analisadas, no ano de 2017 (1ª e 5ª visita), é de 363.490, o que representa 39,64%. Desta maneira, é possível dizer que a informalidade feminina no setor da construção civil revela que o processo de feminização é, de fato, maior do que apresentam os dados da RAIS, e que a informalidade é um dos fatores de desigualdades entre as mulheres que trabalham no setor não apenas de renda, mas também de gênero, classe e raça. O nível de informalidade entre homens e mulheres aponta para uma maior informalidade feminina em 2017, 39,29% e 44,29% respectivamente.

Nas ocupações escolarizadas, as diferenças entre os trabalhadores que possuem carteira assinada e os que não possuem não são tão intensas, porém são significativas. Entre as ocupações que possuem a menor porcentagem de informalidade está a de engenheiro civil, com 18,96%. E a ocupação com maior porcentagem de informalidade é o técnico em engenharia (referência aproximada com técnico em segurança no trabalho), com 39,22%. Permanecendo também com a maior média de contratações informais no ano— 36,803 em 2017.

Nas ocupações de baixa escolaridade, a maior informalidade está na ocupação de pedreiro, com 42,62%, os “outros trabalhadores” pontuaram 19,18%. A média anual de contratações informais é de 293.280.

A tabela a seguir destaca a informalidade no setor da construção civil nas ocupações com base nos microdados da PNADC. Demonstra a média de trabalhadores formais e informais no Brasil no ano de 2017. A porcentagem apresentada é em relação aos números da ocupação.

Tabela 1 -Trabalhadores por ocupação, com e sem carteira assinada na construção civil, no Brasil, em 2017

Ocupação	Frequência		% do ano	
	Sim	Não	Sim	Não
Engenheiro civil	64.798	15.335	81,03	18,96
Arquiteto em edificações	23.340	14.874	61,67	38,33
Técnico em engenharia	56.973	36.803	60,77	39,22
Pedreiro	394.866	293.280	57,38	42,62
Outros trabalhadores	13.422	3.198	80,82	19,18
<b>Total:</b>	<b>553.400</b>	<b>363.490</b>	<b>60,36</b>	<b>39,64</b>

Fonte: Microdados PNADC 2017, ocupação e vínculo empregatício. Elaboração própria

Nota: as médias (obtidas após arredondamento para números inteiros) e porcentagens foram estabelecidas através da primeira e quinta visita em 2017.

A maior contratação de trabalhadores informais está na ocupação de pedreiro, com uma frequência anual estimada em 293.280 informais e de 394.866 para os formais, os números quase se equiparam. Essa situação deve-se, em grande parte, aos baixos salários. Muitos pedreiros preferem abrir mão dos benefícios e segurança para aumentar os seus salários trabalhando por dia. Preferem receber 100 reais por dia do que ter a carteira assinada. “Eu tenho aqui na obra pedreiros sem carteira assinada porque eles querem, eles recebem 100 reais por dia, eles fazem essa opção porque o salário na carteira é muito baixo e a empresa aceita” (ANTÚRIO<sup>4</sup>, 2018).

Na comparação da contratação formal feminina e masculina, verifica-se que os homens do setor estão mais amparados legalmente do que as mulheres, e a informalidade alta das mulheres afeta significativamente as informações sobre os números do processo de feminização através do trabalho formal. Considerando a primeira e quinta visita em 2017 da PNADC, destaca-se que

<sup>4</sup> Nome fictício para manter o anonimato do entrevistado.

são 44,29% de mulheres que não estão nos números da RAIS. Essa defasagem mascara ou modifica a realidade da presença feminina, pois as ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) não são identificadas da mesma forma pela PNADC, além disso, o setor de edificação está integrado aos demais setores da construção civil, não existe uma separação para que as informações possam demonstrar com maior exatidão a realidade nos canteiros de obras do setor de edificações.

Tabela 2 -Mulher e homem com e sem carteira assinada na construção civil no Brasil em 2017

Sexo	Média		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Mulher	36.731	29.067	55,70	44,29
Homem	516.668	334.423	60,71	39,29

Fonte:Microdados PNADC 2017, sexo e vínculo empregatício. Elaboração própria

Nota: as médias (obtidas após arredondamento para números inteiros) e porcentagens foram estabelecidas através da primeira e quinta visita em 2017

Os dados da RAIS demonstraram que o crescimento feminino no setor de edificações apresentou-se, no início de 2007, de maneira lenta, depois manifestou-se com maior velocidade de crescimento nos anos seguintes e com a crise econômica, a partir de 2014, o setor enfraquece e diminuiu um pouco a entrada de mulheres, como também de homens, mas a inserção feminina permanece. A informalidade feminina no setor também permaneceu grande nos anos analisados.

## O processo de feminização no setor

Compreender a organização do trabalho feminino na construção civil nas ocupações escolarizadas e de baixa escolarização– isto é, o trabalho das arquitetas, engenheiras civis, técnicas em segurança do trabalho, mestra de obras e as ocupações de baixa escolaridade como as pedreiras, aplicadoras de revestimento cerâmico, ajudante de obras, carpinteiras, pintoras e rejuntadoras– torna-se fundamental para a ampliação dos conhecimentos sobre o trabalho das

mulheres e sua inserção em ocupações tradicionalmente e majoritariamente masculinas, principalmente se levarmos em consideração a pouca produção científica dessa temática. A inserção feminina nas ocupações do setor da construção civil é um fenômeno recente, verificado principalmente a partir do ano 2000, mais precisamente e com maior intensidade no ano de 2007, no chamado “boom da construção civil” no Brasil. Desse modo, pouco se conhece ou pouco estudo foi realizado sobre a organização do trabalho das mulheres em muitas ocupações que compõem o setor, tornando-se fundamental conhecer e compreender os fatores que atuam sobre o processo de feminização, da segmentação através das relações entre gênero, classe e raça.

Para entender o processo de feminização adotou-se fundamentalmente a perspectiva quantitativa de Yannoulas (2013), que se refere ao aumento das mulheres na composição da mão de obra em uma determinada ocupação ou profissão.

A segmentação também segue a perspectiva de Yannoulas (2013), que estabelece que a segmentação impede as mulheres de transitar livremente pelo mercado de trabalho, pois as oportunidades não são as mesmas para homens e mulheres quando as questões de gênero e trabalho são observadas e analisadas.

A verificação da consubstancialidade entre gênero, classe e raça utilizou o conceito de Kergoat (2016), que é o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto das relações sociais, cada uma imprimindo sua marca na outra. Consubstancialidade significa a unidade de substância entre três entidades distintas, que convida a pensar o mesmo e o diferente em um só movimento partindo das relações sociais.

O estudo fez uso da acepção de classe social de Erik Wright (1997), que apresenta uma atualização do conceito de classe de Karl Marx, justificando uma nova forma de identificação do conceito sociológico de classe social. Essa forma especial de divisão social foi apreendida sob dois aspectos: o primeiro aborda a distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos e sua consequência significativa na vida das trabalhadoras e na dinâmica das empresas. O segundo emprega a noção de ativos produtivos – qualificação e perícia sob a forma de credenciais que aumenta o poder da força de trabalho. Os especialistas ocupam lugar privilegiados como controladores do conhecimento. Os gerentes, no exercício de suas funções, adquirem comando e autoridade dentro da empresa e representam uma fonte posicional de controle dos

trabalhadores. A PNADC possibilitou o acesso aos números da informalidade feminina no setor, que foram fundamentais na análise do processo de feminização como também para as informações sobre raça/cor, pois esses dados não são informados pela RAIS.

O crescimento feminino no setor se manifestou de maneira contínua e crescente, capaz de provocar mudanças na maneira de conceber os canteiros de obras não mais como um reduto exclusivo do sexo masculino, mas também como um lugar de trabalho para as mulheres.

Essas ocupações deixaram de ser exclusivas para os homens. Diante dessa constatação, destaca-se que a construção civil abriu os seus portões para o trabalho feminino. O estoque de trabalhadoras no setor cresceu de 7,14% em 2007 para 10,49% em 2017 (RAIS, 2017).

O aumento e a diminuição dos trabalhadores estão diretamente relacionados com o desenvolvimento do setor de edificação, das construtoras e incorporadoras e, principalmente, com os investimentos do governo federal. O processo de feminização ainda é pouco representativo pelos números apresentados na RAIS, mas evidencia que ao longo da década houve um aumento de mulheres no setor de edificações, o que permite dizer que o setor iniciou ou está promovendo um processo de feminização nas ocupações analisadas. A informalidade também se concentra com maior intensidade nas ocupações escolarizadas, isto é, das arquitetas, engenheiras civis, técnicas em segurança no trabalho. Assim, é possível afirmar que o número de mulheres é ainda maior nessas ocupações.

Das ocupações de nível superior ou curso técnico, a que mais cresceu em porcentagem foi a técnica em segurança do trabalho, seguida pelas arquitetas e engenheiras. A ocupação que teve uma redução neste período foi mestra de obras, a única que apresentou diminuição da presença feminina na construção civil.

A ocupação que mais cresceu entre as de baixa escolaridade foi a ajudante de obras, seguida pelas aplicadoras de revestimento cerâmico e pintoras.

O processo de feminização das ocupações do setor de edificação está diretamente ligado às discriminações e desigualdades de gênero, classe e raça, o que dificulta o seu avanço e a inserção feminina de maneira mais intensa e transformadora. As demandas do mercado, as crises econômicas, o crescimento das construtoras e incorporadoras, os planos e investimentos do governo

influenciam bastante na contratação de mão de obra, mas não são os fatores decisivos para o impedimento do processo de feminização das ocupações.

O impedimento para a entrada das mulheres no setor recai, de forma mais contundente, sobre os condicionantes e discriminação de gênero. Porém, apesar dos obstáculos e dificuldades de inserção, a pesquisa aponta a quebra de um paradigma, enfraquecendo a barreira que o gênero coloca sobre as ocupações no setor.

A discriminação de gênero por parte de quem contrata as engenheiras, arquitetas e demais trabalhadoras que estarão diretamente trabalhando nos canteiros de obras torna-se um dos grandes impedimentos para a inserção feminina no setor. O preconceito e o machismo acabam diminuindo a contratação de mulheres. Essa discriminação manifesta-se através do assédio moral, que também está presente no cotidiano das trabalhadoras.

A forma de inserção feminina no setor foi promovida pelo processo formal, mas por diferentes maneiras. Seja através da presença em cursos de qualificação (pedreira de edificação) e ao término ser contratada, por indicação de um amigo e até mesmo análise de currículo para as mulheres do setor de acabamento. Para as engenheiras e arquitetas, as formas de inserção foram através do estágio e logo em seguida foram contratadas, por processo seletivo ou indicação de um amigo.

As formas de inserção das mulheres com escolaridade de nível superior que não foram contratadas através do estágio ou indicação de um amigo são mais difíceis de acontecer para as mulheres, pois dificilmente são contratadas por análise de currículos e processo seletivo realizados pelas construtoras.

Para as mulheres do setor de acabamento, as contratações são realizadas pelos engenheiros e mestre de obras e estes contratam, em sua grande maioria, homens. Como as contratações não são realizadas através de processo seletivo, as mulheres ocupam as vagas que estão ligadas à limpeza, como rejuntamento e ajudante de obra e são remanejadas de acordo com o interesse dos mestres e engenheiros. Como o trabalho de acabamento é o estágio final da obra, as mulheres são contratadas apenas para esta fase, dificilmente para outras funções como concretagem, construção de paredes, reboco e outras ainda de domínio masculino. Não foi encontrado nenhum homem na ocupação de rejuntador, pois ela está ligada à limpeza, que se assemelha ao trabalho doméstico e o trabalho doméstico recai sobre as mulheres.

Essa forma de contratação é um dos motivos que impedem o processo de feminização do setor de avançar em um ritmo mais acelerado e intenso. Fica dependente dos interesses e mentalidades masculina, o que pode não favorecer a uma entrada um pouco maior de mulheres em muitas das ocupações consideradas ainda de domínio masculino e podem ser motivadas por preconceitos e discriminação de gênero. Assim, o processo de feminização no setor de edificação se configura através de um fator de grande entrave, que é a forma como as contratações formais são, ainda, realizadas, onde a presença masculina é priorizada, prevalecendo o poder de mando de quem possui a prerrogativa de contratar e não os critérios igualitários e imparciais de seleção e escolha para aprovação de pessoal. O fator principal para a triagem é ser do sexo masculino. Essa forma de contratação de pessoal por prerrogativa da função é realizada através dos interesses, autonomia, direitos e poderes de quem ocupa a função, ou seja, dos mestres de obras e de engenheiros, e essa é uma prática muito comum na construção civil.

Como o setor da construção civil é um setor no qual a experiência e a qualificação não são um requisito básico e essencial para a realização do serviço, o que prevalece é a forma tradicional e discriminatória sobre o gênero feminino para as contratações. A forma das contratações torna-se, portanto, um obstáculo ao aumento mais intensivo das mulheres no setor e um forte impedimento de um processo de feminização mais dinâmico. Desse modo, é importante destacar que a forma de contratação por prerrogativa de função, praticada no setor, diminui de maneira significativa uma maior inserção feminina e coloca nas mãos de homens, (a grande maioria das ocupações de engenheiro civil e mestre de obras são ocupadas por homens), o poder de decidir sobre a contratação de um maior número de mulheres. Percebe-se que prevalece o machismo e preconceito como critério de contratação para as mulheres, e essa prática impede o processo de feminização de aumentar no Brasil.

Além dessa forma de contratação por prerrogativa de função existe também a manutenção de grupos fechados, isto é, quando uma obra termina e outra está começando, o mestre de obras e os engenheiros mantêm praticamente os mesmos operários, retirando apenas aqueles que por um motivo ou outro não atenderam às suas expectativas e contratando mais quando é necessário. Desta forma, fica difícil a inserção feminina com maior intensidade nos canteiros de

obras. Esta maneira de agir dos engenheiros e mestre de obras, mantendo os grupos fechados, também dificulta a entrada de mais mulheres nos canteiros.

A forma de contratação por prerrogativa da função tem como consequências: 1) Pequena contratação de mulheres para o setor; 2) Pequena mobilidade das mulheres para outros cargos e funções; 3) Manutenção de lacunas ocupacionais no setor; 4) Manutenção das mulheres para o rejunte e limpeza dos apartamentos; 5) Permanência da exclusividade masculina para exercer determinadas funções; 6) Lentidão no processo de feminização do setor; 7) Segmentação das carreiras femininas.

As relações de gênero, classe e raça atuam sobre o trabalho feminino e apresentam a segmentação como uma de suas características mais importantes dentro do setor de edificação, quando as análises se voltam para a constituição das carreiras de mulheres. Por causa da tradicional divisão sexual do trabalho, as mulheres precisam se desdobrar para conciliar família, trabalho externo e afazeres domésticos. Não se trata somente de acúmulo de atividades, mas, sobretudo, da desvalorização atribuída à mão de obra feminina que impedem a constituição de suas trajetórias laborais de maneira contínua e direta.

## A segmentação das carreiras femininas na construção civil

Os portões de oportunidades na construção civil abriram-se para as mulheres e impulsionaram a entrada de engenheiras, arquitetas, ceramistas, pedreiras e rejuntadoras, que são as protagonistas do processo de feminização do setor. Mas a segmentação, a discriminação de gênero, raça e classe são as barreiras desafiadoras para a permanência e aumento das mulheres nessas ocupações. Muitas ações ainda são necessárias para transformar os estereótipos de gênero na construção civil e tornar as condições de trabalho mais respeitosas e igualitárias para as mulheres e, conseqüentemente, a sua maior inserção.

A questão da maternidade para as mulheres em cargos de chefia é uma das características mais fortemente marcadas na segmentação das carreiras das mulheres no setor de edificações. Muitas adiam ou descartam por completo a maternidade, pois não conseguem conciliar família e trabalho devido à dedicação exclusiva ao trabalho; e quando optam em tê-los, a carreira ou o avanço



dela ficam prejudicados e muitas engenheiras e arquitetas preferem o trabalho burocrático nos escritórios do que o trabalho nos canteiros de obras.

Na segmentação da carreira das mulheres, seja em ocupações de alto ou baixo perfil nos canteiros de obras, a desvantagem ocorre não apenas pelo fato de ter filhos ou sofrer com desconfianças e falta de apoio do cônjuge, mas também pelo fato de trabalhar mais e ter pouco tempo para investir em si mesmas, isto é, em suas carreiras.

Outra situação que favorece a segmentação das carreiras femininas, principalmente das engenheiras e arquitetas, está diretamente relacionada à naturalização do assédio moral, sustentado pela discriminação de gênero, que reforça as desigualdades através de comentários difamatórios e preconceituosos de que os engenheiros são mais inteligentes, firmes e competentes do que as engenheiras.

Essas atitudes facilitam a banalização do assédio moral, como se esses comentários não tivessem importância, e quando as mulheres reclamam, ainda fazem piadinhas dizendo que mulher é muito melindrosa e que no mercado de trabalho isso acontece mesmo e tem que saber lidar, que só os “fortes sobrevivem”.

Para as engenheiras e arquitetas, a constituição de suas carreiras implica dedicação exclusiva ao trabalho, os planos pessoais ficam em segundo plano, pois existem cobranças como: presença, dedicação e tempo disponível, o que acaba dificultando os relacionamentos por causa das demandas e exigências das empresas, isso quando solteiras.

Quando são casadas, as cobranças são ainda mais intensas, como o cuidado com os filhos, casa e atenção ao marido. As engenheiras e arquitetas no setor de edificação apresentam situações bastante diferenciadas na constituição de suas carreiras em relação aos homens, pois o que é dificuldade para as mulheres não o é para os homens, por causa da tradicional divisão sexual do trabalho.

Percebe-se que a segmentação das carreiras das mulheres na construção civil não se dá apenas através das dificuldades de progressão e ascensão a cargos mais valorizados e de chefia, mas também na impossibilidade concreta de construir suas carreiras devido aos preconceitos e discriminação de gênero.

Desta forma, torna-se um desafio para as mulheres o enfrentamento do descrédito sobre a habilidade para comandar equipes. Existe, nos canteiros

de obra, a concepção de que mulheres não nasceram para mandar, não sabem se impor, não podem comandar homens e essas falsas ideias se transformam em justificativas para dificultar ou impedir o acesso das mulheres a postos de poder e autoridade.

As relações de discriminação por cor e raça também contribuem para a segmentação das carreiras das engenheiras, arquitetas e técnicas em segurança do trabalho. A aparência e a cor da pele constituem os principais fatores de rejeição e discriminação para as mulheres negras da construção civil. Quando conseguem assumir cargos de chefia, as cobranças são ainda maiores e a constituição de suas carreiras são difíceis e com grandes instabilidades.

As mulheres que estão no setor de acabamento, como as rejuntadoras, pouco conseguem desenvolver suas carreiras. Elas dificilmente são colocadas para exercer outras funções, consideradas de maior prestígio, como pedreira ou ceramista. Diferente do que ocorre com os homens, que mesmo não tendo curso de qualificação são, com frequência, remanejados para essas funções, nas quais o “aprender fazendo” é uma norma corriqueira.

Os homens que são contratados como serventes, sempre que a obra necessita, são chamados para fazer horas extras em outras atividades como reboco, concretagem, lajes, construção de paredes, pintura, assentar pisos e cerâmicas. Com isso, suas possibilidades de mudar de função e de rendimento são maiores do que para as mulheres. Por outro lado, muitas mulheres com cursos de qualificação, como ceramistas, pedreira de edificação, instalação hidráulica, não são contratadas para essas funções e geralmente são destinadas para os serviços gerais ou como rejuntadoras e ficam esperando uma oportunidade para progredir e mudar de ocupação nos canteiros de obras.

A mudança de função representa um salário maior e *status* diferenciado, mas essa mudança não depende apenas de sua qualificação depende principalmente do mestre de obra, engenheiros ou do encarregado para indicá-las.

O principal desafio enfrentado pelas engenheiras, arquitetas, técnicas em segurança do trabalho para superar a segmentação de suas carreiras é lidar com a constante desconfiança sobre a sua capacidade intelectual e competência técnica. A capacidade de comandar equipes, o conhecimento técnico, a inteligência das profissionais é colocada em dúvida o tempo todo, propiciado pela concepção de inferioridade feminina, promovida pelas relações de gênero.

## A consubstancialidade entre gênero, raça e classe na construção civil

A ideia de diferentes atributos ligados às raças humanas é uma construção social, que reforça o preconceito, o racismo e impõe a superioridade de uma “raça” sobre a outra. Esta ideia foi utilizada como abordagem científica até a segunda metade do século XX. A abordagem antropológica e sociológica da questão estabelece que os diferentes grupos entre humanos são etnias e caracterizadas por diferenças fenotípicas, como a cor de pele, decorrente do processo de adaptação dos seres humanos ao meio ambiente e essas características são transmitidas para os seus descendentes.

Mesmo que a perspectiva de que a categoria “raça” não é cientificamente válida para a espécie humana, torna-se necessário a sua utilização uma vez que as sociedades e os indivíduos são orientados e se identificam por seus referenciais culturais, classificam os outros e são classificados com base nas características físicas. A palavra “raça” pode envolver uma forma de compreender o significado de certas classificações sociais. Revela discriminações e desigualdades que a noção de cor traz consigo. A ideia de cor da pele não é uma simples tonalidade, com a cor estão associados traços físicos, como cabelo, nariz e lábios, que culturalmente contextualizados tornam-se condicionantes sociais que oprimem e tornam os indivíduos desiguais.

As questões de cor/raça influenciam enormemente a vida das pessoas; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgou, em março de 2018, uma pesquisa sobre o impacto que estas categorias têm sobre o trabalho. Este estudo demonstrou que na opinião de 71% dos entrevistados, o trabalho é a área mais influenciada pela cor/raça. Para 66,8% das mulheres e 60,2% dos homens, a cor/raça influenciam o trabalho. Este resultado deixa claro que as mulheres vivenciam e sofrem mais as questões de discriminação pela cor da pele do que os homens, pois está associada a ela a questão de gênero. As categorias gênero e trabalho evidenciam as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, mas quando as questões de gênero são associadas à raça e classe as desigualdades são ainda maiores. O mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades, que são eixos estruturantes e centrais das desigualdades sociais no Brasil que, por sua vez,

está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social da classe trabalhadora.

As relações hierárquicas de poder provocam as práticas discriminatórias e é no mercado de trabalho que essas relações encontram campo fértil para a sua atuação. As ações estabelecidas e praticadas no processo produtivo influenciam fortemente a inserção social dos diferentes segmentos sociais e contribuem para a mudança ou permanência no quadro das discriminações. Gênero e raça são variáveis que interagem, estabelecendo diferentes lugares para os diferentes sujeitos e diferentes oportunidades. As questões de gênero e raça se inter cruzam, evidenciando uma imagem muito presente nas relações sociais e de trabalho que ainda preserva a noção do poder do homem sobre a mulher e, mais ainda, do homem branco sobre a mulher negra e da mulher branca sobre a mulher negra. Essas ideias de poder e hierarquia mantêm a discriminação e o preconceito, fazendo com que as mulheres negras sofram ainda mais com a opressão e desigualdades no mercado de trabalho e nas relações sociais do dia a dia. A exploração a que estão sujeitas é mais intensa por causa da cor da pele, e quando são da classe baixa estes condicionantes são ainda mais cruéis, impedindo as suas possibilidades de progresso na vida profissional.

Em março de 2018, o IBGE divulgou uma pesquisa sobre as desigualdades de gênero e cor/raça, apontando que as mulheres negras e pardas no mercado de trabalho são mais intensamente atingidas do que as mulheres brancas. A pesquisa denominada Estatística de Gênero – Indicadores sociais no Brasil mostra que as mulheres ocuparam, em 2016, apenas 37,8% das posições de liderança, isto é, nos cargos de chefia ou direção, contra 62,2% dos homens. Na comparação entre as mulheres brancas e negras ou pardas que estão em cargos de chefia a diferença também foi confirmada, as mulheres negras somam 34,5% e as mulheres brancas, 38,5%. Mesmo possuindo formação superior maior que os homens, elas ainda são minoria nos cargos gerenciais das empresas.

No mercado de trabalho as mulheres também enfrentam as desigualdades nos salários; em média, elas receberam, em 2016, 76,5% do salário recebido pelos homens. A média de rendimento do trabalho dos homens ficou em torno de 2.306 reais, enquanto que o salário das mulheres foi de 1.764 reais. Os homens recebem mais que as mulheres em todos os setores. (IBEG – Estatística de Gênero, 2018).

Parte da explicação para este resultado está na própria natureza dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres, já que a maioria está nas profissões menos valorizadas e que apresentam remuneração mais baixa. Além disso, as mulheres ocupam em menor proporção os cargos de chefia e ainda há fatores de discriminação de gênero e classe no ambiente de trabalho.

A classe separa gênero e raça, pois os indivíduos de uma mesma classe social são separados em homens e mulheres, com direitos e poderes e recompensas desiguais entre eles, o trabalho masculino vale mais que trabalho feminino, mesmo possuindo a mesma escolaridade/títulos e competências, e a classe separa a raça entre homens e mulheres brancos/as e negros/as em que os direitos e poderes e recompensas também são desiguais, promovidos pela cor da pele. As desigualdades de inter cruzam e se fortalecem, pois as relações sociais são consubstancializadas, uma desigualdade impõe sua marca na outra.

O estudo utilizou-se da acepção de classe social de Erik Olin Wright, que apresenta uma atualização do conceito de classe de Karl Marx, justificando uma nova forma de identificação e mensuração do conceito sociológico de classe social. Nesta interpretação, classe social representa uma forma especial de divisão social gerada pela distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos. A existência dessa divisão produz consequências significativas sobre a vida dos trabalhadores/as e na dinâmica do processo produtivo. Privilegia a noção de interesses materiais ao considerar as consequências das posições de classe na vida dos indivíduos. Por causa da natureza dos poderes e direitos exercidos sobre os recursos produtivos, a pessoa enfrenta uma estrutura de oportunidades, dilemas e compensações. As desigualdades de recompensas são promovidas pelas desigualdades de direitos e poderes sobre os recursos produtivos. A exploração acontece pelo fato de um grupo se beneficiar economicamente às custas de outro através da apropriação dos frutos do trabalho de outro grupo, o grupo explorado. Classe social passa a ser analisada em função da propriedade de ativos de capital, do controle diferenciado de ativos de qualidade e da relação com o exercício de autoridade dentro da produção. Os especialistas ocupam uma posição privilegiada da apropriação, devido à sua posição estratégica na organização da produção, como controladores de conhecimento, como detentores de poder.

Quando a variável de classe é associada a gênero revela a existência de uma elevada desigualdade entre as pessoas situadas nas mesmas circunstâncias sociais, esta interseção permite explorar dimensões diferenciadas da desigualdade de gênero. Gênero, classe e raça são entendidos como divisões sociais geradoras de desigualdades.

Gênero é uma construção social usada para justificar as desigualdades, na qual as práticas sociais e culturais existentes na sociedade definem e constituem as pessoas como diferentes, de maneira socialmente significativa, fortalecendo e estabelecendo relações de desigualdade com base em tais diferenças. As relações de gênero fornecem indagações importantes sobre o lugar que homens e mulheres ocupam no mercado de trabalho. Não é possível entender a divisão sexual do trabalho profissional sem antes conhecer a divisão sexual do trabalho doméstico e, para além dele, a divisão sexual do poder e do conhecimento. Apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, do aumento do seu nível de escolaridade, ainda persistem graves obstáculos à sua inserção e permanência em igualdade de condições com os homens. Assim, é possível dizer que gênero também separa classe e raça. Gênero separa homens e mulheres de uma mesma classe e gênero, separa homens e mulheres em branco/as e negros/as, e essa separação gera e mantém desigualdades e discriminações no mercado de trabalho, pois as relações sociais são consubstancializadas e se reproduzem de diversas maneiras e com imenso dinamismo.

Para Kergoat (2010), a consubstancialidade é o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto das relações sociais, cada uma imprimindo sua marca na outra. Estas relações sociais são consubstanciais e não podem ser analisadas em uma única relação social, porque elas são móveis, ambíguas e ambivalentes, por isso não podem ser abordadas da mesma maneira. A consubstancialidade das relações sociais possui como propriedade essencial a coextensividade, pois ela se reproduz e coproduz mutuamente. As categorias analíticas procuram entender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, que precisa ser compreendida na dimensão de classe, gênero e raça, que apreende os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica, por isso não se pode argumentar no âmbito de uma única relação social. As relações de gênero, classe e raça são re-

lações de produção e nelas entrecruzam-se dominação, opressão e exploração, pois existe a apropriação do trabalho de um grupo sobre o outro.

O estudo no setor de edificações identificou que a consubstancialidade sobre o trabalho feminino, tanto no setor de acabamento como nas ocupações com cargos de chefia, tem sua origem na divisão sexual do trabalho, pois ela é a substância comum que possui uma força ou pressão contínua sobre as categorias de gênero, classe e raça. Essas variáveis são regidas e influenciadas pela divisão sexual do trabalho que estabelece as desigualdades e discriminações nesse mercado de trabalho de domínio masculino.

Nota-se, neste setor, uma intensa e bem definida divisão sexual do trabalho. As mulheres ainda ocupam poucos cargos e funções e estão localizadas em pontos opostos, nos extremos do processo produtivo, ou seja, estão nas ocupações de baixo rendimento do setor de acabamento ou nas ocupações de nível superior e algumas delas em cargos de chefia.

Nos canteiros de obras torna-se fundamental destacar o que essa separação ou divisão provoca nas relações de trabalho das mulheres, nas relações de gênero e nas relações de discriminação por cor.

As relações de classe estão intimamente ligadas com raça, que são marcadores de desigualdades entre mulheres que estão exercendo ocupações de engenheira e arquiteta no setor de edificação, assim fica claro que existe uma oposição e uma articulação dinâmica entre gênero, classe e raça que as classificam como inferiores às mulheres brancas. Desta forma, destaca-se que raça separa gênero e classe e suas relações de desigualdades são dinâmicas, uma impõem sua marca na outra e se reproduzem constantemente, pois essas relações são consubstancializadas.

A consubstancialidade na construção civil exerce um peso muito grande sobre as mulheres, principalmente por se tratar de ocupações tradicionalmente e majoritariamente masculinas, nas quais os direitos e poderes e as recompensas são desiguais, incidindo diretamente no processo de feminização e fortalecendo a segmentação das carreiras das mulheres. Mas mesmo diante de todos estes fatores e dificuldades, as mulheres estão cada vez mais presentes e ocupando diferentes funções e cargos.

Assim, é possível dizer que existe a consubstancialidade ou coextensividade porque a divisão sexual do trabalho separa o gênero, a divisão sexual do tra-

balho separa a classe, a divisão sexual do trabalho separa a raça e a separação de gênero, classe e raça mantém sólida e atuante a divisão sexual do trabalho nas relações sociais que promovem as desigualdades, opressão e exploração, porque ela é a substância comum em um círculo vicioso, cuja força é contínua e ininterrupta nas relações de trabalho. Essa consubstancialidade provoca e mantém sobre o trabalho feminino as desigualdades de poderes e direitos que incidem sobre os ativos produtivos, promovendo recompensas diferenciadas entre homens e mulheres no processo produtivo, na feminização do setor e na constituição das carreiras femininas.

A divisão sexual do trabalho não é a razão específica ou única das desigualdades no mercado de trabalho para as mulheres, existem outros fatores que atuam principalmente sobre classe e raça, como escolaridade, preconceitos, situação econômica e outros, o que se pretende enfatizar e destacar é que a divisão sexual do trabalho é o elemento comum, congruente, que permite a procriação, a manutenção de uma força que atua sobre gênero, classe e raça e reforça as desigualdades entre homens e mulheres no processo produtivo, no setor de edificação.

A divisão sexual do trabalho é o elemento congruente que coincide, que é correspondente, que é pertinente a gênero, classe e raça e estas variáveis ou categorias estão presentes e atuando sobre o trabalho feminino. A divisão sexual do trabalho é, portanto, a substância ou o elemento congruente que divide o gênero, que divide a classe e que divide a raça nas relações de trabalho entre o masculino e feminino. Assim, essa separação ou divisão mantém viva a consubstancialidade das relações sociais.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que nas relações de trabalho, a classe promove a desigualdade de gênero e raça, gênero promove a desigualdade de raça e classe, e a raça promove a desigualdade de gênero e classe entre os trabalhadores da construção civil porque as desigualdades não podem ser reduzidas a desigualdades isoladas e únicas, pois a consubstancialidade das relações sociais aumenta a intensidade das desigualdades, da exploração, da discriminação, das diferenças entre homens e mulheres no processo produtivo.

As oportunidades, os direitos e poderes são desiguais entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres: As engenheiras, arquitetas e técnicas em segurança no trabalho não recebem os mesmos salários que os colegas homens que ocupam o mesmo cargo em todas as ocupações.



O número de mulheres em cargos de chefia é significativamente menor na comparação com os homens. E é quase inexistente a presença de mulheres negras em cargos de chefia, estes são ocupados majoritariamente por homens brancos. As mulheres acumulam funções sem aumento de salários, seus corpos precisam ser invisíveis e precisam comprovar competência e autoridade constantemente. A gestão feminina segue o modelo masculino de autoridade e poder, as características consideradas femininas são vistas como inadequadas para o comando de uma equipe.

Nos cargos de baixa escolaridade do setor de acabamento, a classe promove a desigualdade de gênero e raça porque as trabalhadoras do setor de acabamento são contratadas como ajudantes de obra em sua grande maioria, com salários inferiores, mas acabam sendo remanejadas para outras funções como pedreira, ceramista e principalmente para a função rejuntadora que está ligada à limpeza dos apartamentos, depois do rejuntamento elas tem que fazer a limpeza para a entrega.

Muitas atividades no setor de acabamento exigem habilidades manuais, delicadeza e capricho, que são análogas ao serviço doméstico, por isso não foi encontrado nenhum homem no rejunte. As constituições de suas carreiras dependem da indicação do mestre de obra ou do encarregado para chegar a funções mais valorizadas e com salários mais altos.

## Considerações finais

A informalidade feminina no setor da construção civil no Brasil é grande, o que justifica dizer que o trabalho informal no setor é um dos grandes entraves para o processo de feminização. O trabalho na informalidade é maior nas ocupações escolarizadas, como arquitetas, engenheiras civis e técnicas em segurança no trabalho, e nas ocupações de baixa escolaridade atinge principalmente as pedreiras. A forma de contratação por prerrogativa da função atrapalha de maneira decisiva a entrada de mais mulheres nos canteiros de obras, pois o critério de seleção utilizado prevalece o do gênero masculino. As mulheres são destinadas, em sua grande maioria, para o setor de acabamento, onde o trabalho é manual, repetitivo, precário e intensivo, e o trabalho das rejuntadoras está ligado à limpeza, pois são obrigadas a fazer a limpeza final

dos apartamentos, ou seja, produzir e limpar possuem a mesma dimensão e assemelham-se ao trabalho doméstico, por isso não foi encontrado homens no serviço de rejuntamento.

A divisão sexual do trabalho reserva para as mulheres, na maioria dos casos, os trabalhos menos valorizados e marcados pelo dispêndio de forças e baixa remuneração. É evidente a relação entre o trabalho feminino e a informalidade, pois as mulheres têm sido atingidas enormemente pelo desemprego, forçando a sua inserção na informalidade, e desde de 1990, têm-se verificado maiores taxas de desemprego entre as mulheres do que entre os homens, o que aponta para uma reflexão entre gênero e trabalho. A presença feminina na informalidade tem se mostrado crescente nos últimos anos e é notório que a desigualdade de gênero é intensificada ao verificar que existem mais mulheres do que homens no emprego informal.

Na comparação entre mundo do trabalho e relações sociais de gênero, as demarcações da divisão sexual do trabalho apresenta-se, ainda, de forma intensa e corroborando para a precarização do trabalho feminino. Desta forma, a emancipação da mulher não é alcançada com a sua entrada no mercado de trabalho, vez que a sua condição de subalterna e explorada não permite uma situação diferente.

Na informalidade feminina na construção civil não existe nenhuma organização política entre elas e sua entrada e saída da informalidade no setor é constante, estão sempre buscando outras formas de geração de renda como complemento salarial.

O desenvolvimento tecnológico pouco impactou a organização do trabalho, as mulheres que trabalham na construção civil no Brasil na informalidade desejam, em sua grande maioria, a segurança do trabalho formal, com melhores rendimentos.

O trabalho informal na construção civil está diretamente relacionado com a sua cadeia produtiva. Com o *boom* da construção na última década, as mulheres tiveram um incremento em seus rendimentos, mas agora enfrentam um período de recessão e as suas condições de trabalho não melhoram, ou seja, a precarização se intensificou.

O processo de feminização do setor durante a década analisada, de 2007 a 2017, manteve-se contínuo e crescente, mas existem alguns entraves que

impedem o processo de ser mais intenso, como a informalidade, a forma de contratação por prerrogativa da função.

A segmentação das carreiras das mulheres é promovida pelas condições de gênero, raça e classe, suas carreiras não são lineares e existem longos períodos de estagnação causada pela maternidade, pelo preconceito de raça, dificuldades de ascensão a cargos de chefia e necessidade de comprovar competência constantemente. As mulheres que exercem funções de chefia que estão diretamente ligadas aos canteiros de obras enfrentam enormes dificuldades de comando, pois são consideradas pelos trabalhadores incompetentes tecnicamente, não sabem comandar, por isso acabam adotando o modelo masculino de gestão, utilizando características consideradas masculinas, como firmeza, falar alto, não chorar e ainda é preciso esconder seus atributos, pois o corpo feminino necessita tornar-se invisível para destacar a competência. Passam por assédio moral e sexual na constituição de suas carreiras. Para as mulheres negras, as desigualdades são ainda maiores, quando comparadas às mulheres brancas, destaca-se os salários mais baixos e maior dificuldade de ascensão aos cargos de chefia.

A palavra “postura” é destacada nos canteiros de obras como uma maneira correta de comportamento que as mulheres devem adotar, esse comportamento volta-se para a maneira de falar, vestir, se comportar em relação às brincadeiras e piadas.

As mulheres que estão no setor de acabamento também estão envolvidas com as mesmas dificuldades. Suas carreiras são segmentadas pelas questões de gênero, que as mantém nas funções de rejuntadoras e ajudantes de obra, mesmo possuindo cursos de qualificação para pedreira ou ceramistas, funções mais valorizadas e com maior remuneração. Seu crescimento profissional depende da indicação do mestre de obras ou do encarregado. Além desse fator, a segmentação das carreiras é verificada através de dois fatores: primeiro, falta de oportunidades para realizar outras tarefas e demonstrar capacidade; segundo, imposição para as rejuntadoras da limpeza dos apartamentos. Muitas mulheres com curso de qualificação como ceramistas, pedreiras de edificações, instalação hidráulica não são contratadas para essas funções, geralmente são destinadas para os serviços gerais (ajudante de obra) ou como rejuntadoras e ficam esperando uma oportunidade para progredir dentro da empresa.

A segmentação das carreiras das mulheres no setor de edificação se processa através dos obstáculos e barreiras para conseguir melhores cargos e salários que são promovidos pelas desigualdades, pela divisão sexual do trabalho, pelas condições impostas pelo casamento às mulheres, pelas obrigações domésticas, pelos assédios morais e sexuais e pela desconfiança técnica.

Nota-se uma intensa e bem definida divisão sexual do trabalho no setor de edificação, as mulheres estão localizadas em pontos opostos do processo produtivo, ou seja, estão no setor de acabamento nas baixas funções e nas ocupações de nível superior e algumas delas em cargos de chefia e ainda não ocupam todos os cargos e funções existente no setor, pois existe ainda um hiato ocupacional, que é um dos fatores que impede o processo de feminização de se desenvolver com maior amplitude.

A consubstancialidade entre gênero, classe e raça ampliam e reforçam as diferenças, estabelecendo hierarquias e poder diferenciados nas relações produtivas, dificultando a progressão feminina e a constituição de suas carreiras, tornando-as segmentadas e o processo de feminização no setor de edificações mais lento nas ocupações analisadas. A condição de inferioridade em uma relação de trabalho faz com que o indivíduo visto e tratado como desigual acabe possuindo menos oportunidade, menos direitos e poderes, dificuldades de acesso aos cargos de comando e, conseqüentemente, menor remuneração.

Pode-se afirmar que a organização do trabalho feminino e sua convergência entre gênero, classe e raça atuam para reduzir as oportunidades das mulheres na construção civil por meio de um complexo sistema de consubstancialidades e separações que exercem um forte controle e pressão desfavoráveis ao trabalho feminino. Esse sistema complexo de relações sociais afeta diretamente as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho, gerados por múltiplas desigualdades que interagem umas com as outras se fortalecendo continuamente, resultando em poderes e direitos desiguais como também nas desigualdades de recompensas produzidas pelos ativos produtivos.

Nesse contexto destaca-se a existência da consubstancialidade entre gênero, classe e raça, que juntos atuam reduzindo as oportunidades das mulheres de constituírem suas carreiras, cujos procedimentos são repletos de barreiras e obstáculos a serem vencidos constantemente. Sua convergência age de manei-

ra tão imbricada e entrelaçada que as desigualdades são intensificadas, porque uma está ligada à outra nas relações de trabalho.

Desta forma, as reduções das oportunidades das mulheres no setor de edificação são provocadas pela consubstancialidade das relações sociais entre gênero, classe e raça e ao mesmo tempo são também diminuídas pela separação de gênero, classe e raça, pois as desigualdades são fortalecidas por essa separação, que possuem na divisão sexual do trabalho a substância comum, que impulsiona uma força constante que mantém as discriminações, as opressões, as desigualdades sobre o trabalho feminino em um círculo vicioso.

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Teodora; LOMBARDI, Maria Rosa. *Trabalho informal, Gênero e Raça no Brasil do início do século XXI*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), v. 43, p. 452-477, 2013.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências desafios*. São Paulo: NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000. p. 13-58.
- BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M; HIRATA, H. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 323-354.
- CAGED. Portal Ministério do Trabalho. *CAGED outubro 2017*. Disponível em: <<https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>>. Acesso em: 23 nov. 2017.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, Iuperj, 2002.
- \_\_\_\_\_. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 58, junho de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n58/25627.pdf>>. Acesso em: 18 de jan. de 2018.
- \_\_\_\_\_. *As divisões socioeconômicas no Brasil à luz da abordagem sociológica de classe social: continuidade de um programa de investigação*. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt07-8/4389-jasantos-as-divisoes/file>>. Acesso em: 07 maio 2018.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classe, raças e democracias*. 2º ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça: interseccionalidade consubstancialidade das relações sociais*. Tempo social. São Paulo, v. 26 n. 1 Jun, 2014.
- \_\_\_\_\_; SEGNINI, Liliana, (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, (série Trabalho e Sociedade), 2007.
- \_\_\_\_\_. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

- \_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva e relações de gênero. *Revista latinoamericana de Estudios-deltrabajo*. Ano 4. n. 7. São Paulo: ALAST, 1998.
- \_\_\_\_\_; Danièle Kergoat. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.
- KERGOAT, Danièle. Consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, São Paulo, 2010, p. 93-103.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/sinapi/defaultindice.shtm>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. Estatística de Gênero – *Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=2101551>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- YANNOULAS, Silva. Introdução: sobre o que nós mulheres, fazemos. In: Yannoulas, Silva. (Org.). *Trabalhadoras Análises da feminização das profissões e ocupações*. Ied. Brasília: abaré, 2013.
- \_\_\_\_\_. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília: ano 11, n. 22. p. 271-292, jul/dez. 2011.
- LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira e Gerente: desafios enfrentados por mulheres em posição de comando na área tecnológica. In: COSTA, A.; SORJ B.; BRUSCHINI, C. HIRATA. H. *Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- \_\_\_\_\_. Formação e docência em Engenharia na ótica do gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização. In: Yannoulas, Silva. (Org.). *Trabalhadoras Análises da feminização das profissões e ocupações*. Ied. Brasília: abaré, 2013. p. 111-136.
- \_\_\_\_\_. *Engenharia, trabalho, e relações de gênero na construção de habitações*. (Coord.) Maria Rosa Lombardi, Adriano Moro e Fernanda Mandetta. São Paulo: FCC, 2019.
- SANCHES, Maria Aparecida S. Jorge. *Deslocamento do trabalho feminino e os novos contornos da divisão sexual do trabalho na construção civil em Anápolis e Goiânia*. Goiânia, 2015. 166 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Goiás.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho na construção civil no Brasil: feminização, segmentação e consubstancialidade*. Goiânia, 2019, 247 p. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Goiás.
- RAIS 2015. *Emprego formal em Goiás*. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/download/rais2015.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2017.
- TELLES, P.C.S. *História da Engenharia no Brasil século XX*, Clube de Engenharia. 1984.
- TOSTÕES, Ana. *Cultura e tecnologia na arquitetura moderna portuguesa em equipamentos e infraestrutura culturais. Cultura, origem e destino do movimento moderno*. Porto, Terceiro Seminário Docomomo Ibérico, 2002.
- WRIGHT, Erik Olin et al. *The debate on classes*. Londres, 1989.
- WRIGHT, Erik Olin. *Classcounts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A framework of class analysis in the marxist tradition*. In: *Alternative Foundations of Class Analysis*. 2001. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/found-c1.PDF>>. Acesso em: 07 maio 2018.

# Uberização: Manicures, motoboys e a gestão da sobrevivência<sup>1</sup>

Ludmila Costhek Abílio<sup>2</sup>

## Introdução<sup>3</sup>

A uberização do trabalho se refere a uma série de transformações do trabalho que não se iniciam com as plataformas digitais, menos ainda se restringem à atuação da empresa Uber. Esta é a atual multidão de mais de 600 mil motoristas no Brasil, que deram visibilidade a uma nova forma de or-

---

<sup>1</sup> Este artigo baseia-se em pesquisas empíricas com motoboys que realizei nas cidades de São Paulo e Campinas (Abílio, 2015, 2018a e 2019), além das entrevistas e análises feitas pelos pesquisadores Bruno Mota Braga, Mariana M. Serra Pereira e Prof. Dr. Marcelo Carneiro no âmbito do projeto Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo. As análises sobre o trabalho das manicures baseiam-se nas entrevistas e análises realizadas pela pesquisadora Juliana Andrade Oliveira para a pesquisa Informalidade; a pesquisadora também é autora do livro *Fazer a vida fazendo as unhas: Uma aventura sociológica pelo trabalho da manicure*, Amazon e-book, 2018.

<sup>2</sup> Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT- IE/UNICAMP). Coordenadora do projeto Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, desenvolvido como parte do projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

<sup>3</sup> Algumas passagens deste artigo que tratam da definição de uberização são uma versão atualizada e modificada da reflexão que apresentei na entrevista realizada por Ricardo Machado, “Uberização traz ao debate a relação entre precariedade e tecnologia”, publicada em 2017 na ed.503 da revista IHU *on-line*, e na entrevista concedida a João Vitor Santos, “Uberização: a edição da velha ideia de trabalho amador”, para o site IHU *on-line*, em agosto de 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591603-uberizacao-a-edicao-da-velha-ideia-do-trabalho-amador-entrevista-especial-com-ludmila-abilio>>.

ganização, controle e gerenciamento do trabalho, que resulta de processos que estão em curso no mundo do trabalho há mais de quatro décadas. Por essa perspectiva, é preciso compreender a economia digital como um campo poderoso de reorganização do trabalho, mas não perder de vista que na realidade ela catalisa processos que se referem: às reconfigurações do papel do Estado – seja na eliminação de direitos do trabalho, seja na eliminação das barreiras ao fluxo do capital (CHESNAIS, 1996); ao desemprego e a uma perda de formas do trabalho, que nos possibilitam pensar em novos sentidos para a informalidade, além de mudanças nas formas de subjetivação do trabalhador (LAVAL & DARDOT, 2016; DEJOURS, 1998). Além disso, a uberização está relacionada com a crescente imbricação da esfera do consumo na esfera do trabalho (ABÍLIO, 2014; RITZER, 2008), assim como com o encontro contemporâneo entre vigilância, coleta de dados, gerenciamento e exploração do trabalho (ZUBOFF, 2019). Por fim, a uberização nos possibilita ver que elementos recorrentemente considerados periféricos, desimportantes, por vezes até mesmo definidos como “pré-capitalistas” em pleno século XXI, estão hoje no centro dessa forma de organização e controle do trabalho, de modo generalizante.

Alguns componentes centrais tecem a definição de uberização. Primeiramente, a questão do desaparecimento do vínculo empregatício: a empresa não é reconhecida como empregadora e o trabalhador é apresentado como um parceiro; não há qualquer tipo de contrato de trabalho, por vezes nem mesmo de prestação de serviços. Um dos elementos mais intrincados para estabelecer uma perspectiva crítica é o da liberdade do trabalhador sobre seu próprio trabalho; de nossa perspectiva, trata-se de um autogerenciamento subordinado, em que o trabalhador administra seu tempo de trabalho e estratégias pessoais são importantes e constitutivas da execução e dos resultados econômicos de sua atividade, arca com uma série de riscos e custos, e segue tendo seu trabalho subordinado, controlado e gerenciado. Estamos assistindo a um processo global em larga escala, com diferentes especificidades, da formação de um trabalhador *just-in-time*, que segue subordinado ao mesmo tempo em que arca com riscos, com uma série de custos, e não conta com os direitos que vinham associados à exploração de seu trabalho, sendo-lhe delegado parte do gerenciamento sobre seu próprio trabalho (ABÍLIO, 2019b).



Empresas como a Uber se apresentam como simples mediadoras entre oferta e procura. Entretanto, nessa mediação elas definem os ganhos do trabalhador, definem e detêm os instrumentos de avaliação de seu trabalho, criam regras e formas de estímulo que operam como controles da produtividade do trabalhador. Na uberização, portanto, a empresa se livra do vínculo empregatício, mas mantém o controle, gerenciamento e vigilância sobre o trabalho.

Sintetizando, podemos afirmar que se trata da transformação do trabalhador em trabalhador *just-in-time*, ou seja, um trabalhador disponível ao trabalho que é utilizado na exata medida das demandas do capital. Esse trabalhador *just-in-time* torna-se responsável pelo gerenciamento de si próprio nessa disponibilização insegura de seu trabalho. Além de estar disponível quando demandado, ele tem de estabelecer estratégias pessoais que garantam a sua reprodução.

A novidade de ter uma multidão de trabalhadores “prestando serviços” para uma única empresa, a qual terceiriza o controle e o gerenciamento do trabalho ao mesmo tempo que detém a propriedade sobre eles e extrai lucro dessa relação, não é assim tão nova. Por exemplo, já era reconhecível no exército de 1,4 milhão de revendedoras de cosméticos da empresa Natura, mulheres que combinam as vendas com diversas outras ocupações e atividades, que gerenciam seu próprio trabalho, em um trabalho que nem mesmo tem a forma trabalho bem definida (ABÍLIO, 2014). Assim, quando associamos uberização à economia digital, às novidades promovidas pelas plataformas digitais, temos de pensar em seu solo, no exército de trabalhadores que vivem entre a ameaça do desemprego, o rebaixamento do valor da força de trabalho, os bicos, as jornadas duplas e até triplas: tudo isso também é parte do campo da economia digital, mas vai mais além dele e, na realidade, o precede.

## Uberização e novos desafios da informalidade

A uberização foi definida como um dos eixos da análise na pesquisa nacional sobre Informalidade, realizada no âmbito do projeto Reconexão Periferias. O projeto trabalhou com os desafios e impasses que sempre permearam a definição da informalidade, da economia informal, do trabalho informal, mas que se atualizam frente às novas formas de organização e regulação do trabalho (ABÍLIO, 2019a). Originariamente tratada como um sinônimo de pobreza,

recorrentemente associada às margens do desenvolvimento capitalista, a informalidade tende a ser compreendida mais como um negativo do trabalho formal do que um campo de produção de saberes, práticas e organizações. Entretanto, também se destacam perspectivas que a trazem para o centro do desenvolvimento capitalista, principalmente dos países da periferia (OLIVEIRA, 2003). As cadeias produtivas globais, as reconfigurações do Estado, os fluxos migratórios vão tornando mais complexas as definições de informalidade, demandando a compreensão de suas especificidades e igualmente de sua constituição, não como exceção, mas como parte do desenvolvimento e da acumulação capitalista (SASSEN, 1989, 1998; PORTES & HALLER, 2004; PORTES & HOFFMANN, 2003; PORTES, 1996). A flexibilização do trabalho em curso nos últimos quarenta anos já constitui um processo de informalização por dentro do trabalho formal, possibilitada por um papel promotor da precarização exercido pelo Estado e associado às inovações tecnológicas que permitem novas formas de organização e controle do trabalho.

A uberização do trabalho nomeia um amplo processo de informalização que traz mudanças qualitativas ao trabalho formal e informal, aos direitos, às formas de subordinação. Transformar o trabalhador em nanoempreendedor – melhor seria dizer, num autogerente subordinado – significa que as mediações que regulam seu trabalho não terão mais essa dimensão pública que pode estabelecer medidas, proteções e alguns freios à exploração.

A pesquisa sobre informalidade no Brasil contemporâneo lidou com todos esses elementos, tendo como objetivo maior a definição de parâmetros e conceitos sobre a informalidade como instrumento de análise a respeito da periferia. Ambas – informalidade e periferia – se definem mutuamente e foram abordadas por um deslocamento das noções de pobreza e marginalidade e das dualidades que as acompanham (tais como centro/margem, moderno/atraso, desenvolvimento/subdesenvolvimento, trabalho produtivo/improdutivo).

A pesquisa seguiu o método de estudo de trajetórias de vida (REVEL, 1998), buscando, a partir das narrativas e do tecido da vida dos entrevistados, ampliar a escala de análise para a compreensão da informalidade e como ela é experienciada pelos trabalhadores. Foram delimitadas algumas categorias ocupacionais para análise; dentre elas, verificou-se que a informalização do trabalho por aplicativos está presente na ocupação dos motoboys e das manicures. É preciso

ressaltar que, apesar de ausente nas entrevistas de outras categorias pesquisadas, ela também se faz presente no emprego doméstico e na construção civil. Para as manicures, o trabalho por aplicativo é incipiente; para os motoboys, já está operando há mais de cinco anos.

## Ser manicure uberizada: novas formas para dilemas permanentes

Recentemente, o trabalho das manicures funcionou como a porta de entrada jurídica para a legalização da uberização. Assim como já constatamos com as revendedoras da Natura, quando olhamos para ocupações tipicamente femininas vemos elementos centrais do que hoje denominamos flexibilização do trabalho (ABÍLIO, 2014 e 2018a). A Reforma Trabalhista, nas mais de 200 alterações que implementou na CLT, consolidou uma mudança na natureza do papel do Estado, que passa a operar como um promotor e garantidor da informalização do trabalho (KREIN *et al.*, 2018). Antes da apresentação do projeto de lei, o governo Temer implementou, em outubro de 2016, a Lei do salão e do profissional parceiros, a qual deixou evidente que a uberização vai muito além do campo da economia digital: pode estar lá, naqueles desimportantes (para muitas abordagens) centros de trabalho e consumo feminino que são os salões de beleza. A lei possibilitou que o salão se torne um provedor de infraestrutura para que suas “parceiras” trabalhem. Trata-se da legalização do modelo que tem potencial para se generalizar no mundo do trabalho, no qual empresas se apresentam como provedoras de infraestrutura e trabalhadores são legalmente considerados autônomos-parceiros, mesmo que as formas de subordinação estejam evidentes.

Atualmente, as manicures lidam com a possibilidade de serem legalmente transformadas em autônomas, trabalhando diariamente em um salão, com relações de subordinação explícitas. Em paralelo, surgem aplicativos para serviço de manicures, como a *empresa-aplicativo* Singu, que, segundo seu próprio *site*, já conta com mais de três mil trabalhadora(e)s cadastrada(o)s (Abílio, 2017). O aplicativo oferece serviços de manicure, pedicure e depilação, além de massagem e drenagem linfática. Para Clara – manicure entrevistada pela socióloga Juliana Andrade Oliveira no âmbito da pesquisa da informalidade – o aplicativo hoje

representa um meio para que otimize a utilização de seu tempo, ainda que isso signifique arcar com riscos e custos diferentes dos do salão. Vemos então dois tipos diferentes de informalidade: na primeira, a manicure não conta com as proteções associadas à CLT e está subordinada à figura facilmente reconhecível da(o) proprietária(o) do salão. Já para o aplicativo, as formas como a subordinação opera são mais difíceis de reconhecer e mapear; ainda que ela tenha seu trabalho permanentemente controlado, há um novo tipo de relação com o tempo de trabalho, com a definição da jornada, com riscos e custos.

Com 48 anos, Clara é separada e tem dois filhos; mora no centro de São Paulo. Trabalhou sem registro durante dez anos para um mesmo salão; para ela a possibilidade que teve de ser formalizada foi problemática e desvantajosa. Ganhava por serviço trabalhando diariamente em um salão; este retinha 60% do valor e assumia os custos com manutenção e higienização dos aparelhos; todo o restante cabia às manicures:

O salão entrava só com o autoclave para a gente esterilizar os alicates, os saquinhos do alicate ela dava, nessa época ela dava os saquinhos, bem no começo desse negócio do autoclave todos os donos davam os saquinhos, depois eles foram vendo que era muito gasto e foram tirando e jogando para cima da gente mesmo. Nessa época, a Proprietária dava a autoclave, a gente não precisava ter a nossa própria toalha, ela fornecia de uma empresa que levava as toalhas diariamente, e os saquinho, só isso. O resto era da gente (Oliveira, 2018, p. 05).

O salão tinha uma alta demanda, de forma que, mesmo arcando com alguns custos e não sendo formalizada, obtinha um bom rendimento. O estabelecimento foi vendido e a nova proprietária decidiu registrar as manicures seguindo o piso salarial da profissão, o que para ela significaria uma queda de mais de 50% em seu rendimento. Como analisa Oliveira (2018, p.06):

Se por um lado a proprietária garantiu uma renda para as trabalhadoras, por outro, não mudou o valor dos serviços prestados, e nem o ritmo de agendamento das clientes, aumentando em muito a sua margem de lucro. Por esse motivo, não só Clara como quase todas as outras manicures deixaram este salão.

Em sua trajetória como manicure, Clara já trabalhou como autônoma, não quis ser registrada quando isso representou um significativo rebaixamento

de sua remuneração e ainda trabalhou como empregada formalizada – mas sem ganhar um valor fixo, em uma espécie de “vínculo fictício”, como define Oliveira. Entretanto, independentemente de como o vínculo de trabalho era configurado, na realidade “a conduta dos patrões era exigir performance de um funcionário da empresa, e não de prestador de serviço autônomo ou subcontratado” (OLIVEIRA, 2018, p. 07). Como sintetiza sua entrevistada: “Mesmo que você não seja de carteira assinada ou seja de carteira assinada, você tem que ficar aí bonitinho, cumprindo o horário bonitinho, eles te põe, a lei deles, que você tem que ficar.”

Recentemente, Clara aderiu ao aplicativo Singu. Não trabalha mais para nenhum salão, diz ter uma renda média mensal de 3 mil reais. Para ela, o trabalho uberizado possibilita livrar-se da subordinação que descreveu acima. Estando no salão, o tempo da manicure é de uso do salão, o que pode significar extensão de sua jornada, ter de ficar até tarde no salão para contemplar a demanda das clientes, além de tempos ociosos – dada a remuneração por serviço executado, estes são tempos não pagos nos quais a manicure está disponível ao trabalho. Com o aplicativo, a própria manicure passa a gerenciar a distribuição de seu trabalho, a duração de sua jornada, os dias em que vai trabalhar. Obviamente um gerenciamento subordinado, visto que é o aplicativo que lhe faz a oferta de serviços, que define o valor, além de ter outros critérios e formas de controle. Assim, por ora o aplicativo representa para a trabalhadora uma possibilidade de se apropriar do gerenciamento de seu próprio tempo de trabalho. Esse gerenciamento também envolve riscos e custos. Ela arca integralmente com todo o material utilizado e os procedimentos de higienização, arca com todo o transporte que seu trabalho envolve – ou seja, uma parte importante da definição de sua jornada é a logística sobre o próprio trabalho, meios de transporte utilizados, distâncias etc.

Como analisa Oliveira (2018, p. 09):

Todo dia Clara acessa um *chat* eletrônico onde avisam dos serviços solicitados pelos clientes, e ela então escolhe qual vai aceitar fazer. Ela vê a localização de cada cliente e vai montando sua agenda, de acordo com o tempo que leva para cada deslocamento. O tempo da prestação de serviço é estipulado pelo aplicativo, mas o tempo entre uma cliente e outra é Clara que agenda, de acordo com sua experiência de

deslocamento pela cidade, e com o meio de transporte que ela tem a possibilidade de utilizar (...) Isso faz com que ela tenha controle da extensão da sua jornada de trabalho. Não está submetida a uma gerência de salão que lhe agenda uma cliente para o fim do dia e ela tem que aceitar. Ela sabe exatamente quando seu dia de trabalho vai começar e vai terminar, pois ela mesmo é a gerente da sua agenda.

Clara descreve para Oliveira seu autogerenciamento, evidenciando que o aplicativo lhe confere o poder de decidir sobre a distribuição de seu tempo de trabalho:

Digamos que essa [cliente] é oito da manhã, aí eu vou puxando, tem outra aqui na Santa Cecília, tipo umas onze e meia, vou e aceito, lá nas duas da tarde tem outra. Esta cliente que é pé e mão, Liberdade, eu vou e aceito, e assim vou enchendo a minha agenda. Eu já tenho noção do tempo, de uma cliente para outra, também de deslocamento de um lado para outro, então, a gente mesmo se programa, é tudo bonitinho e dá certo (...) Ah, eu não quero de saber de salão nunca mais. Sério. Você sabe por quê? Porque nessa empresa por aplicativo eu mesma sou a minha chefe, eu mesmo preencho a minha agenda, eu faço meus horários, atendo quantas clientes que eu quero, e pelo aplicativo eu sei que se sair de manhã, não vou chegar [em casa] dez da noite, como já aconteceu.

A empresa-aplicativo estabelece uma série de controles que também são meios de vigilância. Um grande problema para algumas empresas da uberização é quando o trabalhador conquista a confiança e o reconhecimento do cliente de modo que a relação de trabalho não precise mais passar pelo aplicativo. Para o trabalhador isso significa ser remunerado integralmente, sem ter de pagar a porcentagem para a empresa. Ciente de que o trabalho da manicure se dá em bases muito pessoais, ainda mais quando no domicílio da cliente, a empresa busca estabelecer meios de impedir que a manicure/cliente usem o aplicativo apenas como porta de entrada para estabelecer a relação. Uma forma de evitar isso é o controle sobre o tempo que a manicure fica na casa da cliente. Quando ela chega, é preciso “logar” e marcar no aplicativo que iniciou o serviço; isso garante o controle sobre o tempo que permanece com a cliente.

Em reportagem sobre a uberização do trabalho, a Agência Pública trouxe o relato de Célia, 48 anos, manicure há 18. Ela desistiu de trabalhar para o

aplicativo Singu após três meses de adesão. Quando iniciou, a remuneração pelo serviço era de 70%, o aplicativo retinha 30%. Depois passou a reter 40%. Na realidade, as relações de trabalho subordinadas às empresas-aplicativo têm uma indefinição sobre o valor abocanhado pelas empresas, os trabalhadores e as trabalhadoras individualmente não têm qualquer possibilidade de negociação nem clareza quanto às regras que determinam a comissão.

As plataformas digitais operam com novas lógicas. Ao ser transformado em um autônomo *just-in-time*, o trabalhador não é formalmente selecionado, nem mesmo contratado pela empresa. Isso não significa que não haja seleção ou que ele deixe de conviver com a espada do desemprego sobre sua cabeça. Pelo contrário, a ameaça de exclusão se assenta em novas bases, constante, mas sem forma definida, sem regras claras. As empresas-aplicativo não demitem, mas, além de ranquearem os trabalhadores e deterem o poder de definir quem terá acesso a qual trabalho, também podem bloquear o acesso de forma temporária ou permanente. Célia viveu essa experiência quando adoeceu: foi bloqueada no aplicativo: “Uma vez fui atender uma cliente e comecei a passar mal. Saindo de lá, desmaiei no meio da rua. Eu tinha mais clientes para atender no mesmo dia, mas avisei a empresa que não ia dar. Na mesma hora elas me suspenderam do aplicativo, tiraram todos os horários que eu tinha para o resto da semana”. Só foi desbloqueada quando comprovou que havia ficado doente: “Falei para elas que, se elas conseguem prever quando vão adoecer, parabéns para elas, porque eu não consigo”, diz. “Nunca acham que a gente está falando a verdade. É bem humilhante” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2019).

Em outra situação, a empresa determinou que não a remuneraria por um serviço prestado porque chegara atrasada: “Eu mostrei o endereço que tinham mandado para a cliente e ela disse que estava errado mesmo. Ela chegou até a ligar para eles, dizendo que não era minha culpa. Mesmo assim eles me cobraram pelo serviço, trabalhei de graça” (idem).

A pesquisa Informalidade deixou evidente que, em suas trajetórias, trabalhadores e trabalhadoras lutam permanentemente – na maioria das vezes de forma fragmentada e individualizada – para colocar limites aos riscos de seu trabalho, às instabilidades e ao rebaixamento do valor de sua força de trabalho. Em determinados momentos – seja na formalidade ou na informalidade – o trabalhador rompe com as relações de trabalho por não aguentar a carga de

trabalho, por viver situações que considera injustas. Isso acontece tanto com carteira assinada como sem ela.

Mário, 48 anos, motoboy há 18, já transitou por diversas profissões e diferentes relações de trabalho como motoboy. Há oito anos conseguiu realizar seu projeto de se tornar um trabalhador por conta-própria; estabeleceu sua cartela pessoal de clientes, o que para ele significou eliminar a mediação de empresas terceirizadas que não só exploravam seu trabalho como o colocavam em situações cotidianas de injustiça e humilhação. Tornou-se MEI, mostrando-nos que a informalidade pode se apresentar em algumas configurações como uma rota de fuga das relações de opressão e das injustiças que correm dentro da formalidade. Entretanto, o sucesso das empresas-aplicativo, aliado à crise econômica, atualmente coloca Mário em uma situação extremamente difícil. A moto está em condição irregular, o que o impede de aderir a um aplicativo; seus clientes cortaram despesas e também migraram para a entrega por aplicativo.

## Manicure de hoje, motoboy de amanhã?

A manicure Clara mostra que hoje sua situação está melhor do que a anterior como trabalhadora informal no último salão de beleza em que atuou, e não só em termos financeiros. Como vimos, com o aplicativo Singu encontrou a possibilidade de romper com a necessidade de subordinar-se à proprietária do salão, tornando-se ela própria quem define a distribuição e a duração de sua jornada de trabalho.

Sua situação remete à dos motoboys há alguns anos. Quando a empresa Loggi entrou no mercado, os que aderiram inicialmente tiveram com ela uma relação parecida com a da manicure com a empresa-aplicativo. Em pesquisa de campo realizada em 2014, encontrei motoboys que haviam saído de seus empregos, passando a trabalhar exclusivamente para a Loggi. Declararam-me rendimentos de até 7 mil reais. Naquele ano, trabalhar para o aplicativo também representava para o motoboy a possibilidade de romper com as formas de exploração praticadas pelas empresas terceirizadas e de gerenciar e definir a distribuição e duração da própria jornada, obtendo ainda ganhos superiores, na medida em que a empresa-aplicativo retinha uma parcela menor pelo



serviço prestado. Entretanto, após cinco anos, as condições de trabalho dos uberizados já se alterou profundamente.

Primeiramente é preciso compreender que as empresas-aplicativo podem/visam monopolizar setores econômicos. No caso dos motoboys, grande parte das pequenas empresas terceirizadas de entrega não consegue competir com as empresas-aplicativo; as de grande porte ainda conseguem se manter. Em segundo lugar, vai se estabelecendo uma concorrência entre os próprios aplicativos. A estratégia para ganhar mercado é rebaixar o valor do trabalho, garantindo preços mais atrativos para os clientes. Em um contexto de crise econômica, atravessado por aumento do desemprego e crescimento do trabalho informal, há um aumento da oferta de motoboys. O exército de entregadores vai mudando de perfil profissional, assim como a relação dos próprios trabalhadores com o trabalho.

Mauro, 39 anos, motoboy há 15, entrevistado no âmbito da pesquisa Informalidade, deixa evidente a degradação das condições de trabalho, o rebaixamento da remuneração— que vem acompanhado de extensão do tempo de trabalho, de adoecimentos físicos e psíquicos —e a ausência de perspectivas de melhora quanto ao próprio trabalho. Para ele, assim como para Mário, a mais nova empresa-aplicativo no setor de entregas, a UberEats, oferece praticamente trabalho escravo. Mauro prefere o da Loggi. Explica que a falta de opções está levando pessoas a se tornarem motoboys sem ter moto adequada nem conhecimento da cidade ou noções de segurança. Essa adesão se traduz em perda de força da categoria, que na fragmentação não consegue impedir o rebaixamento do valor de seu trabalho. Mauro mostra claramente o processo de monopolização e degradação das condições de seu trabalho:

Você vai até achar estranho de eu falar só Loggi, hoje eles conquistaram o mercado, tanto que você tem que trabalhar até meia noite, a carga horária aumentou... antigamente você tinha meta, eu particularmente e vários amigos meus, tinha meta de 300 reais por dia... ‘Eu vou fazer, tipo, até as 6 horas, no máximo até 7’... você conseguia... hoje não. É o que a gente fala, o cara quando não tem família, é solteiro, é diferente, ele trabalha até a hora que ele quiser, então hoje a Loggi está praticamente obrigando você ficar até meia noite, 11 horas na rua. (Abílio, 2018b)

Por meio de bonificações e desafios, em uma lógica que nos leva à definição de gamificação do trabalho (SCHOLZ, 2013), a empresa aplica instru-

mentos que colocam o trabalhador para trabalhar mais. Quando chove, por exemplo, o trabalho do motoboy se torna ainda mais arriscado, o autogerenciamento inclui colocar na balança a relação entre riscos e remuneração, o que para a empresa pode significar menor oferta de motoboys. Nesses períodos, ela oferece aumento do valor da hora de trabalho, mas um aumento que, também ele, nunca está garantido e se apresenta como premiação. Seguindo com Mauro:

se o tempo estiver chuvoso, igual hoje de manhã, eles mandam mensagem às 9 horas: das 10h até as 13h, fazendo 8 pedidos delivery você ganha mais 50 reais. Se você não fizer você não ganha o bônus. (idem)

Não há clareza sobre o funcionamento das regras e critérios de distribuição. O trabalhador vive disponível ao trabalho, sem saber como opera seu próprio recrutamento. Reconhece as estratégias da empresa para intensificar seu trabalho. Batalhando em um contexto de total incerteza, considera que é parte da programação a oferta de uma bonificação que não será possível alcançar:

Eu, você e outro motoboy estamos trabalhando lá, são 8 pedidos, eu e você fizemos 7, o outro motoboy fez 4. Para quem eles vão jogar a entrega? Para o outro motoboy (idem).

Mauro percebe seu próprio adoecimento em uma rotina feita da busca constante pelo trabalho – na espera de um chamado, na suposta aleatoriedade da distribuição das entregas, feita por regras que nunca estão claras; na necessidade de trabalhar mais horas por dia, de criar novas estratégias pessoais para garantir sua sobrevivência e a de sua família.

Antes tinha muita entrega, não tinha tanto stress, não era tão nervoso, hoje em dia você cansa mais andando de moto, gastando, sem ganhar nada, do que trabalhando. Por isso que eu falo, nesse último ano agora, pelo amor de Deus, o stress, nervoso, cansaço, as dores físicas nas costas, mental, piorou, porque você está andando mais de moto do que fazendo serviço, porque você tem que ficar rodando” (idem).

## Entre resistência e sobrevivência: dilemas e possibilidades do trabalhador uberizado

A uberização promove novas formas de organização do trabalho, que, da perspectiva aqui apresentada, instauram meios de degradação do trabalho, de instabilidade, de transferência de riscos e custos para os trabalhadores. Por um lado, instaura uma nova forma de concorrência entre trabalhadores, para os quais não há clareza sobre os critérios que organizam a distribuição do trabalho. Para Mauro, isso dificulta a união entre os motoboys:

Muda demais, se você perde uma corrida de 100 reais, 50 reais, para outra pessoa que está do seu lado, o clima já..., você não pode falar, você tem que pegar mudo e surdo, porque a concorrência está aí. A crise está aí, só que a concorrência está batendo ali lado a lado com a crise.

Entretanto, toda forma de dominação traz consigo formas de resistência, é isto que vemos em ato com motoristas Uber, com motofretistas, poderíamos aventar se também com a greve dos caminhoneiros— que, apesar de facilmente classificada como patronal, também foi uma greve nacional de trabalhadores autônomos.

Recentemente houve a primeira greve mundial de motoristas da Uber, no mesmo dia em que a empresa realizou sua abertura de capital. Nesse sentido, a dificuldade de reconhecer as relações de trabalho e a exploração desaparece quando os trabalhadores se organizam coletivamente. No caso da multidão de uberizados, trata-se de uma organização em rede que pode tomar dimensões gigantescas.

A pesquisa *Informalidade no Brasil contemporâneo* evidenciou que ocupações que têm no espaço público um local de trabalho tendem a facilitar o reconhecimento da categoria enquanto tal. É o caso dos motoboys: o espaço urbano torna-se seu espaço de convivência, de identificação, de articulação. Já no caso das manicures— ou como a pesquisa verificou com relação às domésticas—, as formas de articulação são mais complexas, na medida em que o trabalho se realiza no espaço privado e fragmentado, podendo ser até mesmo o espaço da casa.

Os motoboys contam com dois sindicatos em São Paulo; entretanto, nas entrevistas realizadas demonstram desconfiança e afastamento. Mas aderem a

novas formas de organização, que se fazem pelas redes, e podem ou não agir em parceria com os sindicatos. O relato de Mauro mostra os impasses e dificuldades para um trabalhador autônomo participar de organizações coletivas:

Porque funciona assim, tem mil na Loggi, no protesto vai 50, quando os outros 950 está estourando por aí fazendo entrega, eu já fiz isso, eu já fui em manifestação e não ganhei nada, e os caras ganhando rio de dinheiro. O dia que eu não fui na manifestação eu fiz 600 reais por dia.

## Informalidade, uberização e viração

A maioria dos entrevistados no âmbito da pesquisa apresenta um trânsito muito significativo entre trabalho formal e informal. Destacam-se as estratégias e oportunidades que se formam muito distantes de um plano de carreira ou de uma identidade profissional bem definida. Passam por diversos setores, as oportunidades vão surgindo e sendo aproveitadas por meio de indicações de familiares, amigos, sindicato, entre outros. Em alguns casos, mais do que trânsito, há uma simultaneidade. O motoboy Mário, por exemplo, é sacoleiro e motoboy ao mesmo tempo. Combina as entregas com a compra e venda de mercadorias ao longo de sua jornada, estabelecendo uma espécie de retroalimentação e capilarização entre as duas atividades.

A uberização do trabalho torna-se mais relevante quando a compreendemos não apenas como mais uma forma de flexibilização do trabalho, mas como uma subordinação produtiva centralizada de um modo de vida que é o da periferia, o qual agora vai se generalizando. Portanto, a uberização também poderia ser designada como informalização das relações de trabalho (inclusive do trabalho formal), mas um novo tipo de informalização, na medida em que a “viração” (TELLES, 2006; ABÍLIO, 2014) que costura – e sempre costurou – a sobrevivência de grande parte da população brasileira agora é subordinada de forma produtiva, organizada, centralizada, monopolizada. O estabelecimento de estratégias pessoais, o trânsito por diversas ocupações, o acúmulo de diferentes tarefas, a incerteza sobre as próprias condições de sobrevivência não são novidade para esses trabalhadores e não se iniciam com a uberização.

Observando motoboys e manicures, vemos que, longe de terem uma trajetória linear e definida, esses trabalhadores transitam por diferentes ocupações, formais e informais, além do envolvimento com empreendimentos familiares. No caso dos primeiros, sua trajetória ocupacional é amplamente variada, sendo a ocupação de motoboy a que permanecem por mais anos.

Tabela 01: Trajetória ocupacional de motoboys e motogirls em São Paulo

	Idade (anos)	Condição atual	Atividades que desempenhou antes de ser motoboy
<b>Motoboy 01</b>	34	Motoboy autônomo por aplicativo	Trabalho na roça Padaria Motorista de caminhão
<b>Motoboy 02</b>	45	Motoboy autônomo/ Vendedor ambulante	Repositor em supermercado Metalúrgico Promotor de vendas Reparação e pintura de casas Atendente da Empresa Claro Soldador Sacoleiro
<b>Motoboy 03</b>	33	Motoboy contratado por terceirizada (formal)/ Autônomo por aplicativo/	Confeiteiro Ajudante de pedreiro Vendedor em loja de matéria de construção Vigilante
<b>Motoboy 04</b>	40	Motoboy contratado por terceirizada (formal)	Serviço de limpeza Porteiro Cobrador de ônibus Eletricista
<b>Motogirl 01</b>	33	Motogirl contratada por terceirizada (formal)/ Autônoma por aplicativo/ Informal para pizzaria	Copeira Atendente Coordenadora de clínica de apoio a usuários de drogas

Esse resultado conflui com outras pesquisas que demonstram que a vida profissional dos trabalhadores periféricos não pode ser compreendida pelas categorias estanques de trabalho formal/informal (CARDOSO, 2013; TELLES, 2006). A noção de empreendedorismo e de “ser chefe de si mesmo” pode ser então deslocada para a de uma permanente gestão pela sobrevivência, a qual é historicamente constitutiva do viver na periferia.

No caso brasileiro, os elementos que na realidade são constitutivos da vida de grande parte da classe trabalhadora— em outras palavras, que são estruturais em nosso mercado de trabalho— agora passam a ter visibilidade. Porém, mais do que isso, passam a ser elementos importantes em uma forma de gerenciamento do trabalho que deles se apropria de forma racionalizada e centralizada.

## Referências

- ABILIO, L. *Sem maquiagem: O trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. v.01,p.240.
- \_\_\_\_\_. *Segurando com as dez: o proletário tupiniquim e o desenvolvimento brasileiro*. Relatório Final de Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo: FEA-USP/FAPESP, 2015.
- \_\_\_\_\_. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. In: *Blog da Boitempo*, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- \_\_\_\_\_. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. In: *Revista Margem esquerda*. São Paulo: Boitempo, n.31, p. 54-61, 2018a.
- \_\_\_\_\_. Pré-análises das entrevistas com motoboys. Projeto Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, Projeto *Reconexão Periferias*, Mimeo, 2018b.
- \_\_\_\_\_. *Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo*. Relatório final de pesquisa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019a.
- ABÍLIO, L. (2019b).
- AGÊNCIA PÚBLICA. *A uberização do trabalho é pior para elas*. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/05/a-uberizacao-do-trabalho-e-pior-para-elas/>> 28.05.2019. Acesso em: 21 fev. 2020.
- BRAGA, B. Pré-análises entrevistas motoboys. Projeto Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, Projeto *Reconexão Periferias*, Mimeo, 2018.
- CACCIAMALI, M. Globalização e processo de informalidade. *Economia e sociedade*. 14, 153-175, junho, 2000.
- CARDOSO, A. *Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CARNEIRO, M.& PEREIRA, M. Pré-análises entrevistas motoboys. Projeto Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, Projeto *Reconexão Periferias*, Mimeo, 2018.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- KREIN, J. D.; ABILIO, L. C.; FREITAS, P.; BORSARI, P.; CRUZ, R. Flexibilização das relações de trabalho: Insegurança para os trabalhadores. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região*, 2018, v.52, p. 41-66.
- LAVAL, C. & DARDOT, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

- OLIVEIRA, J. Pré-análises entrevistas manicures. Projeto Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, Projeto *Reconexão Periferias*, Mimeo, 2018.
- PORTES, A. Globalization from below. In: SMITH, W.P.; KORCZENWICZ, R.P. (orgs.). *Latin America in the world economy*. Westport: Greenwood Press, 1996. p. 151-168.
- POCHMANN, M. & ANTUNES A. Uberização leva à intensificação do trabalho e à competição entre os trabalhadores. EPSJV/Fiocruz, 09.11.2016. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- PORTES, A. & HALLER, W. La Economía Informal. *CEPAL: Serie Políticas Sociales*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2004.
- PORTES, A. & HOFFMANN, K. Latin America class structures: Their Composition and Change during the Neoliberal Era. *Latin American Research Review* 38(1): PAG., 2003.
- REVEL, J. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RITZER, G. *The McDonaldization of Society*. Londres: Sage, 2008.
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- \_\_\_\_\_. New York City's Informal Economy. In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (orgs.). *The informal Economy. Studies in advanced and less developed countries*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1989.
- SCHOLZ, T. (org.). *Digital labor: The internet as playground and factory*. Londres: Routledge, 2013.
- TELLES, V. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo social*, n.18, v.1, 2006, p. 173-95.
- ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F., CARDOSO, B., KANASHIRO, M., GUILHON, L., MELGAÇO, L. (orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.





## Percepções da informalidade: sobre representações e experiências

*Felipe Rangel*

Há certo consenso nos debates da sociologia econômica e do trabalho de que o fenômeno da informalidade tem se complexificado nas últimas décadas<sup>1</sup>. Tal processo tem animado uma série de estudos sobre o tema, considerando a emergência de uma “nova informalidade” (LIMA, 2013), entendida não como oposta, mas como eminentemente conectada à fragilização do trabalho formal (em termos objetivos e simbólicos). A pesquisa *Trajetórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo*<sup>2</sup> compõe parte desses esforços de compreensão das expressões atuais da informalidade e do “trabalhador informal”.

---

<sup>1</sup> A noção de informalidade esteve historicamente conectada aos estudos de populações pobres que se inserem economicamente por fora das relações salariais de trabalho. Segundo Luiz Antônio Machado da Silva (2002), até meados da década de 1970, a informalidade era percebida como algo residual do subdesenvolvimento das economias capitalistas periféricas, e que acabaria sendo superado durante o processo de modernização. Como observa Azaïs (2012), o modelo europeu aparecia como “tipo-ideal”. No entanto, o peso das formações sociais diferenciadas se mostrou um obstáculo para a efetivação dos cenários vislumbrados tanto pela perspectiva funcionalista da modernização quanto por análises mais elaboradas que trataram do trabalho informal sob os termos de “exército industrial de reserva” e “massa marginal” (NUN, 1969), “trabalho por conta própria sob o capital” (PRANDI, 1978) ou como formas de “subsistência urbana” das quais se alimentou a expansão industrial pós-década de 1930 (OLIVEIRA, 2003).

<sup>2</sup> Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo no âmbito do Projeto Reconexões Periferias em 2018, da qual participei da fase de coleta de dados. Disponível em: <<https://>

Neste texto, proponho dialogar diretamente com esta pesquisa, discutindo alguns de seus objetivos e resultados. Tratarei, principalmente, do que se refere às percepções e envolvimento subjetivo do “trabalhador informal”, que balizam expectativas construídas a partir da inserção na informalidade; e, considerando o caráter fundamentalmente qualitativo da pesquisa, buscarei refletir sobre a importância analítica de se considerar, efetivamente, a informalidade como fenômeno multiforme e constituído por experiências radicalmente distintas.

Para isso, vale recuperar um lugar comum nas premissas anunciadas de estudos sobre informalidade que, muitas vezes, acaba sendo negligenciado no momento das análises: a heterogeneidade daquilo que nomeamos como trabalho informal. A própria pesquisa em questão evidencia tal caráter heterogêneo, visto que tratamos como representativas do trabalho informal categorias tão distintas como trabalhadores no setor de construção, vendedores ambulantes, motoboys, trabalhadoras domésticas e manicures.

Ainda que reflexivamente consideremos o contrário, há um pressuposto de homogeneidade que justifica a análise conjunta de categorias de trabalhadores e atividades tão diferentes. Em comum, pode-se dizer que essas ocupações possuem a característica de historicamente figurarem como trabalhos pouco regulamentados ou como ocupações que favorecem a não regulamentação. Além disso, são ocupações que ativam a representação social produzida pela experiência histórica dos países periféricos que associa, quase diretamente, informalidade e pobreza, reificando a suposta relação entre ambas as categorias. É essa abstração que permite aglutinar como representantes do “trabalhador informal” uma empregada doméstica que iniciou sua vida profissional aos 10 anos de idade, “emprestada” à outra família em troca de comida e abrigo; um motoboy que chegou a ganhar 6 mil reais e atualmente está endividado; uma vendedora ambulante de bebidas que, desempenhando sua atividade, é chefe de uma família com três filhos adultos; e, também, um jovem “camelô” em São Paulo que, com a renda da ocupação, comprou apartamento e terrenos e afirma não trocar sua atividade por qualquer emprego assalariado<sup>3</sup>.

---

fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/pesquisa-aponta-trajetorias-da-informalidade-no-brasil/>. Acesso em: 29set.2019.

<sup>3</sup> Todos os casos mencionados fazem parte do conjunto de trajetórias de trabalhadores recuperadas pela pesquisa *Trajetoórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo*.

Se, por um lado, há, de fato, relação entre constrangimentos materiais e a inserção nessas ocupações, os modos como a situação de informalidade conformam concretamente as experiências e são elaborados, subjetivamente, por esses sujeitos tendem a ser substancialmente distintos. E essa perspectiva tem efeitos teóricos e políticos importantes, visto que reconhecer as diferenças profundas que existem entre as trajetórias sociais, condições de trabalho concretas e percepções dos sujeitos – aspectos não dedutíveis uns aos outros –, significa problematizar representações consolidadas do trabalhador na informalidade. Por exemplo, concebê-lo previamente como alguém numa situação de vulnerabilidade, que garante sua sobrevivência enquanto espera uma oportunidade no mercado de trabalho formal. A própria ideia de que o trabalhador informal desejaria ter seu negócio formalizado, muito presente no senso comum, foi questionada pelos resultados da pesquisa, que demonstrou sua relativização em função das categorias de trabalhadores e trajetórias sociais dos sujeitos.

Proponho, então, tratar a noção de informalidade não como uma categoria de análise, a partir da qual uma miríade de experiências podem ser classificadas conjuntamente, mas como um objeto de reflexão. Refiro-me aqui à informalidade enquanto “noção” – e não como conceito – para destacar sua importância no nível da representação social, que impacta em percepções e sentimentos quase sempre qualificados no negativo. Tratar a informalidade como representação permite considerar seus pressupostos não refletidos, que tendem a negligenciar as relações de interdependência – ou mesmo “hibridização” (AZAÏS, 2012) – entre o classificado como informal e tudo aquilo percebido como seu avesso virtuoso.

Temos então que a informalidade é uma noção histórica eivada de conteúdos normativos – informados pela imagem do funcionamento ideal das relações de trabalho e da economia formal –, mas que têm se alterado nas últimas décadas, frente às transformações do mundo do trabalho contemporâneo<sup>4</sup>. É

---

<sup>4</sup> Em linhas gerais, considero aqui a análise de Machado da Silva (2002), que discute as transformações estruturais e culturais no mundo do trabalho nas últimas décadas, considerando a perda de consenso em torno de um modelo de desenvolvimento nacional pautado na tríade industrialização, expansão do assalariamento e ampliação dos direitos sociais. Situação a partir da qual a condição de instabilidade característica do mundo do trabalho atual tem se naturalizado e o “quase conceito” de informalidade tem perdido sua capacidade explicativa e sua força política de crítica à precariedade do mundo do trabalho.

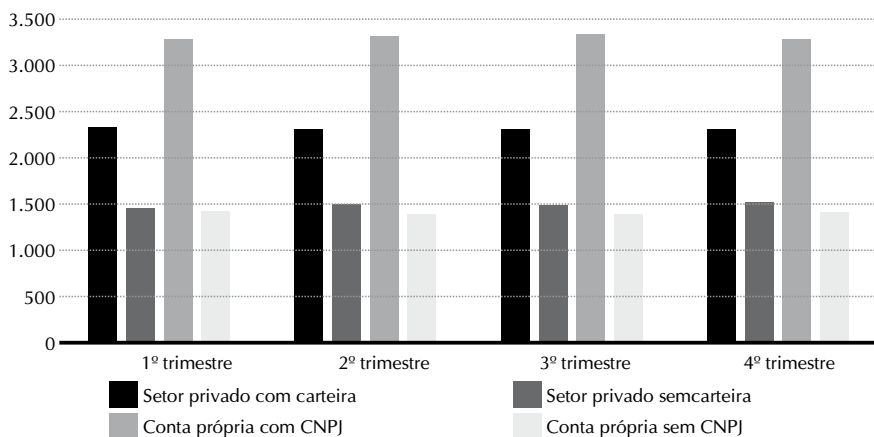
por conta desse caráter genérico, que mais aponta inadequações com relação ao referencial normativo do mundo do trabalho do que explica efetivamente situações empíricas, que o uso da categoria informalidade carece sempre de desagregações e referências a estudos de caso (LIMA; SOARES, 2002).

Assim, considerando essas dimensões do debate sobre informalidade e atribuindo importância fundamental para sua expressão empírica e no que se refere às percepções dos trabalhadores sobre a vida cotidiana, acredito ser possível escapar de uma análise miserabilista do trabalho informal sem, no entanto, embarcar em sua romantização propalada pela retórica do empreendedorismo.

## Percepções sobre a informalidade e a centralidade das experiências

Assim como verificado nos resultados da pesquisa *Trajetórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo*, uma série de estudos já constataram que o trabalho na informalidade, em comparação com o trabalho regulado, tende a ser marcado por condições laborais mais intensas, rendimentos mais baixos e instáveis e insegurança física e econômica dos trabalhadores. A diferença nos rendimentos é facilmente verificada pelas estatísticas de rendimento médio entre ocupações formais e informais, assalariadas ou autônomas.

Rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas em 2019 (R\$)



Fonte: IBGE

Dado esse relativo consenso, estatisticamente fundamentado, acerca da situação média do trabalho informal (em suas variáveis mensuráveis), a principal questão levantada pela pesquisa em questão foi a indagação sobre as percepções desses trabalhadores inseridos na informalidade. O fundamento do problema se dá pelo reconhecimento de que discursos positivos sobre o trabalho e expectativas ambiciosas de futuro não raro são elaborados por trabalhadores em ocupações informais.

O fato é que se no debate acadêmico e político são fartas as evidências da precariedade e instabilidade que imperam na informalidade, essa percepção não é partilhada no mesmo grau ou com relevância semelhante na vida cotidiana de grandes contingentes de trabalhadores. Podendo ser, inclusive, contestada, no plano dos sujeitos, por evidências empíricas de suas trajetórias individuais concretas. Mesmo a desigualdade de renda entre trabalho formal e informal, facilmente ilustrada no gráfico acima, tende a não ser tão evidente na vida cotidiana de trabalhadores inseridos em determinadas condições de trabalho não regulado.

O argumento da desigualdade de renda em função do modo de regulação do trabalho tende a ser pouco validado na realidade empírica de contingentes de trabalhadores pouco escolarizados ou qualificados, mas que atingem rendimentos substancialmente acima daqueles recebidos por pessoas inseridas em empregos formais de baixa qualidade. Situação essa verificada em uma série de pesquisas na indústria de confecções (LIMA; SOARES, 2002; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; LIMA; RANGEL, 2019), com mercados ilícitos (FELTRAN, 2019), no comércio popular (RANGEL, 2019), dentre muitas outras.

Nesse sentido, uma chave de compreensão para essa questão é considerar que as inserções no mundo do trabalho são forjadas em experiências individuais e comunitárias marcadas pela relação entre toda uma sorte de constrangimentos materiais e as expectativas plausíveis de serem traçadas sob essas limitações. Como observa Cardoso (2016), para a maioria dos trabalhadores, a escolha possível é encontrar em dada estrutura de oportunidades, aquelas possibilidades de vida e trabalho que se mostram mais compatíveis com suas qualificações, aspirações e necessidades. Na perspectiva daqueles que procuram uma inserção econômica, o mundo se apresenta então como um complexo repertório de possibilidades – com oportunidades e barreiras –, apenas em parte controladas pelos agentes.

No entanto, é justamente nessa pequena margem de “escolha” que são construídas as percepções sobre o mundo do trabalho e as expectativas que se podem extrair dele. Negligenciar essa margem relativa de liberdade é negar a capacidade de reflexão e agência dos trabalhadores e, conseqüentemente, significa compreender menos o mundo social.

Reconhecer que as experiências no mundo do trabalho são produtos de tensões entre limites socioeconômicos e tomadas de decisões – ao mesmo tempo conectadas e não redutíveis a essas limitações –, torna ainda mais complicada a empreitada de se alcançar uma resposta suficiente para perguntas acerca das percepções do “trabalhador informal” (assim, no geral). Elaborar as perguntas sob esses termos, querendo ou não, pressupõe a possibilidade de avaliações mais ou menos uniformes das experiências na informalidade.

Se dentre as diversas ocupações investigadas pela pesquisa, selecionarmos apenas uma delas, perceberemos que mesmo no interior de um conjunto percebido como homogêneo se encontram situações de trabalho profundamente distintas, quase incomparáveis. Este é o caso da categoria “ambulantes”. Observemos o caso de dois trabalhadores entrevistados. Em comum, ambos largaram os estudos para trabalhar e as duas experiências estão inseridas no universo do chamado “comércio popular”.

A primeira é uma mulher negra, de 51 anos, residente da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Ela estudou apenas até a quarta série. Sua trajetória inclui a inserção no mundo do trabalho como doméstica, um histórico de violência conjugal em um casamento com um traficante de drogas – em cujas atividades ela chega a se envolver – e, atualmente, o trabalho como camelô vendendo bebidas em eventos e nas ruas cariocas<sup>5</sup>. A realidade do exercício do trabalho é marcada pela precariedade: longas jornadas, falta de acesso a banheiros, instabilidade dos ganhos, apreensões de mercadorias e objetos de trabalho e exposição à violência e arbitrariedade dos agentes do Estado. Ainda assim, a renda desse trabalho foi o que permitiu à ambulante construir sua casa e ainda se posicionar como a principal provedora da família, mesmo com os filhos adultos.

---

<sup>5</sup> Uma análise mais detalhada da trajetória desta trabalhadora pode ser encontrada no artigo de Beatriz Pereira dos Santos e Ramón Chaves (2019).

Situação diferente é a de outro trabalhador entrevistado na pesquisa. No caso, um rapaz branco, de 25 anos, nascido no norte de Minas Gerais, residente no centro de São Paulo e comerciante na “Feirinha da Madrugada” do Brás – o que, dada a fixidez do negócio, torna estranha a própria categorização de sua ocupação como “ambulante”. Sua trajetória ocupacional se inicia trabalhando na “roça”, junto com o pai e os irmãos, na propriedade da família. Ele tem apenas o ensino fundamental completo. Atravessando situações esporádicas de trabalhos assalariados, formais e informais, que sempre o possibilitaram ganhos pouco maiores do que o salário mínimo, é com a oportunidade de assumir um boxe na Feirinha da Madrugada, com a ajuda de uma tia, que ele passa a ascender economicamente. Com a renda desse trabalho, comprou um apartamento no Brás, no centro de São Paulo, terrenos em sua cidade natal, um carro Mitsubishi e mantém o filho de 2 anos na escola particular.

Tendo em vista essas duas diferentes formas de inserção no trabalho, aglutinadas sob a categoria dos trabalhadores informais, não é de surpreender que as percepções relativas ao trabalho, emprego com carteira assinada ou expectativas possam ser distintas. Apesar de não redutíveis às condições objetivas, as percepções não podem ser desvinculadas da substancial diferença nas trajetórias ocupacionais, situações de vida e da própria materialidade do exercício concreto do trabalho.

Como o caso da vendedora ambulante, há certo ressentimento por não ter conseguido um emprego formal quando era jovem (e deseja isso para os filhos), apesar de anunciar relativa satisfação com o atual trabalho. As contradições se verificam justamente na imagem de segurança do trabalho formal, colocada em dúvida pela própria entrevistada, e nos limites estruturais para sua inserção produtiva, em que o próprio trabalho de ambulante passa a ser positivado frente às alternativas disponíveis, principalmente quando levamos em conta os aspectos financeiros. A trabalhadora conta com uma remuneração mensal estimada em cerca de 3 mil reais, valor substancialmente acima do que ela atingiria no mercado formal com sua qualificação e nível de escolaridade<sup>6</sup>.

No caso do rapaz, a possibilidade de ingresso em um emprego assalariado passa longe de suas ambições, justamente pela baixa remuneração que percebe

---

<sup>6</sup> Informações retiradas da análise da entrevista realizada por Beatriz Pereira dos Santos e Ramón Chaves para a pesquisa *Trajelórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo*.

no repertório de empregos presentes no seu horizonte de expectativas (tendo em vista sua pouca escolaridade), e pela possibilidade de relativa autonomia ao trabalhar para si mesmo no comércio popular. Sua experiência mais marcante com um trabalho formal foi um emprego em um açougue, no qual permaneceu apenas alguns meses. Segundo ele, porque a remuneração era baixa.

Eu queria trabalhar para mim e ganhar dinheiro, porque lá no açougue eu ganhava salário [mínimo]. [...] O salário estava oitocentos e noventa, novecentos. [...] No açougue você ganhava um salário, e tem a possibilidade de ter um comércio, trabalhar para você e não depender de ninguém. Melhor trabalhar para a gente, que é individual.

Em muitos casos, a positividade do trabalho informal aparece se contrapondo justamente à situação de submissão que caracteriza o trabalho assalariado. Submissão que não é apenas relacionada à hierarquia das funções dentro de uma empresa, mas também à indissociável submissão subjetiva, que tende a vir atrelada à situação de venda da força de trabalho. É a obrigação não contratual de se submeter a todo um conjunto de ofensas, humilhações e reprimendas percebidas como injustas.

É certo que a intensificação da busca pela sensação de autonomia está relacionada às transformações sociais das últimas décadas, tanto nas formas de gestão do trabalho quanto na exaltação ideológica do sujeito flexível, “empreendedor de si” (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2009), mesmo quando inserido em condições precárias. Nessa dimensão, a autonomia aparece mais como consequência das transformações na organização do trabalho do que o resultado de decisões individuais.

Todavia, é pertinente observar também que, para além das situações concretas de autonomia efetiva no exercício do trabalho ou a ausência desta, há uma dimensão da experiência subjetiva em que a autonomia é geralmente positivada, a partir dos “intervalos de sentido” atribuídos na vida cotidiana (FELTRAN, 2017). Somando-se à variedade das formas de ganhar a vida na informalidade, isso termina por inviabilizar uma análise qualitativa geral das percepções do “trabalhador informal”, o que, como categoria genérica, também merece reflexão.



## Problematizando o informal e os riscos das “formalidades”

Retomando a questão central da pesquisa *Trajétórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo* – “Quem são, como vivem e o que pensam os trabalhadores e trabalhadoras informais das periferias do Brasil?” –, parece-me que tão importante quanto reconhecer as formas divergentes de se experienciar e valorar o trabalho na informalidade é refletir sobre a própria pertinência da categoria “trabalhador informal”.

Como consta nos resultados da pesquisa, um dos principais aspectos que marcam as trajetórias dos chamados trabalhadores informais é o trânsito entre atividades, ocupações e práticas formais e informais. Sendo assim, qual o critério de definição do que vem a ser o “trabalhador informal”? No limite, termina sendo o momento de sua trajetória em que este foi interpelado pelo pesquisador.

Parte desse problema de categorização reside numa percepção de que formal e informal são polos opostos, configurando, como resume Cardoso (2016), diferentes mercados de trabalho, com lógicas de operação distintas, diferentes formas de remuneração e circulação de pessoas, mercadorias e capital. Há certa concepção (mais semiconsciente do que teórica) de que a informalidade poderia ser separada do seu avesso virtuoso (o “formal”) por fronteiras relativamente bem definidas, que determinariam práticas cujos conteúdos responderiam aos regimes normativos de cada “setor”: no formal, o imperativo das leis e regulamentos institucionalmente definidos; no informal, o improvisado, a “malandragem” e o recurso à ilegalidade como expediente ordinário e condição de existência.

Contudo, pelo menos desde o trabalho seminal de Oliveira (2003), a relação entre os mercados formais e informais passou a ser tratada com maior complexidade, na medida em que se reconheceu que os mercados informais terminam por contribuir para o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, uma interdependência que garante melhores padrões de competitividade para as empresas formais. Observando pelo “ângulo das práticas”, Azaïs, Telles e Kessler (2012) vão argumentar que nas economias urbanas pessoas e mercadorias circulam constantemente pelas fronteiras porosas das formas de trabalho e estratégias de sobrevivências consideradas formais e informais,

implodindo essas classificações nos contextos situados. O mesmo foi verificado por Lima e Soares (2002) em territórios produtivos de confecções em que formalidades, informalidades e mesmo criminalidades óbvias se misturam em meio a estigmas de precariedade e exaltação de práticas empreendedoras.

Se voltarmos ao caso do comércio popular, isso fica evidente. A partir de pesquisas realizadas em mercados de comércio popular em diferentes cidades brasileiras (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; RANGEL, 2019) tem sido verificado que através da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI)<sup>7</sup>, muitos trabalhadores antes considerados informais adquiriram estatuto formal para seus negócios. No entanto, isso não significa a plena inserção das atividades em bases formais. Em qual estatuto formal inserir um comerciante MEI que vende artigos piratas e/ou contrabandeados? Ou alguém que produz e comercializa mercadorias por cadeias que envolvem trabalho em condições análogas à escravidão? O MEI formaliza aspectos de determinadas atividades inseridas em relações socioeconômicas informais e ilegais, mas que mantêm esses elementos como condições para o seu funcionamento.

Contudo, observar que dispositivos como o MEI, enquanto um instrumento de formalização de determinadas atividades, termina por nublar de outras maneiras a relação formal-informal me parece algo distinto de reconhecer nessa figura jurídica um mecanismo de “informalização”, como sinônimo de precarização, ideia contida nos resultados da pesquisa *Trajetórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo*. Sem dúvida, como observam Marques *et al.* (2018), estamos diante de um cenário em que as relações formais de trabalho têm perdido garantias, estabilidade e direitos com os quais esteve historicamente associada – mais nos contextos históricos de países com Estado Social do que no Brasil, efetivamente. Ao inserir em um registro legal via empreendedorismo segmentos historicamente informalizados, o MEI amplia um modelo de reconhecimento de direitos – agora tratados como “benefícios” – numa

---

<sup>7</sup> O MEI é uma figura jurídica criada através da lei complementar 128/2008. Esse programa deu continuidade à trilha aberta desde 2006, quando da criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que buscou oferecer condições diferenciadas para a formalização de pequenos negócios. Na prática, o MEI aparece como uma forma relativamente barata e pouco burocrática de abrir a própria empresa. Após se formalizarem como MEI, os trabalhadores podem ampliar seu acesso a créditos bancários e acessar benefícios sociais tais como auxílio-doença, aposentadoria por idade ou invalidez, salário-maternidade, pensão e auxílio reclusão.

matriz distinta daquela que orientava a ampliação dos direitos sociais via extensão do assalariamento (COLBARI, 2015).

Além disso, a consideração de que a realidade do trabalho informal é mais complexa do que supõe a imagem construída por um arquétipo de economia de subsistência é percebida pelas mudanças no teto de rendimento anual do MEI. Inicialmente, quando da criação do MEI, ficou estabelecido que o faturamento anual do microempreendedor individual não poderia ultrapassar os 36 mil reais; em 2011, esse valor foi alterado para 60 mil reais e, mais recentemente, a partir de 2018, o teto anual foi ampliado para 81 mil reais. Tendo em vista o aumento expressivo dos limites estabelecidos à renda do microempreendedor, pode-se dizer que o MEI visa incidir sobre uma definição mais ampla de informalidade, que dissocia a categoria do tema específico da marginalidade, incorporando tanto formas de “viração” quanto profissionais mais qualificados que atuam sem registro (COLBARI, 2015).

Por outro lado, considerando o MEI como a chancela institucional da instabilidade e responsabilização individual via desoneração do capital em relação aos custos do trabalho e conversão de trabalhadores em “trabalhador amador” (ABÍLIO, 2017), fica evidente que esse mecanismo pode conduzir à precarização das relações de trabalho. Contudo, tratar “informalização” como sinônimo de precarização reproduz, na lógica binária, a associação direta da “formalidade” com a ideia de proteção social, o que pode representar riscos políticos e imprecisões analíticas frente aos desafios do contexto atual.

Mesmo em um contexto de hegemonia da “racionalidade neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016), com a retirada seletiva do Estado de sua ação como garantidor de seguridades sociais, o que temos observado não é exatamente a redução das formalizações, mas a extensão paulatina de novas formalidades (GUYER, 1997). No entanto, isso se dá sob parâmetros distintos daqueles forjados sob o referencial normativo da sociedade salarial. Então, em vez de desregulamentação das relações econômicas e de trabalho, o que se verifica também é o afastamento de uma forma específica de regulação que visava proteger os trabalhadores. Considerando isso, observar criticamente os conteúdos excludentes das “formalidades neoliberais” aparece como tão fundamental quanto denunciar a precariedade das ocupações informais. Em síntese, o próprio estatuto “formal” precisa ser analisado criticamente no atual contexto.

Exemplo disso é a nova lei de terceirização. Antes pouco regulado, o trabalho terceirizado, quando em condições de exploração injusta e ilegal, poderia ser alvo de ações judiciais por parte dos trabalhadores, reivindicando direitos ou denunciando fraudes. Com a nova regulação, a terceirização pode ser expandida até para as atividades fins e os trabalhadores se veem menos protegidos pela legislação, visto que essa agora legitima a precariedade e as formas cada vez mais intensas de exploração no mundo do trabalho.

Outro exemplo são os processos envolvidos na chamada “uberização” do trabalho. Nem sempre ilegais ou informais, o trabalho mediado por plataformas digitais tem representado formas precárias de “ganhar a vida”. Como observa Abílio (2017), o trabalho uberizado pode ser identificado com uma inserção produtiva sem garantias mínimas para o trabalhador, com longas jornadas e controle difuso e constante pelos consumidores, inclusive com efeitos sobre as condições de trabalho. No entanto, essas formas de trabalho não podem ser simplesmente identificadas com a informalidade.

A mera denúncia da informalidade representa um distanciamento das experiências concretas de grandes contingentes de trabalhadores. Identificar um motorista de Uber ou um MEI camelô como trabalhadores não formais pode ser implausível na concepção desses agentes. Diferente do que ocorre na literatura acadêmica ou em debates públicos qualificados, a formalidade tende a ser experimentada pela população em suas formas plurais e concretas, como “papéis”, registros identificáveis (GUYER, 1997), não como um conceito dotado de lastro histórico.

Essas considerações não invalidam a perspectiva de que a crítica do trabalho informal é importante como estratégia de combate à vulnerabilidade que marca as vidas de grande parcela da população (CARDOSO, 2016). No entanto, também não é desprezível o risco de reificar a associação direta entre formalidade e proteção, relação constantemente negada pelas transformações recentes do trabalho no Brasil.

A questão é que se entendermos que as representações também atuam na produção concreta da realidade, a persistência da imagem hegemônica do informal enquanto tradução fiel do subdesenvolvimento, da ilegalidade, do “mal” que assola as economias urbanas termina por legitimar, de partida, políticas de combate a tudo aquilo que pode ser definido como “informalidade”.

Os estigmas associados a essa representação generalista acabam justificando mecanismos de regulação das atividades econômicas e do trabalho que nem sempre têm a proteção do trabalhador como objetivo central.

## Considerações finais

Neste texto, busquei argumentar que o trabalho na informalidade pode ser tanto um produto do cenário de precariedade do mercado de trabalho – que não disponibiliza posições suficientes de empregos formais –, como também o resultado de escolhas mais ou menos racionalizadas, que identificam fora do assalariamento a possibilidade de se atingir maiores rendimentos e certa autonomia no trabalho.

A questão que se impõe é compreender por quê mesmo em trabalhos precários, instáveis e muitas vezes estigmatizados ainda é muito presente o discurso contrário à submissão salarial. Martins e Lima (2016) observam que para entender a valorização da condição salarial é preciso recuperar seu histórico de situação miserável e desprezada para outra que se apresenta como desejada, uma vez que proporcionava o acesso a garantias e direitos resguardados pela proteção do Estado social. Na mesma sequência lógica, para entender a metamorfose de determinados trabalhos informais, enquanto algo marginal, provisório e emergencial para uma forma de ganhar a vida cada vez mais legítima e valorizada, é preciso reconhecer que a antes hegemônica condição salarial (ao menos em termos de horizonte) parece estar sofrendo um processo de desencantamento. Isso se deve aos recentes retrocessos nas garantias atreladas ao trabalho com carteira assinada, assim como à descrença no seu potencial para conduzir à ascensão social.

A partir disso, é plausível que muitos optem por uma inserção econômica potencialmente mais rentável e que não chega a ser percebida como uma condição mais instável. E isso se relaciona a outro lugar comum nos estudos sobre mercados e economias informais, principalmente os de vertente mais etnográfica: muito daquilo que é evidentemente precário, instável ou mesmo ilegal pode parecer perfeitamente lógico e plausível para os sujeitos em determinadas circunstâncias (GUYER, 1997). Assim, a denúncia da informalidade, mesmo com suas desvantagens tendenciais representadas estatisticamente,

perde força política e torna-se frágil analiticamente, ao mesmo tempo em que assistimos à multiplicação de inserções econômicas formalizadas que não significam proteção social, tampouco menor instabilidade.

Talvez aqui esteja uma das principais questões que marcam as distinções no mundo popular entre os empregos formais de baixa qualidade e a ressignificação da informalidade em empreendedorismo. Para muitos, as estratégias de autoemprego, mesmo na informalidade, carregam consigo algo que tem se perdido na relação salarial: a promessa de ascensão econômica e social; de um futuro melhor do que o presente marcado por experiências de mobilidades laterais.

Considerar este aspecto implica na necessidade de escapar de ideais normativos que, apesar de sua importância histórica, já não parecem ser hegemônicos entre grande parcela da população trabalhadora. Isso não significa, porém, capitular perante uma suposta inexorabilidade da ideologia empreendedora contemporânea, fundamentada no princípio geral da competição. Ao contrário, é atribuir importância analítica e política aos enunciados que ecoam no mundo social, e que sinalizam a urgência de se construir alternativas políticas mais “comunicáveis” e coerentes com ideais de dignidade e autonomia, nem sempre redutíveis ao discurso neoliberal.

## Referências bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra [on-line]*, 2017.
- AZAÏS, Christian; TELLES, Vera da Silva; e KESSLER, Gabriel. Apresentação. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- AZAÏS, Christian. As zonas cinzentas no assalariamento: propostas de leitura do emprego e do trabalho. In AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (orgs.). *Ilegalismos, cidade e política*. Fino Traço, Belo Horizonte, p. 167-198, 2012.
- SANTOS, Beatriz P. dos; CHAVES, Ramón. Política, trabalho e cidade: a informalidade em perspectiva. *Revista Reconexão Periferias*. n. 4, p. 19-22, 2019.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARDOSO, Adalberto. Informality and public policies to overcome it: the case of Brazil. *Sociologia & Antropologia*, 6(2), p. 321-349, 2016.
- COLBARI, Antônia. Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos. *Revista interdisciplinar de gestão social*. v.4, n.1, 2015.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FELTRAN, Gabriel. O Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 27, n.72, p. 495-512, 2014.
- \_\_\_\_\_. A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. *Cadernos Pagu* (51), e175105, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petropolis: Vozes, 2010.
- GUYER, Jane. *Marginal Gains: monetary transactions in Atlantic Africa*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2004.
- LIMA, Jacob. Nova informalidade. In: IVO, Anete (Org.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas*. São Paulo: Anablume, 2013.
- LIMA, Jacob; SOARES, Maria. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, n. 37, p. 163-180, 2002.
- LIMA, Jacob; RANGEL, Felipe. Dimensões da nova informalidade no Brasil: considerações sobre o trabalho em polos industriais e no comércio popular. In: RODRIGUES, Iram. *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)*. São Paulo: Anablume, 2019.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, 37: 81-109, 2002.
- MARQUES, Léaet al. *Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- MARTINS, Fernando; LIMA, Jacob. As múltiplas faces do trabalho precário e o sindicalismo: a experiência brasileira. *Trabajo y Sociedad*. n. 27, p. 93-108, 2016.
- NUN, José. Superoblación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*. v. 5, n. 2, p.180-225, 1969.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *“A garantia soy yo”*: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- PRANDI, Reginaldo. *O trabalho por conta própria sob o capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- RANGEL, Felipe. *A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente*. Tese de Doutorado (Sociologia). Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2019.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: \_\_\_\_\_; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.





# Racismo e trabalho informal no Brasil: quando desigualdades estruturais se reforçam

*Jacques Mick<sup>1</sup>*

*João Carlos Nogueira<sup>2</sup>*

Foi preciso chegar ao século XXI para que pesquisadores começassem a investigar sistematicamente a relação, parida pelo século XIX, entre dois fenômenos sociopolíticos e econômicos estruturais no Brasil: o racismo e o trabalho informal. Ainda que desde os anos 1930 a bibliografia sobre a sociedade brasileira contenha descrições de atividades análogas ao que, a partir dos anos 1970, foi denominado por informalidade, muito raramente o fenômeno foi claramente descrito como derivado do racismo. Durante longo tempo, o trabalho informal foi enquadrado como o lado complementar e necessário à instauração e ao desenvolvimento do capitalismo selvagem no país, sem que a discriminação racial fosse apontada como sua causa. Os estudos recentes corrigiram esse viés, mas as decorrências da associação estrutural entre informalidade e racismo ainda constituem uma agenda de pesquisa pouco explorada<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Professor do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro).

<sup>2</sup> Coordenador-executivo da Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro). Observatório da Rede Brasil Afroempreendedor (UFSC/Reafro)

<sup>3</sup> Seria instigante perguntar por que razões a universidade brasileira deixou de lado uma conexão agora tão explícita; tal investigação, contudo, escapa do que podemos focar agora, a despeito de seu potencial para desvelar dispositivos que asseguram a permanência do racismo no mundo acadêmico. Para o tema, ver Paixão (2014) e Nogueira (2014).

As trajetórias de desigualdade correspondem a uma economia política do racismo. O resultado é que o trabalho informal é duplamente discriminado: resultante do racismo sistemático, foi também marginalizado como objeto de estudo e só recentemente começou a ser examinado em sua complexidade. Impedidos de ingressar no mercado formal na longa transição entre a escravidão e o trabalho dito livre, negros e negras tiveram de segregar suas atividades nas periferias – na periferia do capitalismo emergente e na periferia dos espaços urbanos. As competências desses agentes, que haviam produzido a riqueza da colônia e do império, foram confinadas às margens e sistematicamente negadas: primeiro, pela estigmatização da capacidade de trabalho da população negra (ela não seria propensa ao trabalho livre, afirmavam analistas conservadores, liberais ou socialistas<sup>4</sup>), em seguida pela recusa continuada, pelo Estado, ao acesso à educação, ao direito à propriedade, a crédito, a todo recurso relevante para a constituição de empresas ou a operação no lado formal da economia. Não restou a negros e negras senão a viração, a correria – todo um modo de sobreviver fora de relações de trabalho normatizadas.

Criou-se ali, nas periferias, um mundo de astúcias. Sem direitos, sem proteção do Estado, vulnerável a toda sorte de riscos, no trabalho informal também se produziram agentes dotados de criatividade, flexibilidade, plasticidade, solidariedade: sem isso, seguir adiante seria impossível. As atividades econômicas da população negra e pobre jamais seriam inteiramente capitalistas, a despeito de se (des)integrarem precariamente no sistema. Todo um regime de compartilhamentos e colaborações, de transições entre um tipo de divisão de trabalho e outro, iniciativas abertas hoje para serem fechadas amanhã sob a pressão de algum poder – o Estado, mas também o tráfico ou a igreja ou as vicissitudes do mercado.

Este capítulo propõe um modo de interpretar as implicações contemporâneas da conexão estrutural entre racismo e trabalho informal e se organiza em duas partes. Na primeira, sistematizamos brevemente o debate sobre o racismo como causa da informalidade. Vamos percorrer momentos históricos em que ações do Estado materializaram a discriminação (e criaram as condições pro-

---

<sup>4</sup> Exemplar é a qualificação do ex-escravizado como alguém “totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos”, dotado de “rudimentar desenvolvimento mental” e “forte preferência pelo ócio” (FURTADO, 2000 [1959]).

pícias à perpetuação da desigualdade) e apontar indicadores socioeconômicos que corroboram a contínua conexão entre informalidade e população negra. Na segunda parte, vamos refletir sobre como a coexistência entre trabalho informal e racismo produziu astúcias de resistência nas periferias brasileiras – e como valorizar tal engenho nos permite vislumbrar outro destino ao trabalho compreendido sob o rótulo imperfeito de “informal”<sup>5</sup>. As agendas político-econômicas costumam apontar a formalização e organização de empresas convencionais (ou empregos formais) como o horizonte adequado para solução do problema da informalidade. Apontar o racismo como constituinte da informalidade revela que tal solução é tão infrutífera como parcial, ao focar (supostamente) apenas o aspecto econômico do tema. Uma agenda de fato atenta ao que se passa nas periferias, aos fatores causais do trabalho informal, pode adotar ações para apoiar as atividades produtivas mais pobres, ao mesmo tempo em que combatam as discriminações raciais e de gênero, com vistas a aumentar a geração de empregos e estimular a perenidade desses empreendimentos.

## Como o racismo produziu a informalidade?

A genealogia do trabalho informal encontra um de seus momentos mais límpidos na descrição de Caio Prado Júnior, do Brasil do início do século XIX. Ele observa que, entre senhores e escravos, “estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização”, emergia uma multidão de “desclassificados”, “inúteis” e “inadaptados”, que “compreenderia com certeza a grande, a imensa maioria da população livre da colônia”. O autor descreve o grupo como:

indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. [...] Compõe-se sobretudo de pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios destacados de seu habitat, mas ainda mal ajustados na nova sociedade

<sup>5</sup> “Ao formal (no sentido de legal) contrapõem-se diversos tipos de contratos “informais”, sejam os claramente ilegais (ou criminosos, como o trabalho escravo), sejam trabalhos familiares ou diversos outros tipos de contratos, cujo estatuto legal está frequentemente em disputa – por exemplo, cooperativas ou contratos de terceirizados. Contudo, frequentemente trata-se a “informalidade” como se fosse um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável” (NORONHA, 2003). Para o debate conceitual sobre informalidade, ver também Marques et al. (2018).

em que os englobaram; mestiços de todos os matizes e categorias, que, não sendo escravos e não podendo ser senhores, se veem repelidos de qualquer situação estável, ou pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis; até brancos, brancos puros [...] arrastando-se na indigência; os nossos *poorwhites*, detrito humano segregado pela colonização escravocrata e rígida que os vitimou (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 291).

Ainda que em outros pontos Prado Júnior acolha o argumento de que os negros foram excluídos do trabalho formal porque tinham baixa escolaridade ou pouca propensão ao trabalho livre (já que prefeririam dispor de tempo ocioso a dedicá-lo a longas jornadas mal remuneradas), a discriminação aparece entre as causas da constituição dessa que viria a ser o outro do capitalismo brasileiro – a economia marginal, periférica, de subsistência.

O racismo, de fato, configura as bases históricas que estruturam o trabalho informal e suas dinâmicas no Brasil<sup>6</sup>. A informalidade caminha em paralelo à formalização da força de trabalho assalariado, indissociável da transição do trabalho escravo para as novas formas de contratação do trabalho livre assalariado. Não se deu uma dicotomia entre trabalho formal e informal, no âmbito de um mesmo capitalismo, mas uma reprodução social de um ciclo vicioso baseado na exclusão sistemática da população negra (MYRDAL, 1944). Ao longo do tempo, as metamorfoses do capitalismo produzem novos serviços, atividades, ocupações e profissões, as quais mantêm as marcas das desigualdades de acesso a oportunidades entre negros e brancos. Não há propriamente “competitividade” sem igualdade, ou seja: se o acesso ao mercado de trabalho é racializado e confina sistematicamente metade da população do lado de fora dos empregos protegidos pela legislação.

A percentagem de escravos no total da população, que era de mais de 50% no início do século XIX, será reduzida até 16% em 1874, alguns anos antes do fim da Lei Áurea, como lembra Theodoro (2008):

O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá então nova conformação. Enquanto os imigrantes se ocupam cada vez mais da produção de café, uma parte

<sup>6</sup> Racismo estrutural se desenvolve a partir da conformação de vários fatores sociais que constituem a vida de grupos, pessoas, comunidades e sociedades, tendo o fator raça como central nesse imbricamento de relações.

crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicada à economia de subsistência ou a alguns ramos assalariados – especialmente nos pequenos serviços urbanos<sup>7</sup>. O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada contínua da população negra em atividades de subsistência e mal remuneradas. Este processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o “setor informal” no Brasil (THEODORO, 2008).

Negros e negras nunca estiveram distribuídos nas atividades produtivas de forma homogênea. Como escravizados ou livres, exerceram papéis e funções determinantes na transição do trabalho escravo para as “novas” regras do trabalho livre, sobretudo a partir de 1850. Para a população negra, a educação e o trabalho poderiam ter sido, no passado, o caminho para sua participação no desenvolvimento da nação. No entanto, os marcos regulatórios que alimentaram a hidra racista no período pré-abolição asseguraram o pior destino para os milhões de trabalhadores livres e ex-escravizados. A Lei de Terras, de 1850, a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei de Locação de Serviços, de 1879 (LAMOUNIER, 1988; KOWARICK, 1994) criaram restrições evidentes ao exercício do trabalho livre para 56% da população brasileira, representada por negros, conforme o Censo de 1890 (SOARES, 2008). Combinadas à exclusão sistemática de negros e negras do acesso à educação, tais medidas do Estado fixaram que a transição do trabalho escravo não se daria para o trabalho livre assalariado no Brasil (THEODORO, 2008).

O “liberalismo” político e econômico do fim do Império convivia com trabalho escravo, eleições indiretas e censitárias, saques de terra legalizados com base na Lei de Terras de 1850, práticas violentas e autoritárias nas relações sociais, concepções de controle e regulação que se estenderam ao longo da transição para o trabalho livre, com efeitos restritivos aos ex-escravizados e emancipados (BOSI, 1988)<sup>8</sup>. O conjunto de práticas sociais daí derivadas hie-

<sup>7</sup> Entre 1864 e 1887, o número de escravos diminuiu de 1,7 milhão para 720 mil, enquanto, entre 1872 e 1881, 218 mil imigrantes entraram no Brasil. A respeito, ver também Kowarick (1994).

<sup>8</sup> As relações mercantilistas do tráfico clandestino mantiveram-se intactas mesmo após a Lei Regencial de 7 de setembro de 1831, que qualificava como livres os africanos aportados no

rarquiza as relações de trabalho ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. O racismo, componente político e cultural dinâmico, opera nos conflitos intraclasse, define de forma seletiva os destinos de negros e brancos. O racismo estrutural se estabelece como variável rígida nos indicadores de pobreza e desigualdades.

Pesquisas e estudos clássicos sobre a transição do modo de produção escravagista para o trabalho livre assalariado (FERNANDES, 1965; FURTADO, 2000 [1959]; MATOSO, 2009) relativizaram ou colocaram como “problema” a inserção da força produtiva dos ex-escravizados e livres nas novas dinâmicas do desenvolvimento do processo de industrialização e do capitalismo tardio no Brasil. Mas trabalhadores negros livres e libertos, após a abolição e a transição em curso do trabalho no sistema escravagista para o sistema livre de trabalho e emprego, foram descartados como opção pelas elites agrárias e a nascente burguesia industrial e comercial. Esta questão não é mais um debate sobre o suposto despreparo dos trabalhadores escravizados e livres para emergente sociedade industrial e de classes (FURTADO, 2000; FERNANDES, 1965). Há dois fatores de interesse combinados: a imigração e o projeto de “branqueamento” nos trópicos (SAMPAIO, 2014).

Para a historiografia mais atenta ao período da abolição e pós-abolição, poucas dúvidas restam sobre a opção pelo branqueamento como projeto de nação<sup>9</sup>. Decorrencia disso, a segregação racial explícita, principalmente no acesso a elementos fundamentais como educação, oportunidades de trabalho e serviços qualificados, na emergente industrialização brasileira.

As paralelas entre as desigualdades educacionais e as estruturas de emprego e ocupação persistirão no século seguinte. A partir dos anos 1950, com a

---

Brasil. “Os juízes dos distritos em que os escravos eram desembarcados passavam a receber comissões regulares, referidas como sendo fixadas em 10,8% do valor de cada africano desembarcado. Os escravos eram trocados diretamente por sacas de café nas praias, reduzindo assim a fórmula econômica ‘o café é o negro’ a uma realidade” (CONRAD, 1985, p. 103-4). Não existia liberalismo ou práticas liberais nos trópicos, mas um sistema colonial escravagista mercantil, cuja longevidade chamava a atenção do primeiro ministro inglês Gladstone, a falar na Câmara dos Comuns em 1850: “Temos um tratado com o Brasil, tratado que esse país dia a dia quebra, há vinte anos. Forcejamos por assegurar a liberdade dos africanos livres; trabalhamos até conseguir que os brasileiros declarassem criminosa a importação de escravos. Esse acordo é incessantemente transgredido” (citado por BOSI, 1988).

<sup>9</sup> Ver: CARDOSO, 1988; COSTA, 2008; GORENDER, 1990; SCHWARCZ, 1993; MUNANGA, 1999; HASENBALG & SILVA, 1988; GUIMARÃES, 2002.

expansão do processo de industrialização no país, crescem as taxas de alfabetização para as pessoas brancas alcançando 53% nos primeiros anos da década, contra 26% para os negros (HASENBALG; SILVA, 1988; GUIMARÃES, 2002; PAIXÃO, 2014). Mesmo com melhoras nos indicadores educacionais na primeira década do século XXI, com a desindustrialização crescente e o aumento acelerado do trabalho no setor de serviços, os desequilíbrios estruturais persistem. Entre os mais de 12 milhões de desempregados que procuravam emprego e não encontravam em 2019, pretos e pardos representavam 64,2%.

O déficit de igualdade está na base de todo o desenvolvimento restante do capitalismo brasileiro: a parte privilegiada da sociedade jamais aceitou a igualdade, senão como bandeira política artificial (ou seja, sem qualquer compromisso de autêntica implementação). Sem isso, por século e meio, a parte negra da população permaneceu à margem do desenvolvimento econômico, segregação negada como tal. O movimento registrado quando da abolição perpetuou-se: à maioria dos negros foi sistematicamente recusado o acesso a níveis de escolaridade idênticos aos dos brancos, por exemplo. O déficit de acesso à propriedade (a começar pela terra) estabilizou condições muito desiguais no âmbito do trabalho livre. Racismo e patriarcalismo cimentam o restante: ainda quando têm níveis de escolaridade idênticos aos dos brancos e acesso ao mercado formal de trabalho, negros têm renda inferior – e as negras, ainda menor.

## Como combater, ao mesmo tempo, o racismo e a informalidade?

O Brasil dos brancos e o Brasil de pretos e pardos são dois países completamente distintos. Com uma elite enferma de desigualdade (RIBEIRO, 1995), a sociedade brasileira admite que a população negra seja privada de escola e mantenha índices de analfabetismo maiores do que a média, ou anos de escolaridade e acesso ao ensino superior inferiores à média. Aceita que jovens negros sejam dizimados a cada ano pela guerra civil não declarada nas periferias das metrópoles ou celebra seu encarceramento, às centenas de milhares. O mesmo se dá com as atividades produtivas lideradas pela população negra: para elas, nunca houve um SEBRAE ou um BNDES.

Duas economias se desenvolveram em paralelo no Brasil pós-abolição. Uma corresponde ao capitalismo selvagem, com sua correspondente ordem social competitiva. Outra não pode jamais ser inteiramente capitalista, porque ausentes as condições para tanto – como o acesso à propriedade e a própria possibilidade de se maximizar o lucro, num contexto de pobreza. As economias do asfalto e do morro trocam entre si, mas quase sempre as vantagens se concentram de um só lado. Condições estruturais muito diferentes em cada um desses espaços fazem com que não seja um capitalismo de pobres o que se produz na periferia, mas uma economia popular comunitária. Nela, em lugar dos efeitos mais comuns do capitalismo – individualismo, consumismo, deterioração ambiental (SOUSA SANTOS, 2002) – constroem-se com frequência relações de solidariedade, dádiva e compartilhamento, driblando a escassez absoluta de recursos com que convivem desde sempre. Nas trocas entre os dois mundos dá-se a discriminação racial que os mantém apartados.

Estudo realizado pela Rede Brasil Afroempreendedor (REAFRO) em 2015 constatou que, a despeito de serem metade dos empresários e trabalhadores por conta própria no Brasil, negros e negras nesse tipo de atividade enfrentam obstáculos que não fazem parte da vida dos empreendedores brancos no país. O racismo tira deles clientes, fornecedores, crédito e os expõe à violência recorrente, inclusive do Estado (IAB; CEABRA; SEBRAE, 2016). Olhar a distribuição do trabalho informal por gênero e raça explicita a permanência do racismo como balizador da desigualdade estrutural no país: mulheres negras são a maioria das cabeleireiras ou das profissionais da beleza, enquanto homens negros são os que classificam resíduos, vendem nas ruas, dirigem motocicletas ou caminhões; do outro lado do espectro racial, mulheres brancas são advogadas, dentistas, decoradoras e homens brancos são artistas, agentes de imóveis ou construtores.

Precarização das relações de trabalho, desregulamentação, flexibilização das estruturas produtivas – tudo isso contribuiu para tamanha expansão da informalidade que ela perde força, enquanto categoria explicativa, frente às profundas transformações produtivas em curso, embaladas pela “nova razão neoliberal” (GAGO, 2018). Ao mesmo tempo, e de modo articulado com isso, a questão racial tornou-se um aspecto fundamental para compreendermos o mundo contemporâneo, uma vez que os efeitos da precarização se distribuem



de modo muito mais incisivo contra negras e negros (MBEMBE, 2018). A economia do asfalto se assemelha à do morro, mas as cores permanecem segregadas.

Pesquisadores e governantes costumavam considerar que a economia informal deveria “evoluir” e incorporar-se ao capitalismo – ou seja, que o emprego ou a empresa formal seriam desejáveis. Tomar o trabalho “formal” como diferente do “informal” pode ter sido relevante enquanto os domínios foram fundamentalmente distintos; contudo, considerar que o destino adequado dos empregos e empreendimentos informais deveria ser a formalização jamais foi uma conclusão necessária. Crescimento econômico não é sinônimo de emprego formal ou distribuição de renda (COSTA, 2010).

Na história brasileira, alternaram-se governos que promoveram a concentração do capital e aqueles que estimularam a integração do trabalho ao capital. Mas há outra perspectiva possível: desenvolver a economia popular comunitária e apoiá-la naquilo que tem de não capitalista (se não anticapitalista): o compartilhamento, a colaboração, a valorização da proximidade, a criatividade, a solidariedade, o compromisso autêntico com a igualdade.

Identificar o anticapitalismo (ou o não capitalista) que caracteriza essas relações e potencializá-lo pode ser mais eficaz do que criar um modelo artificial de relações econômicas e tentar torná-lo hegemônico (como em agendas que apontam a sistemas sempre idealizados, capitalistas ou não); ou prometer a transição de tais experiências para regimes concorrenciais profundamente desiguais, marcados de um lado pelos privilégios acumulados pela elite de proprietários e, de outro, pelos imensos obstáculos impostos pela discriminação de raça ou gênero.

O Estado pode ter importante papel no desenvolvimento produtivo, endógeno e estimulador de poupança também nas atividades produtivas da periferia que ele não costuma alcançar. Contra um Estado concentrador de bens produzidos pela sociedade, socorrista de investidores privados, rentistas improdutos e especuladores no sistema financeiro, que se inventem políticas públicas para apoiar negras e negros nos pequenos empreendimentos com que, há mais de século, procuram sobreviver, nas margens de um sistema produtivo perverso. O Estado é notório reproduzidor de desigualdades e no Brasil, como argumentamos ao longo do texto, as desigualdades raciais foram por ele

cristalizadas e alongadas no tempo, à medida que chancelou a apartação dos mundos econômicos formais e informais. Ganham centralidade e relevância as pesquisas e os debates sobre racismo e informalidade porque refletem sobre práticas sociais e econômicas que se repetem desde o Império. Nas crises do capitalismo contemporâneo, tais conflitos emergem com força destrutiva e paradoxal nas periferias, na medida que o sistema apresenta, como alternativa, mais precarização do trabalho e informalidade.

Contra isso, a agenda que se vislumbra a partir de nossas observações anteriores consagra a relevância de: a) adotar conceitos mais precisos para designar as diferentes posições sociais no mundo dos 25 milhões de “conta própria”, capazes de superar os limites conceituais que confinam o debate sobre informalidade e empreendedorismo no léxico capturado pela razão neoliberal; b) investigar como a interseccionalidade entre raça, gênero e classe configura mundos distintos (embora conectados) para homens brancos e negros, mulheres brancas e negras em distintos estratos sociais; c) compreender como as atividades produtivas de negras e negros se inserem em redes sociais e em cadeias produtivas que podem ser dinâmicas ao longo do tempo, mas que também podem conter marcas históricas de sua territorialidade; d) formular políticas públicas destinadas a promover, ao mesmo tempo, igualdade racial, desenvolvimento e solidariedade, por meio do apoio à economia popular comunitária no Brasil.

## Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Relatório final de pesquisa: Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. *Revista Estudos Avançados USP*. v. 2 n. 3, São Paulo, Set./Dez. 1988.
- CARDOSO, C. Flamarion. *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*. São Paulo: Jorge Zahar, 1988.
- CONRAD, R. *Os Tumbeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, E. Viotti. *Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Cad. CRH*, Salvador v. 23, n. 58, p. 171-190, Abr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792010000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2019.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, V. I: São Paulo: EdUSP, 1965.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GAGO, Verônica. *Arazão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GUIMARÃES, Antonio S. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Iuperj; São Paulo: Vértice, 1988.
- IAB - Instituto Adolpho Bauer; CEABRA - Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Igualdade racial, desenvolvimento, empreendedorismo e solidariedade: desafios para o Brasil Contemporâneo*. (Relatório de pesquisa). Curitiba: Instituto Adolpho Bauer, 2016.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a Lei de locação de serviços de 1879*. Editora: Papirus, 1988.
- MARQUES, Léa et al. *Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MYRDAL, Gunnar. *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New York/London: Harper Brothers, 1944.
- NOGUEIRA, J.C. (Org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: Desafios e perspectivas para o século XXI*. Florianópolis: Atilendê, 2014.
- NORONHA, E. G. "Informal", *ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. RBCS. V. 18 n. 53 out. 2003.
- PAIXÃO, Marcelo. *A lenda da modernidade encantada: Por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre as relações raciais e o projeto de nação*. Curitiba: CRV, 2014.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAMPAIO, E. de Oliveira. Subdesenvolvimento e exclusão racial: a questão da mão de obra em Formação Econômica do Brasil e seus efeitos sobre as políticas de desenvolvimento brasileiras. In: NOGUEIRA, J.C. *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios e perspectivas para o século XXI*. Florianópolis: Atilendê, 2014.
- SOUSA SANTOS, B. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOARES, Sergei. Demografia da Cor: A composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, Mário. (Org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.
- THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008, p.15-43.
- \_\_\_\_\_. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 91-126.



## Expectativas e críticas sobre o trabalho formal<sup>1</sup>

*Ana Márcia Almeida Pereira<sup>2</sup>*

Este texto se conecta à pesquisa “Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo” e ao esforço coletivo de pesquisadores(as) para apresentar ao público de interesse aspectos relevantes dos achados de campo sobre a trajetória de trabalhadores informais nesse contexto. Para tanto, focaremos os resultados no eixo “trabalhadores(as) informais e suas expectativas e críticas sobre o trabalho formal”.

Em geral, há de se destacar pontos de contato entre as histórias dos trabalhadores pesquisados com implicações no modo como se inserem e permanecem na informalidade, posicionados como autônomos ou assalariados sem carteira. Vale salientar que as suas trajetórias são atravessadas pelos territórios nos quais se situam conformando heterogeneidades nos percursos ocupacionais. Estes elementos contextuais combinados às especificidades dos setores produtivos e às clivagens de sexo, raça, escolaridade no mercado de trabalho influenciam na construção das expectativas e críticas sobre a formalidade. Os

---

<sup>1</sup> Esse artigo foi originalmente elaborado para compor a Revista Reconexão Periferias, e aproveitado para integrar o conjunto de artigos deste livro.

<sup>2</sup> Doutora em administração, professora da Universidade federal de Pernambuco. Integrou a equipe de pesquisadores do estudo “Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo”, realizado em 2018.

relatos de campo evidenciaram que a maioria dos entrevistados não tem o trabalho formal no horizonte ocupacional. Nessa situação, encontram-se: os vendedores ambulantes nas regiões Sul e Sudeste; costureiras no Nordeste; manicures na região Sul e Centro-Oeste. Para estes trabalhadores, as justificativas se concentram nas desvantagens do vínculo formal, especialmente no tocante à renda. Ou seja, eles entendem que a permanência na informalidade significa ter um “salário” maior no final do mês. Além disso, apontam que as exigências postas no mercado de trabalho formal, tais como qualificação e experiência comprovadas, os colocam num patamar rebaixado de inserção, sendo estes também fatores que dificultam a disputa por uma vaga no trabalho protegido.

Este ciclo de reprodução na informalidade pôde ser observado no relato dos trabalhadores, mas que encontra “resistência” por parte de um dos moto-boys entrevistados, ao apontar os riscos da informalidade:

Eu preferia estar de carteira assinada porque o dia que não desse mais certo aqui eu ia sair de lá recebia os meus direitos e ia conseguir me manter por uns tempos, e agora se eu sair de lá eu saio com uma mão na frente e outra atrás, eu não vou ter nada guardado, e tipo eu saio de lá hoje e no outro dia eu já tenho que me engajar em outro, se eu ficar parado só Deus sabe o que vai acontecer. (J., homem, 32 anos, motoboy, residente em São Luis/MA, ensino médio completo, aproximadamente 10 anos no trabalho informal)

A percepção dos direitos atrelados à carteira de trabalho assinada e o suporte do aparato legal em contextos adversos se conecta com a atração pela “liberdade” e “autonomia” que a informalidade lhes proporciona, traduzida na ausência de patrão e na possibilidade de tomar decisões sobre a jornada de trabalho, os ganhos, a relação com clientes e fornecedores, anteriormente sob o controle de terceiros, na base do autoritarismo e da exploração.

Outro aspecto destacado é a possibilidade de combinar o tempo com outras atividades, muito acionado por mulheres, pardas, costureiras e nordestinas na conciliação do trabalho produtivo com as tarefas domésticas e de cuidado na família.

Assim, para mim em casa eu acho melhor, porque, assim, em casa eu não tenho aquela meta de ter que cumprir aquele horário, eu mesmo faço meu horário, pos-

so cuidar da minha casa, posso cuidar dos meus filhos [...] você tem que acordar cedo, deixar tudo pronto, corre, sai de meio-dia, corre para casa, aí ajeita o comer, ajeita o menino, aí quando chega de noite você tem que ajeitar a janta, aí tem uma coisa e outra para fazer, então acho que fica mais corrido [...]. (L., mulher, 39 anos, costureira, ensino médio incompleto, residente em Caruaru/PE, 20 anos no trabalho informal).

Estes pontos tocam na problemática das relações de gênero que estruturam o mercado de trabalho brasileiro, sobretudo referente à intensificação do trabalho pela via da dupla jornada, por vezes traduzida como “corre-corre”, mas naturalizada e entendida como “trabalho de mulher” também pelas pesquisadas no trabalho por conta própria domiciliar. Há de se destacar que as experiências no trabalho assalariado (com e sem carteira) vão contribuindo para o aprendizado das habilidades requeridas para a atuação como informal, cujo capital social é angariado neste percurso e associado à rede de proximidade e parentesco, formando laços de solidariedade conectados ao núcleo familiar, que acaba por executar papel central de socialização no trabalho informal (relatos de empreendimentos familiares situados em “garagens” e “fundos de quintais”).

Diante do que debatemos até o momento<sup>3</sup>, percebemos que as chances de inserção no emprego formal se encontram limitadas para os trabalhadores pesquisados, mergulhados nas suas experiências e numa maneira de fazer própria da informalidade. Mas, longe de cairmos num determinismo, no encontro entre contexto e trajetória individual, e percebendo as conexões entre as ocupações formais e as informais, observamos que a sua vida-trabalho foi sedimentando, naturalizando, de certa forma, disposições para o risco, e as condições inerentes ao trabalho informal, desprotegido. Tais fatores concorrem para a fragmentação da classe trabalhadora e cria dificuldades para o exercício da cidadania.

---

<sup>3</sup> Este texto se beneficiou dos resultados divulgados pela Fundação Perseu Abramo (FPA) no relatório denominado “Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo”, no ano de 2018, e explorou parte dos pontos apresentados no relatório. Agradecemos à FPA por disponibilizar as informações, assim como à pesquisadora Ludmila Abílio pela coordenação do projeto.





## Política, trabalho e cidade: a informalidade em perspectiva

*Beatriz Pereira dos Santos<sup>1</sup>*

*Ramón Chaves<sup>2</sup>*

Foi na garagem de um hotel desativado, no centro do Rio de Janeiro, que realizamos uma das entrevistas da pesquisa “Informalidades”, coordenada pela Fundação Perseu Abramo. O portão do local carrega os dizeres “o camelô é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo”. No interior, desenhos e palavras de ordem em grafite se somavam a coloridos pedaços de chita na decoração dos muros. Ali funciona um depósito de equipamentos para trabalhadores ambulantes da redondeza.

Josiane, negra, 51 anos, nasceu na periferia do Rio de Janeiro, em Vila Kennedy, zona oeste da capital – uma localidade inicialmente formada por conjuntos habitacionais, cuja origem se relaciona à política de remoção de favelas praticada na cidade durante a década de 1960. É neste bairro que nossa interlocutora e seus sete irmãos cresceram, sob a criação rígida e cristã do pai, que provia o sustento familiar com o trabalho em um pequeno estabelecimento comercial de frutas e verduras, anexo à residência. A mãe, dona de casa, se encarregava dos trabalhos de cuidado necessários à reprodução

---

<sup>1</sup> Advogada e assessora sindical, mestre em direito do trabalho e direito previdenciário e doutoranda na Uerj.

<sup>2</sup> Sociólogo, mestre em ciências sociais pela UFRRJ.

doméstica e à manutenção do negócio. Em função de conflitos familiares, relacionados principalmente à moral religiosa do pai, Josiane é posta para fora de casa ainda no início da adolescência. Aos 14 anos, sem residência fixa, Josi – como a chamam os mais próximos – abandona a escola e se torna empregada doméstica. O episódio marca a sua entrada no mundo do trabalho, arena na qual construirá uma trajetória marcada pelo entrecruzamento entre o informal e o ilícito.

Aos 17 anos, quando trabalhava como vendedora ambulante na região central da cidade, Josiane engravida de seu primeiro filho, fruto de um relacionamento casual com outro trabalhador informal. Bernardo, seu filho recém-nascido, passa os primeiros anos de vida sob o cuidado da avó materna, enquanto a mãe trabalha longas horas vendendo milho em uma barraca alugada para construir a laje no terreno da família. Poucos anos depois, Josiane se apaixona pelo homem com quem terá a segunda filha e “formará família”. Contrariando visões mais simplistas, Josi entra para o “mundo do crime” por meio do matrimônio: “aí minha vida puxou outro rumo, aí ele já não era mais trabalhador, aí eu já ajudava ele, e assim foi indo, assim foi indo”. O marido era um traficante de drogas que atuava no centro da cidade, em ocupações e prédios populares. Com o trabalho na “vida torta”, ele sustentará a família por aproximadamente vinte anos, sob um cotidiano de violência doméstica, especialmente contra Josiane, e de uma educação inflexível com os filhos, a quem jamais foi permitido seguir os passos dos pais. Josi diz que não possui muitas memórias desse período, mas reclama das marcas das coronhadas que recebeu diversas vezes na cabeça. Após duas décadas vivendo neste contexto, ela é presa, e ele, assassinado.

Viúva e em liberdade, Josi reconfigura a vida com apoio da mãe, dos irmãos e de sua própria automobilização para o trabalho, voltando à condição de camelô, mas agora em outra “rua”, em outra “cidade”: o Rio de Janeiro marcado pelas obras de infraestrutura para os mega eventos internacionais no período entre 2012 e 2016. Depois de um momento mais desbravador, em que vendia “qualquer coisa para fazer dinheiro”, Josi passa a trabalhar exclusivamente como vendedora de cerveja e de outras bebidas em festas e eventos que acontecem ao ar livre. Com a renda que obtém, ela constrói sua casa no terreno da mãe, onde sua filha passa a viver com seu neto.

A retomada da vida como ambulante lhe permitiu também adquirir parte dos instrumentos necessários para o trabalho. Hoje, Josi possui dois triciclos, uma prancha e vários isopores que utiliza para a venda de bebidas. A condição atual de camelô possibilita que Josi more em um imóvel pequeno no Centro, em uma configuração distinta da que esteve habituada desde que saiu da casa dos pais. Entretanto, em que pesem as “mobilidades laterais”, a dificuldade para manter o aluguel em dia, narrada por Josiane, revela uma das características mais sensíveis da instabilidade do trabalho por conta própria. Os relatos sobre jornadas que atravessam madrugadas sem ter acesso a banheiros e a um local para refeição também ilustram as condições precárias em que atividade de ambulante transcorre – muitas vezes em espaços contíguos às principais instituições dos poderes republicanos e aos mais tecnológicos nichos do mercado de trabalho.

Por obra do acaso – e o acaso também produz desdobramentos sociológicos (diria H. Becker) – Josi entra em contato com dinâmicas políticas até então estranhas à sua vida. Em um dia de trabalho, próximo ao fim da jornada, Josi viu pessoas que conhecia de eventos anteriores caminhando em direção à Cinelândia, uma praça muito movimentada no centro do Rio de Janeiro. Suspeitando que houvesse algum evento, ela e uma amiga que a acompanhava ficaram “de olho” e, quando chegaram ao local, encontraram “aquela festa maravilhosa, primeiro dia da ocupação Ocupa Minc”, a ocupação do Ministério da Cultura<sup>3</sup>. Dias depois, Josi foi aceita para trabalhar como camelô na ocupação, lá permanecendo até o seu desfecho – segundo ela, graças a sua pre-ocupação em deixar o espaço limpo após o expediente e em função da amizade que mantém com outros camelôs.

Josi atribui o seu engajamento político à eferescência daquele ambiente: “gente que vinha e conversava, dava aula e falava, mostrava ‘as coisa’, filme que passava”. Ela começa vendendo cerveja dentro da ocupação e, mais tarde,

---

<sup>3</sup> Chamada de “ocupaminc”, esta foi uma ocupação iniciada em 2016 no prédio do antigo Ministério da Cultura no Rio de Janeiro, contra a decisão do então presidente Michel Temer de extinguir o referido ministério. Ocupações semelhantes se espalharam pelo país e se tornaram um dos principais movimentos de resistência ao governo interino de Michel Temer. Quando uma decisão judicial determinou a desocupação do espaço do “ocupaminc”, os ocupantes se mudaram para o prédio do Canecão, uma importante casa de shows do Rio de Janeiro, hoje desativada.

passa a vender caldos e outros alimentos. Uma ocupação leva a outra: em breve ela venderia na ocupação do Canecão e, em seguida, em grandes manifestações populares. Por meio desse contato, toma conhecimento de processos e conflitos sociais que a levam a pensar sobre a política institucional do país e, a partir daí, a enquadrar politicamente o seu cotidiano e as dinâmicas em torno de seu trabalho. Ingressa no Muca – Movimento Unido dos Camelôs. O Muca “mexe na causa dos camelô”: procura organizar e defender os vendedores ambulantes da violência e arbitrariedade da Guarda Municipal fazendo protestos e também dialogando com setores da política tradicional, dos poderes instituídos e das organizações tradicionais dos trabalhadores.

Com o refluxo dos mega eventos, Josi passa, ela própria, a organizar festas de camelôs, com o objetivo de criar demanda de trabalho para os ambulantes e momentos de festa e de lazer, dando outros contornos aos sentidos da luta política, à ideia de mutirão, e à conformação de coletividade. Como um dos pontos focais de uma complexa rede de proteção social, Josi cumpre um papel importante com vários outros camelôs, atualizando o sentido de liderança popular por meio de ações que passam pela solidariedade na guarda dos materiais de trabalho, pelos agenciamentos junto aos fiscais da prefeitura, pelo compartilhamento dos sentidos de injustiça, e por muitos outros aspectos.

Ao lado das trajetórias de outros tantos trabalhadores, largamente descritas e analisadas nas últimas décadas por diversos pesquisadores, a vida de Josiane joga luz sobre as profundas e inéditas relações entre política, trabalho e cidade no Brasil contemporâneo, em uma miríade de arranjos que desafiam as concepções estanques sobre o centro e a periferia, o formal e o informal, o legal e o ilegal, e que também colocam em evidência a maleabilidade e o rendimento da ação política e dos instrumentos de luta das camadas populares.

Com efeito, a implosão do trabalho regulamentado, como realidade e como ambição, transformou os sentidos do trabalho e seus efeitos estruturantes na vida social. Em um momento histórico caracterizado pelo declínio do padrão universalista de regulação dos conflitos sociais, é ainda mais importante reconhecer que quando observada de perto, com a lupa do cotidiano, a vida do trabalhador está amalgamada a diversas outras dimensões da experiência social. Nesse sentido, nos parece que as possibilidades interpretativa em torno do trabalho remetem à capacidade de fisgar os nexos que conectam estes

aspectos e conformam as tramas sociais nas “periferias” do capitalismo financeirizado. Tendo isso em mente, nos parece razoável supor que a “reconexão com a periferia”, ou entre as “periferias”, passa necessariamente por elevar o nível de abstração, configurando a partir de vidas individuais um novo mosaico da classe trabalhadora, e por dar consequência política-organizativa a estes achados analíticos.

**E**ste livro surgiu da compreensão da necessidade de registrar os resultados obtidos na Pesquisa Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2018, e de ampliar o debate e os/as debatedores/as do tema, a partir de novas questões trazidas pela pesquisa.

Tratar de informalidade em um país no qual, historicamente, essa é uma das marcas do mercado de trabalho não seria exatamente uma novidade, senão pela opção em pesquisar diferentes categorias, em nível nacional, a partir da própria fala dos trabalhadores e trabalhadoras, e só então procurar questões que pudessem ser compartilhadas por todos e todas nessa condição. A opção pela base de pesquisa qualitativa, com entrevistas de profundidade com os/as trabalhadores/as mostrou-se muito interessante e complexa na interpretação de seus resultados, como vocês poderão ler.

